RITA ANTÓNIO NETO

DA CIDADANIA EM ÁFRICA À CIDADANIA AFRICANA

CIDADE, CIDADANIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM ANGOLA

Tese apresentada a Universidade Lusófona do Porto para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais aos 28 de Novembro de 2014

Orientador: Professor Doutor Paulo de Castro Seixas

Co-Orientador: Professor Doutor Manuel Laranjeira de Areia

JÚRI DA TESE

Presidente: Professor Doutor João de Almeida Santos

Orientador: Professor Paulo Castro Seixas

Vogais: Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

Professora Doutora Sónia Girão Frias

Professor Doutor António José Fernandes

Professora Doutora Célia Taborda da Silva

Universidade Lusófona do Porto

Departamento de Ciências Politicas

Porto

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos:
Bee, Neida e ao Yurum e a todos
Amigos que me incentivaram

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos vão para o Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, instituição que me apoiou através da concessão de uma a bolsa de estudo e à todos dirigentes, responsáveis e cidadãos das províncias de Benguela e de Luanda pela colaboração na cedência dos dados.

Aproveito ainda para agradecer ao meu orientador o Professor Doutor Paulo de Castro Seixas, pela ajuda e orientação metodológica, e tudo o que fez inclusive divulgar o meu trabalho junto dos seus alunos em Lisboa, ao meu co-orientador o Professor Doutor Manuel Laranjeira de Areia por acreditar naquilo que eu posso fazer e confiar que todas as barreiras seriam ultrapassadas!

A todos os colegas do doutoramento agradeço o apoio no fornecimento do material e sobretudo o carinho que sempre me dispensaram…

RESUMO

O que moveu a história foram os interesses e as acções dos homens independentemente do destino ou da sua aparência

(Tucídides).

Esta tese tem como tema "DA CIDADANIA EM ÁFRICA À CIDADANIA AFRICANA" e o objectivo é identificar o efeito que as cidades desempenham sobre o exercício da cidadania, centrando-se na República de Angola, mais especificamente nas cidades de Luanda e de Benguela. A sustentação dos conceitos de cidade, cidadania e cooperação internacional em Angola, são os subtítulos do trabalho. Para esta abordagem utilizamos como metodologia o estudo descritivo exploratório que permitiu obter como resultados o seguinte: na cidade de Benguela a cidadania funcionou sempre fazendo parte do quotidiano dos cidadãos no cumprimento dos seus deveres e na reivindicação dos direitos plasmados da Constituição do país. No caso de Luanda o estudo exploratório demonstrou uma certa unanimidade na existência de uma cidadania africana tal como existem outras, a cidadania é exercida na base dos preceitos da lei Constitucional isto trará como utilidade enriquecer a academia de ciências sociais e políticas na visão da cidadania em África e a cidadania Africana e contribuirá no prosseguimento dos estudos sobre o papel das cidades, a cidadania e cooperação internacional.

Com a ascensão dos países do mundo ocidental e a aceleração no crescimento ao longo do século XVIII verificou-se consequentemente um longo domínio político sobre os outros povos, sobretudo na Ásia, América e África. Procuraremos ao longo deste trabalho rever as questões que se prendem com as alterações culturais, políticas e sociais na vida do continente africano e debruçar-nos sobre as questões relacionadas com os direitos, obrigações civis e políticas dos cidadãos, distinguindo as atitudes da sua identidade.

A configuração das cidades, os novos modelos de parceria política e económica, os traços da cooperação, devem ser considerados para o desenvolvimento no sentido de suprir a falta de quadros técnicos necessários à manutenção da funcionalidade económica, procurando ultrapassar a retração de um mercado, que fora auto-suficiente no início dos anos 70, atingindo o seu auge com o «boom do café» em 1973. A recuperação do caminho de ferro de

Benguela procurará realinhar o país na rota dos destinos dentro da economia global, partindo como sempre do Atlântico (cidade do Lobito) e rasgando o interior da África Austral até chegar ao Oceano Índico (Zâmbia)

A questão da Cidadania Africana de que tanto se fala é incipiente do ponto de vista universal, quando as infraestruturas sociais e técnicas não conseguem responder às necessidades dos cidadãos e a pobreza, acompanhada das enfermidades que lhe são características, toma proporções incontroláveis.

Palavras-chaves: África, Cooperação, Cidades, Cidadãos, Cidadania, Benguela, Luanda

ABSTRACT

What drove History were the interests and actions of men regardless of destination or its appearance.

(Thucydides)

This thesis has as theme "FROM CITIZENSHIP IN AFRICA TO AFRICAN CITIZENSHIP" and its goal is to identify the effect that cities play on the exercise of citizenship, focusing on the Republic of Angola, specifically in the cities of Benguela and Luanda. The support of the concepts of city, citizenship and international cooperation in Angola, are the subtitles work. To this approach we use as methodology an exploratory descriptive study that yielded the follow results: in the city of Benguela citizenship always worked as part of the daily life of citizens in fulfilling their duties and claim the rights enshrined in the Constitution. In the case of Luanda the exploratory study demonstrated a certain unanimity on the existence of an African citizenship as there are other, citizenship is exercised on the basis of the precepts of Constitutional law as it will enrich the academic usefulness of social and political sciences in view of citizenship Africa and African citizenship and contribute in further studies on the role of cities, citizenship and international cooperation.

With the rise of the countries of the Western world and the acceleration in the growth during the eighteenth century there was consequently a long political dominance over other nations, especially in Asia, America and Africa. We shall seek throughout this work to review issues pertaining to cultural changes, political and social life in the African continent and dwell on issues related to the rights, civil obligations and citizens' politics, distinguishing attitudes of their identity.

The configuration of cities, new models of political and economic partnership, the traits of cooperation, should be considered for the development in order to address the lack of technical staff needed to maintain the economic functionality, looking beyond the downturn of a market that out self sufficient in the early '70s, reaching its peak with the 'coffee boom' in 1973. The recovery of the Benguela railway, will seek to realign the country on the map of

destinations within the global economy, starting as usual Atlantic (Lobito) and ripping the interior of southern Africa to reach the Indian Ocean (Zambia).

The issue of African Citizenship which is so much discussed is incipient from a universal point of view, when the social and technical infrastructure cannot meet the needs of citizens and poverty, accompanied by diseases that are features, takes uncontrollable proportions.

Key Words: Africa Cooperation, Cities, Citizens, Citizenship, Benguela, Luanda

SIGLAS

ADF - African Development Fund

ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência

AGOA - African Growth and Opportunity Act. Lei para o Crescimento e Oportunidade de África

AHN – Arquivo Histórico Nacional

AMAO - Agência Monetária Oeste Africana

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BAI - Banco Africano de Investimento

BCI - Banco do Comércio e Indústria

BCK - Sociedade de Caminhos de Ferro do Congo

BFA - Banco de Fomento de Angola

BIC - Banco Internacional de Crédito

BPC - Banco de Poupança e Crédito

CCDG - Center for Gender Development. Centro do CEDEAO para o desenvolvimento do Género.

CDJSC - Centro de Desenvolvimento da Juventude e Desportos

CEA - Comissão Económica das Nações Unidas para a África

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste. Também conhecida como ECOWAS.

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEN–SAD - Comunidade de Estados do Sahel Saariano (Community of Sahel-Saharon States)

CFB - Caminho de Ferro de Benguela

COMESA - Common Market for Eastern and Southern Africa. Mercado Comum da África Oriental e Austral

CRS - Catholic Relief Services

EEEOA - Sistema de Trocas de Energia

EUA - Estados Unidos da América

FILDA - Feira Internacional de Luanda

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População

ICESA - Igreja Cristã Evangélica Solidária em Angola

IEBA - Igreja Evangélica Baptista de Angola

IECA - Igreja Evangélica Congregacional em Angola

IESA - Igreja Evangélica Sinodal de Angola

IMAO - Instituição Monetária Oeste Africana

MACA - Igreja Apostólica em Angola

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPAD - New Partnership for Africa's Development

ONG – Organizações não Governamentais

OOAS - Organização Oeste Africana para a Saúde

OUA – Organização de Unidade Africana

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRESILD - Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População

SADCC - Southern African Development Coordination Conference. Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.

UCRE - Unidade de Coordenação de Recursos

UNCHS - United Nations Centre for Human Settlements

UNECA - United Nations Economic Commission for Africa

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União das Populações de Angola

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA 2
AGRADECIMENTOS 3
RESUMO 4
ABSTRACT 6
SIGLAS 8
ANEXOS 133
ÍNDICE DE TABELAS 133
ÍNDICE DE GRÁFICOS 14
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO 18
CAPÍTULO II – CIDADANIA, GLOBALIZAÇÃO E DESAFIOS PARA ÁFRICA 233
2.1. - A Globalização e os Desafios à Cidadania 31
2.2. - A cidadania transnacional africana 377
2.3. - O Papel das Cidades 44
2.4. – O conceito de cidade no continente africano 499
2.5. – A Cooperação Internacional em África 53
CAPÍTULO III – CIDADANIA EM ÁFRICA E CIDADANIA AFRICANA 56
3.1. – Perspectivas sobre África no séc. XIX 59
3.2. – A descolonização e o nascimento da "nova" África 666
3.3. – Evolução sociopolítico do continente africano e o Pan-africanismo 70
3.4. – As novas soberanias africanas: os direitos constitucionais africanos 755
3.4.1. - Egipto 77
3.4.2. - Nigéria 811
3.4.3. – África do Sul 84
3.4.4. - Angola 88
3.5. - Desafios Políticos e Culturais de Angola 99
3.6. -. A Construção de uma Cidadania Alargada e o Papel das Cidades 102
3.6.1. – A Função Social das Cidades Africanas 103
3.6.2.- Cidade do Cairo 112
3.6.3. - Cidade de Lagos 114
3.6.4. – Cidade de Joanesburgo 117

3.6.5. – Cidade de Luanda 119
CAPÍTULO IV – OBJECTIVOS E PERCURSO DE PESQUISA 1200
CAPÍTULO V – LUANDA E BENGUELA: CIDADE E CIDADANIA 1255
5.1 - Caracterização de Luanda 125
5.1.1 - Estudo Exploratório em Luanda 1299
5.1.2. – Síntese do Estudo Exploratório em Luanda 1466
5.2 - Caracterização de Benguela 150
5.2.1. – Estudo Exploratório em Benguela 1501
5.2.2. - Síntese do Estudo Exploratório em Benguela 1644
CAPÍTULO VI – CIDADES ANGOLANAS E RELAÇÃO COM A COOPERAÇÃO 1677
6.1. - Cidades e Cooperação Internacional 1700
6.2. - Relação entre Cidades e os Fluxos Globais: o Quadro Angolano 1733
6.2.1. – Luanda e a Cooperação 1766
6.2.2.1. - Benguela e a Cooperação 1799
CAPÍTULO VII – A PROVÍNCIA DE BENGUELA: UMA CENTRALIDADE ANGOLANA 1822
7.1. - A Vida Sócioeconómica do Distrito de Benguela no Séc.XIX/XX 1833
7.1.1 - O Distrito do Dombe Grande e os Dízimos 187
7.1.2 - A Vida Sócioeconómica da Catumbela e o Comércio da Borracha de Segunda: 1890/1910 189
7.2. - Percurso Histórico de Uma Centralidade: Cana-de-açúcar, Sisal, Porto e Caminho-de-ferro 1955
7.2.1. – Caminho de Ferro de Benguela 1966
7.2.2 - Porto do Lobito 203
7.2.3 - Cana de Açucar 204
7.2.4. – Sisal 2055
7.2.5. – Milho 2066
7.3. – Benguela no Tempo da Independência 2066
7.3.1. - Actividade Económica: Agricultura e a Agropecuária 2077
7.3.1.1. - Agricultura 2077
7.3.1.2. - Actividade Piscatória 2099

7.3.2. - Indústria e Geominas 2099
7.3.3. - Área do Comércio e Prestação de Serviços 2100
7.3.3.1. – Prestação de Serviços 2111
7.3.4. - Restauração, Hotelaria e Turismo 2122
7.3.5. - Perspectivas 2133
7.3.5.1. - Caminho de Ferro de Benguela 2155
7.3.5.2. - Porto do Lobito 2155
CAPÍTULO VIII – CIDADES DA PROVÍNCIA DE BENGUELA: GESTÃO, CIDADANIA E COOPERAÇÃO 2166
8.1. - Benguela 21717
8.1.1. - Cidade da Catumbela 2209
8.1.2. - Cidade do Cubal 222
8.1.2.1. - Cidadania 2222
8.1.3. - Cidade da Ganda 2255
8.1.3.1. - Cidadania 2299
8.1.4. – Cidade de Lobito 2311
8.1.4.1. - Economia 2322
8.1.4.2. - Cidadania 2344
8.2. - A Perspectiva dos Dirigentes: Governador, Administradores Municipais, Administradores Comunais e Sobas 2344
8.3. - A Perspectiva dos Gestores Organizacionais 2544
8.4. – A Perspectiva dos Cidadãos 2599
CAPÍTULO IX – O PAPEL DAS CIDADES NO FUTURO DA CIDADANIA 2711
9.1. - Cooperação, Desenvolvimento Local e Cidadania 2733
9.1.1. – Instituições Globais em África 277
9.1.2. - A Administração Local e o Municipalismo 279
9.2. - Da Cidadania em África á Possibilidade da Cidadania Africana 281
GLOSSÁRIO 317
ÍNDICE REMISSIVO 323

ANEXOS

Anexo I – Draft das conversas informais / Benguela

Anexo II – Draft das conversas informais / Luanda

Anexo III – Questionário usado para medir os parâmetros da Cidadania Africana

Anexo IV – Gráfico com o número de cooperantes por países: anos 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012

Anexo V – Cd-rom com a gravação das entrevistas efectuadas

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Dimensões do estudo exploratório (conversas informais) 121
Tabela 2: Operacionalidade do questionário efectuado em Benguela 122
Tabela 3: Países com mais cooperantes em Angola 177
Tabela 4: Análise SWOT sobre a Cooperação em Luanda 178
Tabela 5: Cidades com mais cooperantes em Benguela 180
Tabela 6: Análise SWOT sobre a Cooperação em Benguela 180
Tabela 7: Distribuição das autoridades tradicionais em Benguela 219
Tabela 8: Número das entidades tradicionais da Catumbela 221
Tabela 9: Distribuição das autoridades tradicionais do Cubal 224
Tabela 10: Distribuição da autoridades tradicionais da Ganda 227
Tabela 11: Demonstração dos produtos cultivados na Ganda 228
Tabela 12: Receitas aduaneiras do Lobito 232
Tabela 13: Produtos cultivados no Lobito 232
Tabela 14: Distribuição das autoridades tradicionais no Lobito 233
Tabela 15: Visão/ Administradores comunais sobre Benguela como Centralidade 237
Tabela 16: Cotação dos dirigentes prov.s/ protecção dos direitos do homem 246

Tabela 17: Cotação dos dirigentes municipais s/a protecção dos direitos do homem _____ 247
Tabela 18: Cotação dos dirigentes comunais s/a protecção dos direitos do homem _____ 247
Tabela 19: Cotação das autoridades tradicionais/a protecção dos direitos do homem_____ 248
Tabela 20: Quantidade de cooperantes na opinião dos dirigentes provinciais_____ 250
Tabela 21: Quantidade de cooperantes na opinião dos dirigentes municipais _____ 251
Tabela 22: Quantidade de cooperantes na opinião dos dirigentes comunais _____ 251
Tabela 23: Quantidade de cooperantes na opinião das autoridades tradicionais _____ 252
Tabela 24: Proteção dos direitos do homem / opinião gestores organizacionais _____ 257
Tabela 25: Cidades com mais cooperantes / visão dos gestores organizacionais _____ 258
Tabela 26: Visão dos cidadãos ricos quanto ao estado da cidadania em Benguela _____ 260
Tabela 27: Opinião dos cidadãos ricos s/ Benguela como centralidade política e económica _____ 261
Tabela 28: Opinião dos cidadãos rics s/CFB e a ligação a África Central_____ 262
Tabela 29: Opinião dos cidadãos ricos s/arquitetura das cidades e os citadinos _____ 263
Tabela 30: Visão dos cidadãos ricos s/a falta de transportes públicos em Benguela _____ 264
Tabela 31: Opinião dos cidadãos ricos s/a influência da cidade na cidadania _____ 265
Tabela 32: A proteção dos direitos do homem na visão dos cidadãos pobres _____ 266
Tabela 33: A proteção dos direitos do homem na visão dos cidadãos ricos _____ 267
Tabela 34: Opinião dos cidadãos ricos s/as vantagens da cooperação_____ 268
Tabela 35: Cidade de Benguela com mais cooperantes na visão dos cidadãos pobres ____ 269
Tabela 36: Cidade com mais cooperantes na visão dos cidadãos ricos _____ 269
Tabela 37: A aceitação dos cooperantes na visão dos cidadãos ricos _____ 270

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da população de Benguela por zonas _____ 219
Gráfico 2: Distribuição da população da Catumbela _____ 221
Gráfico 3: Distribuição da população do Cubal _____ 224
Gráfico 4: Distribuição da população da Ganda_____ 227
Gráfico 5: Distribuição da população do Lobito _____ 233

Gráfico 6: A opinião dos dirigentes provinciais sobre o estado da cidadania na província de Benguela 234
Gráfico 7: A opinião dos dirigentes municipais sobre o estado da cidadania na província de Benguela 235
Gráfico 8: A opinião dos dirigentes comunais sobre o estado da cidadania na província de Benguela 235
Gráfico 9: A opinião das autoridades tradicionais sobre o estado da cidadania na província de Benguela 236
Gráfico 10: A análise dos dirigentes provinciais sobre Benguela como centralidade política e administrativa 236
Gráfico 11: A análise dos dirigentes municipais sobre Benguela como centralidade política e administrativa 237
Gráfico 12: Análise das autoridades tradicionais sobre Benguela como centralidade política e administrativa 238
Gráfico 13: As valências da construção do CFB: opinião dos dirigentes provinciais 238
Gráfico 14: As valências da construção do CFB: opinião dos dirigentes municipais 239
Gráfico 15: As valências da construção do CFB opinião dos dirigentes comunais 239
Gráfico 16: As valências da construção do CFB: opinião das autoridades tradicionais 240
Gráfico 17: O comportamento das pessoas na visão dos dirigentes provinciais 240
Gráfico 18: O comportamento das pessoas na visão dos dirigentes municipais 241
Gráfico 19: O comportamento das pessoas na visão dos dirigentes comunais 241
Gráfico 20: O comportamento das pessoas na visão das autoridades tradicionais 242
Gráfico 21: A opinião dos dirigentes provinciais sobre os transportes públicos em Benguela 242
Gráfico 22: A opinião dos dirigentes municipais sobre os transportes públicos em Benguela 243
Gráfico 23: Opinião dos dirigentes comunais sobre os transportes públicos em Benguela 243
Gráfico 24: A opinião das autoridades tradicionais sobre os transportes públicos em Benguela 244
Gráfico 25: S/o aspecto arquitetónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião dos dirigentes provinciais 244

Gráfico 26: S/o aspecto arquitetónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião dos dirigentes municipais 245
Gráfico 27: O aspecto arquitetónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião dos dirigentes comunais 245
Gráfico 28: O aspecto arquitetónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião das autoridades tradicionais 246
Gráfico 29: A quantidade de força de trabalho expatriada em Benguela, opinião dos dirigentes provinciais 248
Gráfico 30: Quantidade da força de trabalho expatriada em Benguela, opinião dos dirigentes municipais 249
Gráfico 31: Quantidade da força de trabalho expatriada em Benguela, opinião das autoridades tradicionais 249
Gráfico 32: Quantidade da força de trabalho expatriada em Benguela, opinião das autoridades tradicionais 250
Gráfico 33: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião dos dirigentes provinciais 252
Gráfico 34: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião dos dirigentes municipais 253
Gráfico 35: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião dos dirigentes comunais _ 253
Gráfico 36: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião das autoridades tradicionais 254
Gráfico 37: A opinião dos gestores organizacionais s/o estado da cidadania em Benguela 254
Gráfico 38: A opinião dos gestores organizacionais sobre Benguela como centralidade política e económica 254
Gráfico 39: A opinião dos gestores organizacionais sobre o CFB 255
Gráfico 40: A visão dos gestores organizacionais s/a desestruturação da cidade 256
Gráfico 41: A opinião dos gestores organizacionais s/a ausência de uma rede de transportes públicos em Benguela 256
Gráfico 42: A opinião dos gestores organizacionais sobre a influência da cidade na cidadania em Benguela 256
Gráfico 43: A opinião dos gestores organizacionais s/a contribuição dos técnicos estrangeiros em Benguela 257
Gráfico 44: A opinião dos gestores organizacionais s/a aceitação dos cooperantes em Benguela 258

Gráfico 45: A opinião dos cidadãos pobres s/o estado da cidadania em Benguela _____ 259
Gráfico 46: Visão dos cidadãos ricos sobre o estado da cidadania _____ 260
Gráfico 47: A visão dos cidadãos pobres s/Benguela como centralidade política e económica _____ 260
Gráfico 48: A visão dos cidadãos ricos s/ os 394 anos de Benguela _____ 261
Gráfico 49: A opinião dos cidadãos pobres s/o CFB _____ 262
Gráfico 50: A opinião dos cidadãos pobres s/o comportamento dos citadinos nas cidades de Benguela _____ 262
Gráfico 51: Visão dos cidadãos ricos s/a arquitetura das cidades e o comportamento dos cidadinos _____ 263
Gráfico 52: Opinião dos cidadãos pobres s/a ausência de transportes públicos em Benguela _____ 264
Gráfico 53: A visão dos cidadãos pobres/ a arquitetura das cidades de Benguela e o exercício da cidadania _____ 265
Gráfico 54: A opinião dos cidadãos ricos s/a influência da cidade a cidadania _____ 266
Gráfico 55: O contributo dos cooperantes na visão dos cidadãos pobres em Benguela ___ 267
Gráfico 56: Opinião dos cidadãos ricos s/as vantagens da cooperação _____ 268
Gráfico 57: A aceitação dos cooperantes na opinião dos cidadãos pobres em Benguela __ 270
Gráfico 58: A aceitação dos cooperantes na visão dos cidadãos ricos _____ 270

INTRODUÇÃO

A escolha do tema - «Da Cidadania em África à Cidadania Africana» - para esta tese de doutoramento, surge com a necessidade de estudar alguns factores que têm sido ignorados nos estudos africanos mais recentes. Entre estas lacunas identificamos o entendimento do papel da cidade por parte do cidadão africano, a importância da defesa dos direitos civis e políticos na identificação da personalidade nacional e a compreensão dos aspectos sociais e económicos que contribuíram para a cidadania em África no geral e mais concretamente em Angola. Para este estudo focamos a nossa atenção nas cidades de Luanda e Benguela e na sua relação com a Cooperação Internacional.

Esta escolha foi fundamentada no facto de estas duas centralidades, ainda que de um modo diferente, possuirem uma estrutura socioeconómica particular, uma vez que cada uma delas viveu um período crítico de abandono/ou fuga dos quadros técnicos, produtivos e sociais após a independência nacional, tendo sido os trabalhadores estrangeiros contratados como cooperantes que asseguraram as actividades nos demais sectores incluindo na formação dos actuais quadros angolanos. Este facto permitiu uma redução dos cooperantes, actualmente designados trabalhadores expatriados, no entanto os mais de trinta décadas de interação e convívio entre estes e os demais cidadãos nacionais trouxe novas formas de estar nos cidadãos de Benguela e de Luanda.

O primeiro objectivo deste trabalho foi identificar que papel a cidade exerce sobre o exercício de cidadania, estudando este papel nas seguintes dimensões: centralidade, cooperação, descentralização e percepção do exercício de cidadania. Sendo nossa convicção que a cidade tem uma influência sobre o exercício da cidadania e que a cooperação internacional constitui uma das formas que permite aos cidadãos de um determinado território juntarem sinergias com outras culturas. Daí que definiu-se como objectivo geral identificar os efeitos das cidades de Benguela e de Luanda sobre o exercício da cidadania e, a importância da cooperação no exercício da mesma, a problemática fundamental assenta na compreensão do papel da cidade.

Assim, os principais conceitos abordados foram a análise do estado da cidadania em Angola e a sua relação com a cidadania em África, a identificação dos aspectos que levam a considerar Benguela como Centralidade Política e Económica e a 1ª economia regional de Angola, reflexão sobre o estado da cooperação internacional nas províncias de Benguela e de Luanda e a descentralização das políticas públicas e os efeitos no exercício da cidadania, utilizando como metodologia o estudo descritivo exploratório.

Desenvolve-se assim um enfoque sobre a cidade com a sua acção multidisciplinar na incidência da sua estrutura configurativa e espacial, uma descoberta da actuação e do comportamento dos cidadãos que a habitam. As cidades africanas na sua maioria são cercadas por bairros insalubres, desestruturados em termos de estruturas físicas e socioeconómicas, como o *muceque* onde se insere mais de metade da população residente em Luanda. Note-se a título de exemplo «o *muceque* Mota/Sambizanga», dentro de Luanda, bem perto do mar, onde há quarenta anos os cidadãos lutavam com a esperança de um dia melhor para a comunidade, não em termos urbanísticos mas sim sociais, porque fazia parte da política educativa colonial portuguesa, preparar a continuidade do sistema, assegurando a instrução escolar de alguns nativos que integrariam no seu aparelho administrativo.

Outro dos focos desta investigação é analisar parte da história de Benguela, passando necessariamente pela história de Angola, para demonstrar como do conjunto de reinos, vizinhos ou não, nasceu do reino de Benguela e de Amboím parte do país. Retratar Benguela como espaço territorial e compreender de que modo as cidades edificadas têm caracterizado as populações que nela vivem.

Um dos traços históricos importantes da província, por ter marcado a região do sul do continente africano, está na estruturação dos caminhos de ferro de Benguela, numa época em que o transporte de pessoas e bens não era possível efectuar-se por outros meios acessíveis actualmente (como autocarros e mini autocarros, automóveis). De facto, o aparecimento dos meios de transportes e o aperfeiçoamento das vias de comunicações foram os grandes impulsionadores "para o progresso e desenvolvimento das regiões do Centro e Sul de Angola" (Esteves, 1999, p.7).

Em suma, esta tese reflecte sobre os aspectos sociopolíticos e culturais, das cidades de Benguela e Luanda e as questões de Cidadania. Para este fim efectuaram-se entrevistas aos directores provinciais e a alguns membros da sociedade civil, comparando através da análise SWOT os resultados obtidos. Compara-se assim os efeitos que as cidades de Benguela e

Luanda exercem sobre a prática da cidadania; quais os aspectos que levam a considerar Benguela como uma centralidade política e económica; o estado da cooperação internacional nas províncias de Benguela e Luanda; os efeitos da descentralização das políticas públicas no exercício da cidadania; e o grau do exercício da cidadania nas cidades de Benguela, Cubal, Ganda e Lobito.

Na base desta tese de doutoramento está uma pesquisa bibliográfica e documental, com recurso a algumas obras de referência sobre as temáticas tratadas. Para uma efectiva compreensão da linha de pensamento deste trabalho torna-se pertinente clarificar alguns conceitos, tais como: o conceito de cidade, cidadania e globalização. Como apoio estatístico utilizaram-se ainda os dados do Relatório do Desenvolvimento Humano e os resultados dos inquéritos e entrevistas efectuadas em Luanda e Benguela.

A metodologia utilizada enquadra-se no estudo descritivo exploratório. Deste modo, obtiveram-se representações sobre o exercício da cidadania, através da aplicação de questionários e entrevistas dirigidas a gestores de nível sénior provincial de Benguela e Luanda.

As entrevistas aplicadas foram semi-estruturadas e compostas por perguntas abertas e fechadas com o intuito de aferir a opinião dos inquiridos sobre o papel da cidade, medir o nível de cooperação existente nas estruturas que dirigem, analisar as vantagens e desvantagens destas parcerias em cinco municípios da província de Benguela (Benguela, Catumbela, Cubal, Ganda e Lobito) por serem espaços que dispõem uma área urbana estruturada permitindo de forma mais fácil procurar entender o estado da cidadania. Primeiramente foram efectuadas entrevistas aos directores provínciais e alguns membros da sociedade civil, tendo os guiões sido distribuídos aos dirigentes e fazedores públicos - reitor da universidade, juíz, alguns cidadãos pobres e à igual número de cidadãos de classe média alta. As questões abordadas emergiram do contexto de cada inquirido focalizado no tema de estudo e também na área em que a entidade se inseria. Os questionários foram na sua maioria enviados através de portadores devido as dificuldades existentes no funcionamento dos correios locais. Foram ouvidos os dirigentes provinciais de Benguela - governador e os vices governadores, os dirigentes municipais de Benguela, Catumbela, Cubal, Ganda e Lobito - administradores e os vices administradores, os dirigentes comunais - administradores comunais e vices administradores, entidades tradicionais dos cinco municípios em estudo - Sekulus, Regedores e Sobas e ainda outras entidades que comportam a gestão organizacional da província - Reitor

da universidade Katyavala Bwila, director do hospital e um dos procuradores provinciais de Benguela. Foram igualmente contemplados alguns cidadãos com modos de vida diferentes.

Uma vez que o objectivo geral deste trabalho é o de identificar os efeitos das cidades de Benguela e Luanda sobre o exercício da cidadania, analisamos o entendimento dos cidadãos destas sobre a influência deste espaço urbano na defesa dos seus direitos civis e políticos. Sendo assim, foram definidas para este estudo as seguintes questões de investigação: Que efeitos as cidades de Benguela e Luanda exercem sobre a prática da cidadania?; Que aspectos levam a considerar Benguela como uma centralidade política e económica?; Qual o estado da cooperação internacional nas províncias de Benguela e Luanda?; Quais os efeitos da descentralização das políticas públicas no exercício da cidadania? Numa segunda fase analisou-se o grau do exercício da cidadania nas cidades de Benguela, Cubal, Ganda e Lobito.

Assim a presente tese centra-se nos aspectos sociopolíticos e culturais das cidades de Benguela, engloba um estudo comparativo sobre Benguela e Luanda em termos da força de trabalho estrangeira, da Cidadania e a cooperação internacional estando distribuída por nove capítulos. O primeiro capítulo compreende uma introdução ao tema, definindo-se os objectivos do trabalho e a metodologia a utilizar. No segundo capítulo aborda-se o estado da arte em relação as cidades, a cidadania e a cooperação. O terceiro capítulo retrata a Cidadania em África e Cidadania Africana analisada numa perspectiva histórica e no âmbito da sociedade africana, em particular, da República de Angola, com os desafios políticos e culturais atuais, a função social das cidades africanas como Lagos, Cairo e Joanesburgo, na construção de uma cidadania alargada. No capítulo quatro são apresentadas as questões de investigação, objectivos específicos e a metodologia utilizada, procedendo-se à análise e discussão dos resultados no quinto capítulo, faz-se uma explanação de síntese do estudo exploratório, Luanda e Benguela: Cidade e Cidadania. O sexto capítulo subordina-se às Cidades Angolanas e a Relação com a Cooperação, incidindo a abordagem sobre as cidades e a sua cooperação internacional. Procura demonstrar quais as cidades angolanas com mais relação com os agentes de cooperação. No sétimo capítulo retrata a província de Benguela como uma centralidade angolana, descrevendo os aspectos históricos sócios económicos que a caracterizaram e o pós-independência. O oitavo capítulo é dedicado às Cidades da Província de Benguela, aqui foca-se a atenção nas questões de Gestão, Cidadania e Cooperação nos municípios da província. No nono e último capítulo são analisados o Papel das Cidades no Futuro da Cidadania, retratando a cooperação, o desenvolvimento local e cidadania,

efectuando-se uma abordagem à cidadania em África e à possibilidade da cidadania africana. No final efectuamos uma reflexão sobre o estado da cidadania comparando as cidades da província de Benguela e a cidade de Luanda em termos de cooperação internacional, fizemo-lo analisando o modo morfológico que cada uma delas apresenta em questão política e sócio económica. Sendo a cidadania o exercício do dever de ser cidadão responsável e participativo na vida política, social e pública do país, exercendo o seu direito de comparticipação nas decisões do Estado-Nação, que Freitag (2002) designa por capacidade do cidadão intervir nos assuntos do país por um lado, e por outro lado a autoridade dele em poder exigir do Estado a responsabilização e materialização do cumprimento dos direitos individuais. A cooperação internacional presente na vida dos citadinos das cidades de Luanda e Benguela a quase quatro décadas tem tido incidências nas relações culturais, sociais, de parentabilidade inclusive políticas.

Na elaboração deste projecto respeitou-se a norma APA - *American Psychological Association* - de 2001 conforme definido pelo Despacho Reitoral nº52/2008, Versão 3 de 2008.

CAPÍTULO II – CIDADANIA, GLOBALIZAÇÃO E DESAFIOS PARA ÁFRICA

No discurso do quotidiano, a cidadania é entendida como sinónimo de nacionalidade, referindo-se ao estatuto legal das pessoas enquanto membro de um país em particular (Kymlicka, 1995). Contudo, apesar de o ser cidadão, ser um conceito universal que implica certos direitos e responsabilidades, a verdade é que estes variam imenso de país para país. Em termos filosóficos, a cidadania representa um ideal normativo de pertença e participação numa comunidade política.

Na Grécia antiga, a noção de cidadania estava ligada à comunidade de cidadãos e ao corpo de leis que os regiam, os cidadãos constituíam cerca de 10% da população da cidade e diferenciavam-se dos não-cidadãos: as mulheres, os escravos, os metecos e os estrangeiros. Na Atenas antiga, a cidadania era primariamente vista em termos de deveres sendo os cidadãos obrigados a assumir cargos públicos, sacrificando parte da sua vida privada para poder fazê-lo.

O Renascimento na Europa trouxe para a ribalta uma nova concepção e novas práticas de cidadania, conforme afirma Coutinho (2005) nas suas notas sobre Cidadania e Modernidade. Esta nova concepção deve-se sobretudo à articulação que é feita entre a cidadania e a democracia, embora Reis (1997) identifique quatro aspectos na noção de cidadania, analisados em perspectivas teóricas diferentes. Seguindo esta linha, o autor estabelece um referencial histórico, baseado nas raízes históricas do conceito o qual assegura serem iguais nas mais variadas tradições. Assim sendo, a cidadania é vista como um conjunto que inclui a ideia de inclusão *versus* exclusão. Reis (1997) vai mais longe no seu ponto de vista, identificando uma dualidade na observância da cidadania, a primeira como *status* e a segunda como identidade. Desta perspectiva analítica advêm controvérsias, devido à tensão que se cria na abordagem do conceito de cidadania: será esta uma virtude cívica e direito ou prerrogativas que se aceitam (Borón, 2006).

A noção de cidadania só ressurge com a Revolução Inglesa de 1688, a Revolução Americana (1774-76) e, sobretudo, com a Revolução Francesa (1789), desencadeando o conceito moderno de cidadania (Galston, 1991). Como sugere Galston (1991), foi a partir da afirmação da vontade popular, da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), da identificação da soberania popular com a universalidade dos cidadãos franceses, da formação do Estado-nação, que se constituem os fundamentos do conceito moderno de cidadania. Assim, até aos finais do século XX, o património dos direitos humanos foi sendo enriquecido: aos direitos individuais, cívicos e políticos, vieram juntar-se os direitos de natureza social, económica e cultural. Por fim juntaram-se a estes os chamados direitos das geracões futuras: o direito ao ambiente, à paz, ao desenvolvimento sustentável, que exprimem uma crescente consciência da unidade da terra e do género humano. No mundo moderno, contudo, a cidadania é vista mais como uma questão de direitos do que de deveres. Os cidadãos têm o direito de participar na política, mas têm também o direito de colocar os seus compromissos privados acima do seu envolvimento político (Kymlicka, 1994).

O conceito de cidadania é vital para a funcionalidade das instituições democráticas pois estas entram em colapso se os cidadãos não possuírem espírito cívico e boa-vontade mútua. De facto, muitas democracias sofrem de «apatia» por parte dos eleitores, de intolerância racial e religiosa, e fuga significativa aos impostos ou às políticas ambientais que dependem da cooperação voluntária. A cidadania não é apenas um estatuto, definido por um conjunto de direitos e responsabilidades é também uma identidade, uma expressão da nossa pertença a uma comunidade política que lhe confere uma função integradora. Alargar os direitos de cidadania tem ajudado a integrar grupos previamente excluídos através da «cidadania diferenciada», ou seja, os membros de certos grupos devem ser incorporados na comunidade política não apenas enquanto indivíduos, mas também através do grupo, e os seus direitos devem depender em parte da sua pertença ao grupo.

Esta perspectiva põe em causa as concepções tradicionais da cidadania, que a definem em termos do tratamento das pessoas como indivíduos com direitos iguais à luz da lei. Além disso, se os grupos forem encorajados pelos próprios termos da cidadania para se voltarem para dentro, sublinhando a sua "diferença", como pode a cidadania fornecer uma fonte de ligação e solidariedade para os vários grupos da sociedade. De facto, os países com minorias nacionais enfrentam o problema de nacionalismos em conflito, se por um lado, o Estado procura promover uma identidade nacional única através da cidadania comum, por

outro, a minoria procura promover a sua identidade nacional distinta através da cidadania diferenciada. Encontrar uma fonte de unidade social em países multinações é uma questão fundamental que os pensadores da cidadania enfrentam (Kymlicka, 1995).

As dimensões da cidadania são três: a primeira define cidadania como um estatuto legal, determinado por direitos civis, políticos e sociais. O cidadão é livre para agir de acordo com a lei e tem o direito de reclamar a sua protecção. A segunda considera os cidadãos como agentes políticos que participam activamente na sociedade como instituições políticas. Por sua vez a terceira refere a cidadania como a pertença a uma comunidade politica que fornece uma fonte de identidade distinta.

As relações entre estas três dimensões são complexas, uma vez que são os direitos que o cidadão goza que definem, parcialmente, a viabilidade de participar em actividades politicas, explicando ao mesmo tempo, de que forma pode ser a cidadania uma fonte de identidade através do fortalecimento do sentido de autorespeito (Rawls, 1972).

Os debates sobre cidadania têm como ponto de referência um dos seguintes modelos: o republicano e o liberal. As fontes do modelo republicano podem ser encontrados nos escritos de Aristóteles, Cicéro, Machiavelli, Harrington e Rousseau e em experiências históricas distintas: desde a democracia ateniense e República romana até ás cidades estado italianas.

A chave do modelo republicano é cívica e vem do autogoverno. A caracterização aristotélica de cidadão é a sua capacidade de governar e ao mesmo tempo de ser governado, sendo a participação activa no processo de deliberação e decisão que assegura aos indivíduos o restatuto de cidadãos. Na sua essência o modelo republicano enfatiza a segunda dimensão da cidadania, a da agenda politica.

O modelo liberal remonta ao império romano. De facto com a expansão imperial os direitos de cidadania extenderam-se aos povos conquistados transformando o significado do conceito. Cidadania significava ser protegido pela lei mais do que participar na sua formulação ou execução. A tradição liberal, que se desenvolveu do século XVII em diante, entende primariamente a cidadania como um estatuto legal: a liberdade politica é importante uma vez que para proteger a liberdade individual da interferência de outros indivíduos ou da autoridade. Contudo, os cidadãos devem exercer essa liberdade inicialmente no mundo das associações privadas e ligações, em vez de a exercerem no domínio político.

Não existe, contudo, uma oposição entre os dois modelos. Sendo possível percebe-los como modelos complementares. Derivado deste modelo liberal, surge a cidadania comunitarista, a universalista e a cosmopolita.

A cidadania comunitarista dá principal relevo a sociedade, e define como fundamentais para que os grupos sociais superem a individualidade típica do liberalismo, a solidariedade, a busca do bem comum, a participação e a interação. Partilhando a concepção aristotélica do liberalismo, os comunitaristas classificam o cidadão como possuidor de virtudes direccionadas para a esfera pública, por oposição à acção individual, que entende a cidadania como sendo o direito de gozar de direitos, reconhecendo a possibilidade do indivíduo se ausentar do debate público, e se restringir ao espaço privado. No entanto, ambas apresentam a questão da inclusão e da exclusão como aspecto central ao entender que ser cidadão é sentir-se integrado a um todo maior, a uma comunidade.

Bauman (1999) chama a atenção para a valorização da uniformidade social - tanto do ponto de vista cultural como no aspecto físico – na cidadania comunitarista, ao apontar uma necessidade de ordenar as manifestações dos diferentes grupos, destinando-lhes um local específico para que, desta forma, o controle estatal possa tornar-se mais rápido, eficaz e funcional.

A cidadania universalista defende, crê que grande parte dos direitos fundamentais possui uma natureza supranacional. Assim, os direitos de cidadania formam uma subclasse de tais direitos, pois graças à aprovação de cartas e convenções internacionais sobre direitos humanos, eles passam a ser considerados supra-estatais, subordinados também ao direito internacional, ou seja, não direitos de cidadania, mas sim direitos das pessoas, independentemente de sua cidadania. Autores como Ferrajoli (2003) elaboram uma teoria universal dos direitos fundamentais que ambiciona aglutinar sob a mesma bandeira dos direitos e garantias individuais as mais diversas pretensões de direitos ao longo da história.

Este autor afirma que desde o direito romano conhecemos distinções entre os destinatários dos direitos, que foram alvo no decorrer da história de várias limitações e discriminações como sexo, nascimento, rendimentos, instrução, nacionalidade, por exemplo, limitações que pouco a pouco vêm sendo eliminadas. Para Ferrajoli (2003), a capacidade de agir e a cidadania são as únicas diferenças de status que ainda delimitam a igualdade das pessoas humanas, podendo ser assumidas como dois parâmetros (o primeiro insuperável e o segundo superável) sobre os quais se fundam duas grandes divisões dos direitos

fundamentais: a) direitos da pessoa (relativos a todas as pessoas); b) direitos de cidadania (relativos aos cidadãos somente) e também a divisão entre: a) direitos primários (relativos a todas as pessoas); b) direitos secundários (relativos às pessoas com capacidade de agir).

Os defensores da cidadania cosmopolita rejeitam o modelo nacional e procuram desenvolver uma nova forma de cidadania a partir da ordem moral universal. Inspirados na filosofia lockeana e kantiana sustentam que todos os seres humanos pertencem a uma comunidade moral universal, rejeitam o modelo nacional e sustentam uma cidadania baseada na idéia de que todos os seres humanos são membros de múltipas comunidades políticas espalhas pelo planeta terra.

De facto, as questões relacionadas com a cidadania levantam diferentes perspectivas que procuraremos definir em seguida.

Bart van Steenbergen (1994) argumenta que apesar de ser um conceito problemático a cidadania representa a noção de participação na vida pública. Parte assim para uma definição mais sociológica que implica uma maior enfâse na relação do cidadão com a sociedade como um todo. Outro dos aspectos a realçar é o de que o cidadão governa e é governado, pelo que qualificações como a autonomia, capacidade de julgamento e lealdade são expectáveis. Em terceiro, o conceito de cidadania lida com direitos e obrigações. Idealmente um cidadão participa activamente na vida pública e está disposto a submeter os seus interesses privados ao interesse geral da sociedade.

Uma visão desta concepção de «cidadania como direitos» encontra-se em Marshall (1965) que divide os direitos de cidadania em três categorias: direitos civis, que surgiram na Inglaterra no século XVIII; direitos políticos, que surgiram no século XIX; e direitos sociais que se estabeleceram no século XX. Na visão deste autor, o culminar do ideal de cidadania é o estado-providência social-democrata. Ao garantir direitos civis, políticos e sociais a todos, o estado-providência assegura que todos os membros da sociedade podem participar plenamente na vida comum da sociedade (Marshall, 1965).

O seu estudo debruçou-se sobre a conquista dos direitos de cidadania no caso inglês, concluindo que os direitos civis (liberdade de circulação, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, e ainda direito à justiça) encontraram o seu apogeu no século XVIII, os direitos políticos (direito de participar do exercício do poder político como eleitor ou como eleito) afirmaram-se no século XIX, sendo que os direitos sociais (direitos que

assegurassem uma participação igualitária dos membros da sociedade nos padrões básicos de vida) foram conquistados posteriormente no século XX.

Assim, a cidadania civil estabelece os direitos fundamentais da liberdade individual, tal como o direito à propriedade, liberdade pessoal e justiça; a cidadania politica, o direito de participação no exercício do poder politico; enquanto que a cidadania social enfatiza os direitos do cidadão à segurança económica e social, ganhando expressão nos estados modernos da Europa. Segundo Marshall este último tipo marca o estágio final do desenvolvimento da cidadania onde a participação do individuo na comunidade poderia ser reconhecido.

De acordo com o esquema interpretativo deste autor, para que houvesse estabilidade democrática seria necessário que existissem instituições fortes, capazes de garantir a vigência de direitos civis, políticos e sociais. Tais instituições seriam respectivamente os Tribunais de Justiça, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Marshall cria assim o conceito de cidadania social (Marshall, 1965), argumentando que a experiência ideal de cidadania implicava o acesso a direitos políticos, civis e sociais no seio do Estado. Para Marshall são três os factores principais para a evolução dos direitos sociais: a diminuição da desigualdade de rendimentos, a grande extensão da área de cultura e da experiência comum, e o alargamento da cidadania com a concessão de mais direitos a estes cidadãos.

Esta teoria é muitas vezes chamada de cidadania passiva, pois coloca a ênfase nas regalias passivas e na ausência de deveres cívicos que a maior parte dos pensadores considera dever ser complementada pelo exercício activo de responsabilidades e virtudes, ainda que discutam quais as virtudes que são as mais importantes e sobre o melhor modo de as promover. As correntes conservadoras sublinham a virtude da auto-suficiência, Marshall (1965) argumentava que os direitos sociais permitem que os desfavorecidos participem nos aspectos centrais da sociedade. A perspectiva conservadora considera que o estado-providência promoveu a passividade e dependência entre os pobres, assim, para promover a cidadania activa, devemos reduzir as regalias do estado-providência, e dar mais importância à responsabilidade de ganhar a vida, que é o aspecto central para a auto-estima e para a aceitação social.

Contudo, as correntes neo-liberais defendem a ideia de que o afastamento do Estado face á protecção económica dos cidadãos é a fundação para uma sociedade melhor, ideia que

é diametralmente oposta à ideologia de direitos sociais proposta por Marshall. Os neo-liberais sugerem que os programas de ajuda promoveram a passividade entre os mais pobres, sem melhorar efectivamente as suas chances de mudança, criando uma cultura de dependência. Assim, sugerem que esse bem estar económico deva pressupor o cumprimento de obrigações. Os defensores da cidadania social são, por sua vez, muito críticos em relação à ideologia neo-liberal sugerindo que se trata de um ataque ao próprio princípio da cidadania uma vez que só é admissível exigir o cumprimento das responsabilidades após o direito de participar ter sido alcançado.

Alguns estudiosos defensores de ideologias feministas argumentam que o ensaio de Marshall reflecte apenas a perspectiva dos homens brancos da classe trabalhadora. Argumentavam ainda que a sua afirmação de que na Inglaterra todas as pessoas eram livres e tinham direitos civis iguais era falsa, uma vez que apenas os homens tinham alguma liberdade jurídica e capacidade de exercício de direitos políticos ou civis.

Para Marshall, a cidadania social representava o fim da história da cidadania, ideia que não é partilhada por autores como Steenbergen (1994), Gunsteren (1998) e Habermas (1994), entre outros que defendem diferentes noções de cidadania. Encontramos assim a cidadania neorepublicana de Gunsteren, a cidadania europeia de Habermas e a cidadania ecológica de Steenbergen.

Se por um lado a noção de Marshall era optimista acreditando que a introdução da cidadania social representava não só o final mas também o coroar da evolução do conceito de desenvolvimento histórico da cidadania e não tinha em conta a possibilidade de retrocesso. Assim, torna-se claro que os novos desenvolvimentos e problemas surgidos, fundamentalmente apartir de 1980, criaram pressão sobre as noções de cidadania.

Quando se lida com a renovação do conceito de cidadania, o problema da inclusão e exclusão assume um papel crucial, uma vez que se trata de um problema antigo, mas que ganha importância nos últimos anos com o emergir de uma nova classe de rendimentos baixos, a emacipação dos grupos minoritários, os ataques ao Estado protector e as questões que se prendem com a participação e a marginalização. Na renovação do conceito de cidadania é a internacionalização que marca o ritmo da mesma. Marshall foi criticado por muitos autores pela sua teoria ser demasiado britânica, de facto, esta não tinha em conta que o desenvolvimento da cidadania podia ser diferente noutras sociedades e não explorava a

possibilidade da cidadania ultrapassar as fronteiras do nacional facto que se verifica nas cidades europeias e africanas.

Herman van Gunsteren (1998) desenvolve uma teoria de cidadania adaptada a era de reforma política que foi inaugurada pelas revoluções de 1989. Este autor interrogou-se sobre se a cidadania requeriria um consenso moral ou se seria a habilidade de organizar as diferenças o factor que permite as pessoas viverem juntas como cidadãos numa república. Para Gunsteren o exercício prático da cidadania, está longe de ser o ideal, mas é a fonte da sua vitalidade. Assim, em vez de apelar a uma maior participação, foca-se na vivência da cidadania daquela que, por qualquer motivo, são já activos na esfera politica.

Todas as sociedades modernas estão vinculadas ao processo de internacionalização sendo este de extrema importância, uma vez que a cidadania está historicamente ligada ao conceito de Nação-Estado (Habermas, 1994). Habermas acrescenta contudo que o conceito de cidadania nunca foi conceptualmente ligado ao conceito de identidade nacional.

Assim, e de uma forma sintética, podemos identificar diferentes noções de expansão de cidadania como consequência do processo de internacionalização. Começamos pela questão da cidadania europeia que Habermas questiona na sua genêse, uma vez que não existem possibilidades de uma acção politica colectiva que ultrapasse as fronteiras nacionais, nem a existência de uma consciência colectiva de obrigação face ao colectivo europeu. A sua opinião sobre esta questão não deixa contudo de reflectir algum optimismo face á cidadania europeia. Seguindo o exemplo da Suiça e dos EUA, Habermas acredita na formação de uma República dos Estados Europeus seguidora de um modo de equibilibrio entre o universal e o particular, assim o caminho da internacionalização levaria á globalização. Falk (1994) reflecte sobre o significado da cidadania global, levantando a dúvida de que esse seja o passo lógico, ou seja, se existe uma trajectória histórica da cidade à cidade-estado e da região ao globo. De acordo com este autor o processo recente de europeanização levou a uma forma de "olhar para o interior" com tendência para ignorar o mundo para lá da Europa, sustentando uma postura insular face à história do mundo contemporâneo. Podemos identificar ainda novas noções de cidadania como a ecológica e a cultural. A cidadania ecológica está directamente ligada com o habitat humano só podendo ser efectivada após a consciência de uma cidadania mundial (Dahrendorf, 1994).

A cidadania cultural defendida por Turner (2000) consiste nas práticas sociais que permitem aos cidadãos competentes participar inteiramente na cultura nacional. Esta cidadania cultural está relacionada com a globalização da cultura que pode ser associada com a crescente conexão do mundo económico e o desenvolvimento de um mercado cultural mundial.

O contexto mundial actual caracteriza-se por uma crise da cidadania. De facto, há factores que contribuem para o declínio do espírito de responsabilidade colectiva, com reflexos nos vínculos da cidadania: o individualismo, o enfraquecimento dos valores de referência tradicionais, a prática da corrupção, a exclusão, as elevadas taxas de absentismo nos processos eleitorais, a fraude fiscal, o desinteresse pela vida política, as manifestações cada vez mais frequentes de falta de civismo, entendido como respeito pelas regras da vida comunitária (Kymlicka, 1994).

No seu estudo, Isabel Carvalhais (2004) procurou explicar o círculo de exclusões que se geram no interior da própria cidadania, centrando a sua análise na relação que o Estado estabelece com os «não-cidadãos» e constatando que de todas as relações de poder é esta a que tem registado os níveis mais elevados de inadequação face aos desafios da globalização e aos novos perfis humanos das sociedades pós-industriais. Através da análise de algumas da condições históricas que estiveram na origem do Estado Moderno ocidental e da cristalização da democracia representativa e do seu modelo de cidadania, passando pelas causas da gradual incompatibilidade entre teoria e realidade, Carvalhais, foca-se na crise da cidadania propondo-se uma cidadania pós-nacional, com alternativas eficientes de solidariedade e de inclusão.

As questões relacionadas com a cidadania revelam uma importância crescente no contexto africano, e particularmente no caso angolano.

A possibilidade ou não de uma cidadania africana pode ser vista numa contextualização geral da cidadania universal e dela extrair traços identitários dos atributos possíveis ou aceitáveis que caracterizam a população do continente. Na contextualização geral, o grau de instrução da população é um factor de incidência na medição da cidadania, outro aspecto é o factor social. Contudo não se pode ignorar que o mundo hoje vive um "horizonte de incertezas", inserido tudo isso num pacote de dogmatismo, isto porque não há um consenso da existência da tal cidadania africana. Existe assim um relativismo na cidadania que se prende com um espírito de cultura de autenticidade dificultada pela evolução do processo histórico do continente.

2.1. - A Globalização e os Desafios à Cidadania

O debate sobre a globalização é uma das preocupações dos investigadores da actualidade, procurando entender esta interação ou corrente que aporta consigo fluxos económicos, políticos e culturais que afetam todo o *modus vivendi* das sociedades economicistas em que nos encontramos. Numa era de afirmações políticas conturbadas, após à falha dos sistemas socialista do bloco do leste, o vigor da social-democracia surge fragilizado com políticas económicas populistas que levam à bancarrota do sistema monetário internacional, deixando emergir novos actores na arena internacional, tais como a China, o Brasil e a Índia.

Alguns autores, como Moreira (2002), defendem a ideia de que o processo de globalização se inicia com a descoberta de uma rota marítima para as Índias e para as terras do Novo Mundo abrangendo cinco séculos de integração económica e cultural. No entanto, a periodização deste processo não reúne o consenso de todos os autores. Mauro (1995) considera dois momentos, um primeiro que corresponde ao período que medeia entre a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e que fazem com que a Europa, que liderou o processo inicial da globalização, resolvesse as suas disputas e rivalidades; sendo o segundo momento o da expansão depois de 1870, quando amadureceram as novas técnicas de transporte e navegação como o caminho de ferro e o navio à vapor.

Por seu lado Wallerstein (1991) considera que o processo de globalização ou de economia-mundo capitalista nunca se interrompeu. Para este autor, ocorreram momentos de menor intensidade, de contracção, ela nunca chegou a cessar totalmente. Na sua perspectiva até as grandes guerras mundiais de 1914-18 e de 1939-45, e antes delas a Guerra dos 7 anos (de 1756-1763), provocaram a intensificação da globalização quando se adoptaram macro-estratégias militares para acossar os adversários, num mundo quase inteiramente transformado em campo de batalha (Wallerstein, 1991). Por seu lado, Samuel P. Huntington (1996), considera a globalização como o processo de expansão da cultura ocidental e do sistema capitalista sobre os demais modos de vida e de produção do mundo, que conduzirá inevitavelmente a um "choque de civilizações".

Neste trabalho consideramos três etapas "clássicas" no processo de globalização (Moreira, 2002): uma primeira fase da globalização, ou primeira globalização, dominada pela expansão mercantilista (de 1450 a 1850) da economia-mundo europeia, marcada pelo

primeiro estabelecimento das feitorias comerciais na Índia, China, Japão e abertura aos conquistadores europeus das terras do novo mundo, pela revolução burguesa e abolição da servidão na maioria dos países; a segunda fase, ou segunda globalização, que vai de 1850 a 1950 caracterizada pelo expansionismo industrial-imperialista e colonialista dá-se o aumento da corrida imperialista e belicista que levaram os europeus a duas guerras mundiais (1914-1918/ 1939-1945), e a revolução industrial que trouxe a descoberta de novas fontes energéticas como a eletricidade e o petróleo, e a modernização do sistema de comunicações; e, por último, a globalização pròpriamente dita, ou globalização recente, acelerada a partir do colapso da URSS e a queda do muro de Berlim, de 1989 até o presente.

Nesta última fase a URSS entra em colapso com a política de Glasnot, culminando no fim da guerra fria e na queda do muro de Berlim em novembro de 1989, a China comunista abriu-se em várias zonas especiais para a implantação de indústrias multinacionais, os EUA consagrados como potência mundial, estabelecendo a era do dólar e o inglês como língua universal e levando ao mundo um patamar de americanização crescente (Seixas, 2009).

Na primeira fase estrutura-se o comércio triangular entre a Europa - fornecedora de manufacturas e África - que vende seus escravos, e a América - que exporta produtos coloniais. A expansão deste mercado favorece as industrias emergentes da Europa que vêm o seu mercado de consumo ultrapassar os limites das suas cidades, enquanto que a importação de produtos coloniais fez crescer o comércio europeu. Entre os principais portos europeus, americanos e africanos encontramos Lisboa, Sevilha, Cádis, Londres, Liverpool, Bristol, Roterdão, Amsterdão, Le Havre, Toulouse, Salvador, Rio de Janeiro, Lima, Buenos Aires, Vera Cruz, Porto Belo, Havana, São Domingo, Lagos, Benim, Guiné, Luanda e Cidade do Cabo (Seixas, 2006).

A transição para a segunda fase dá-se nos campos da técnica e da política. A partir do século XVIII, a Inglaterra industrializa-se aceleradamente seguida pela França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália. A máquina a vapor é introduzida nos transportes terrestres e marítimos. Esta nova fase será regida pelos interesses da indústria e das finanças, sendo a burguesia industrial e bancária e os funcionários reais os lideres do processo.

A terceira fase da globalização, também designada de globalização recente, inicia-se no pós 1989. Ao longo do século XX são três os projectos de liderança da globalização: o comunista, inaugurado com a Revolução bolchevique de 1917 e reforçado pela revolução chinesa em 1949; o da contra-revolução nazi-fascista surgida nos anos de 1919, na Itália e na

Alemanha, estendendo-se ao Japão; e, finalmente, o projecto liberal-capitalista liderado pelos países anglo-saxónicos, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Com o final da União Soviética em finais dos anos 80, os Estados Unidos da América tomaram as rédeas político-militares do mundo, apoiando a expansão e o desenvolvimento da economia global aberta. Nos meados dos anos 90 houve uma amplificação do processo da globalização proporcionando a liberalização do mercado financeiro e seu consequente crescimento (Seixas, 2006).

Na China comunista a política de Deng Xiaoping procurou conciliar o investimento capitalista com o monopólio do poder do partido comunista, esvaziando o regime da sua ideologia anterior, deixando hegemónica no moderno sistema mundial a economia-mundo capitalista, abrindo caminho à globalização. Concomitantemente acentuou-se a desigualdade no planeta com a atractividade dos investimentos em alguns países preferenciais como: a China, o México, a Tailândia e a Indonésia, devido, sobretudo, aos custos baixos da produção (Seixas, 2006).

Em pleno século XXI Esteves (2003) define a Globalização como a intensificação das relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa. Passados mais de cinco séculos e, depois de travadas lutas sangrentas que deixaram feridas, algumas difíceis de cicatrizar, o continente africano tenta reerguer-se não só politicamente como económica e socialmente.

No caso de Angola, Esteves (2003) assegura que este processo de globalização teve como marco a construção do caminho de Ferro de Benguela. Sendo um dos traços da globalização a economia dominada pelo sistema financeiro, pelo investimento à escala global, processo de produção flexíveis e multi locais, baixos custos de transporte, revolução na tecnologia de informação e da comunicação, desregulação das economias nacionais.

Freitag (2002) reporta as últimas décadas do século XX como a altura em que a economia global foi atingida por transformações consideráveis que provocaram o rompimento dos laços íntimos que existiam entre a África, América Latina e a Europa. Instalou-se um desinteresse pelas matérias-primas e mercadorias provenientes destes países, tais como: o café, o açúcar, a borracha e os produtos minerais. Consequentemente elucida-nos Freitag (2002) os investimentos estrangeiros directos aumentaram com grande incidência na área de serviços. Os mercados financeiros internacionais cresceram por efeito do desmoronamento

dos arranjos da Bretton Woods[1] suscitando um novo realinhamento e reestruturação na hierarquia das cidades em todo o mundo.

Esta nova era da globalização foi marcada por um novo período na aplicação de formidáveis recursos da técnica e da ciência, que devido à incorporação de novas formas de capital têm incorporado dois elementos fundamentais na formação social das nações: a formação técnica e a formação política. Para Santos (2000) a formação técnica no âmbito da formação social compreende os processos tecnológicos que vão aperfeiçoando as técnicas de produção e minimizando o número de pessoas a participar na produção e, a formação política que indica os sectores a serem contemplados com a organização da produção. Só este acto permite aos cidadãos com o seu rendimento elevar o nível de vida e gerar o capital financeiro necessário para a elevação do seu bem-estar social.

A articulação destes dois elementos constituintes do sistema de técnicas de informação exercem um papel de elo entre os cidadãos no seio da comunidade transformando-a para uma cidadania mais activa ou passiva conforme a análise conceptual.

Uma particularidade a reter está no facto da globalização ter atingido também o sistema de informação e comunicação que exige aos cidadãos do mundo conforme reporta Botelho (2005) uma mentalidade diferente, mais célere na ordem mundial que se quer equilibrada e mais solidária. O próprio sistema da globalização ao impor a proximidade das nações e povos proporcionou uma gestão de mudanças culturais e civilizacionais a um ritmo muito acelerado, afectando a cidadania ou melhor os direitos a que os cidadãos deverão ter direito.

Devido a este processo da globalização a movimentação dos capitais acelerou de tal maneira que as transacções dos recursos financeiros são feitos com o mínimo contacto humano, agudizando a miséria, aumentando a pobreza e a desigualdade das cidades com problemas socioeconómicos para uma centena de milhares de cidadãos em todo o mundo. Enfraqueceu o sector institucional e político ao privatizar sectores importantes da economia nacional a favor das grandes companhias privadas externas (Seixas, 2006). Financeiramente os governos viram-se incapacitados e dependentes dos grandes grupos detentores de dinheiro.

[1] 1946/1973, instituido pelo FMI para assegurar o esquema das paridades cambiais fixas com base no padrão ouro-dólar, um dos objectivos era provir o socorro temporário a seus membros em caso de desequilíbrios, www.pralmeida.org/05 Docs PRA/778Bretton Woods.html.

Abraçada aos problemas desta interacção de fluxos que ditam a marcha sócio económica do mundo acentuou-se a exclusão social, fenómeno antigo surgido após o desaparecimento do comunismo primitivo, que tem vindo a marcar os dias de hoje. Por fim também os laços de parentesco sofrem roturas em consequência da grande mobilidade dos factores bens e serviços, mas também da imigração das pessoas à procura de emprego.

De facto uma análise mais atenta demonstra que mundo global de hoje se encontra ainda dividido em civilizações (Huntington, 1996), cujas divergências em vez de se esbaterem apenas se agigantam. Veja-se a título de exemplo o caso do mundo islâmico onde os valores de base são discrepantes dos valores do mundo ocidental, não reconhecendo liberdades que no ocidente são fundamentais ou da China que vive condições políticas inaceitáveis. Assim, a globalização não é tão «global» como se quer fazer querer, seja na sua extensão territorial, seja na sua compreensão cultural.

Segundo Wallerstein (1991) o termo globalização define a uniformização supranacional dos padrões e processos políticos e culturais das nações ocidentais entre si mesmas, e consequente projecção sobre as demais civilizações, fruto das influências económicas e dos meios de comunicação capazes de atingir num ápice o globo terrestre. Esta comunicação entre os mercados levou à globalização jurídica dos riscos, na qual se manifesta forçosamente a solidariedade global, quer quanto aos sujeitos - solidariedade subjectiva -, quer quanto aos objectos - solidariedade objectiva, tende para a responsabilidade de se tornar cada vez mais objectiva quanto ao seu fundamento, deixando de lado a indagação da culpa subjectiva na produção ou ameaça de lesões (Wallerstein, 1991). Esta objectivação foi condição da conjunção da solidariedade comercial e privada com a solidariedade cultural e política, ou seja, da globalização dos negócios privados com os públicos num todo em que aqueles e estes cada vez mais se interpenetram e reciprocamente se influenciam. A conjuncção destas «solidariedades» abre espaço para si mesma, dando força e eficácia à atuação de entidades que, de internacionais, se tornam supranacionais, quer no plano económico, caso por exemplo do FMI, OMC, nos mercados, Mercosul, Nafta, Alca, entre outros, no âmbito político, ONU, OEA, e mesmo no plano cultural, caso da UNESCO. Este processo culmina na relativização da soberania dos estados nacionais através de tratados de defesa dos direitos humanos ou da constituição de comunidades supranacionais. A celebração destes tratados, quer para garantia de direitos humanos, quer para constituição de comunidades de nações, constituem, ao lado dos tratados internacionais clássicos, uma nova

espécie de tratados – os supranacionais – nos quais não se preserva a plenitude do Estado nacional, mas se lhe relativiza a soberania dentro de um inovador sistema político-jurídico supranacional (Wallerstein, 1991). Desenvolve-se assim uma crescente solidariedade jurídica no âmbito de jurisdição do Estado nacional, mas também dos organismos internacionais e supranacionais, reflectindo o crescimento da solidariedade ética interna e externa às nações actuais.

De facto, é a solidariedade humana que se está desenvolver para preservar a humanidade contra actos que a afectam. Actos esses que, ao longo do século XX, como se verificou nas duas Guerras Mundiais, a própria humanidade se mostrou tecnicamente e moralmente capaz de praticar. Assim, os valores humanos fundamentais, tais como a paz mundial, o equilíbrio do meio ambiente, a autodeterminação dos povos, o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos, o património comum da humanidade e tantos outros, tornaram-se necessitados de protecção, e por isso desencadearam uma geração actual de direitos, que visa proteger a própria humanidade mediante a promoção da solidariedade e da dignidade humanas.

Tal como o "Ser" africano fora rejeitado pelos colonialistas Areia (2005) ressalta a mesma atitude nos libertadores que despendem esforços para copiar e aperfeiçoar a gestão administrativa colonial. Por tudo isto o antropólogo apela a necessidade de trabalhar-se para a afirmação das identidades, resgatando o poder tradicional. A questão da identidade a que chamaríamos de cidadania, em Angola precisa de ser afirmada com a incorporação de valores comuns que pertencem o próprio aspecto político dinâmico da nação que está a ser erguida, e que será enriquecida pela participação contribuitiva das diferentes línguas, costumes, maneiras de ser dos diferentes povos que a constituem. Santos (Areia, 2005) demonstra que as diferenças culturais entre as pessoas em Angola não devem ser vistas como factor de divisão ou afastamento, porquanto elas constituem uma riqueza cultural do património comum. A necessidade imperiosa de consolidar esta riqueza cultural leva que o programa do partido que governa o país há mais de 35 anos evoque com veêmencia a necessidade de expulsar o fantasma do tribalismo, racismo e outras formas discriminatórias para não afectar a unidade nacional (Areia, 2005, p.4).

2.2. - A cidadania transnacional africana

Numa referência a um trabalho sociológico de Rumney e Maier, em que estes colocam a civilização como o "último estágio de cultura" Sampaio (2001), sintetiza em simples análise como o estádio cultural comportamental de um povo que tem e exerce o seu controle sob o meio ambiente. O conceito de civilização está associado ao respeito pelas leis, boa governação e primor, o que para os ingleses significa refinamento, que para além do intelectual inclui não só o saber de artes, de estética, de filosofia, como também ser gentil no relacionamento com as outras pessoas inclusive no jogo político e nas relações do poder.

A construção da cidadania africana não é dissociável da herança colonial, o que leva a que a história do direito de cidadania em África seja uma história de discriminação e exclusão. A grande maioria das fronteiras dos Estados africanos, mesmo aqueles que não eram colonizados, foram criadas pelas potências coloniais europeias durante a Conferência de Berlim de 1884-1885. Em 1964, a Organização de Unidade Africana, a organização composta pelos novos Estados independentes de África, decidiu manter essas fronteiras, decisão que tem sido amplamente discutida. Se os líderes dos países recém-independentes tivessem redesenhado as fronteiras da África por caminhos mais "naturais", isto é, ao longo de linhas que seguiriam limites da língua e etnia, ou pré -estruturas coloniais, ao invés de terem sido criadas com régua e mapa por pessoas a milhares de quilómetros de distância, que nunca tinham visto a terra que eles estavam dividindo. Diversas fronteiras em todo o mundo foram estabelecidas pela guerra e conquista, mas o caso de África é bastante incomum, sobretudo, pela brusquidão da transição e arbitrariedade do resultado. A rapidez da criação de colónias africanas e a conquista da independência no final dos anos 1950, fez com que os líderes que assumiram o controlo dos novos Estados africanos enfrentassem o desafio particular de criar uma comunidade entre grupos de pessoas unidas sem o seu próprio consentimento. O período colonial foi tempo suficiente para causar danos muito graves nas instituições de governo pré-existentes, e muito pouco tempo para criar novas instituições fortes que tivessem legitimidade aos olhos da população.

A história pós-colonial de África mostra como tem sido difícil criar um sistema de governo funcional entre povos sem história de organização política comum, mas surpreendentemente apegados às unidades criadas pelos colonizadores. Para além de deixarem como legado uma fraqueza institucional inerente aos novos Estados, os impérios europeus também deixaram um legado de sistemas jurídicos que criaram uma estrutura de cidadania, cuja característica central é a discriminação racial. As colónias foram fundadas com base na

distinção racial e étnica que justificava as lacunas no padrão de vida e os direitos jurídicos entre governantes e governados. Por um lado, havia colonos europeus - que eram cidadãos plenos, com os mesmos direitos que os seus parentes que viviam no país de origem dos colonizadores, e no outro haviam nativos africanos. Com excepção de uma pequena minoria que foi admitida à cidadania plena, o nativo era um subordinado sem plenos direitos. Aqueles que provinham de outros continentes - especialmente da Ásia, ou que eram de raça mista ocupavam uma posição intermédia, muitas vezes com as suas próprias regras específicas (Manbay, 2009).

Em toda a África, a discriminação racial determinava não só os direitos políticos, mas também a liberdade de movimento, e o direito de possuir terras. Nas «colónias de povoamento» consideradas adequadas para a imigração branca em grande escala as distinções foram particularmente acentuadas, em toda a África os brancos eram elegíveis para o título de proprietários de terras concedidas pelo Estado colonial, enquanto que os direitos dos africanos para manter a terra eram muitas vezes restritos e limitados ao que o poder colonial interpretava como as leis «tradicionais» (Boahem, 2010).

Na altura da independência, as leis dos novos Estados foram projectadas para reafirmar a igualdade de direitos de todas as raças e etnias. Novas leis de cidadania foram adoptadas, em grande parte com base em modelos do poder daqueles que os haviam colonizado, mas usando as versões que tinham aplicado aos seus próprios cidadãos de pleno direito, e não nas suas colônias. Tal como noutras regiões do mundo, essas novas leis baseavam o direito à cidadania numa combinação de descendência de pais que já eram cidadãos e o facto de nascimento no país. Embora o preconceito de gênero fosse uma característica comum dessas leis - como era na época em Estados europeus - a igualdade formal entre as raças era a norma. O termo «nativo» foi reapropriada nas ex-colónias britânicas para ser um factor de orgulho e não de inferioridade (Manbay, 2009).

Em grande medida, este processo foi necessário e positivo. A recuperação do espaço político e económico, foi por vezes, mais longe, para além das etapas para criar igualdade perante a lei e para corrigir as desigualdades económicas e políticas que a era colonial tinha criado, criaram-se medidas de protecção a aqueles que chegaram na esteira do império. Alguns dos países mais afectados pela migração criaram regras para negar a cidadania a pessoas cujos pais tinham sido imigrantes, ainda que tivessem nascido no país. Se o termo

«nativo» se tornou um rótulo positivo, termo «colono» passou a ser um termo de abuso (Manbay, 2009).

Muitos dos problemas relacionados com os direitos da cidadania têm suas causas na manipulação e exploração das regras que regeram a transição para a independência. Um certo número de Estados teve como objectivo, desde o início, excluir da cidadania àqueles que não poderiam reivindicar uma ligação ancestral à terra, e vários outros alteraram suas leis nos anos após a independência para fortalecer um elemento racial ou étnico da lei. O detalhe das datas em que o ancestral de uma pessoa chegou ao país tornou-se fundamental para os seus direitos hoje.

Assim, as leis de cidadania foram escritas em muitos dos novos Estados africanos que introduziram regras especificamente destinados a excluir os imigrantes recentes de plenos direitos de cidadania e, em especial, para excluir os descendentes de imigrantes europeus e asiáticos de cidadania por nascimento, mesmo que eles possam ter o direito de naturalizar (Manbay, 2009). Em alguns países, como o Uganda e a República Democrática do Congo, a própria Constituição limita aqueles que podem ser cidadãos por nascimento aos grupos étnicos presentes no país em uma determinada data, em outros, como a Serra Leoa e Libéria apenas aqueles que são «negros de descendência» podem ser cidadãos de pleno direito. Existem casos ainda, como o da Nigéria, em que há uma preferência implícita pelo nativo sobre o imigrante, uma vez que os seus ancestrais nasceram no país.

Manbay (2009) refere que não é por acaso, que estas regras sejam mais problemáticas nos países onde a migração da era colonial e desapropriação de terras foi mais marcante, onde o número de pessoas que chegaram durante império pós-independência eram maiores, e onde o poder político dos nativos se mostrou mais fraco. Tal como aconteceu mais tarde, após o colapso da União Soviética, quando os impérios europeus na África recuaram, deixaram para trás um legado de ressentimento contra os «invasores» e seus privilégios, que ainda se denota nos dias de hoje. Alguns dos casos mais flagrantes de discriminação da cidadania em África ilustram as consequências para a paz e a segurança do direito nacional de cidadania, verificando-se ainda o uso e abuso do direito de cidadania para silenciar os adversários políticos.

Em última análise, essas políticas podem levar a um desastre económico e político, ou mesmo a guerra, uma vez que têm sido usados para subverter o processo democrático e

reforçar ou prolongar a permanência no poder de um grupo em detrimento de outro, à custa, também, da estabilidade nacional e progresso económico (Manbay, 2009).

As questões de cidadania têm sido usados para silenciar aqueles que criticam o governo ou mesmo alegar a legitimidade a políticos da oposição que, alegadamente, não eram cidadãos do país onde vivem e trabalham, estas alegações, tinham muitas vezes como base, argumentos absurdos sobre as origens ancestrais do lado errado das fronteiras coloniais que não existiam na época do indivíduo ou do nascimento de seus pais. A aplicação da lei da cidadania pode reflectir e reforçar crenças culturais profundamente arraigadas ou preconceitos que excluem determinados indivíduos de uma participação plena na comunidade.

O conceito de cidadania deve ir além da ligação entre indivíduo e Estado para englobar ideias de autonomia individual e liberdade de se envolver de forma igualitária em todos os aspectos da vida pública e privada. As noções de pertença e direito (ou a falta dela) que vão muito além dos termos estritamente legais ou oficiais, permitem fazer reivindicações e operar a nível local, nacional e regional. Nos países africanos onde a noção de Estado é mais fraca, ou mais predatória, a ideia de cidadania nacional pode ser irrelevante para a maioria das pessoas.

Manbay (2009) argumenta que uma negação do próprio direito à cidadania ao abrigo da legislação nacional é muitas vezes fundamento para a negação de outros direitos. A discriminação étnica e de gênero na lei de cidadania pode excluir as pessoas afectadas não só do direito de votar e ocupar um cargo público, mas também do direito de acesso à educação, saúde e outros bens, bem como do direito à liberdade de movimento.

Diferentes abordagens para a cidadania são possíveis, mesmo em países que são tão multiétnicos como a Costa do Marfim, República Democrática do Congo e Quênia. Cidadania é um conceito dinâmico, a noção de «quem pertence» é surpreendentemente flexível ao longo do tempo, especialmente naqueles com autoridade de liderar o esforço para redefinir as regras. Os países africanos que tiveram uma abordagem inclusiva para a cidadania, que prevê um amplo acesso àqueles que nascem em seu país, estão entre os mais pacíficos desde a independência. A Tanzânia é um dos poucos países africanos que proporciona cidadania a quem nasce no seu território e tem, ao longo dos anos, tomado medidas para integrar as populações migrantes e refugiados nos direitos de cidadão pleno, o que tem beneficiado a paz social.

Um conjunto significativo de reformas, realizadas desde meados da década de 90, trouxe uma crescente igualdade de género às leis de cidadania, ainda que a maioria dos países africanos não permitam que as mulheres passem os direitos de cidadania para os seus maridos e filhos, como acontece no caso dos homens. As mudanças constantes nas regras sobre a dupla cidadania também fornecem motivo de esperança. Cada vez mais, os países africanos têm relaxado as suas proibições de dupla cidadania para permitir que os seus próprios emigrantes, agora na Europa ou na América do Norte, possam manter os seus vínculos com o país da nacionalidade dos seus pais ou avós. Embora a dupla nacionalidade só possa ser exercida por uma minoria em qualquer Estado, aqueles que possuem dois passaportes podem fornecer uma demonstração concreta de que não é necessário ter uma linhagem "pura" para ser um bom cidadão (Lavalle, 2003).

A construção da cidadania africana tem raízes na herança colonial e passa por diferentes fases: a proto-nacionalista; a nacionalista africana e as suas propostas revolucionárias; em seguida as conquistas, mas também as derivas da negritude e do pan-africanismo; e por fim as consequências para a cidadania, inclusão e respeito de identidades (Mamdani, 1996).

Mário de Andrade (1997) na sua obra *As Origens do Nacionalismo* refere que os movimentos nacionalistas são apegados à valorização dos filhos da terra, em oposição aos que dela não se interessam. Os seus membros revoltam-se pela falta de atenção das autoridades, pelo desleixo burocrático e as injustiças no tratamento dos residentes locais, em relação aos que chegavam da metrópole. A evolução destes movimentos, também chamados de nativos, ou nativistas, congregam cada vez mais reivindicações de carácter político, vertente que acabará por determinar o seu futuro: a luta por direitos e, nessa luta, a defesa da cidadania plena.

Contudo esta não era uma cidadania plena. Os proto-nacionalistas, como refere Mário de Andrade (1997), eram cheios de contradições e pensavam que os valores da terra estavam associados à sua capacidade de os protagonizar, ou seja, eles, letrados ou portadores de cultura e saber, no sentido lato desses termos, deveriam ter direitos iguais aos outros cidadãos portugueses. Mas aí parava a reivindicação.

Com os olhos postos no processo de independência do Brasil a elite colonial portuguesa distanciou-se um pouco de suas congéneres coloniais europeias, na legitimação de sua acção colonizadora. Durante todo o período republicano português sempre existiu alguma forma de representação das colónias nos poderes legislativos centrais, porquanto isso fosse

absolutamente não democrático, como justificação para uma ideologia centralizadora: uma só nação, dividida por vários territórios.

A "reafricanização dos espíritos" referida por Andrade (1997) dá a entender que os negros tinham mais do que direitos, tinham direito à sua própria independência, e a sua dignidade passava pela sua auto-determinação. A circulação de ideias marxistas dava uma base sólida para se poder conceber uma nova forma de luta, unitária, capaz de entender a complexidade da realidade colonial. A força desses movimentos virá do seu carácter unitário, e esse carácter reforça-se na base da concepção colectiva da África e das lutas nacionais.
Mário de Andrade designava a geração de seu pai como proto-nacionalista, admitindo que às lutas fragmentadas pela dignidade dos filhos da terra tinham uma vertente que levaria a uma reinvidicação de tipo nacional (Mata, 2000). Ele mesmo, acabou por integrar a geração que luta pelo direito a auto-determinação e independência, e fê-lo com a ideia de que Nação era um instrumento utilitário para unificar lutas fragmentadas. Nada de diferente em relação ao pan-africanismo, outra construção hipotética, inventada pela diáspora militante, que não dispunha de identificação territorial própria no continente (Amaral, 2000). Com o tempo vários líderes pan-africanistas vão chegando ao poder e começam a vislumbrar-se algumas diferenças entre o nacionalismo dos revolucionários asiáticos e o dos africanos (Mata, 2000). Como refere Mamdani (1996) a política africana está marcada por diversas dicotomias: luta pela integridade territorial herdada de fronteiras arbitrárias versus ideologia pan-africanista; discurso sobre construção nacional versus realidade pluri-étnica conflictiva; adopção de preceitos de desenvolvimento versus formas distributivas refractárias do mercado; promoção da cidadania versus extensão de práticas autoritárias perpetuadoras de sujeitos; recusa pelas elites de modelos institucionais importados versus formas de apropriação e consumo.

Como afirma Andrade (1997) "*foi pelo viés da revolução que os africanos inspiraram a esquerda europeia e os seus líderes passaram a ser venerados nas Universidades e centros de saber progressistas. Toda uma geração do pós-guerra empenhada na transformação profunda das sociedades ocidentais pulsou com o avanço da auto-determinação e das independências. A afirmação do negro e da negritude, serviu para algo significativo: a construção de uma ideologia poderosa*".

A negritude como fundamento é uma ficção. Não se pode converter um continente a uma raça (Pillay, 2004). Então o que é ser africano? Qual é a génese e justificação de outra ideologia sempre presente: o pan-africanismo?

Mário de Andrade foi um dos artífices dessa construção ideológica. À medida que o discurso étnico e racial penetra o interior dos movimentos de libertação, com conflictos e competição entre mestiços e negros, ele começa a questionar os fundamentos da valorização do negro às expensas dos princípios humanistas (Mata, 2000).

Mudimbe (1994), seguindo a mesma linha de pensamento, demonstrou que a ideia geográfica de Africa, começou por ser uma criação ocidental. Segundo Mudimbe desde o século XV que a África vai ser assimilada a uma ideologia que inclui os conceitos de primitivismo e selvajaria, importados da ideia de barbarismo; e que servirão para justificar o tráfico de escravos (Mudimbe, 1994). Mudimbe demonstra com precisão o processo de apropriação do conceito de África pelos movimentos políticos africanos e como, aos poucos, uma ideologia indubitavelmente gerou seu contraponto: o pan-africanismo. Contudo, este autor esquece o papel transformador que essas ideologias baseadas no pan-africanismo tiveram na mobilização cultural dos africanos, na alteração da sua condição política, na sua autodeterminação e transformação.

Com o alargamento da democracia multipartidária, a partir do final dos anos 80, modificou-se consideravelmente a paisagem política no continente africano. Nos seus primórdios essa transformação foi provocada pelo fim da guerra fria, mudança das relações do continente em termos económicos e comerciais, isolamento internacional crescente, ajustamento estrutural, pressão para reformas institucionais, no campo externo; e no campo interno, urbanização e aumento demográfico, juventude mais radical e desesperada, lutas pelos direitos da mulher, desigualdade crescente, aparecimento de movimentos cívicos. O poder preocupava-se agora com a restrição de liberdades na maior parte do continente e com a exclusão da cidadania.

2.3. - O Papel das Cidades

Manuel Villaverde Cabral (2008) na sua obra *Cidade e Cidadania. Governação urbana e participação cidadã em perspectiva comparada* analisa as práticas de cidadania em torno de dois eixos principais: por um lado, discute o "efeito metropolitano", aqui percebido como o efeito da influência específica do facto de se viver numa zona metropolitana no

exercício da cidadania, de outro lado "as mudanças societais que afectam a cidade". Verifica-se que, mesmo estando perante indivíduos com capitais escolares e socioprofissionais equivalentes, são os residentes na cidade que mais estão envolvidos em práticas comunitárias.

Grostein e Meyer (2006) no seu trabalho sobre os desafios urbanos e perspectivas de uma cidade da América Latina revelam "o papel de agentes e arenas do processo de transformação sócio económica e política e territorial", na sua região. A análise anteriormente feita, apesar de tratar-se da metropolização de uma região urbana na América Latina, encaixa-se nos estudos feitos por outras instituições e investigadores em outras metrópoles, onde se assegura que as cidades hoje desempenham um duplo papel. Da sua condição de agentes também são as arenas das grandes transformações que incidem nas sociedades, capazes de edificarem redes metropolitanas fortes que exercem um papel que dita o desenvolvimento nacional.

Em pleno século XXI existem cidades que não possuem uma rede urbana coesa, conectada e estruturada, contudo todas elas trabalham para a estruturação desta vertente devido as variadas trocas comerciais intensas que nela mesma ocorrem a nível político, económico e social.

Interessa recordar as características dos lugares centrais da conceção «Christalliana», que Costa (2002) traça como sendo concebidos com alguma mobilidade, quer dos bens e serviços, tal como dos seus consumidores, num formato de agregação de espaços elementares que elevam a sua importância dimensional e auxilia a qualificação das suas actividades.

Como não existem requisitos nem normas pré-estabelecidas para a dimensão de uma cidade, a população que a vai habitar também não obedece a critérios prédefinidos. Para Costa (2002) a dimensão da cidade varia no tempo e no espaço, de acordo com os contextos culturais, sociais, económicos e tecnológicos das cidades, adiantando que duas cidades da mesma dimensão podem ser diferentes na sua qualificação pela forma cultural e social que apresentam.

Os ambientalistas preocupam-se com o facto de as cidades estarem a perder a capacidade de regeneração do ecossistema natural devido ao desenvolvimento e crescimento desenfreado das mesmas (Lima & Pozzobon, 2005). Podemos dizer que há uma tendência para o sedentarismo planetário que Seixas (2005) aborda como sendo o factor da desertificação e entrave da regeneração do ecossistema, constituindo uma ameaça presente do planeta terra. Depois de dez mil anos do que Seixas (2005) chama sedentarismo planetário

devido ao êxodo rural para os centros urbanos podemos assistir à constituição de um handicap para a socialização e integração, que virá a provocar danos culturais uma vez que as pessoas que emigram para os centros urbanos tem de adaptar-se aos meios que encontram sem uma preparação prévia[2].

Enquanto Seixas (2005) define a Cidade como um palco "privilegiado" dos jogos de actos e textos de política económica e cultural onde o local se cruza com o global, outros estudiosos como Costa (2002) definem a cidade como o espelho daquilo que o homem necessita para interagir, estruturar-se e efectuar trocas em determinadas circunstâncias físico-social num contexto histórico (Freitag, 2002).

O conceito de cidade tem vindo a provocar opiniões divergentes de alguns filósofos e teóricos quanto ao seu estatuto e papel. Uns acham que a cidade não é mais que uma sociedade projectada num determinado território (Lefebvre, 1969), ideia partilhada pela maioria dos estudiosos, outros defendem que a cidade deve ser considerada de acordo com uma determinada densidade populacional- 15 a 20.000 mil habitantes, e ainda o grupo que cataloga que a cidade deve ser mais uma representação comunitária, (com aglomerado populacional), doptada de uma organização económica e com um certo nível de organização política, possuindo uma legislação própria (Freitag, 2002).[3] Os defensores das ideias de Flusser (Freitag, 2002)[4], defendem que a cidade deve estar apetrechada de um mercado de troca de bens, estrutura política/jurídica competente e vida cultural.

Apesar de Amaral (1992) achar que a definição de Lefebvre (1969) apresenta uma sustentação vazia onde a cidade parece uma página em branco, discordo e defendo, que uma sociedade logicamente está projectada num determinado território. Ela comporta todas as forças que integram este grupo, com os seus hábitos, costumes, regras etc. e são constituídas por personagens sociais. Outro grupo analisa-a como uma variável dependente, aludindo que a cidade é uma "objectivação de uma totalidade maior na qual se insere", como refere Amaral (1992). O interesse deste grupo debruça-se apenas nos factos históricos e daí analisam a cidade do ponto de vista do fruto de uma conjugação de causas económicas, políticas e

[2] Paulo Seixas (2005) adverte que a maior parte da população africana vive nas áreas rurais, apenas 37,9% se encontra na cidade.

[3] .Definição de Max Weber apresentada por Bárbara Freitag.

[4] Vilhém Flusser, filósofo checo, citado por Bárbara Freitag.

sociais. Entretanto a cidade, embora tenha aparecido depois do mercado, espelha a evolução das tipologias urbanas em si e apresentam-se como aglomerados territoriais sem mercados de troca, desprovida do cariz mercantil.

Na análise de Freitag (2002) apesar das divergências sobre o conceito da cidade, existindo contudo uma ideia comum, o facto deste espaço urbano ser caracterizado por um corpo diversificado, como uma área de troca e possuir estrutura política/jurídica, concordamos que não é possível existir uma representação comunitária sem se reger em documentos - regulamentos, estatutos e outra documentação.

Numa análise contundente, a cidade é o "lugar onde convivem as relações capitalistas impessoais com o nepotismo" o legal com o ilegal, os ricos ao lado dos pobres, a religião e a ciência "família com o individualismo crescente" (Amaral, 1992). Amaral (1992) critica as urbanizações super modernas que convivem com uma periferia pobre, insalubre, vazia onde o mendigo e o doutor se chocam.

Para Freitag (2002), cidade, cidadão e cidadania são parte do tronco comum radical que é a «civitas» resumindo-se esta ao espaço onde as pessoas vivem em conglomerados urbanos com alguns direitos e deveres "mutuamente respeitados".

A cidade pode ser vista como um aglomerado populacional, com estradas, ruas e travessas arborizadas concebidas pelos melhores engenheiros paisagistas, sem descurar a área de lazer que os ambientalistas fazem questão de defender. Os aglomerados urbanos confrontam-se com desafios, oportunidades e ameaças no seu dia-a-dia, impostos pelo sistema de funcionamento das sociedades abertas e mais globalizadas, tal como refere Costa (2002) na sua análise. A cidade no seu todo é concebida como área espacial, um território pensado como lugar residencial urbano, que vai para além da estrutura arquitetónica planificada nos gabinetes de projectos camarários ou definidos em fóruns internacionais sob a égide de órgãos reitores, que tentam salvar as cidades tradicionais.

Contudo, a cidade constitui uma estrutura política estratificada para protecção e defesa da soberania a que Hobbes se refere como uma alma artificial que sustenta o movimento do corpo, porquanto alega ser um homem artificial (Marques, 1996). Ao reconhecer o quão importante é o papel das cidades, importa realçar que ela é o ponto primário de contacto sobre a política, social económica e cultural de determinado país. Daí urge a necessidade primordial de que ela tenha uma representação e participação activa da sociedade civil nos assuntos da

urbe, uma vez que a cidade sente o peso que os cidadãos sofrem com as crises económicas e deve estar sempre preparada para responder às adversidades do momento.

Nesta base deve a cidade possuir instituições comunitárias que aglutinem os cidadãos para mais facilmente solucionar os problemas, através de uma governação multinível, com a promoção de políticas de coesão para permitir a integração das populações e garantir um desenvolvimento mais equilibrado, solidário e competitivo no cômputo das cidades (Brumes, 2007).

A cidade deve ser o *front-office* da materialização, defesa e preservação dos direitos humanos. Ao abordar a tipologia das cidades, Freitag (2002) refere a perspectiva de Sassen que defende ser necessário, para além do aspecto funcional da urbe, velar pelos interesses comuns dos seus habitantes, assegurando a prevalência dos direitos humanos e desmitificar o conceito de "global cities" promovendo a unidade entre cidade/cidadania.

A governação multinível conforme retrata o livro branco sobre as cidades Atlânticas é feita de forma alargada, na base de estruturas flexíveis e formais devido à situação complexa pluridimensionais desta época.

As cidades devem ser o motor do desenvolvimento regional e protagonista de pleno direito na construção da cidadania, preparação e aplicação das políticas de integração e harmonização através da observância do princípio da subsidiariedade para as áreas a si circundantes, ponto de vista partilhado por Seixas (2006) ao citar o relatório da Uni habitat "as cidades são o lugar e o motor da mudança económica e social", justificando a sua estruturação eleva o nível socioeconómico dos seus ocupantes e consequentemente um aumento do rendimento *per capita* fruto de economias mais estáveis e melhor resposta na sua inserção na economia global.

A inserção das cidades num mundo global pode ser vista segundo dois pontos de vista: o primeiro é o de que as cidades estão a formar uma rede de cidades mundial, com uma geografia particular, localizada no centro da cidade (poder de comando permanecendo em cidades-chave e poder de rede em cidades não centrais), afectando a mudança social futura. Esta rede citadina mundial faz parte de processos de globalização que são inevitáveis e irreversíveis. Esta é conceptualizada como uma rede integrada com as cidades como nódulos em espaços de fluxos que interliga as localidades com toda a rede. As grandes cidades europeias são centros de poder central, mas estão sempre muito ligadas às outras (domínio de espaço de lugares), sendo menos proeminentes nas redes de cidades mundiais (proeminência

de espaços de fluxos) – um padrão de liberdade emergente nas cidades, especialmente em regiões menos desenvolvidas. Esta rede não é inerentemente regressiva na sua natureza; pode servir como capital global, assim como criar novas politicas económicas (conceito para redes de troca e comércio), operadas através dos princípios de cooperação e mutualidade.

O segundo é o de que as cidades reflectem agora uma sobreposição da cultura económica, com cidades como Nova Iorque, Paris, Londres e Tóquio a emergirem como centros da economia e cultura mundiais, sendo destinos populares de imigrantes, que tendem a ser vulneráveis à exploração e congregação em conclaves.

As grandes cidades europeias estão a reflectir um crescimento de coligações de pessoas que procuram lucro, líderes políticos e instituições culturais, fazendo o económico tornar-se cultural e vice-versa (Abrahamson, 2004).

Comercializar as ofertas culturais de uma cidade aponta tanto para o consumo da cultura como para o de geração de capital numa cidade. Com as cidades capital a operacionalizar a globalização enquanto redes mundiais, estudar as relações e ligações entre as mesmas torna-se necessário. As lacunas como falta de dados e estudos acerca das relações entre as cidades é um facto. Compreender a natureza das cidades na globalização é um conhecimento essencial. As cidades partilham todas características comuns (por exemplo, natureza orientada para mercado). Elas possuem ainda um potencial para o dualismo, promessas: riqueza, inovação e mudança social; versus problemas: prostituição, pobreza, crime e poluição, entre outras. As cidades são muito importantes, quer em termos locais e globais, dado que são centros de troca, estabelecimentos de comércio, empresas de negócios, tecnologia e cultura. São destinos para imigrantes em busca de emprego, representando muitas vezes os lugares mais influentes do mundo. O nosso sucesso e sobrevivência no mundo de hoje depende do conhecimento que temos acerca destes lugares. As cidades são entidades particularmente desafiantes de se compreender, dado que além de terem personalidades múltiplas, oferecem muitas faces a pessoas muito distintas (Abrahamson, 2004).

2.4. – O conceito de cidade no continente africano

Os estudos académicos sobre a África milenar centram-se apenas no colonial e pós-colonial e são poucos os investigadores como Areia (2008) que se mostram preocupados com a busca deste continente mitológico, onde o feitiço ultrapassa a crença e se assume como cultura e arma para a conquista do poder, da paixão e do amor. O invasor colonial lutou contra o feitiço mas não o venceu, nenhum povo estranho o vence apenas se extasia assumindo que pelo território morrerá. É esta África feiticeira? São os africanos mitológicos ou a mitologia faz parte do ser africano!

A África aprisionada durante cerca de cinco séculos, liberta-se finalmente do "paradigma colonizador" que provocou o seu atraso neste comboio da globalização sem resposta adequada aos desafios que se lhe impõem. O facto das cidades africanas serem de um crescimento horizontal devido a sua periferização, confere ao continente um sinal de «desglobalização» fruto do seu sentido urbano desencontrado no âmbito da economia mundial (Seixas, 2006, p. 32). Contudo, a própra colonização constituiu uma forma particular de globalização. O continente africano na sua génese abarca em cada território povos diferentes com uma cultura variada. Angola, tal como na maioria do continente, constituiu-se a partir de um conjunto de reinos de várias etnias e tribos, oriundas de diferentes comunidades e línguas faladas. Esta diversidade na constituição etnocultural e linguística semelhante a vários países cuja história política passou pela colonização, fraturou as comunidades existentes e deu ao território uma riqueza multicultural cujas manifestações expressivas têm grande incidência na sua acção de cidadania.

Em África as cidades cresceram 10 vezes nos anos 60/70 (Seixas, 2006, p. 30) tendo esse crescimento declinado nos anos 80/90. O autor em referência alude que as cidades médias cresceram mais que as cidades grandes, houve uma expansão do sistema educativo, cresceu "a cidade informal", provocando uma estagnação da economia. Expostas neste formato a desenvoltura delas, afetou a morfologia urbana, sem que em paralelo acontecesse uma "expansão horizontal" dificultando a gestão urbana em pleno seculo XXI.

Para Seixas (2006) as mudanças da morfologia das cidades africanas deveram-se ao facto destas terem sido cidades criadas por um sistema colonial institucionalmente gerido por uma política colonial que no pós independência foi arrasada por uma migração "rural-rural".

As cidades que existiam passaram a ser cidades europeias *versus* cidades indígenas e comportando, consequentemente, a periferização e o crescimento da habitação informal. Contudo, importa questionar que cidades se querem definidas para a África, um continente

onde abundam as matérias-primas no subsolo, com um índice de analfabetismo elevado, sem grande tradição na indústria de materiais de construção! Não será que se pretende transportar as cidades europeias e impô-las aos africanos!?

Na analise que nos propomos realizar, focamos a nossa atenção na República de Angola. Após mais de duas décadas de guerra civil, o governo angolano aposta num grande desafio de combate à pobreza. A guerra provocou a desativação do débil sector industrial que o país havia herdado do regime colonial e, consequentemente, os cidadãos viram-se mergulhados numa pobreza extrema com a ausência dos mais elementares meios básicos para a subsistência humana.

O país foi penalizado pela ausência de coerência na sua política de estabilidade económica na sucessão da Iª. à IIª. República Em termos de históricos a IIª República foi proclamada durante o regime monopartidário, com a aprovação, pela extinta Assembleia do Povo, de um conjunto de leis, entre os meses de Março de 1991 e Setembro de 1992. Este pacote legislativo multipartidário, foi alterando, progressivamente, o figurino do Estado. O principal destaque destas medidas vai para Lei de Revisão Constitucional nº 23/92 de 16 de Setembro, ainda que uma primeira revisão da Constituição já tivesse sido efectuada em Março de 1991, com a aprovação da Lei nº 12/91, orientada para a necessidade de se consagrar o pluripartidarismo e a despartidarização das Forças Armadas. Introduziram-se assim, as primeiras alterações de fundo na Constituição da República Popular de Angola e que se destinavam à criação das premissas constitucionais necessárias à implantação da democracia multipartidária, à ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como à consagração dos princípios basilares da economia de mercado (Carvalho, 2002, p. 107).

A situação de frustração vivida no decorrer da guerra civil, que durou mais de duas décadas, perdura após os dez anos de paz, afetando sobretudo a camada mais jovem da população. O rendimento nacional continua mal distribuído acoplado a um fenómeno de corrupção a vários níveis que teima em elevar-se. Os salários dos trabalhadores continuam baixíssimos embora o governo faça periodicamente alguns reajustes, estando o poder de compra de um trabalhador médio abaixo das suas necessidades elementares.

O relatório de 2011 do PNUD[5] colocou Angola na posição 148 entre 187 países analisados, tendo-a considerado um país com baixo desenvolvimento humano. No ano de 2000 o índice de desenvolvimento humano em Angola era de 0,384 situando-se este em 2011 em 0,486, sendo o rendimento *per capita* do país no valor de 4874 dólares nesse mesmo ano. Com uma riqueza que continua concentrada nas mãos de uma elite de cidadãos próximos a membros do governo, enriquecida à custa do erário público, justificada na necessidade da edificação de uma burguesia nacional. Em relação à pobreza o PNUD aponta para 58.4% de intensidade de privação, sendo que 10.7% da população é vunerável à pobreza e 54.8% vive em situação de pobreza grave.

O Kwanza, moeda angolana, atingiu uma certa estabilização depois do final da guerra civil, contribuiu para isso inequivocamente o *boom* do petróleo verificado no mercado internacional em 2008, que proporcionou ao país uma considerável prosperidade a nível internacional e aos cidadãos uma subida ligeira no nível de vida.

A esperança de vida da população angolana situa-se nos 47 anos em 2011, com uma idade mediana de 16.6. O mesmo relatório aponta para que cerca de 1/3 da população continua a viver nas áreas suburbanas e zonas adjacentes, sem o mínimo de condições de salubridade e de segurança.

O deficiente abastecimento da água potável sofreu melhorias consideráveis, dos 44% da população com o acesso do líquido precioso em 2006 passaou para uma percentagem 51.3% nos dias de hoje, tendo o saneamento alcançado 68.5% da população[6]. O calcanhar de Aquiles de Angola continua a ser a distribuição da energia elétrica que é feita numa grande extensão territorial por sistemas de geradores. Quanto ao saneamento básico este quase não existe nos subúrbios e é escasso nas áreas urbanas onde se concentram o maior número da população citadina, como em Luanda, Benguela, Bié, Huambo, Lubango, Namibe e Sumbe verificando-se ainda a existência de estruturas débeis para apoio à saúde desta população carenciada. A sociedade civil emergente vive as expensas do governo, o que reduz a sua força e a enfraquece perante os desatinos de certa franja da sociedade que detem o poder financeiro em detrimento da maioria que se vê a empobrecer cada dia que passa.

[5] Segundo relatório do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011.

[6] PNUD - 2011.

Nas áreas urbanas há uma maior incidência da delinquência, prostituição e abandono escolar imperando uma desigualdade social que Carvalho (2002) assegura resultar do baixo índice da qualidade de vida, que contribui desta forma para que a pobreza e a exclusão social transitem para as gerações vindouras.

A África pós-colonial é constituída de guerras civis mortíferas, movidas pelo pendor da embriaguez política da luta pelo poder que afetou por sua vez Angola, e em particular, para o estudo que apresentamos Luanda e Benguela. A guerra provocou um retrocesso no desenvolvimento originando formas adversas na cultura, no comportamento e nas acções sociais, travou a produção dos meios necessários a subsistência da população e da indústria alimentar e ligeira que o país possuía, concomitantemente desvirtuou o sentido arquitectónico e urbanístico das cidades (Bettencourt, 2010).

Relativamente ao fenómeno globalização aliada à cidadania interessa-nos analisar os factores adversos a que o país tem vindo a assistir no âmbito da sua interação com outros povos, quer por razões políticas e económicas como devido à própria conjuntura do processo tecnológico mundial.

O sistema económico adoptado pelo Estado angolano durante as duas constituições, a estruturação da elite empresarial reduziu a participação do cidadão no desenvolvimento social. Carvalho (2002) considera que a exclusão social em Angola deve-se não só à guerra mas também ao regime político e ao sistema económico. Para combater a pobreza o governo angolano recorreu ao financiamento através de linhas de crédito chinesas que para além do dinheiro, reduziram o mercado de emprego para os angolanos com a sua mão-de-obra inclusive a não especializada.

2.5. – A Cooperação Internacional em África

A cooperação internacional constitui uma vertente das relações internacionais e inserem-se no âmbito da política internacional. É um acto que serve para unir sinergias, repartir conhecimentos ao nível internacional. Para alguns filófosos que defendem a "Centralidade do Estado como actor unitário e racional, circulando por uma estrutura de permanente conflito e um sistema anárquico" na visão da perspectiva realista da teoria das relações internacionais segundo Miguel (2010) este acto deve ser protelado tendo em conta a

anarquia do Estado, asseguram que nenhum Estado deve confiar no outro. A cooperação pode ser exercida num nível micro económico, como no nível macro económico, importante é que a sua base seja sempre no sentido da reciprocidade de vantagens. Por regra estes actos incidem em várias vertentes da vida económica, actividades produtivas ou sociais aos serviços comunitários.

Argumentamos a cooperação internacional enquadrando ela no sistema de relações internacionais viradas para o desenvolvimento ao que os Estados e as Organizações recorreram a partir do séc. XX (Conde, 2009 p. 13). Enquadramos no pensamento idealista em que os Estados cooperam para a resolução de conflitos através da incitação dos seus agentes que Conde, 2009 refere como sendo as organizações, os indivíduos (partidos), grupos de interesse, meio ambiente e outros. Em 1960 Keohane e Nye requacionaram a noção de anarquia própria do sistema internacional, repudiaram o uso da força nas relações internacionais criando a teoria da interdependência para a mudança das relações políticas locais com o exterior.

As práticas da cooperação resultantes da Teoria da dependência dos Estados incentivadas nas décadas 60-70 não atingiram o desenvolvimento esperado dos países aos quais fora direccionados, porém, pressupõe-se que acentuaram mais o subdesenvolvimento dos mesmos, pois nas relações de ajudas externas o maior interesse era fortalecer as alianças e influências políticas conforme cita Conde (2009 p. 15). Alguns teóricos creem ter sido a intrisidade do próprio sistema que revitalizou o desenvolvimento dos países ricos, criou uma subordinação económica aos países pobres.

O final da guerra fria trouxe um novo alento nas relações inter estados, a extinção do bloco do leste e a maior aproximação e cooperação dos EUA a Rússia configuraram um equilíbrio na arena internacional. Para os países africanos criaram-se acções de cooperação para o desenvolvimento liderados pelos EUA e pela URSS. Contudo o estádio de desenvolvimento e a ausência dos factores implícitos para o sucesso dos mesmos como a pobreza, a ausência de um sistema de comércio livre, a falta de cultura de poupança doméstica e o execesso da participação pública na economia provocaram outros problemas de carácter sociais e desincentivo a iniciativa privada (Conde, 2009).

Nos finais dos anos 80/90 caíu o pano de fundo da Teoria da Dependência com a liberalização do mercado. Reformaram-se os sistemas institucionais para melhor liberalização

da economia nos países de economia centralizada, a comunidade internacional exigiu dos países pobres mais transparência na gestão das ajudas externas. Para reduzir a pobreza a nível do mundo, impuseram-se reformas políticas nos países subdesenvolvidos na área da democracia, defesa dos direitos humanos, protecção do ambiente, maior inclusão das mulheres e o incentivo do empreendedorismo local (Conde, 2009 p. 24). A globalização permitiu uma maior mobilidade dos capitais, os Estados-nação deixaram de ter uma hegemonia no controlo do capital financeiro, a liberalização do mercado de capitais flexibilizou o sistema de produção e a economia global.

As economias dos países em desenvolvimento têm vindo a crescer e posicionando-se nos mercados emergentes, note-se que elas representam 80% da população mundial, concomintantemente assiste-se nestes países o movimento migratório campo-cidade[7]. Fruto do êxodo rural os centros urbanos registam um elevado capital financeiro pela avalanche da economia informal que se vai instalando na periferia das grandes cidades como Lagos, Luanda, Kinshasa, Bamakou, Ouagadougu etc. Na história recente da África subsahariana regista uma panorâmica de conflitos inter estados como o caso do Rwanda-Burundi-Congo, a guerra civil em Angola e estes constituíram também os motivos pelos quais há um exército de cidadãos sem qualificação profissional no mercado paralelo.

A reconstrução dos países envolvidos recentemente e não só em quesilhas só é possível com a cooperação internacional. A fase pós colonial dos países africanos há quase meio século (com excepção dos países de língua oficial portuguesa e do Zimbabwe), fora desastrosa. Os parcos recursos que herdaram nos anos de colonialismo das nações europeias sofreram um desgaste acentuado em termos técnicos alguns pela má preservação ou falta de manutenção, outros simplesmente a guerra destruiu.

No início do século XXI assiste-se o progreesso económico dos países Asiáticos, um novo actor internacional, a China apostou na competição dos recursos estratégicos e mercados de África (Conde, 2009, p. 25)[8]. Na sua estratégia para a cooperação económica com os países africanos, a China adopta medidas diferentes dos países do ocidente começando pela não ingerência nos assuntos internos, criam joint-ventures, suprimem a dupla taxação nos

[7] www.ecb.europa.eu/ecb/tasks/internacional/energing/html/index.pt.html.

[8] Conde cita Ronan Morin-Allory, 2005

produtos importados. Os investimentos chineses nos países africanos são fundamentalmente efectuados nas áreas do seu interesse como dos recursos naturais, agrícolas, construção e reconstrução de infraestruturas, telecomunicações e indústria farmaucéutica (Conde, 2009 p.36).

CAPÍTULO III – CIDADANIA EM ÁFRICA E CIDADANIA AFRICANA

Ao longo do tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Alguns autores afirmam mesmo que essas sociedades não podiam ser objecto de um estudo científico, nomeadamente por falta de fontes e documentos escritos (M'Bow, 2010). Assim, para escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas ao próprio continente, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Com efeito, havia uma recusa de considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhes são próprias e que o historiador só pode aprender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método (M'Bow, 2010).

Esta visão evoluiu desde o fim da IIª Guerra Mundial, momento em que os países africanos, tendo alcançado a sua independência, começaram a participar activamente da vida da comunidade internacional e nos intercâmbios a ela inerentes. Como refere M'Bow (2010) os próprios africanos, no exercício de seu direito à iniciativa histórica, sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades.

Devisse e Vansina (2010) referem que um historiador no ano de 600 não poderia ter previsto, mesmo em linhas gerais, o que viria a ser África por volta de 1100, contudo um observador atento no ano de 1100 poderia ter previsto as grandes linhas orientadoras do que viria a representar este continente em 1500 e, no plano cultural, até mesmo por volta de 1900. Reconstruir o passado dessa vasta zona do continente africano no período que vai de 1100 a 1500 constitui um difícil desafio para o historiador. Nessas condições, a única abordagem possível é tentar reconstituir a história a partir dos dados arqueológicos e linguísticos

existentes (Vansina, 2010). A análise arqueológica permite-nos afirmar que já antes de 1100 a agricultura era praticada por todo o continente, com excepção do interior de Angola meridional.

Por toda a região, as técnicas artesanais já haviam assumido as características que conservariam até inícios do século XX: a metalurgia do ferro estava bem desenvolvida, assim como a cerâmica, a fabricação de cestos, a tecelagem em ráfia, a tanoaria e a extracção de sal do mar, dos mangues, de plantas ou ainda de sal-gema (Vansina, 2010).

De início, os grupos de fala bantu agrupavam-se em aldeias compactas e a sua autoridade baseava-se em princípios territoriais possuindo chefes políticos a nível de aldeia.

Existiam ainda os chamados «senhores da terra», que mantinham uma relação privilegiada com a terra, por intermédio de espíritos de quem eram os sacerdotes desfrutando de uma autoridade que, na verdade, era política. Estes «senhores» parecem ter governado conjuntos de aldeias, cada um dos quais constituía uma espécie de distrito ou uma unidade territorial. O fortalecimento destas linhagens culminou no reconhecimento dos senhores da terra como chefes políticos e o aumento nas rendas auferidas por uma linhagem reforçava, ao mesmo tempo, o poder do seu chefe. Assim, o patriarca converteu-se em chefe territorial e posteriormente em fundador de Estado, mediante a absorção de outras linhagens ou a imposição de sua autoridade pela força das armas.

Assim, os Estados africanos nascem do fortalecer da autoridade de um chefe de uma linhagem que consegue impor-se a outras mais fracas. Estes Estados têm contornos específicos, tratando-se de territórios que englobam diversas aldeias que reconhecem a autoridade política de um chefe, rodeado de funcionários que constituíam o seu conselho. Este chefe detinha, para além do poder politico, um poder religioso que lhe conferia um caráter sagrado, sendo responsável pela redistribuição dos excedentes retirados dos produtores. Assim se fez necessária a obtenção de um excedente superior ao normal e consequentemente recorreu-se ao trabalho escravo para rentabilizar a terra disponível em abundância.

Os primeiros escravos foram certamente prisioneiros de guerra e viriam do aumento dos combates entre estes novos Estados emergentes. Vansina (2010) realça que as características religiosas eram provavelmente comuns aos agricultores de toda a região, tais como: a feitiçaria, os rituais de fecundidade dirigidos pelo senhor da terra, a importância dos espíritos locais e de ancestrais, o respeito tributado aos adivinhos e curandeiros.

O período entre o século VII ao XI da Era Cristã foi marcado por um desenvolvimento das relações entre as diferentes regiões da África (Bathily, 2010). O facto de esse impulso ter coincidido com a expansão muçulmana levou alguns autores, como Raymond Mauny (1970), a afirmar que foi graças à conquista árabe e à islamização que a África Tropical saiu de seu isolamento e foi ligada ao resto do mundo (Mauny, 1970).

Aparentemente, a história da África oriental começa a ser conhecida a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi, descreveu uma importante actividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico.

O tráfico de escravos ocorrido no continente africano desde do século VIII, por parte do Oriente, e logo após pelo Ocidente, a partir de 1500, teve um impacto devastador nas sociedades Africanas. Estas foram desarticuladas e os grandes espaços administrativos historicamente constituídos fragmentaram-se dando lugar a numerosos pequenos reinos em constantes guerras entre si. Esta divisão enfraqueceu as sociedades africanas que perderam a capacidade de resistência perante as agressões externas. Esta desarticulação do continente Africano, por sua vez, preparou as bases para a colonização directa pelo Ocidente. Como refere Mokhtar (2010) a partir de 1860, a África começou a perder sua independência política com a implantação, em seu território, de todas essas potências européias que a colonizaram militarmente, país por país e região por região: franceses, britânicos, belgas, portugueses, espanhóis, alemães, holandeses. As elites africanas foram decididamente derrotadas e a Europa assumiu diretamente a conduta política do continente africano. Entre 1884-1885, com a Conferência de Berlim, os africanos perderam a sua soberania nacional, a iniciativa socioeconômica e sofreram uma grave limitação de sua autonomia cultural. Num período de cerca de quarenta anos - entre 1860 e 1900 -, o continente africano foi dividido em colónias e protectorados (Ranger, 2010).

Nos anos de 1860 e 1900, todos os países africanos ficaram subjugados ao imperialismo europeu que desarticulou todas as estruturas básicas da administração autóctone. Com a implantação dos valores e usos ocidentais, a África não seria nunca mais o que, até então, tinha sido e os africanos perderiam uma grande parte da confiança em si, proporcionada pelas próprias culturas autóctones e pelas suas civilizações regionais. Para Mokhtar (2010) poucos têm uma ideia do que realmente foi a colonização para os africanos. Muitos continuam ignorando ou minimizando o facto de que a colonização da África foi um verdadeiro acto de genocídio contra a raça negra. Um genocídio tão extenso quanto o

genocídio que foram os tráficos negreiros, por uma parte, e a escravização dos africanos nas Américas, por outra.

3.1. – Perspectivas sobre África no séc. XIX

No período entre o século XV e o século XIX foram-se definindo as fronteiras dos países que hoje em dia conhecemos, é o caso do Reino do Congo, República do Congo, Angola, Camarões, Nigéria, Níger, Tchade, todos estes países foram-se formado quer por acção local e quer por acção colonizadora de outros países, como a Alemanha e a Holanda, na Tanzânia, na África do Sul, a Bélgica no Congo, Portugal em Angola, Moçambique, Guiné Bissau, S. Tomé, Cabo Verde, o Reino Unido no Quénia e na África do Sul bem como, incluindo o Norte África a acção da Espanha (Bathily, 2010).

O fenómeno do colonialismo é geralmente definido como a ocupação e controle de uma nação por outra, sendo que ao longo dos últimos cem anos, vários países europeus colonizaram muitas áreas do mundo. Estas estavam espalhadas na América do Norte e Sul, África, Ásia, Austrália e várias ilhas menores ao redor do mundo. As grandes nações européias colonizaram a África do final do século XIX até meados do século XX. Com a industrialização do século XIX na Europa as fábricas necessitavam de uma fonte de matérias-primas, bem como, um mercado para os bens fabricados. Assim, esta motivação económica desempenhou um papel de relevo na colonização da África, associado aos nacionalismos que resultaram em competição entre as diferentes nações europeias. Nenhuma das grandes nações queria abdicar de possuir territórios coloniais, sendo a competição particularmente forte entre a Grã-Bretanha, França e Alemanha, os mais forte Estados-nação no final do século XIX (Boahen, 2010).

Por outro lado vemos surgir as ideologias de hierarquia. Muitos europeus viam-se a si mesmos como a civilização mais avançada do mundo tendo como missão esclarecer e civilizar as pessoas no resto do mundo. Esse sentimento de superioridade racial e responsabilidade foi capturado no poema escrito em 1899, *O Fardo do Homem Branco* pelo poeta britânico Rudyard Kipling. Muitos estereótipos raciais sobre os povos africanos, que existiam na época, foram usados para justificar o colonialismo em África.

A colonização da África coincidiu com a expansão da actividade missionária cristã em África. A actividade missionária cristã começou no século XIX durante o mesmo período de

tempo que os países europeus se tornaram mais presentes no continente africano. Embora muitos missionários fossem contra os aspectos mais duros do colonialismo, a sua maioria era favorável à colonização dos países africanos, acreditando que o controle europeu proporcionava um ambiente político que facilitava a actividade missionária em África.

O processo de colonização fez-se de duas formas: alguns líderes africanos estavam dispostos a assinar tratados com os europeus, pois viam como um benefício ganhar aliados europeus, ainda que não houvesse uma compreensão clara do que os tratados eram e sobre ou quais as conseqüências que teriam. Noutros casos, a força militar foi usada quando havia uma grande quantidade de resistência à dominação colonial (Boahen, 2010).

Este período de corrida competitiva pelos territórios de África, levou a que o chanceler Otto von Bismarck da Alemanha iniciasse uma conferência em 1884 com os diversos países europeus para regular a corrida pelo território. A conferência serviu vários propósitos principais. Em primeiro lugar, as nações européias estavam interessadas em ver assegurado o acesso a várias rotas comerciais importantes, particularmente ao longo das bacias hidrográficas do Níger e Congo. Em segundo lugar, houve uma preocupação para suprimir o comércio de escravos que ainda acontecia em algumas partes da África. Em terceiro lugar, a proibição foi posta sobre a importação de armas de fogo para África. Por fim, foi discutida a ocupação de territórios em África. O resultado desta conferência foi o Tratado de Berlim, que levou a que em 1900, quase 90% da África estivesse sob controlo europeu (Ajayi, 2010).

Com as novas fronteiras traçadas, os países europeus tiveram de criar planos para governar as suas colónias recém-adquiridas. Surgem quatro formas de governação das colónias africanas. A primeira consistia num sistema económico empresarial, em que algumas nações européias permitiam o estabelecimento de empresas privadas as quais foram concedidos grandes territórios para administrar na África.

Este foi um bom negócio para os países europeus, que colheram o benefício político de ter colónias adicionais em África, mas sem custos. Contudo, estas empresas eram incapazes de gerar lucros consistentes para seus acionistas. Governar uma colónia era caro, e as empresas enfrentaram á oposição dos africanos e missionários sobre a natureza cruel da sua governação. Em 1924, toda a governação empresarial foi substituída por várias formas de governação colonial europeia (Uzoigwe, 2010).

A segunda forma de administração era a governação directa. Este modelo foi usado por franceses, belgas, alemães e portugueses para governar as suas colónias africanas. As suas

administrações centralizadas, localizavam-se,geralmente, nos centros urbanos, o que facilitou as políticas de assimilação. Isto significava que os colonizadores tinham a intenção de civilizar as sociedades africanas de modo a torná-las o mais pareceido possível com a Europa. Como parte desta estratégia, os colonialistas não tentarem negociar a governação com os governantes africanos indígenas, mas deixavam que estes ocupassem lugares de subordinados nessas administrações. Esta forma de governo directo usou a estratégia de «dividir para reinar» através da implementação de políticas que intencionalmente enfraqueciam as redes indígenas e instituições (Uzoigwe, 2010).

A terceira forma era a governação indirecta e foi a primeira a ser adoptada pelos colonizadores ingleses. Este sistema de governo utilizava governantes africanos indígenas no âmbito da administração colonial, ainda que estes tivessem um papel inferior. No geral, foi um modelo mais cooperativo do que a governação directa. Lord Lugard, um administrador colonial britânico, usou esse sistema de governo pela primeira vez na Nigéria e mais tarde levou-o para a África Oriental Britânica. Este sistema de governo assumiu que todos os africanos estavam organizados como tribos com os seus respectivos chefes. Como resultado, o governo indirecto aumentou as divisões entre os grupos étnicos e deu poder a certos «senhores» locais que nunca tinham tido poder antes do periodo pré-colonial (Uzoigwe, 2010).

A quarta forma de governo foi o modelo de governação colonizador. Este modelo refere-se ao tipo de colonialismo na África Austral em que os colonizadores europeus impunham um governo directo nas suas colônias, estas colónias eram diferentes das outras, pois eram colónias de povoamento com um número significativo de imigrantes europeus, que não eram missionários ou funcionários coloniais. Assim como os imigrantes europeus se mudaram para os Estados Unidos e Canadá, os colonos na África planeavam fazer das colónias a sua casa permanente. A fim de poderem prosperar nas colónias, os colonos exigiam direitos políticos e económicos especiais e ainda protecção. A segurança e prosperidade dos colonos dependiam da exploração económica e da opressão política da população. Consequentemente, o Estado colonizador foi caracterizado pelas políticas duras para com a população africana indígena. As colónias de povoamento encontravam-se principalmente na África Austral, incluindo as colónias da África do Sul, do Norte Rodésia, Zimbabwe e Zâmbia, Angola, Moçambique e Namíbia (Uzoigwe, 2010).

Existe um consenso geral entre os historiadores africanos que o colonialismo é moralmente errado, o que não é difícil de entender, uma vez que, o colonialismo é um sistema político em que uma nação externa assume o controle completo de um território noutra área do mundo. Os povos colonizados não têm qualquer palavra a dizer na forma como são governados. O colonialismo é, por definição uma prática não-democrática (CoqueryVidrovitch, 2010).

Apesar do reconhecimento universal que o colonialismo é moralmente repreensível, existem diferentes opiniões sobre as consequências sociais, económicas e políticas do colonialismo. Uma vez que o colonialismo foi praticado de forma diferente em toda a África, as consequências da dominação colonial serão diferentes de colónia para colónia. Apesar destas diferenças, todos os governos coloniais compartilhavam determinados atributos: os sistemas políticos coloniais eram não-democrático, já que não havia mecanismos para que as pessoas expressassem oficialmente as suas opiniões; o seu objectivo primário era a lei e a ordem, e consequentemente, a manutenção da paz era uma prioridade dos governos coloniais, gastando-se mais dinheiro no desenvolvimento e manutenção de uma força policial e um exército, do que aquele que foi gasto em educação, habitação e cuidados de saúde; os governos coloniais não eram ricos, as potências coloniais europeias não estavam dispostas a financiar os governantes das suas colónias em África. Os governos coloniais praticavam a política de «dividir para reinar», através da implementação de políticas que intencionalmente enfraqueciam as redes de indígenas e instituições, separando, grupos religiosos e étnicos (Ajayi, 2010).

Assim, da mesma forma que existia uma variedade de tipos de domínio colonial, também houve diferentes tipos de economias coloniais em África. No entanto, apesar das diferenças, havia algumas semelhanças entre todos os tipos de prática económica colonial: enfâse na exploração de matérias-primas para exportação, procurando explorar os recursos naturais mais rentáveis em cada colônia, sobretudo o desenvolvimento dos recursos destinados à exportação; uma grande necessidade de mão-de-obra para a exploração de minerais (Knight, 2010).

Nas economias africanas os governos coloniais recorreram a políticas de trabalho forçado, a fim de fornecer mão-de-obra adequada para as minas e plantações. Mesmo nos casos em que as suas tácticas não eram tão duras, os africanos trabalhavam em condições precárias durante longas horas, com pagamento insuficiente. Na maioria das colónias

africanas, dada a falta de receitas, muito pouco foi feito para promover a mudança ou o desenvolvimento social. No entanto, a experiência colonial teve um impacto dramático sobre as sociedades africanas, ainda que não tenha sido uniforme em todo o continente. No entanto, algumas consequências sociais foram sentidas na maioria das colónias africanas. A primeira foi uma grande mobilidade de pessoas com movimentos maciços de pessoas na maioria das colónias africanas (Boahen, 2010).

Durante o colonialismo, a urbanização ocorreu de forma bastante rápida em muitas colónias africanas. Esta nova vida urbana resultou em mudanças nas actividades económicas e ocupação, e em mudanças na forma como as pessoas viviam. Estas mudanças desafiaram os valores existentes, as crenças e práticas sociais.

Mas de que forma viam os povos africanos o domínio colonial? Os defensores do colonialismo afirmam que a maioria dos africanos acolheu de forma grata o colonialismo. Segundo estes o colonialismo trouxe o fim da escravidão na África Oriental e Central e trouxe um fim à guerra inter-reinos nos territórios da África Ocidental. Embora haja alguma verdade na afirmação de que o colonialismo trouxe a paz para algumas áreas da África, e que havia algumas pessoas que estavam inicialmente gratas por um fim à violência em suas áreas, a evidência histórica não suporta a alegação de que esta foi generalizada. Na verdade, também há evidências consideráveis de forte resistência ao regime colonial.

Até o início da Iª Guerra Mundial, em 1914, toda a África, com excepção da Libéria e Etiópia, tinha sido colonizado, e a resistência africana inicial tinha sido superada pelas potências coloniais. Ao longo das próximas décadas, tornou-se institucionalizada a resistência ao colonialismo. Na década de 50, foram organizados partidos nacionalistas que exigiam a independência política em quase todas as colónias africanas (Crowder, 2010).

A reacção do africano à intrusão europeia no final do século XIX não foi uniforme. Alguns grupos que sofreram o flagelo da guerra ou a captura de escravos viram com bons olhos a presença europeia nos seus territórios que lhes traria paz. Outros grupos resistiram fortemente a vinda do controlo político europeu. No entanto, muitos africanos não tiveram uma reacção inicial ao colonialismo, visto que nos seus primeiros anos o colonialismo teve pouco impacto sobre a vida de muitos povos africanos rurais. Esta situação alterou-se nas décadas centrais do século XX.

Até o final da I Guerra Mundial, a maioria da África tinha sido efectivamente colonizada. Os colonizadores europeus conseguiram sufocar os esforços africanos para resistir

à criação de um Estado colonial. As próximas duas décadas foram anos relativamente tranquilos na África colonial. Esta calma relativa, no entanto, não indicava que os colonizados em África estivessem felizes com o governo colonial, mas apenas que não havia oposição ao colonialismo (Crowder, 2010).

Nos anos que medeiam entre as duas guerras a oposição ao colonialismo foi expressa por uma das seguintes formas: solicitação de oportunidades e inclusão: Muitos africanos tinham já aceite a realidade do domínio colonial, mas eles não aceitaram a discriminação dura e a falta de oportunidades que foi uma parte central da experiência colonial. A oposição a estes aspectos do colonialismo era particularmente forte entre os africanos eruditos que acreditavam que «todos os seres humanos são criados iguais». Políticas e práticas discriminatórias coloniais restringiam as oportunidades económicas e a participação no processo político. Durante este período, os africanos mais eruditos formaram organizações para promover o seu interesse, por um fim das políticas discriminatórias e para um aumento das oportunidades; oposição religiosa, tradição que se manteve ao longo do século XX. No entanto, ao contrário dos actos anteriores de resistência religiosa, a nova oposição foi liderada por cristãos africanos que levaram a sério os ensinamentos cristãos sobre igualdade e valores de justiça que não foram praticadas pelos regimes coloniais (Coquery,Vidrovitch, 2010).

A IIª Guerra Mundial teve um efeito crucial na história de África. Muitos africanos das colónias francesas e britânicas foram também recrutados para lutar pelos Aliados na Europa, Ásia e Norte da África. No recrutamento de soldados africanos, britânicos e franceses realçaram a ideia de que os soldados estariam ajudando a proteger o mundo contra os males do fascismo e do nazismo. No final da guerra, os soldados que retornam interrogaram-se sobre a questão da necessidade de darem a sua vida para manter a Europa e América livre, quando não eram livres no seu país. Em 1941, o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, e o presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, afirmava que um dos princípios que nortearam esforço de guerra dos Aliados era o de respeitar o direito de todos os povos de escolher a forma de governo. Não surpreendentemente, os africanos alegaram isso como um compromisso por parte dos Aliados, pelo menos a Grã-Bretanha, para acabar com o domínio colonial na África (Coquery, Vidrovitch, 2010).

No período do pós guerra grandes mudanças ocorrem noutras partes do mundo. As colónias europeias na Ásia exigiram e obtiveram a independência da Europa, sendo de realçar

a independência da Índia e Paquistão, da Grã-Bretanha em 1947. Muitos africanos olharam para a Índia como um exemplo do que é politicamente possível para seus próprios países.

No final dos anos 1940 e início dos anos 1950, novos partidos políticos foram formados em quase todas as colônias Africanas. Ao contrário de organizações políticas anteriores, estes partidos não eram restritos à elite educada. Eles queriam e precisavam de apoio das massas para a sua causa. Esta ultrapassava agora o mero pedido de mais oportunidades e fim da discriminação e centrava-se na liberdade política, para o fim do domínio colonial. O rápido crescimento do nacionalismo africano apanhou as potências coloniais europeias de surpresa. Os italianos e os ingleses, seguidos pelos franceses e depois pelos belgas, ainda que relutantemente, responderam afirmativamente às exigências de independência. Líbia, em 1951, e Egipto, 1952, foram os primeiros países africanos a adquirir a independência. Seguiu-se o Gana, em 1957, que foi o primeiro país do sul do Sahara a tornar-se independente (Coquery,Vidrovitch, 2010).

No final da década de 1960, apenas permaneciam seis colónias africanas. Das seis, cinco foram colônias de povoamento, ou seja, colónias em que o poder da comunidade europeia impedia as populações africanas de ganhar sua liberdade política. Destes seis países, cinco localizavam-se na África Austral: Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe (Coquery, Vidrovitch, 2010).

Assim como em outras colónias africanas, os movimentos nacionalistas africanos tinham-se formado em cada um desses países na década de 1940 e 1950. Estes partidos políticos procuraram uma mudança constitucional pacífica, ou seja, o objectivo principal dos partidos nacionalistas era mudar as constituições das colónias de povoamento de forma a que estas reconhecessem os direitos da população africana. Durante muitos anos, apenas os colonos brancos tinham o direito de votar, usando esta votação para eleger representantes que aprovaram leis que protegiam o poder dos colonos europeus e discriminando os africanos. Assim, os líderes nacionalistas africanos acreditavam que se o voto era o direito de todos os cidadãos, a maioria da população iria usar o seu voto para eleger um governo africano independente (Asante, 2010).

Os governos coloniais responderam às exigências constitucionais não violentas de partidos nacionalistas africanos com leis que proibiram todos os protestos políticos e com a violência. Assim, na década de 1960, e na sequência destas proibições, os movimentos de libertação transformaram-se em movimentos de luta armada contra os regimes coloniais. Os

movimentos de libertação recém-formados tinham pouco dinheiro para comprar armas e treinar seus soldados, tendo procurado apoio na China, na antiga União Soviética e seus aliados no Bloco de Leste. Embora tenha demorado muitos anos de luta, sacrifício e sofrimento, todas as colónias de povoamento acabaram por conquistar a sua independência. A nível mundial as grandes potências pretendiam o fim do colonialismo, ainda que por motivos diferentes. Os Estados Unidos da América queriam o fim do colonialismo, por razões de livre comércio, fácil acesso aos mercados africanos que até ai haviam comprado apenas na Europa, e influência política. A União Soviética, por seu lado, queria o fim do colonialismo e do capitalismo, por razões de ideologia e de aumento da sua esfera de influência. Por seu lado os nacionalistas africanos tomaram uma visão pragmática do comunismo de estilo soviético, o que preocupava o governo britânico (Boahen, 2010)

A história recente da África é marcada pela continuidade dos conflitos armados, o avanço de epidemias e o agravamento da miséria e contribuem para o isolamento económico do continente. Algumas nações alcançam estabilidade política e algum desenvolvimento: como é o caso da África do Sul, responsável por 1/5 do PIB africano, graças à exportação de ouro, minério de ferro, diamante e carvão e a maciços investimentos no parque industrial, e dos países árabes, da chamada África Branca, ao norte, como Líbia, Argélia e Egipto, onde a economia está baseada na exploração de petróleo e gás natural. Por seu lado, a região da África Subsahariana, que agrupa os países de população negra situados ao sul do deserto do Sahara, é a única área do planeta que regrediu economicamente em relação à década de 60. O continente é fortemente marcado pelos conflitos étnicos e religiosos, tanto entre clãs e tribos na África Negra, quanto entre guerrilheiros fundamentalistas e o governo nos países islâmicos (Coquery-Vidrovitch, 2010).

3.2. – A descolonização e o nascimento da "nova" África

Como vimos anteriormente foi após o fim da IIª Guerra Mundial que se precipitou o processo de independência e consequente descolonização dos povos africanos: o triunfo da liberdade sobre a tirania inspirou diversos povos subjugados a tomarem nas suas mãos o destino das suas nações. Por outro lado, o estado de fragilidade das metrópoles europeias, que

marcou o pós-guerra na Europa Ocidental, impedia um controlo político-militar total das colónias, mas tornava-as economicamente mais valiosas que nunca (Asante, 2010).

Em 1947, após a independência da Índia, todo o mundo se agitou em lutas de libertação em relação às metrópoles. Esta primeira fase, marcada pela descolonização da Índia e Paquistão, é a mais calma e a mais organizada, uma vez que já existia uma forte elite autóctone pronta a assumir as rédeas da governação.

A década de 40 foi ainda marcada por enormes convulsões no Médio Oriente, entre vários estados recém-libertados: independência do Estado de Israel e primeira guerra israelo-árabe; a Transjordânia anexou a Cisjordânia; o Egipto e Israel anexaram também uma parte do que deveria ser o Estado da Palestina. A década de 50 foi marcada por profunda mudança em todo o Norte de África e no Oriente: em 1951 a Líbia tornou-se independente da Itália e, em 54, a Indochina, com o Camboja, o Laos e o Vietname, antigos protectorados franceses. Em 1956, o Egipto e o Sudão tornam-se independentes do Reino Unido, e a Tunísia e Marrocos da França. A partir de 1960 outros se seguiram, e em menos de três anos, 25 países celebraram a sua libertação com o recuo da França, da Grã-Bretanha e da Bélgica.

A independência dos últimos redutos coloniais na África negra das possessões portuguesas só viria a acontecer nos anos 70. Em 1974, na sequência da Revolução do 25 de abril em Portugal, a Guiné segue as pisadas rumo à liberdade; Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde atingem a independência em 1975. A última colónia portuguesa - Timor Leste - foi invadida e anexada pela República da Indonésia, em 1976. Neste mesmo ano iniciou-se um novo período de confrontos na África do Sul, com a sublevação do Soweto, ainda que sem resultados autonómicos (Chanaiwa & Kodjo, 2010).

Os anos 80 são caracterizados por conflitos étnicos e territoriais entre os países recém-formados no continente africano, e pelas tentativas diplomáticas para os solucionar. Após as descolonizações, subsistia um misto de nacionalismo emergente e uma ligação à antiga metrópole um pouco por todos os países africanos. As nações récem criadas encontraram dificuldades na reestruturação das suas próprias instituições e culturas, perdidas entre a sua identidade e o peso da cultura instaurada durante décadas de colonização, situação que se agravava com a ausência de quadros superiores autóctones capazes de assumirem a governação.

As especificidades étnicas de cada território emergiram de forma desorganizada e foram agravadas pela incapacidade de prover às mais básicas necessidades do dia-a-dia.

Muitas das novas nações mergulharam em profundos conflitos e guerras civis e nasceram ditaduras de um único partido, autocracias muitas vezes corruptas, apoiadas pelas grandes potências da Guerra Fria. Estes governos frágeis em objectivos e soluções de governação efectiva, eram no entanto impiedosos no poder repressivo e autoritário. Apesar de serem agora independentes politicamente, estes países não vão, contudo, libertar-se do espetro da fome e da pobreza. A melhoria das condições reais de vida das pessoas, o progresso técnico e cultural necessário para o desenvolvimento das suas jovens nações são inviabilizados pelo atraso económico e social, o desrespeito pelos direitos do Homem, as lutas tribais e os conflitos entre os Estados que acabaram por mergulhar o continente africano no caos. A criação da Organização de Unidade Africana, na cidade de Addis Abeba, veio permitir aos Estados africanos alguma concentração de interesses e ideais, mas não conseguiu evitar os conflitos que se propagaram um pouco por todo o continente. As antigas potências coloniais como a França e a Grã-Bretanha mantiveram a influência económica e mesmo política nas suas antigas possessões (Asante, 2010).

Os Estados Unidos viveram com alguma desconfiança os processos de independência e descolonização, receando uma intromissão da União Soviética junto dos governos recém-formados. De facto, a partir de 1975, com a retirada portuguesa de África, a presença da URSS tornou-se menos subtil, patenteando-se os seus interesses na África Negra, Mediterrânica e no Oriente. Assim, o processo de emancipação do continente africano foi marcado pelo conflito entre os blocos ocidental e de leste (Talton, 2012).

A descolonização foi um processo contínuo, e um período histórico, que as nações e regiões da África experimentaram com diferentes graus de sucesso. Em 1990, o controle político formal europeu tinha dado lugar ao auto-governo africano, excepto na África do Sul. Do ponto de vista cultural e politico, no entanto, a herança de dominação europeia permaneceu evidente nas fronteiras nacionais, infra-estruturas políticas, os sistemas de ensino, línguas nacionais, economias e redes de comércio de cada nação. Em última análise, a descolonização produziu momentos de inspiração e promessa, mas não conseguiu transformar as economias africanas e estruturas políticas para trazer a verdadeira autonomia e desenvolvimento (Talton, 2012).

No âmbito desta tese é fundamental o entendimento da influência ocidental e suas consequências destrutivas para a economia angolana, nomeadamente o investimento feito pelos Estados Unidos para desestabilizar o governo pós-independência de Angola. Em 1975,

Angola tornou-se independente de Portugal, e três grupos nacionalistas lutaram pelo controle do governo: o MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola, liderado pelo presidente António Agostinho Neto e apoiado por Cuba e União Soviética; UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola, liderada por Jonas Savimbi e apoiada pela África do Sul e os Estados Unidos, e da FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola, apoiada pelo presidente do Zaire (Talton, 2012).

A base para o apoio americano à UNITA era que Savimbi se tinha declarado anti-marxista, em contraste com o MPLA nominalmente marxista. Entre 1986 e 1991 os Estados Unidos gastaram 250 milhões dólares em operações secreta em Angola e em ajudas a Savimbi. Foi somente com a morte de Savimbi que a luta entre o governo do MPLA e UNITA terminou.

De facto, a descolonização libertou os africanos da sua condição de súbditos coloniais, mas não conseguiu livrar as nações africanas da influência de seus antigos governantes coloniais, de outras potências ocidentais, nem de uma cultura de exploração política e económica que conduziu à corrupção.

Como refere Santos (2007) tudo leva a crer que estejamos perante uma nova partilha de África. A do final do século XIX foi protagonizada pelos países europeus em busca de matérias-primas que sustentassem o desenvolvimento capitalista e tomou a forma de dominação colonial. A do início do século XXI tem um conjunto de protagonistas mais amplo e ocorre através de relações bilaterais entre países independentes. Nesta relação de partilha surgem agora os EUA, a China, e outros países emergentes como a Índia, Brasil, Israel, etc. e mesmo um país africano, a África do Sul, ainda que a luta continue a ser pelos recursos naturais, mais propriamente o petróleo. Os EUA importam hoje mais petróleo de África do que da Arábia Saudita e calcula-se que em 2015 25% venha do continente. Angola é já o segundo maior exportador africano para os EUA, depois da Nigéria. Por sua vez, a China faz vastíssimos investimentos em África, os maiores dos quais em Angola que, no ano passado, se tornou o maior fornecedor de petróleo à China (Santos, 2007).

A nova África interroga-se hoje intensamente sobre de onde vem. Segundo Boaventura Santos (2007) está em curso uma revisão profunda da história do colonialismo que envolve uma reflexão sobre a África pré-colonial, emerguindo dele o sentimento de que a África não pode desperdiçar nenhuma originalidade ou experiência histórica africana, mesmo que ela tenha sido desvirtuada e manipulada pelo colonialismo. Deve assim ser efectuada uma

reavaliação dos sistemas de governo tradicionais e o modo como podem ser postos ao serviço de uma democracia que não seja apenas uma imitação ou imposição ocidental. A este respeito Santos (2007) coloca duas questões pertinentes: Como construir uma cidadania articulada com as fortes pertenças comunitárias, sobretudo quando se sabe que um Estado-providência tipo europeu, mesmo se desejado, é objectivo distante? Como conceber um Estado que saiba articular várias fontes de legitimidade para estar mais próximo dos cidadãos e não cair na voracidade da corrupção, tantas vezes induzida de fora? A questão da relação entre cidadania e etnicidade torna-se assim premente.

3.3. – Evolução sociopolítico do continente africano e o Pan-africanismo

A vida política africana de hoje gira em torno de dois eixos: o pan-afrícanismo e o socialismo africano. Os contornos do movimento pan-africano mudam frequentemente consoante o seu focus é politico, ideológico, organizacional ou cultural. O pan-africanismo actual reflecte um leque vasto de visões politicas, ao nível geral representa a crença de que os povos africanos, sejam eles os do continente africano ou os da diâspora, partilham não só uma história comum mas também um destino comum. Santos (1968) afirma que o carácter utópico que o acompanhou na sua primeira fase, a fase racial, mantêm actualmente o mesmo vigor no seio do pan-africanismo político e sindical.

Caracterizado na origem por outras intenções, o pan-africanismo nos dias que correm, é chamado a fazer face a balcanização africana, considerada, na opinião de alguns, como o principal instrumento do neocolonialismo, e a servir de alternativa ideológica contra o comunismo. Antes das independências, o pan-africanismo foi o estandarte do princípio da soberania dos povos e dos seus direitos; depois delas, veio levantar a ideia da unidade estatal de África (Santos, 1968).

Para o estudo da cidadania africana iremos debruçar-nos sobre a análise de pan-africanismo politico e sobre a forma como este é interpretado na vida politica angolana.

O processo de integração regional em África está numa fase decisiva do ponto de vista político, mas no que concerne aos aspectos técnicos e económicos ainda existe um longo caminho a percorrer (Van-Dúnem, 2010).

Segundo o economista Belarmino Van-Dúnem (2010), a ideia de uma África unida é antiga. Os precusores do panafricanismo do séc. XIX, tinham ideias dogmáticas, desfasadas da realidade corrente e dos objectivos tangíveis que cada um dos povos no interior dos territórios colonizados preconizava. Se por um lado existia consenso sobre a necessidade de libertar os povos africanos e se evoluir para à igualdade de direitos, independentemente da raça, cor, origem ou credo religioso, o mesmo não se pode dizer da possibilidade dos africanos coabitarem numa nação política continental (Van-Dúnem, 2010). Na visão deste autor a maior parte dos precursores não reclama uma igualdade de direitos de cidadania, mas a emancipação dos povos africanos, a autodeterminação, ou seja, a independência dos nativos e dos territórios do continente. Portanto, o panafricanismo em África transformou-se em luta anti-colonial, em nacionalismo ao contrário do que acontecia com os afro-americanos que reclamavam inclusão e igualdade de tratamento. De facto existe uma evolução política e ideológica na passagem do panafricanismo dos afro-americanos para o continente africano propriamente dito. A euforia apoderou-se dos intelectuais africanos que fizeram do panafricanismo um movimento de vanguarda. Neste sentido, foi realizada a conferência de Accra de 15 a 22 de Abril e de 6 a 13 de Dezembro de 1958, onde se preconizou uma federação multinacional dos Povos com base na igualdade e na solidariedade panafricanista: cujas principais reivindicações eram a conquista da independência, o direito ao desenvolvimento e ao não-alinhamento (Van-Dúnem, 2010).

A partir dos anos 50 começaram a surgir os movimentos de libertação dos países africanos de língua oficial portuguesa que se enquadraram no espírito panafricanista de libertação do continente contra o dominio colonial. O MPLA foi um desses movimentos liderado por Agostinho Neto. A nível interno, no MPLA e na maioria dos Movimentos de Libertação Nacional em África, houve sempre algumas controvérsias sobre a forma como a luta de libertação dos povos africanos deveria decorrer. Alguns defendiam uma luta autóctone própria e discriminatória, apenas os descendentes de negros africanos deviam estar nas primeiras fileiras para o combate ao colonialismo. Mas, Agostinho Neto, panafricanista moderado, preconizava uma luta integrada por todos os que idealizavam uma Angola independente, sem discriminação de raça, credo religioso ou status social (Van-Dúnem, 2010), defendendo que a relação entre os povos deveria continuar e nunca confundiu o sistema colonial português com o povo português que, segundo ele, também sofria as amarguras da ditadura. Após a Independência de Angola, o então presidente Neto declarou

sempre a solidariedade do governo e do povo angolano para com os povos de África afirmando que não podia considerar o seu país verdadeiramente livre se outros povos do continente se encontravam ainda sob o jugo colonial.

É neste clima de agitação no continente africano que se cria a Organização da Unidade Africana – OUA[9], em Addis Abeba, por iniciativa do imperador etíope Haile Selassie através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos de países africanos independentes (Mazrui, 2010). A Organização de Unidade Africana tinha como objectivos principais: promover a unidade e solidariedade entre os Estados africanos; coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África; defender a soberania, integridade territorial e independência dos Estados africanos; erradicar todas as formas de colonialismo da África; promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas[10] e a Declaração Universal dos Direitos Humanos[11]; coordenar e harmonizar as políticas dos Estados membros nas esferas política, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, técnica e de defesa.

Nos seus 40 anos de existência a OUA não conseguiu evitar os inúmeros conflitos que assolaram o continente africano, nem promover de forma efectiva o seu desenvolvimento. Uma das razões poderia ser o carácter consensual da organização, que nunca puniu os responsáveis por esses problemas, através da suspenção das suas actividades perante governos despóticos, ou decretando sanções sobre políticos ou governos. Todavia, ao manter esse espírito, a OUA conseguiu manter a imagem de unidade e de vontade de progresso que lhe granjeou sempre, por parte dos vários blocos económicos e políticos, apoio real para a resolução de vários problemas (Chanaiwa, 2010).

A OUA teve um importante papel na história da descolonização de África, não só como grupo de pressão junto da comunidade internacional, mas também fornecendo apoio directo aos movimentos de libertação, através do seu Comité Coordenador da Libertação da

[9] Carta da Fundação da OUA - http://actrav.itcilo.org/actrav-english/telearn/global/ilo/law/oau.htm. Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos - http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/carta-africa.html.

[10] Carta das Nações Unidas. http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf.

[11] Declaração Universal dos Direitos do Homem. http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf

África. Desempenhou ainda um papel de relevo na luta contra o apartheid, tanto ao nível da ONU onde foram declaradas sanções contra os governos da África do Sul e da Rodésia. No campo do desenvolvimento económico e social as suas pretensões de formas de comércio mais justas e da plena participação num novo sistema monetário internacional ganharam mais peso. Através da OUA, os países africanos proclamaram a sua permanente soberania sobre os seus recursos naturais, tendo levado à modificação da Lei Internacional sobre os recursos da plataforma continental e águas territoriais (Asante, 2010).

Por fim, a OUA foi substituída pela União Africana[12] que visa acelerar a integração sócio-económica do continente africano e promover a solidariedade entre os Estados-membros, tentando assim responder aos novos desafios e desenvolvimentos políticos, económicos e sociais que se colocam a África e ao Mundo. A União Africana foi criada a 11 de julho de 2000 para substituir a Organização da Unidade Africana (OUA). Baseada no modelo da União Europeia, ajuda na promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico na África, especialmente no aumento dos investimentos estrangeiros por meio do programa Nova Parceria para o Desenvolvimento da África. A substituição da OUA pela União Africana, teve como ponto não só colocar a África no panorama económico mundial, como também de resolver os problemas sociais, económicos e políticos dos países africanos, problemas agravados pelo fenómeno da mundialização. Os objectivos da instituição, enunciados no Ato Constitutivo da União Africana, são fundamentalmente: a unidade e a solidariedade africana; a defesa e eliminação do colonialismo; a soberania dos Estados africanos e a integração económica, além da cooperação política e cultural no continente.

Seguindo o exemplo da União Europeia, a União Africana, , possui vários órgãos para regular o funcionamento da entidades e as relações entre seus membros. Alguns exemplos são a Assembleia, o Conselho Executivo, Comissão da UA, o Comité de Paz e Segurança da União Africana, o parlamento Pan-africano – é o órgão que assegura a participação dos povos africanos na governação, desenvolvimento e integração económica do continente, através do controlo e apoio aos parlamentos dos Estados-membros, e o Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana, entre outros. A UA também conta com algumas instituições

[12] Acto Constitutivo da União Africana. http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/acto_constitutivo-uniao-africana.htm

financeiras, a exemplo da Zona do Euro, apesar de não existir uma moeda única. As suas instituições financeiras são o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco Africano de Investimentos (Van-Dúnem, 2010).

Tal como a sua antecessora, a UA promove a integração regional como forma de desenvolvimento económico, com o objectivo da completa integração das economias de todos os países da África, numa Comunidade Económica Africana. Promove ainda o uso de línguas africanas sempre que é possível em seus trabalhos oficiais. Dela fazem parte 52 membros, cobrindo quase todo o continente africano. Destes encontram-se suspensos a Guiné, Madagáscar, Níger e o Mali devido aos golpes de Estado ocorridos nestes países.

Belarmino Van-Dúnem (2010) refere que a reforma mais assinalável na passagem da UA para OUA está nos objectivos preconizados: O artigo 3º, alínea b estabelece «o respeito pela soberania, integridade territorial e a independência dos Estados membros"» e o artigo 4º, alínea g, «a não ingerência, por parte dos Estados membros, nos assuntos internos de outros Estados». Esses artigos a semelhança do artigo 3º, alíneas 1, 2, e 3 da Carta da OUA, poderiam constituir um empecilho para organização na resolução dos conflitos internos a nível do continente porque a maior parte dos conflitos violentos que ocorreram e, em alguns casos, continuam são de carácter interno, facto que pode levar as partes envolvidas a invocar a sua condição de Estado soberano para impedir a intervenção de actores exteriores na resolução dos conflitos. Mas com a transição para UA essa situação é ultrapassada, tanto nos objectivos firmados como a nível dos princípios. A alínea f, «promover a paz, segurança e a estabilidade no continente»; e alínea g, «promover e proteger os direitos humanos e dos povos de acordo com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e outros instrumentos relevantes dos direitos humanos» (Van-Dúnem, 2010). Foram também introduzidas modificações importantes a nível dos princípios. Assim, a alínea d, «estabelecimento de uma politica de defesa comum para o continente africano»; alínea h, «o direito da união intervir nos Estados membros consoante decisão da assembleia perante circunstâncias graves, nomeadamente crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade»; alínea j, «direito dos Estados membros solicitarem a intervenção da união com ordem para restaurar a paz e a segurança»; alínea m, «respeito pelos princípios democráticos, direitos humanos, as regras da lei e a boa governação»; os pressupostos do artigo 3º fazem da União Africana uma organização com condições para intervir com maior legitimidade nos conflitos a nível do continente, procedimento que constituía a principal lacuna da OUA. O estabelecimento dos

objectivos e princípios acima transcritos demonstram também que os Estados africanos chamam a si a responsabilidade de resolução dos conflitos violentos no continente (Van-Dúnem, 2010). Outro dos factores de especial importância foi o estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança, dentro da estrutura da UA pois através dele a organização está em melhores condições para diagnosticar e agir antecipadamente com vista à resolver potenciais crises que possam ocorrer no continente. O artigo 3º do Ato Constitutivo da União Africana constitui uma reforma dos princípios que até então norteavam a OUA, com o estabelecimento do princípio de não intervenção nos assuntos internos, sendo a mediação para pacificação e resolução de conflitos só possível com o consentimento das partes envolvidas. Como alerta Van-Dúnem (2010) o facto da UA estabelecer que um dos objectivos principais do CPS é a prevenção de situações que possam provocar conflitos violentos ou abusos contra os direitos humanos como uma das suas prioridades, permitirá agir antecipadamente, evitando deste modo que a situação se torne incontrolável, ou seja, a UA passou de uma filosofia predominantemente reactiva, que caracterizava a OUA, para uma postura mais proactiva.
Boaventura de Sousa Santos (2006) enfatiza que a nova África procura aprender as lições da globalização neoliberal para receber dela, não apenas os custos, como até aqui, mas também alguns benefícios. Para isso, tem de unir-se para que o mundo desenvolvido não continue a dividi-la, tal como o fez a geografia colonial. Está em curso um novo impulso de pan-africanismo, mais pragmático que o anterior, centrado em instituições novas ou renovadas, quer de âmbito continental, a União Africana, quer de âmbito regional, por exemplo, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, apostado em resolver com recursos internos as crises que ocorrem (de Darfur ao Quénia) e alimentando-se das vitórias que nascem da união. Em suma, a África sente que é preferível caminhar com os próprios pés, mesmo que sangrem, do que com muletas, ainda que de ouro.

3.4. – As novas soberanias africanas: os direitos constitucionais africanos

Nesta tese falaremos apenas de deveres e direitos dos cidadãos, especificamente na África subsariana revendo as constituições contemporâneas do Egito, Nigéria, África do Sul e Angola.

Sendo o âmbito desta tese a análise da realidade angolana nas cidades de Luanda e Benguela, pareceu-nos pertinente compreender a evolução dos direitos de cidadania em outros países da África subsariana que passaram por processos de construção da nacionalidade e que pelas características das suas grandes cidades possibilitam a criação de uma cidadania alargada.

As constituições modernas são concebidas a partir do direito universal e têm como base a protecção dos direitos do homem num ambiente de paz e democracia. O direito e a democracia são conceitos interdependentes e um constitui o pressuposto do outro. É bem certo que os dois elementos - democracia e direito - nem sempre caminham de mãos dadas. Pode-se estar em democracia e não ter a possibilidade de exercer determinado direito. Se tivermos em atenção a que direito determinado grupo tem a necessidade de usufruir num determinado momento.

Os direitos do homem do ponto de vista histórico proporcionaram uma inversão radical do Estado moderno na sua relação Estado/cidadão ou soberano/súbditos. A partir destes novos laços negou-se a visão individualista da sociedade que consistia em analisa-la de baixo e vingou a forma orgânica tradicional segundo qual a sociedade é composta por um todo.

As gerações de direitos constituem a explicação para as transformações que os direitos humanos foram sofrendo ao longo da história, cujo conteúdo e objectivo teve a sua evolução na classificação genealógica da Revolução francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, constituindo um dos postulados da carta das Nações Unidas sobre os Direitos do Homem. É importante ressaltar que as Gerações de Direitos não obedecem a uma hierarquia no seu cumprimento, cada uma delas tem valores interdependentes e invisíveis, surgindo nos mais variados lugares e em situações históricas diferentes (Bianco, 2006).

Na visão de Boaventura Santos (2001) a forma como os Direitos Humanos se transformaram, nas duas últimas décadas, na linguagem da política progressista, em quase sinónimo de emancipação social causa alguma perplexidade. Após a Segunda Guerra Mundial, os Direitos Humanos foram parte integrante da política da guerra fria, e como tal foram considerados pelas forças políticas de esquerda: "*Duplos critérios na avaliação das violações dos Direitos Humanos, complacência para com ditadores amigos do Ocidente, defesa do sacrifício dos Direitos Humanos em nome dos objectivos do desenvolvimento – tudo isso tornou os Direitos Humanos suspeitos enquanto roteiro emancipatório*" (Santos,

2001). Na perspectiva deste autor é como se os Direitos Humanos fossem invocados para preencher o vazio deixado pelo Socialismo ou, mais em geral, pelos projectos emancipatórios. Procura assim, identificar as condições em que os Direitos Humanos podem ser colocados a serviço de uma política progressista e emancipatória, determinando a existência de três tensões dialéticas que informam a modernidade ocidental. A primeira ocorre entre regulação social e emancipação social. A segunda ocorre entre o Estado e a sociedade civil. A terceira ocorre entre o Estado Nação e o que designa por globalização.

A tese defendida por Santos (2006) é a de que enquanto os Direitos Humanos forem concebidos como direitos humanos universais, tenderão a operar como localismo globalizado e, portanto, como forma de globalização hegemônica. Para poder operar como forma de cosmopolitismo, como globalização contra-hegemônica, os Direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais. Concebidos como direitos universais, como tem sucedido, os Direitos Humanos tenderão sempre a ser instrumento do "choque de civilizações", tal como o concebe Samuel Huntington (1996), ou seja, como arma do Ocidente contra o resto do mundo.

3.4.1. - Egipto

O Reino Unido concedeu em 1922 a independência ao Egipto e Ahmad Fuad tornou-se rei com o título de Fuad I. Contudo, esta independência era simplesmente nominal, uma vez que o governo britânico possuía o direito de interferir nos assuntos internos do Egipto caso os seus interesses fossem postos em causa. No ano seguinte foi promulgada a constituição do país, que estabelecia como sistema político vigente uma monarquia constitucional. Com a morte do rei Fuad em 1936, o seu filho, Faruk I, assina com a Inglaterra um tratado onde os termos levaram a uma redução do número de militares ingleses no país e confirmaram uma aliança militar entre as duas nações. Este tratado permitiu ao Egipto a entrada na Liga das Nações. Contudo, a IIª Guerra Mundial fez com que a Inglaterra voltasse a aumentar a sua presença militar no Canal do Suez levando alguns líderes nacionalistas egípcios a desejar a vitória das potências do Eixo, acreditando que esse facto livraria o país da presença inglesa. O sentimento anticolonialista estava em seu apogeu, quando em 1948 foi

criado o Estado de Israel, levando o Egipto e outras nações árabes a declarar guerra contra o novo estado (Jankowski, 2000).

Com a derrota o poder da monarquia foi contestado e criou-se, dentro do exército egípcio, um grupo nacionalista denominado Movimento dos Oficiais Livres, liderado pelo general Muhammad Naguib e coronel Gamal Abdel Nasser. Na madrugada de 22 para 23 de Julho de 1952 impôs-se ao rei Faruk a sua abdicação e, como presidente do Conselho, foi escolhido o general Muhammad Naguib. Em Dezembro desse mesmo ano foi abolida a constituição monárquica e em Janeiro do ano seguinte todos os partidos políticos foram proibidos. Naguib ascende à posição de primeiro presidente da proclamada República do Egipto (Asante, 2010).

As simpatias que Naguib nutria pelos antigos partidos políticos e pela Irmandade Muçulmana levaram ao seu afastamento sendo substituído na sua função por Nasser, eleito como presidente em 1956. O novo regime proclamou-se nacionalista, socialista e interessado em beneficiar os camponeses pobres, iniciando uma reforma agrária que limitou o poder dos latifundiários e assegurou ainda a retirada dos soldados britânicos do Canal de Suez (Goldschimdt, 1988).

A 21 de Fevereiro de 1958 Nasser ratifica, através de referendo, a união do Egipto e da Síria, formando a República Árabe Unida, à qual se juntou o Iémen em Março do mesmo ano. Esta união foi dissolvida em 1961 devido a uma revolta na Síria. No ano de 1962 é publicada a chamada Carta Nacional, na qual se previa a extensão do controlo do Estado, às finanças e à indústria, determinando ainda que o Estado egípcio estaria fundamentado na existência de um único partido, a União Árabe Socialista (Dawisha, 2003).

Gamal Abdel Nasser morreu em 1970, tendo-lhe sucedido o seu vice-presidente, Anwar Al Sadat, apoiado pelo setcor direitista do Partido Socialista Árabe. Com Sadat iniciou-se uma política de reaproximação com a Arábia Saudita, mas sem se afastar da União Soviética. As mudanças de contexto económico levaram Sadat a promover uma política que se afastava do socialismo de Nasser, desnacionalizando a economia egípcia e incentivando o investimento particular. Além disso, o novo governo rompeu com a União Soviética começou a receber ajuda económica e militar dos Estados Unidos da América. Para reduzir as despesas militares orientou o país para uma política de paz. Sadat viajou para Jerusalém em novembro de 1977, provocando uma reacção de protesto em todo o mundo árabe. O processo de aproximação com Israel culminou em março de 1979, com a assinatura dos Acordos de Camp

David, através do qual os Estados Unidos patrocinaram a devolução da Península do Sinaí ao Egipto. O país tornou-se o principal beneficiário da ajuda militar dos EUA, o que fez com que Sadat fosse odiado pelos vizinhos árabes, sendo mesmo expulso da Liga Árabe (Dawisha, 2003).

A 6 de outubro de 1981 o presidente Sadat é assassinado por militares contrários à sua politica, começando assim à repressão do governo aos movimentos fundamentalistas islâmicos. Em 14 de outubro, o vice-presidente Hosni Mubarak assumiu a presidência iniciando o seu governo com uma investigação sobre a origem da riqueza da família de Sadat, a fim de neutralizar o descontentamento popular, por outro lado, estabeleceu facilidades para a instalação de empresas estrangeiras, e com isso a economia do país registrou um notável crescimento entre 1980 e 1986 (Wondji, 2010). A partir de 1990 os movimentos fundamentalistas islâmicos iniciaram uma série de ataques terroristas, que tinham como principal alvo os turistas ocidentais, com o objectivo de privar o país de uma das suas principais fontes de divisas. Os grupos islâmicos procuravam assim converter o Egipto num Estado teocrático realizando uma batalha incansável contra o governo de Mubarak, que não hesitou em prorrogar o estado de emergência (Goldschimdt, 1988).

Ao nível dos direitos das mulheres, começaram a desenhar-se algumas transformações, em julho de 1996 o Ministério da Saúde proibiu a circuncisão feminina, uma prática comum em algumas regiões do país, levando em março de 1999 a acalorados debates no Parlamento sobre este decreto, pois a medida despertou forte resistência nos sectores mais tradicionais da sociedade. Esta discussão parlamentar recomeçou em janeiro de 2000, procurando alterar o estatuto das mulheres na sociedade egípcia. O governo propunha uma alteração no direito de família, que facilitava os trâmites do divórcio para as mulheres e também lhes permitia viajar para o exterior sem a permissão de seus maridos. Propostas que foram consideradas não-islâmicas pelos sectores tradicionalistas, ao passo que grupos que defendiam os interesses das mulheres consideravam tais propostas muito limitadas, pois eram mantidas as obrigações de devolver o dinheiro, propriedades ou os presentes que receberam durante o casamento e também de renunciar à pensão de alimentos (Goldschmidt, 1988).

No ano de 2005, foi emitido o primeiro relatório anual do Supremo Conselho de Direitos Humanos, denunciando, pela primeira vez, a prática de tortura por parte das forças de segurança egipcia. Em maio do mesmo ano, o Parlamento aprovou, uma proposta de emenda constitucional, encaminhada por Mubarak, que permitia a apresentação de vários candidatos

para as eleições presidenciais de Setembro. Para muitos, a reforma foi uma mudança superficial na política egípcia. Para outros, porém, a alteração mostrou uma mudança na atitude política da classe dominante, que abriu possibilidades de superação do controle por Mubarak. A reforma foi aprovada por 83% dos egípcios mas levou à reeleição de Hosni Mubarak com 88,6% dos votos, para um quinto mandato consecutivo que viria a terminar a 11 de fevereiro de 2011 com a renúncia do presidente.

A actual Constituição da República Árabe do Egipto[13] foi assinada pelo presidente Mohamed Mursi em 26 de dezembro de 2012, substituindo a Constituição Provisória de 2011. O texto limita o poder presidencial assentando num parlamento forte e contém disposições específicas contra a tortura ou a detenção sem julgamento. A organização *Human Rights Watch*[14] observou que ainda que o texto constitucional procure criar protecções básicas contra a detenção arbitrária e a tortura, não consegue acabar com os julgamentos militares de civis ou proteger a liberdade de expressão e de religião. O seu Artigo 2 º, faz dos princípios da lei islâmica, a principal fonte de legislação, uma declaração que define a relação entre o Islão e a lei egípcia. Por insistência dos islamistas, outro artigo foi acrescentado à Constituição no sentido de fortalecer os princípios da sharia nos termos da jurisprudência muçulmana sunita, o que tem preocupado os liberais que temem punições islâmicas para situações como roubo, adultério e blasfémia.

O texto preserva o direito de reunião, mas requer notificação às autoridades de tais encontros. A Constituição prevê ainda a proibição da discriminação, mas não especifica se as mulheres ou as minorias religiosas estão protegidas por este artigo. A disposição sobre a igualdade das mulheres foi deixada de fora para evitar uma disputa com fracções ultraconservadoras que continuam a qualificar os direitos das mulheres pelo cumprimento das leis religiosas.

No que diz respeito à protecção dos direitos o artigo 81 estabelece que nenhuma lei pode limitar a essência dos direitos e liberdades estabelecidos na Constituição, mas continua a afirmar que esses direitos e liberdades devem ser exercidas na medida em que não contrariem os princípios estabelecidos no capítulo sobre Estado e Sociedade. O disposto nesse capítulo afirma que: o Estado e a sociedade devem comprometer-se a preservar a verdadeira natureza

[13] www.egypt.gov.eg/english/laws/constitution/default.aspx.

[14] www.hrw.org.

da família egípcia, e que compete ao Estado proteger a ética, a moral e a ordem pública. A liberdade de expressão é protegida mas sem especificar quais as limitações legítimas que são permitidas nem como equilibrar esse direito com o artigo 31, que afirma que, o indivíduo não pode ser desrespeitado, e artigo 44 que proíbe ofender os profetas. O artigo 48, que regula a liberdade de imprensa, requer que a imprensa não contradiga os princípios sobre os quais o Estado e a sociedade se baseiam.

São garantidas a liberdade de culto, para os crentes de qualquer uma das três religiões abraâmicas, islamismo, cristianismo e judaísmo sendo concedido o direito de praticar a religião e estabelecer locais de culto, mas exclui os seguidores de outras religiões, como os Bahais egípcios, assim como os indivíduos sem religião.

A Constituição obriga o Estado a preservar os valores da família tradicional baseada no Islão, afirmando que a família é a base da sociedade e é fundada na religião, ética e patriotismo. O Estado e a sociedade têm de manter o carácter autêntico da família egípcia, e trabalhar na sua coesão, estabilidade e protecção das tradições e valores morais.

A nova Constituição não proíbe especificamente a discriminação em função do sexo determinando que os cidadãos são iguais perante a lei com os mesmos direitos e deveres gerais, sem discriminação com base no sexo, origem, língua, religião, crença, opinião, condição social ou deficiência. O texto também afirma explicitamente no artigo 68 que o Estado se compromete a tomar todas as medidas para estabelecer a igualdade entre homens e mulheres na vida política, cultural, económica e social e todos os outros campos, sem prejuízo das disposições da Sharia islâmica. De acordo com o mesmo artigo também se garante atenção especial para as mães, definindo que o Estado deve prestar serviços materno-infantis gratuitos e garantir cuidados de saúde para as mulheres, o direito de herança e ajustamento entre os seus deveres familiares e de trabalho na sociedade.

3.4.2. - Nigéria

Muito já foi dito e escrito sobre a Nigéria, o seu povo, cultura, economia e políticas, o que apenas faz realçar o tremendo potencial deste gigante africano. A Nigéria tem a maior população de todos os países na África - aproximadamente 140 milhões, e a maior diversidade cultural, modos de viver, cidades e geografia. Tornou-se uma nação independente a 10 de outubro de 1960, e uma República em 1963, com uma estrutura federal e três governos

regionais baseados nos pontos da bússola de norte, leste, e oeste. Uma quarta região o centroeste, foi acrescentado posteriormente. A estrutura política do país foi aumentada para doze Estados em 1967, e para dezenove Estados em 1976, sendo Abuja a nova capital Federal. Entre 1987 e 1991, um total de onze Estados foram criados, e em 1996, foram acrescentados seis Estados, o que fez com que a estrutura administrativa da federação chegasse a trinta e seis Estados. A grande diversidade do povo e da cultura nigeriana é explicada pelo facto de praticamente todas as raças nativas da África se encontrarem aí representadas. Foi na Nigéria que os povos bantu e semibantu, migrando do sul e do centro da África, misturaram-se com os sudaneses, seguidamente, migraram os demais grupos, tais como os shuwa-árabes, os tuaregues, e os fulanis que estão concentrados no extremo norte, dando seguimento às ondas migratórias que sacudiram o deserto de Sahara. Os primeiros ocupantes da Nigéria instalaram-se na faixa florestal e na região do Delta do Níger. Hoje, estima-se que existam mais de 250 grupos étnicos na Nigéria (Falola, 2008).

O Império Kanem-Bornu, próximo ao Lago Chade, dominou a parte norte da Nigéria por mais de 600 anos, prosperando como rota de comércio entre os bárbaros norte-africanos e o povo da floresta. No início do século XIX, Usman dan Fodio reuniu a maior parte das áreas do norte sob o controlo de um império islâmico tendo como centro Sokoto.

Entre os séculos XVII e XIX, comerciantes europeus estabeleceram portos costeiros para o aumento do tráfico de escravos para as Américas. A Companhia Real do Niger foi criada pelo governo britânico em 1886, transformando a Nigéria num protetorado britânico em 1901, e em colónia em 1914. Em resposta ao crescimento do nacionalismo nigeriano ao final da IIª Guerra Mundial, o governo britânico iniciou um processo de transição da colónia para um governo próprio com base federal, concedendo-lhe independência total em 1960 (Falola, 2008).

Em 1966, dois golpes de Estado sucessivos deixaram o país sob uma ditadura militar, os líderes do segundo golpe tentaram aumentar o poder do governo federal, e substituíram os governos regionais por 12 governos estaduais. Os Igbos, grupo dominante etnicamente na região leste, declararam independência denominando-se República do Biafra em 1967, iniciando uma violenta guerra civil que terminou com sua derrota. Já no ano de 1975, um golpe pacífico levou Murtala Ramat Mohammed ao poder, que se comprometeu com um retorno ao Estado civil. Após o seu assassinato subiu ao poder como seu sucessor Olusegun Obasanjo.

Desde essa data, a Nigéria tem sofrido um sem fim de balanços económicos e políticos desastrosos. Após o crescimento económico dos anos70, graças ao preço do petróleo, a decáda de 80 foi testemunha da queda do nível de vida dos nigerianos. No meio de constantes conflitos étnicos, os golpes de Estado seguiram-se instaurando em cada ocasião o domínio de um dos grupos étnico-religiosos do país. No último deles, em novembro de 1994, o general Sani Abacha ficou com o poder, governando com mão de ferro, abolindo qualquer vestígio de instituições democráticas e afastando o país das reformas económicas, e mantendo um clima de corrupção estatal, que manteve a Nigéria dentro de uma profunda crise. Quando o general Sani Abacha morreu subitamente em 1998, Abdulsalami Abubakar tornou-se o líder do Conselho Provisório de Regulamentação, anulando a suspensão da constituição de 1979 e, em 1999, a Nigéria elegeu Olusegun Obasanjo como presidente nas suas primeiras eleições em 16 anos. Actualmente é Goodluck Ebele Jonathan o presidente da Nigéria desde 5 de maio de 2010. Foi governador do estado de Bayelsa sendo membro do Partido Democrático do Povo (Suberu, 2001).

Relativamente ao respeito pelos direitos constitucionais na Nigéria, estes têm passado por diversas modificações. A actual Constituição[15] foi promulgada em 29 de maio de 1999, inaugurando a Quarta República da Nigéria e restaurando o regime democrático. Em janeiro de 2011, duas emendas da Constituição de 1999 foram assinadas pelo presidente Goodluck Jonathan, as primeiras modificações desde que o documento entrou em uso em 1999. Os direitos fundamentais salvaguardados na constituição nigeriana são: protecção à vida, condenação do tratamento desumano, escravidão e trabalho forçado, liberdade de locomoção, defesa dos direitos civis, direito à justiça em prazo razoável, liberdade de religião, liberdade de expressão, vida privada, da família, liberdade de associação e contra a discriminação. A liberdade de religião deve ser destacada, devido à grande quantidade de países muçulmanos na África que não adoptam a figura do Estado laico, uma vez que confundir Estado com religião acaba por impor uma moral única, inviabilizam qualquer projecto de sociedade aberta, pluralista e democrática (Suberu, 2001).

No entanto, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, no seu relatório de 2005 a respeito das práticas dos direitos humanos pelo mundo, constatou que o relatório dos direitos humanos da Nigéria não era satisfatório, sendo considerado até mesmo

[15] www.nigeria-law.org/ConstitutionOfTheFederalRepublicOfNigeria.htm.

«pobre». De acordo com o relatório, os membros do Governo nigeriano e a polícia foram responsáveis por «sérios abusos», incluindo-se assassinatos motivados politicamente, utilização da força e de armas letais contra suspeitos e a cobertura/conexão de militantes no Delta do Níger, espancamento e tortura de suspeitos, presos e a extorsão de civis. Houve, ainda, outros tipos de abuso como o uso da violência, discriminação, mutilação genital feminina, prostituição, trabalho infantil e tráfico de pessoas. Em concordância com esses abusos estava a aplicação da Lei islâmica – a sharia - em 12 Estados do nordeste do país. As punições impostas pela sharia incluiam amputação, apedrejamento e flagelação, sem existir qualquer imputação de sentença de morte. Para além destes factos, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América percebeu que havia restrições quanto à liberdade de expressão, imprensa, congregação e manifestação pública, religião, circulação e privacidade (Falola, 2008).

3.4.3. – África do Sul

A história da África do Sul é relativamente bem diferente a anterior. No ano de 1652, Jan Van Riebeeck, da Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundou a Cidade do Cabo no extremo sul do continente, no sopé da Montanha da Mesa, promovendo a colonização da região. Durante os séculos XVII e XVIII, a Colónia do Cabo viu chegar e instalarem-se calvinistas, vindos dos Países Baixos, da Alemanha, França, Escócia e de outros lugares da Europa, contudo, estes não conseguiram disciplinar os habitantes locais para as suas actividades agrícolas e quase os exterminaram nas guerras da fronteira do Cabo, também conhecidas como Guerras dos Cafres. Começaram então a importar escravos de outros locais, como da Indonésia, de Madagáscar e da Índia. Os descendentes destes escravos e dos colonos passaram a ser mais tarde conhecidos como Cape Coloureds ou Cape Malays, chegando a constituir cerca de 50% da população da província do Cabo Ocidental (Mason, 2005).

Os ingleses ocuparam a Cidade do Cabo em 1795, durante a Guerra Anglo-Holandesa, transformando a cidade na capital da colónia britânica do Cabo. Com a abolição da escravatura em 1835, levantou-se uma disputa sobre a compensação que o governo britânico devia dar aos colonos pela libertação dos escravos. Muitos destes colonos de ascendência não-inglesa começaram a explorar e colonizar o interior da África e fundaram as suas próprias repúblicas (Thompson, 2001).

A descoberta de diamantes em 1867 e de ouro, em 1886 aumentou a riqueza dos colonos, que continuavam a imigrar para a África do Sul e intensificou a sujeição dos nativos. Os boers resistiram aos britânicos em duas guerras: a Primeira Guerra dos Boeres entre 1880-81 e a Segunda entre 1899-1902. A Segunda Guerra dos Boeres teve a oposição do Partido Liberal britânico, que a considerava um desperdício de fundos, mas as enormes reservas de ouro e diamantes presentes nas Repúblicas Boers levaram os Tories a avançar com a guerra. A tentativa dos boers de conseguirem apoio dos alemães do Sudoeste Africano deram aos britânicos mais uma razão para controlar as Repúblicas Boers. Neste período os britânicos encarceraram grandes números de civis boeres, juntamente com os seus trabalhadores negros, sem alimentação suficiente, nem cuidados médicos e queimaram as quintas e as colheitas, num esforço para estancar a guerrilha. Contudo, os guerrilheiros voltaram-se então contra as povoações dos nativos, antagonizando-os e forçando os boers a lutar com eles. Muitos afrikaners, chamados pejorativamente colaboracionistas pelos outros afrikaners os bittereinders pensaram que era altura de entrar num acordo com os britânicos. Após prosseguirem com a resistência por mais um ano, os bittereinders finalmente perceberam que a nação boer seria completamente destruída se eles persistissem e assinaram um tratado de paz com os britânicos em Pretória, a 31 de Maio de 1902, o Tratado de Vereeniging (Ungar, 1989).

Este tratado especificava que o governo britânico era soberano das repúblicas boers e assumia a dívida de guerra de três milhões de libras dos governos afrikaners. Os súbditos holandeses ficavam com um estatuto legal especial, uma vez que o afrikaans ainda não era reconhecido como língua distinta. Outra das claúsulas do tratado determinava que os negros não teriam o direito de voto, excepto na Colónia do Cabo.

Após quatro anos de negociações, a União Sul-Africana foi criada a 31 de Maio de 1910, incluindo a Colónia do Cabo, a Colónia de Natal, a Colónia do Rio Orange e o Transvaal, com o estatuto de Domínio do Império Britânico. Esta medida constituiu o primeiro passo para a independência da África do Sul que, no entanto, só teve lugar 51 anos mais tarde. Ainda que o sistema colonial já fosse essencialmente um regime racista, foi nesta fase que se começaram a forjar as bases legais para o regime do apartheid. Uma das primeiras leis adoptadas foi o The Native Labour Regulation Act de 1911, segundo o qual era considerado um crime para os africanos, ou seja, os não-brancos, a quebra de um contrato de trabalho. Ainda no mesmo ano, foi promulgada a The Dutch Reformed Church Act, que

proíbia os negros de se tornarem membros de pleno direito daquela igreja. Contudo foi a Natives Land Act de 1913, que dividiu a África do Sul em áreas onde só negros ou brancos podiam ter a posse da terra: os negros, que constituíam 2/3 da população, ficaram com direito a 7,5 % da terra, enquanto os brancos, que eram apenas 1/5 da população, ficaram com direito a 92,5 % da terra; os mestiços não tinham direito à posse da terra. Esta lei determinava igualmente que os africanos só poderiam viver fora das suas terras quando fossem empregados dos brancos, passando também a ser ilegal a prática usual de ter rendeiros negros nas plantações. Foi neste período que o apartheid se desenvolveu mais, com novas leis, como a lei da Proibição dos Casamentos Mistos, de 1991. Pouco tempo depois, os negros, que só podiam viver nas cidades como empregados, só podiam entrar em determinadas lojas e as próprias casas-de-banho público eram para raças separadas (Falola, 2008).

O apartheid foi condenado internacionalmente como injusto, tendo no ano de 1973, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovado o texto da Convenção Internacional da Punição e Supressão ao crime de Apartheid, definindo-o nos seguintes termos: práticas de segregação e discriminação racial e políticas similares, como as praticadas no sul da África, actos desumanos cometidos com o propósito de estabelecer e manter a dominação de um grupo racial de pessoas sobre qualquer outro grupo racial de pessoas e a opressão sistemática destas. Inclui ainda todas as medidas tomadas para evitar que um grupo ou grupos raciais participem da vida política, social, económica ou cultural de um país, em particalar através da negação dos direitos e liberdades humanas, incluindo o direito ao trabalho, o direito à educação, o direito à uma nacionalidade, o direito à liberdade de opinião e expressão, e o direito de associação livre (Goldin, 1987).

Em 1994, mais concretamente a 10 de maio, Nelson Mandela assumiu a presidência da África do Sul, sendo uma das suas primeiras acções a criação da Comissão Verdade e Reconciliação e reescrita da Constituição. Na eleição multi-racial seguinte, o partido de Mandela ganhou com uma larga margem terminando com a era do apartheid. O novo regime aplicou diversas acções visando beneficiar as vítimas do regime discriminatório, contudo, acabou por segregar os sul-africanos de origem chinesa que viviam no país desde o início do século e que também sofreram os efeitos discriminatórios do apartheid.

Uma parte integrante das negociações pelo fim do apartheid na África do Sul foi a criação de uma nova Constituição para o país. A Constituição da África do Sul[16] actual, a quinta do país, foi elaborada pelo Parlamento eleito em 1994 nas primeiras eleições não-raciais e promulgada pelo presidente Nelson Mandela em dezembro de 1996, substituindo a Constituição Provisória de 1993. No preâmbulo da Constituição resumem-se os objectivos do texto: reconhecer as injustiças do passado; honrar aqueles que sofreram por justiça e liberdade; respeitar aqueles que trabalharam para construir e desenvolver o país e acreditar que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, unidos na diversidade. Procura ainda adoptar esta Constituição como lei suprema da República, de modo a: cicatrizar as divisões do passado e estabelecer uma sociedade baseada nos valores democráticos, justiça social e direitos humanos fundamentais; estabelecer as bases para uma sociedade democrática e aberta, em que o governo se baseia na vontade do povo e de cada cidadão é igualmente protegidos pela lei e a melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. A Constituição define a África do Sul como um Estado soberano, democrático, baseado em princípios de direitos humanos, supremacia constitucional, o Estado de direito e sufrágio universal. O capítulo 2 é uma carta de direitos que enumera os direitos, políticos, económicos, sociais e culturais, os direitos humanos civis do povo da África do Sul.

A maioria destes direitos aplicam-se a qualquer pessoa no país, com a excepção do direito de voto, o direito ao trabalho e o direito de entrar no país, que só se aplicam aos cidadãos. Os direitos enumerados são: o direito à igualdade perante a lei e proibição de discriminação por raça, género, sexo, estado civil, origem étnica ou social, cor, orientação sexual, idade, deficiência, religião, consciência, crença, cultura, língua e nascimento; direito à dignidade humana; direito à vida, que tem sido usado para proibir a pena de morte, mas não proíbe o aborto; direito à liberdade e à segurança da pessoa, o direito de ser protegida contra a violência e tortura; direito à liberdade da escravidão, a servidão ou trabalho forçado; o direito à privacidade, a liberdade de pensamento, de religião e a liberdade de opinião e de expressão, incluindo a liberdade de imprensa e à liberdade académica; direito à liberdade de reunião e a liberdade de associação; e por fim o direito de voto e sufrágio universal, o direito de se candidatar a um cargo público, o direito de eleições livres, justas e regulares; e o direito de formar um partido político.

[16] www.info.gov.za/documents/constitution/index.htm.

Regula ainda o direito à propriedade, à habitação, os direitos à alimentação, água, saúde e assistência social, que o Estado deve realizar progressivamente dentro dos limites de seus recursos, os direitos das crianças, incluindo o direito a um nome e uma nacionalidade, o direito à convivência familiar, o direito a ser protegido contra os maus-tratos e abuso, a protecção contra o trabalho infantil, bem como a proibição do uso militar das crianças, o direito à educação, o direito de usar a língua de sua escolha e participar da vida cultural de sua escolha, o direito à justiça e acesso aos tribunais.

O capítulo 9 cria uma série de comissões para proteger e apoiar a democracia e os direitos humanos. Estes são o Protector Público, a Comissão de Direitos Humanos do Sul Africano, a Comissão para a Promoção e Protecção dos Direitos das Comunidades Culturais, Religiosas e Linguísticas, a Comissão para a Igualdade de Género, a Comissão Eleitoral Independente e a Autoridade Nacional de Comunicações Independentes.

3.4.4. - Angola

A história de Angola encontra-se documentada do ponto de vista arqueológico desde o período Paleolítico. Este país da África Austral foi colónia portuguesa até 11 de Novembro de 1975, quando adquiriu a independência na sequência da guerra de libertação. Foi no reinado de D. João II, mais propriamente em 1484, que os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, chegaram ao Zaire. A partir desta data inicia-se a conquista pelos portugueses desta região de África, incluindo Angola. A primeira acção dos portugueses foi estabelecer uma aliança com o Reino do Congo, que dominava toda a região. A sul deste reino existiam dois outros, o Reino de Ndongo e o de Matamba, os quais não tardam a fundir-se, para dar origem ao Reino de Angola. Os portugueses levaram a esta região as armas de fogo, desenvolvimentos tecnológicos, a escrita e uma nova religião, o Cristianismo. Em troca, o Reino do Congo ofereceu escravos, marfim, minerais e especiarias.

De facto até 1822, data da Independência do Brasil, a colónia angolana servia essencialmente para fornecer escravos, nomeadamente para a exploração de minérios no Brasil (Clarence-Smith, 1985). A declaração de Independência do Brasil forçou Portugal a dar uma maior importância a Angola devido a perda dos recursos provenientes do seu ex-território americano. A penetração portuguesa para o interior do território angolano só se inicia no século XIX, após a independência do Brasil e com o fim do tráfico de escravos, mas

não da escravatura. A conquista portuguesa do território correspondente à actual Angola teve início em começos do século XIX, tendo abrandado durante várias décadas, e só foi retomada na segunda metade daquele século, já numa situação de concorrência com as outras potências europeias.

Esta ocupação do interior procurava ser uma resposta às pretensões de outras potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, que reclamavam na altura uma parte de África. A expansão colonial foi muito lenta e no início do século XX, menos de 10% do território atribuído pela Conferência de Berlim estava sob controlo português, tendo a ocupação pela força militar alcançada apenas em meados dos anos 20. As fronteiras de Angola só são definidas em finais do século XIX, sendo a sua extensão muitíssimo maior do que a do território dos Ambundu, e cuja língua o termo Angola está associado. Com a abolição da escravatura em Portugal, no ano de 1878, seria de esperar que o trabalho escravo terminasse também em Angola, facto que não se veio a verificar, apesar de a nível formal esta tivesse terminado. Na prática, a exploração da mão-de-obra negra continuou através de um instrumento designado por contrato, que vigorou até 1961, e que consistia na contratação de ex-escravos pelos seus anteriores senhores. Em 1899, é criada uma nova lei de trabalho - Regulamento do trabalho dos indígenas - que concebia a noção de trabalho forçado indígena para os habitantes autóctones das colónias (Chabal, 2008).

Com a Implantação da República em Portugal, a política portuguesa tornou-se mais democrática, em 1912, em Angola foi criada a Liga Angolana e o Grémio Africano, organizações políticas coloniais. A colonização de Angola entra numa nova fase, os republicanos haviam criticado duramente os governos monárquicos por terem abandonado as colónias, tendo o aspecto mais relevante da sua acção sido a criação de escolas. Na colónia angolana, as povoações dos colonos portugueses tinham uma dimensão muito reduzida, e a sociedade estava estruturada tal como em Portugal; no topo a aristocracia, a igreja, funcionários de topo, os militares e os comerciantes; na base estavam os antigos escravos e os indígenas. Durante todo o período da presença colonial portuguesa em Angola, o objectivo das missões cristãs era converter a população nativa e educá-la de acordo com as normas culturais europeias. Para os nativos angolanos, a igreja católica era a igreja dos portugueses e não a sua; embora a frequentassem, não deixaram os seus próprios cultos tradicionais (Humbaraci, 1974).

Entre 1910-26, ocorreram em Angola várias greves entre os trabalhadores brancos, e alguns historiadores vêem neste momento o início da luta anticolonialista. Em 1919, é criada a Liga Africana, por dissidentes da Junta de Defesa dos Direitos de África, à qual estava ligada a Liga Africana de Luanda. Em 1921, a Junta foi reestruturada passando a designar-se por Partido Nacional Africano. O período agitado da Iª República culmina em 1926, com a Revolução de 28 de Maio, e a subida ao poder dos militares, e de uma nova política conservadora. A nova política colonial passa a ser regida pelo Ato Colonial de 1930. É assim, a partir desta data, que o desenvolvimento económico só se inicia de forma sistemática, quando se incrementa a produção de café, sisal, cana do açúcar, milho e outros produtos. O Ato Colonial de 8 de Julho de 1930, estabeleceu a supremacia dos portugueses sobre a população indígena, determinando que os nativos pudessem estudar até a um nível universitário, ainda que na prática, a situação fosse de profunda clivagem cultural e social entre a população local e os portugueses que viviam no litoral de Angola (Marcum, 1969).

Quando em 1932, Salazar sobe ao poder e, com os poderes que o Ato Colonial lhe conferia, reestrutura a divisão da administração, acaba com a autonomia e cria a figura do governador-geral das colónias, sob a sua alçada. A crise económica dos anos 30 leva a uma maior atenção para as colónias que passam a ser o principal meio de sustentação, tendo-se iniciado as grandes plantações, como a do algodão que eram extremamente lucrativas, uma vez que o algodão era vendido pelo dobro do que era adquirido ao produtor, e tinha um baixo custo de produção - grandes extensões de terra aliadas a mão-de-obra quase gratuita. No entanto, para explorar as monoculturas angolanas era preciso dinheiro, e para isso Portugal dependia do capital estrangeiro, o qual impunha novas regras: uma maior opressão da população nativa, o trabalho forçado, que se manteve até 1961, ano do fim do Estatuto do Indigenato e do Código do Trabalho dos Indígenas. Angola deteve o estatuto de Colónia Portuguesa desde 1655 até 11 de Junho de 1951, data em que as colónias portuguesas passaram a ser designadas por Províncias Ultramarinas (Bender, 1978).

Em 1948, foi criado o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, por Viriato Clemente da Cruz, com a intenção de promover a cultura angolana. Os nacionalistas enviaram uma carta às Nações Unidas solicitando que fosse atribuído o estatuto de protectorado a Angola sob supervisão da mesma organização. No início da década de 1950, é criado o Clube dos Marítimos Africanos, cujos membros, por serem marinheiros, faziam a ligação entre Lisboa e Luanda das informações sobre o regime português, em particular da repressão

exercida nas colónias, promovendo as suas ideias de libertação e agitação política junto da população.

Na década de 1950, Salazar incentivou os portugueses a instalarem-se nas províncias de África, foram muitos aqueles que se instalaram em Angola, desenvolvendo sobretudo actividades comerciais. Em 1953, separatistas angolanos fundaram o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola, o primeiro partido político a reivindicar a independência de Angola. Um ano depois, é criado o movimento político União das Populações do Norte de Angola, por nacionalistas do Congo e de Angola, que defendiam a independência do Reino do Congo, o qual incluía outros territórios para além de Angola (Rocha, 2010).

Durante o ano de 1955, vemos nascer o o Partido Comunista Angolano que em dezembro de 1956 se uniu ao Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola que funcionava na clandestinidade influenciado pelo Partido Comunista Português, para fundar o Movimento Popular de Libertação de Angola. Em 1959, aquando das Conferências dos Povos de África, em Accra, as forças nacionalistas aproveitam o evento para, com o apoio das populações dos musseques de Luanda, se manifestarem nas ruas contra a escravatura e exigindo a independência, as autoridades responderam à manifestação com força (Brockey, 2008).

Em 1954, o governo português cria o Estatuto do Indígena que dividia a população em dois grupos: os civilizados, vulgo cidadãos, e os indígenas (...) que não possuíam ainda a instrução e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Assim, os africanos das províncias ultramarinas não possuíam direitos políticos, não podiam formar partidos nem sindicatos; podiam apenas estabelecer associações de carácter cultural, porém sempre sob a supervisão da PIDE. Por outro lado, o estatuto permitia que os jovens africanos viajassem para Portugal para estudar nas universidades, tal como aconteceu com: Mário Pinto de Andrade e de seu irmão Joaquim, que ingressaram da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Agostinho Neto, que estudou Medicina em Coimbra e Lisboa; e Jonas Savimbi, que frequentou o liceu em Lisboa. O Estatuto do Indígena termina em 1961, ano em que Adriano Moreira, ministro do Ultramar, o revoga, com o fim do Estatuto, passa a ser possível aos angolanos indígenas terem cidadania portuguesa, sem qualquer tipo de discriminação e a puderem ser integrados no sistema educacional nacional. Um ano depois Adriano Moreira revoga o Código do Trabalho dos Indígenas, criado em 1956, este Código estabelecia que o sistema de exploração económica iria ser sustentado pela mão-de-obra indígena, em geral com baixos salários. Com esta

revogação, os indígenas passaram a não serem obrigados a trabalhar e a poderem livremente escolher para quem trabalhar, passando a ter acesso à função pública, e terminando a obrigatoriedade da prática de culturas agrícolas específicas (Bender, 1980).

O Estatuto do Indígena representava um conjunto de diplomas legais utilizados para definir os direitos, mas sobretudo os deveres, dos indígenas das colónias portuguesas. O primeiro foi o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, seguindo-se o Acto Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina, de 1933 e finalmente o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954. Esta lei visava a «assimilação» dos indígenas na cultura colonial, acabando por ser abolido em 1961 com as reformas introduzidas por Adriano Moreira quando foi Ministro do Ultramar (Fonseca, 2011).

Até à criação do Estatuto os indígenas não tinham nenhuns direitos civis, ou jurídicos, nem de cidadania. Com a nova lei ficavam estabelecidos três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os mestiços. Para a passagem de estatuto era necessário demonstrar um conjunto de requisitos que os indígenas teriam de alcançar para obter o estatuto de «assimilado» e poderem usufruír de direitos que estavam vedados aos indígenas não assimilados. Entre estes requesitos contavam-se, por exemplo, falar e escrever português, deter uma sólida ocupação profissional, ter hábitos europeus e haver renunciado a práticas nativas como a poligamia (Vera-Cruz, 2005).

Os mestiços representavam apenas 2% da população angolana e desde o século XIX tinham desempenhado um papel de relevo no comércio e na administração pública, mas à medida que o seu número foi ultrapassado pelo dos europeus, os seus serviços secundarizaram-se. Nas duas primeiras décadas do século XX, exigências legais quanto a habilitações académicas, dificultaram o seu acesso ao funcionalismo e em 1929 determinou-se que os mestiços só pudessem alcançar no funcionalismo público o nível de primeiro oficial e estabeleceram-se escalas de vencimentos para europeus e não europeus (Vera-Cruz, 2005).

O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, promulgado em 1926, tratava da responsabilidade do Governo português ante a «especificidade e menoridade civilizacional» dos africanos. Assim, durante a época colonial eram extremamente rigorosas as restrições impostas aos indígenas. Os indivíduos do sexo masculino estavam sujeitos ao chamado imposto de cubata, que a não poder ser pago

implicava a obrigação de trabalhar gratuitamente para o Estado seis meses por ano. Um sistema de trabalho forçado havia sido instituído.

De facto, na sociedade angolana a ascensão a assimilado poderia ter efeitos contraproducentes já que muitos empregadores preferiam não ter ao seu serviço trabalhadores com direito à sindicalização e aos salários oficiais, optando, em igualdade de circunstâncias, por empregados europeus.

A eclosão das guerras coloniais conduziu a pressões internacionais que provocaram um ligeiro abrandamento de certas restrições raciais. A 6 de Setembro de 1961 publicou-se um decreto abolindo as diferenças legais entre indígenas e assimilados, o que em teoria eliminava o regime de indigenato e concedia a nacionalidade portuguesa a todos os africanos das províncias ultramarinas (Humbaraci, 1974).

Com o Decreto-Lei n.º 43893, de 6 de Setembro de 1961, Adriano Moreira, revoga o Decreto-Lei n.º 39666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique: *"O problema do Estatuto dos Indígenas assume grande relevância na conjuntura política actual, e porque tal diploma nem sempre tem sido entendido de modo a fazer-se justiça às razões e intenções que o determinaram, há vantagem nalgumas considerações sobre os motivos que deram origem à já tradicional existência, no direito português, de um diploma que especialmente se ocupasse da situação jurídica dos chamados indígenas. Em primeiro lugar deve salientar-se a tradição portuguesa de respeito pelo direito privado das populações que foram incorporadas no Estado a partir do movimento das descobertas e a quem demos o quadro nacional e estadual que desconheciam e foi elemento decisivo da sua evolução e valorização no conjunto geral da humanidade. (...) Com o presente decreto procura-se, portanto, dar um passo mais em direcção aos objectivos anteriormente fixados, extraindo da obra feita as suas mais directas consequências e situando-a dentro das suas verdadeiras dimensões no que toca à evolução e progresso das populações ultramarinas. Considerou-se, na verdade, que o condicionalismo político e social das nossas províncias da terra firme de África permite já hoje dispensar muitas das normas que definiam um mecanismo de protecção das populações inteiramente confiado ao Estado, e que haveria vantagem em generalizar o uso de mais latos meios para a gestão e defesa dos seus próprios interesses e, também, para a participação na administração dos interesses locais. Sob este último aspecto, as providências agora tomadas integram-se num conjunto de medidas já iniciadas com a publicação dos decretos referentes ao revigoramento das*

instituições municipais e organização das regedorias, e que visam tirar as consequências do preceito constitucional que garante a «interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis». Aliás, essa interferência processa-se já hoje em termos e extensão que muitas vezes se situam para além das disposições legais em vigor, e a experiência colhida no conjunto das províncias demonstra que é oportuno encarar o problema. Esta não é de modo algum uma situação extraordinária ou anómala, e o próprio princípio constitucional que assegura a transitoriedade das medidas especiais de protecção e defesa como as que se consignaram no Decreto-Lei n.º 39666 exige que frequentemente sejam revistas em ordem a harmonizá-las com as realidades que contemplam, tão certo é que a evolução das populações se faz em ritmo cada vez mais apressado por virtude das providências e recursos postos ao serviço dessa evolução. A decisão agora tomada baseia-se nas conclusões de trabalhos, alguns já publicados, dos centros de estudo especializados, e ainda no voto unânime do plenário do venerando Conselho Ultramarino, que, há muito, pelas suas secções, estudava atentamente o problema. A revogação do Decreto-Lei n.º 39666 surge assim como consequência lógica do processo evolutivo por que tem passado a nossa legislação nesta matéria."[17]

No período do pós-guerra, vários países africanos tornaram-se independentes dos seus colonizadores, no entanto, Portugal não permitiu que tal acontecesse com as suas colónias, dando origem a diversos movimentos independentistas. Em Angola surgem as seguintes organizações: UPA/FNLA, MPLA, UNITA. De maneira geral, as três organizações combatiam em simultâneo a presença dos portugueses em Angola, sem nunca chegarem a formar uma só força de oposição; pelo contrário, combateram entre si, enfraquecendo, assim, alguma hipótese de saírem militarmente vitoriosos do conflito (Silva, 2010).

Nesta fase abre-se um novo ciclo económico em Angola, que se prolonga até 1972, quando a exploração petrolífera em Cabinda começou a dar os seus resultados. Por outro lado a subida da cotação do café no mercado mundial, a partir de 1950, contribuiu decisivamente para o aumento vertiginoso desta produção. O desenvolvimento destas explorações, foi acompanhado por vagas de imigrantes incentivados e apoiados muitas vezes pelo próprio Estado.

[17] Decreto-Lei n.º 43893, de 6 de Setembro de 1961

Em 1950, a questão da descolonização das colónias africanas emerge no plano internacional e torna-se uma questão incontornável, sendo publicado em 1956 o primeiro manifesto do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O governo português recusou qualquer hipótese de diálogo e prosseguiu na defesa do último grande império colonial europeu, mobilizando para a região africana centenas de milhares de soldados. Durante o conflito armado, Portugal procurou consolidar a sua presença em Angola, promovendo a realização de importantes obras públicas. Este conflito iniciou-se Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, na zona que viria a designar-se por Zona Sublevada do Norte, que correspondia aos distritos do Zaire, Uíje e Kwanza-Norte (Costa, 1999).

O Estado Novo nunca admitiu a existência de uma guerra, difundindo a ideia através da censura à imprensa, de que os movimentos independentistas eram apenas terroristas e que os territórios africanos não eram colónias, mas províncias e parte integrante de Portugal. A Organização de Unidade Africana procurou intervir na questão colonial portuguesa, desencadeando acções no sentido do reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, formado pela FNLA de Holden Roberto, em 1964. Este apoio foi, contudo, transferido para o movimento MPLA de Agostinho Neto, a partir de 1967, em novembro de 1972, foram novamente reconhecidos ambos os movimentos, tendo em vista a sua união. No que diz respeito à UNITA, esta só veio a ser legitimada pela OUA, como organização anticolonialista, nas vésperas dos Acordos de Alvor em 1974. De facto, as primeiras críticas à resistência do governo português de descolonizar datavam de 10 de março de 1961 quando a questão foi apresentada na ONU. A delegação portuguesa abandonou a Assembleia-geral e, no mês seguinte, esta anunciou a sua posição favorável à auto-determinação de Angola (Bender, 1980).

Com o 25 de abril de 1974, em Portugal, sob a direcção do Movimento das Forças Armadas, inicia-se um período revolucionário que transformaria radicalmente o Estado e a sociedade. Apesar de serem inúmeros factores que terão contribuído para a revolução, a guerra colonial foi, sem dúvida, uma das principais justificações para a queda do Estado Novo em Portugal. O MFA no seu programa demonstrava a vontade de possibilitar a independência das colónias, o que terminou com impedimento de o Estado português negociar com os movimentos de libertação. Dava-se assim início ao processo de descolonização. No caso de Angola, a maior dificuldade para o governo português foi a aproximação dos três movimentos de libertação. A revolução portuguesa terá apanhado de surpresa os movimentos de libertação

de Angola assim como as grandes potências mundiais, que tinham reduzido o seu apoio aos movimentos independentistas.

Com o abandono de milhares de cidadãos portugueses, Angola viu-se perante uma situação económica e administrativa difícil, pois ficou sem uma boa parte da mão-de-obra qualificada, sem um governo organizado e em situação de guerra civil. As importantes indústrias do café e dos diamantes que, durante uma significativa parte da guerra colonial assistiram a um forte aumento das exportações, estagnaram, mantendo-se, no entanto, em pleno funcionamento a do petróleo, no enclave de Cabinda que, a partir de 1974, regista um forte aumento das exportações (Bender, 1980).

Com o fim do conflito entre Portugal e Angola, as três forças de libertação angolanas, ocuparam os edifícios deixados vagos com a partida dos portugueses. Os principais países aliados das forças independentistas, União Soviética, Cuba, EUA e China, encararam os Acordos de Alvor de 1975, como apenas mais acordos e, na prática, o Governo de Transição pouca acção teve nos meses que se seguiram à assinatura dos Acordos. Por estes acordos foi determinada a formação de um Governo de Transição, composto por todas as partes que assinaram os acordos, assim como a integração das três forças numa única Força Militar Mista, que também incluía militares das Forças Armadas Portuguesas. A independência e a passagem de soberania ficaram marcadas para o dia 11 de Novembro desse ano. Um sentimento de paz aproximou as populações dos centros urbanos mas esta não foi duradoura, iniciando-se combates entre os três movimentos, nomeadamente entre o MPLA e a FNLA, com vista ao controlo das diferentes regiões de Angola. De tendência anticomunista, as forças sul-africanas depressa se uniram à UNITA e à FNLA, apoiando-os militarmente. Verificando tratar-se de uma séria ameaça ao MPLA, Cuba decide intervir no conflito (Bender, 1980).

O MPLA, a UNITA e a FNLA, com o apoio dos seus respectivos aliados, dão início a uma guerra civil que iria durar de 1975 até 2002. O principal confronto seria entre o MPLA, apoiado pela União Soviética e por Cuba, e a UNITA, na zona sudoeste de Angola; as forças da FNLA encontravam-se inseridas no exército da África do Sul. O MPLA, constituído por elites e reconhecido pela OUA, foi o movimento dominante nos anos que se seguiram à independência. Assim, a independência de Angola não foi o início da paz, mas sim o início de uma nova guerra aberta entre os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português. Lutavam entre si pelo controle do país, e em particular da capital, Luanda, sendo cada um deles apoiado por potências estrangeiras, dando ao conflito uma

dimensão internacional. Esta guerra prolongar-se-ia por mais 28 anos, terminando com um cessar-fogo em 2002.

A União Soviética e principalmente Cuba apoiavam o MPLA, que controlava a cidade de Luanda e algumas outras regiões da costa, nomeadamente o Lobito e Benguela. Os EUA, que apoiaram inicialmente apenas a FNLA, não tardaram a ajudar também a UNITA. Em Outubro de 1975, o transporte aéreo de quantidades enormes de armas e soldados cubanos, organizado pelos soviéticos, mudou a situação, favorecendo o MPLA que conseguiu formar um governo socialista uni-partidário. Em 1976, as Nações Unidas reconheciam o governo do MPLA como o legítimo representante de Angola, o que não foi seguido nem pelos EUA, nem pela África do Sul (Teixeira, 2010). A partir de 1989, com a queda do bloco da ex-União Soviética, sucederam-se em Angola os acordos de paz entre a UNITA e o MPLA, seguidos do recomeço das hostilidades. Em junho de 1989, no Zaire, a UNITA e o MPLA estabeleceram uma nova trégua que durou apenas dois meses (Messiant, 2008).

As eleições de Setembro de 1992 deram a vitória ao MPLA mas a UNITA não reconheceu os resultados eleitorais reiniciando-se o conflito armado, primeiro em Luanda, alastrando-se rapidamente ao restante território. A UNITA restabeleceu a sua capital no Planalto Central com sede no Huambo (George, 2005).

Em 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas embargou as transferências de armas e petróleo para a UNITA. O mundo ocidental passou a apoiar o governo do MPLA, o que marcou o declínio militar e político da UNITA, que passou a ter cada vez mais dificuldades em financiar as suas compras militares devido ao embargo internacional e diplomático a que se viu votada. No mês de dezembro de 1998, Angola retornou ao estado de guerra aberta, que só terminou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi - líder da UNITA. Com a morte do líder histórico da UNITA, este movimento iniciou negociações com o Governo de Angola com vista à deposição das armas, deixando de ser um movimento armado, e assumindo-se como mera força política.

Desde a independência de Portugal, Angola viu três textos constitucionais, a primeira entrou em vigor em 1975, a segunda foi aprovada em 1992, e a terceira e última foi instituída em 2010[18]. A Primeira Constituição de Angola independente, do ano de 1975, traça como primeira meta eliminar os vestígios do colonialismo português. A Lei Constitucional da

[18] www.governo.gov.ao/Constituicao.aspx.

Republica Popular de Angola de 12 de Novembro de 1975 define no seu artigo 1º que a República Popular de Angola é um Estado soberano, independente e democrático, cujo principal objectivo é a total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção de um país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares. Afirma ainda, a soberania reside no povo angolano. Ao MPLA, seu legitimo representante, cabe a direcção política, económica e social do poder popular. Neste sentido a soberania reside em cada um dos cidadãos. O texto da Constituição prevê diversas garantias da liberdade individual e proíbe a discriminação com base na cor, raça, identidade étnica, sexo, local de nascimento, religião, grau de instrução e situação económica ou social, garantindo a liberdade de expressão e de reunião.

Entre as garantias constitucionais incluem-se ainda cuidados de saúde, acesso à educação, e assistência do Estado na infância, maternidade, invalidez e velhice. Em troca destas garantias, cada indivíduo é responsável pela sua participação na defesa da nação, votando nas eleições oficiais, actuando em cargos públicos se nomeados ou eleitos, trabalhando e auxiliando na transformação socialista. Contudo, apesar desta afirmação socialista a Constituição garante a protecção da propriedade privada e da actividade empresarial privada dentro dos limites estabelecidos pelo Estado. Em termos sociais refere o combate ao analfabetismo, promovendo o desenvolvimento da educação e da cultura nacional, e aplicação estrita separação entre igreja e Estado, com relação oficial de todas as religiões.

Na revisão da lei constitucional de 16 de setembro 1992, a República de Angola é definida como um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como individuo, quer como membro de grupos sociais organizados. No que diz respeito à soberania internacional, Angola sempre esteve consciente de que o respeito pela soberania dos Estados limítrofes constituem as bases para uma excelente coabitação internacional. O espírito de interdependência faz com que Angola aderisse à Organização de Unidade Africana, onde participa activamente como membro fundador da actual Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, estando presente na CEEAC, na Comissão do Golfo da Guiné e continua a respeitar os princípios explanados na Carta da ONU.

Em 21 de janeiro de 2010, a Assembleia Nacional de Angola aprovou uma nova Constituição para substituir a Constituição provisória em vigor desde a independência, em 1975. Este novo texto estabelece um governo semelhantes aos actualmente operatório na África do Sul e Botswana.

3.5. - Desafios Políticos e Culturais de Angola

Grande parte do continente africano é constituído por um conjunto de antigos reinos, alguns desavindos, que se embrenharam em guerras sangrentas para a ocupação de melhores áreas para a pastorícia, agricultura e defesa contra os invasores. Angola constituiu-se como uma unidade a partir da junção de vários reinos, sendo o seu tecido etnográfico constituído por um povo que se revê na etnografia de outros povos de países vizinhos: "Bakongos nos países do norte, República do Congo; Ovambo, norte da Namíbia" Areia (2005) faz notar que estes povos têm uma história própria, uma organização baseada num sistema de parentabilidade dando beleza á adversidade etno linguística, cultural e plurirracial do continente do norte ao sul.

Curiosamente, até meados do século XIX, Angola não existia como um território no seu todo como já atrás referimos, existiam sim, dois reinos, o Angola e de Benguela, cada um deles constituído por várias nações, algumas autónomas outras com laços de hegemonia e vassalagem, com as mais variadas línguas. Os agrupamentos étnicos que Areia (2005) considera flexíveis eram governados pelo membro mais prestigiado do grupo, que correspondia regra geral ao mais velho, sendo as decisões ajustadas por negociação para impedir o abuso do mesmo. Da fusão destes espaços territoriais, Sá da Bandeira criou, em 1837, a Província de Angola hoje República de Angola, um espaço de criação e dimensões coloniais.

Embora fruto da longa noite colonial esquadriada com a ajuda dos comerciantes pombeiros, sertanejos, aviados e feirantes, Angola possuía uma dinâmica própria travada pelo colonialismo num movimento comercial que do Atlântico percorria a África Central e atingia o Oceano Índico, acabando numa integração de Estado-nação de cariz ocidental. Neste espaço territorial que apelidamos de país «Z», encontram-se povos de culturas, hábitos e religiões

diferentes, apesar dos esforços que as entidades colonizadoras encetaram ao forçar os africanos a seguirem o Cristianismo.

A luta contra o colonialismo, pela Independência e soberania nacional foi dirigida sob a bandeira da unidade de todo o povo de Angola, sem discriminação de raça, tribo ou língua numa súmula de nacionalismo. Mas apesar de todo este cuidado registaram-se falhas, erros que levam os estudiosos das questões africanas a colocar diversas questões. Areia (2005) refere como causa da decadência do Estado – nação em África, se deve á incapacidade dos Estados pós-coloniais reconhecerem a existência do território antes do colonialismo, herdando e implementando os modelos europeus de Estado-nação de cariz opressor relativamente ao ser africano cuja génese desemboca num desastre político.

A questão da identidade que chamaríamos de cidadania, em Angola, precisa de ser afirmada com a incorporação de valores comuns que pertencem ao próprio aspecto político dinâmico da nação que está a ser erguida, e que será enriquecida pela participação contributiva das diferentes línguas, costumes, maneiras de ser dos diferentes povos.

Santos (Areia, 2005) demonstra que as diferenças culturais entre as pessoas em Angola não devem ser vistas como factor de divisão ou afastamento, porquanto elas constituem uma riqueza cultural do património comum que é a identidade nacional, diversidade multiétnica e cultural.

A necessidade imperiosa de consolidar esta riqueza cultural em Angola, leva a que o programa do partido que governa o país há mais de 35 anos evoque com veemência a necessidade de expulsar o fantasma do tribalismo, racismo e outras formas discriminatórias para não afectar a unidade nacional (Areia, 2005, p. 4).

A sustentabilidade do ambiente continental e a vida humana exigem, entre outras coisas, que o ser humano se estabeleça em áreas urbanas e rurais para dar um equilíbrio na rentabilização do espaço, de forma a criar harmonia no próprio desenvolvimento.

Em África perdura uma população economicamente flutuante com respeito à herança e as diversidades culturais, religiosas e naturais e, isto deve ser visto como uma mais-valia na estruturação da vida das regiões adequando-as à génese dos cidadãos residentes. Desta forma seria mais fácil ultrapassar os desequilíbrios florescentes nas cidades africanas relativas a escassez de equipamentos, infraestruturas e serviços sociais. Os governos devem empreender esforços para o reforçar as instituições públicas, principalmente nos municípios, as parcerias público-privadas e, como base, reinventar a Administração Pública, confinada na máquina

burocrática pesada e moribunda e tornar a sociedade civil, actuante e independente, estabelecendo o princípio da subsidiariedade referida por Moreira (2002, p. 21).

Organizar a sociedade a partir da sociedade civil e não do Estado, que no caso de Angola praticamente é inexistente, mesmo depois de ter abandonado um sistema de governo de esquerda que ditava as regras na sociedade, o Estado não consegue afirmar-se como um governo liberal, uma vez que todo o condão de atitudes é ditado ao sabor de quem dirige, estruturando formas e métodos que criem as iniciativas e impulsionem a criatividade humana.

Por imperativos das colisões sociais, culturais e políticas que têm afectado o continente, impera, sobretudo em Angola, uma certa desordem pública que funciona como antídoto para a desunião, desumanização, descaracterização da sociedade tradicional, falta de responsabilidade, revanchismo quanto as coisas públicas. Destes factores surge a necessidade de impor uma ordem pública, diferente da ordem estatal, sendo que só isso abrirá o caminho para o reencontro da ordem humana que proporciona um equilíbrio entre "Estado, mercado e sociedade civil " (Moreira, 2002, p. 21).

A reinvenção da Administração Pública não passa só pela sujeição do mecanismo do mercado, mas também e principalmente pela reinvenção da sociedade civil. É preciso dar oportunidade aos citadinos a terem iniciativas, a efectuarem actividades de interesse comum. Assim o Estado aparecerá apenas com uma função supletiva. A nível geral nutre-se um sentimento de que o Estado «rouba» os direitos dos povos, sendo necessário chamar atenção aos povos e alertá-los que os deveres se posicionam antes dos direitos, só isso permitirá dar uma abordagem mais ampla às ciências valorativas, criar uma sociedade harmoniosa e livre de preconceitos. A liberdade hoje conquistada ultrapassa no seu fundamento a lei e os quadros legais. Adam Smith (Moreira, 2002) defende que a liberdade implica a existência de um "ethos"de respeito mútuo como condição para um mínimo de intervenção política.

Repensar e reforçar o papel do Estado como definidor do enquadramento político e como regulador e fiscalizador da qualidade das políticas públicas, permitirá acelerar a redução da pobreza e a criação de oportunidades económicas, deverão constituir uma das metas a alcançar no continente. Os serviços melhoram através da experimentação de novas ideias susceptíveis de serem imitadas quando admiradas ou rejeitadas no caso de não agradarem (Moreira, 2002 p. 28). Assim, uma aposta deve ser feita no sentido da integração regional levando que esta seja o fio condutor para pôr a funcionar a possível economia regional. O

continente africano continua inibido e retraído, a sua abertura e expansão cultural tornará mais homogéneos os interesses perseguidos por territórios semelhantes.

3.6. -. A Construção de uma Cidadania Alargada e o Papel das Cidades

O aparecimento do trabalho assalariado e a extensão dos direitos civis da população no século XVIII, propiciaram a participação da população na vida pública, esta interação levou a que todos participassem na melhoria da assistência social, levando a uma mudança da convivência comunitária.

Com o desenvolvimento social, as comunidades ganharam outra consciência política baseada em princípios universais e normas administrativas institucionalizadas que legitimaram a chamada cidadania moderna. Uma nova forma de identificação e participação na vida social, política e na gestão administrativa da sociedade, com novos direitos, novas áreas de actuação mais alargadas.

A cidadania alargada vivida em urbes nos países ocidentais é conquistada de modo diferente no continente africano, num vendaval que faz trepidar os poderes políticos, caminhando para "uma encruzilhada de caminhos incertos".

Numa rápida análise das cidades da América Latina nos anos 90 notamos que elas emergiram como cidades actoras políticas e económicas graças as reformas políticas e financeiras feitas em alguns países como no Brasil, em Bogotá, Buenos Aires e aos planos estratégicos de desenvolvimento económico, social e urbano que comportaram "ampla participação cívica" de todos os cidadãos como escrevem Castells e Borja (1996), e o casamento da Cooperação entre a iniciativa privada e pública.

Por tudo que temos vindo a analisar sobre a génese das cidades africanas, verdade é que elas continuam a ser um caso a parte, funcionando de uma forma diferente no âmbito do pacote urbano mundial. Os estudos académicos realizados debruçam-se apenas sobre os problemas que atingem esta parte do globo, contudo vão redesenhando balizas para novos paradigmas. É preciso transformar as cidades africanas em actores sociais, mas como efectuar esta mudança?

A resposta passa por lhes atribuir uma função social. O aldeão africano classifica a cidade como um conjunto de casas edificadas verticalmente, complexas para o seu imaginário, erguidas pelo homem branco para se distinguir dos industriais, comerciantes e camponeses, casas que no seu entender representam a sofisticação.

O processo de democratização política e a descentralização do Estado é uma acção que visa "revalorizar o Estado" sendo, segundo Castells e Borja (1996), muito importante para a afirmação da cidade e dos governos locais, atrasada em alguns pontos do continente devido a algumas limitações na abertura dos processos políticos em que vivem. Só a revitalização económica estimula o processo de desenvolvimento de projectos urbanos.

É da multiplicidade das dimensões da cidade como actora social que a cidade conecta as suas acções de agente público, agente económico público e privado, organização social e cívicas, sectores intelectuais e profissionais e meios de comunicação socialmente "entre Instituições políticas e sociedade civil". Esta conexão faz-se, segundo Castells e Borja (1996), através de actos como: marcação da posição junto a entidade superiora ou a uma multinacional estabelecendo os produtos que a representam. Para estes autores são exemplo desta conexão a promoção urbanística, a oferta cultural, na área de produção e venda a definição dos agentes urbanos, a promoção de campanhas de cooperação público-privada como as campanhas de segurança pública, imagem, reabilitação urbana. Na área de projectos realiza eventos que implementam a sua promoção para o desenvolvimento urbano Castells e Borja (1996).

3.6.1. – A Função Social das Cidades Africanas

As cidades africanas ganharam um novo sentido que passa pela forma de participação dos cidadãos no desenvolvimento do continente como sugere Milando (2005). A forma como as populações em África participam no seu próprio desenvolvimento tem sido controverso e ambíguo; é preciso deixar de ser um modelo padronizado de gestão colectiva feito através de sindicatos e cooperativas para passar para o modelo do "tipo *empowerment* em que segundo o autor referido, a participação constitui um processo revolucionário em que as pessoas

exploradas empregam a sua capacidade na transformação", traduzida numa acção de partilha do poder.

A participação deve ser promovida de modo informal suscitando aos habitantes uma entrega como sujeitos do próprio desenvolvimento, constituindo eles o *out put* para o combate à pobreza. Para Milando (2005) a pobreza persistente deve-se aos métodos e conceitos em voga, quer nos governos locais quer nas agências internacionais de desenvolvimento, que concebem projectos para o desenvolvimento social e económico onde é cobrada á população os deveres de cidadãos. O autor observa o facto de na África subsariana a participação da população ser imposta, o que retira a motivação para as mudanças sociais, neste caso específico implica que o *empowerment* deve ser precedido de estudos que permitam a demonstração da exequibilidade em exercitar as capacidades na gestão da vida dos grupos comunitários.

O *empowerment* para além de implicar partilha do poder e racionalização dos "recursos escassos", contribui para a elevação das condições de vida e propicia a criação de oportunidades no seio das comunidades organizadas localmente para serem independentes, atribuindo-lhes uma performance no exercício da democracia participativa. Para este efeito ser bem-sucedido é preciso que os grupos populacionais estejam todos bem integrados, uma vez que as atitudes discriminatórias políticas, legislativas e sociais funcionam como handicap do *empowerment.*

Milando (2005) refere ainda que esta acção -*empowerment*) nas sociedades pode acontecer com "medidas" que suscitam dos órgãos estatais maior responsabilidade e prestação de contas junto ao eleitorado. No caso da cidadania, o *empowerment* cuja essência está no reafirmar da participação da faixa das populações mais carenciadas, reforça-lhes as capacidades que as levam ao desenvolvimento e assegura a justiça social plena.

Relativamente a África, e em particular às cidades africanas o conceito teórico de desenvolvimento participativo tem sido um fracasso (Milando, 2005, p. 49), que talvez resulte da natureza das relações de poder na região, ou das formas do entrosamento dos actores do desenvolvimento com "os grupos-alvo dos projectos de desenvolvimento" (Milando, 2005, p. 49), pelo facto de esta sub-região viver alguns constrangimentos políticos e económicos.

Para Friedemann (Milando, 2005, p. 50) o *empowerment* resume-se ao poder tradicional "conquistado ou induzido" e é uma alavanca para o exercício da cidadania, contudo a cidadania em África é exercitada de forma diferente por uma razão óbvia: o estádio

cultural, o nível de literacia e demais conjuntos de factores sócios políticos e económicos em que as sociedades se assentam não encontram cobertura possível para conceber o comportamento e participação social, semelhante a uma sociedade ocidental. Apesar disso a possibilidade de estabelecer-se o *empowerment* é segura atendendo ao facto dos governos na sua maioria, embora assombrado, erguerem a estratificação de uma cultura política democrática participativa.

Com uma vida comunitária baseada em padrões rurais, 75% da população em Angola não têm acesso a água potável, energia elétrica e cuidados primários de saúde, saneamento básico, rede de transporte público organizada. Contudo, estas populações desenvolvem uma aptidão própria de *empowerment* de acordo com a sua socioantropológia e o ambiente ecológico que os rodeia. As populações africanas e algumas comunidades da América Latina e Asiática cuja génese de estudo é referenciada em pobreza devido ao "seu sistema de valores", encaram a pobreza como uma condição natural para uns e, outros, como "uma predeterminação divina" (Milando, 2005, p. 51)

Curiosamente há outros autores, que como Milando, distinguem a pobreza urbana da pobreza rural. A pobreza pode ser vista segundo Albernaz e Gurovitz (2002) em dois prismas: como juízo de valores, quando feita numa visão "subjectiva, abstrata" do indivíduo naquilo que ele deveria ser detentor para a satisfação das suas necessidades básicas, ou do ponto de vista do analista ao considerar anormal certo nível de privação.

Gurovitz e Albernaz (2002) acrescentam ainda que o pobre expressa sentimentos e receitas de carácter normativo, e outros grupos acham serem padrões da sociedade contemporânea, sem ter em conta os motivos objectivos da ausência de recursos. Quanto à pobreza é uma visão sem sustentabilidade, apesar de todas as definições rodopiarem num juízo de valor. A pobreza vista como conceito relativo baseia-se numa análise de cariz macroeconómico, tal como a pobreza absoluta, distinguindo-se da relativa de forma directa pela desigualdade na distribuição de rendimentos, sendo definida segundo o padrão de vida das populações da sociedade.

Existe um determinado rendimento mínimo, quem estiver abaixo dele é pobre. A pobreza absoluta é definida num âmbito dos padrões fixados como nível "mínimo ou suficiente de necessidades", para um limite de linha da pobreza calculada a partir da percentagem da população que se encontra abaixo desta linha, de acordo com um nível de vida mínimo sobre vários prismas que podem contemplar desde a alimentação ao vestuário

etc. A pobreza é estabelecida de acordo com limite de análise dos enfoques variados da necessidade do ser humano.

Se a pobreza se resume à ausência de meios para fazer face às necessidades básicas, estando no campo ou na cidade, não constitui no todo nenhuma mais-valia especificamente no caso angolano, onde fruto dos mais de vinte anos de guerra civil, as populações adquiriram novos hábitos para fazer face à sua subsistência.

O estudo de caso efectuado por Temudo e Schiefer em Moçambique, mais concretamente em Nampula, é referido por Milando (2005) como constituindo um alerta para o facto de as guerras civis que assolaram essa região, as políticas do governo central desajustadas, e outros problemas foram factores que contribuíram negativamente para vida daquele povo, não melhorando o seu desempenho, inibindo-os na maior parte das vezes de exteriorizar o que de nato lhes é reconhecido, a capacidade de enfrentar dificuldades, ultrapassando barreiras tecnológicas. Por outro lado, estes factores afectaram sobretudo a estruturação das famílias, retirando em alguns casos quer no campo como nas áreas urbanas a autoridade dos anciãos, facilitando para algumas comunidades um desembocamento no chamado *disempowerment.*

Apesar de numa primeira forma negativa Milando (2005) referir sobre certa região de Angola a não existência do *disempowerment*, o que não constitui um dado adquirido mesmo pelas razões que o antropólogo apresenta, resumindo-se num caso de contestação política, em todos os grupos existe uma excepção no conjunto universo, se tomarmos como centro de atenção Benguela e Luanda, duas cidades do litoral cujos hábitos da população urbana não se diferenciam muito do ocidente, notaremos que o *empowerment* e o *disempowerment* convivem no mesmo espaço por razões não só do atrás exposto, como pela dialéctica da vida.

O caso das sociedades agrárias do sul da Guiné Bissau especificamente a população de Cubuca, trabalho de Temudo e Schiefer que Milando (2005, p.53) referencia como grupos activos capazes de ultrapassarem todas as crises quer políticas quer económicas. Os estudos de Kasfir e Maggaffey (Milando, 2005 p. 53) mostram também que as populações congolesas e ugandesas conseguiram enfrentar com sucesso o "colapso" da economia com criatividade adoptando formas exequíveis de parceria entre os comerciantes grossistas e camponeses.

O *disempowerment* não deve ser visto "como corolário de pobreza", (Milando, 2005 p. 53), muito menos como uma atitude aplicada às populações pobres e marginalizadas dos "meios urbanos e suburbanos". Não é certo que a marginalização se deva á pobreza uma vez

que esta se consubstancia na exclusão do indivíduo no seio de um determinado grupo social, político ou profissional.

Atendendo aos grandes espaços territoriais, África tem condições para possuir as maiores cidades do mundo, em consequência da arena espacial e fluxos económicos que nela afluem capazes de juntar sinergias entre cidades próximas a serem edificadas. A estruturação urbanística deve constituir-se como estratégia de novos desafios num nível que ultrapassa todas as políticas das áreas já idealizadas.

À luz deste prisma o estudo académico que sugerimos nesta pesquisa baseia-se na articulação das três literaturas dominantes sobre as cidades africanas ou realizadas na tensão epistemológica, que no seu conjunto ajudarão a encontrar um novo rumo e contribuirão para mudar o sentido urbanístico do continente. Apesar do crescimento económico do continente ter ultrapassado os 5% nos últimos dois anos e ter superado os índices dos anos 80 e 90 houve uma mudança positiva, contudo a par da manutenção da paz são necessários outros desafios.

Piertese (2009) descreve que a literatura académica sobre a urbanização em África se divide em três categorias: demonstração de aspectos da política que não se encaixam nos discursos técnicos quer em número como em falhas de orientação; a falta de análise crítica da economia política em circunstâncias urbanas e processos vistos através do prisma do funcionamento espacial do capitalismo e do regulamento do Estado/simplificação da política urbanística; as aproximações etnográficas orientadas que simplesmente servem para estudos de casos aprofundados.

Estabelecer um projecto filosófico para enquadrar a natureza da vida social das cidades africanas torna-se uma tarefa complexa porquanto elas estão marcadas por uma variedade de fenómenos culturais e processos sociais complexos. Esta não pode constituir a razão pela qual a maior parte dos trabalhos sobre as cidades em África se centram na pobreza; marginalização económica; disfuncionalidade política; ineficácia da administração local, há que mudar a direcção dos estudos concebendo novos paradigmas.

Os relatórios da Un habitat de 2008 demonstram que ao analisar as cidades da África subsariana sobressai a forma precária como os moradores vivem: em cada 10 habitantes da área urbana 6 vivem mal. Os custos de vida são altos e a qualidade baixa, os preços quando equiparados com os da América Latina ou os preços da Ásia estão sempre inflacionados; as razões enumeradas para esta precariedade de vida são sustentadas pela raiz diversos

problemas: 1- a dificuldade de diversificar a produção de bens económicos, 2 – os baixos índices de produção, 3 – a inexequibilidade das infraestruturas quer produtivas como sociais.

Ao abordar as cidades africanas, Milando (2005) não se dissocia do que são os Estados africanos, toda esta justificação é ultrapassável em termos de política, sendo impedida devido aos jogos de interesse económicos em se mergulham os dirigentes africanos cuja base de funcionamento é feita como se de um clã se tratasse, e assentando no clientelismo. Estudos demonstram que grande parte da população africana economicamente activa trabalha no sector informal. Estes trabalhadores têm uma renda variável, temporária e baixa, geralmente estão desprovidos de serviços básicos (energia, água, saneamento e regras de higiene e de segurança); esta também constitui uma das razões pelas quais esta franja da população se torna vulnerável ao crime.

Para Pieterse (2009) da Universidade de Cape Town, a minimização destes problemas passa pelo desenvolvimento de estudos académicos focalizados nas dimensões urbanas do crescimento e do desenvolvimento económico. Para este investigador tal focalização do trabalho seria no sentido de criar mercados funcionais da própria cidade com infraestruturas conectadas entre si, capazes de captar e catalisar investimentos, e permitiria aumentar a produtividade e o acesso aos vários mercados fora do seu raio.

Para o mesmo problema Kessides (Pieterse, 2009) opina justamente que a questão das dificuldades das cidades africanas e intrinsecamente dos seus cidadãos reside na necessidade de uma mudança na estratégia de produção agrícola e industrial. Como materializar esta mudança é preciso uma organização financeira séria a nível dos Estados. Entretanto Ajulu & Motsamai (Pieterse, 2009) defendem como condição para aumentar a produtividade em África a autonomia do governo local, o que outros estudiosos sugerem ser necessária a descentralização das municipalidades.

Tibaijuka (Pieterse, 2009) ao debruçar-se sobre o crescimento das cidades africanas vaticina que a própria democracia veio trazer um valor acrescentado para a mudança de alguns países o crescimento económico excedeu os 5% sugerindo que de momento o grande desafio deverá centrar-se na redução da pobreza, na criação de oportunidades. Tendo em atenção o elevado índice discriminatório entre a população, sugere a necessidade de combater a desigualdade, a expansão dos investimentos na rede elétrica, implementação de esforços para ultrapassar as disparidades nas oportunidades disponíveis em alguns sectores da população como o caso entre homens e mulheres.

O problema da África e das cidades africanas passa pela necessidade de uma reforma no seu funcionamento, iniciando-se esta pela substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura industrial, no aumento da produção, na descentralização urbana que implica a aplicação de uma administração urbana e democrática, que se procura reforçar o impulso para a descentralização como um aliado forte da sociedade civil.

Tendo em conta que o governo local tipicamente não tem os recursos para responder as necessidades crescentes dos cidadãos, o aspecto mais importante para a mudança deverá centrar-se nos serviços urbanos de infraestruturas subjacentes que permitam a reprodução social e económica da cidade (Pieterse, 2009), as linhas do trabalho para as infraestruturas sejam divididas entre a pesquisa sectorial focalizada, exemplificando a água e o saneamento, a energia elétrica, o transporte, os desperdícios, os serviços ambientais etc. O elevado crescimento urbano e migração rural – urbana que na maioria dos países proporcionaram um melhor desempenho económico nos últimos dois anos vem sendo ameaçado por uma crise económica global e pode ser agravado por taxas de crescimento elevadas da população e degradação ambiental.

Mas uma pergunta se levanta, quando se prevê que em 2030 a maioria dos cidadãos em África residirá nos centros urbanos: como estender os serviços atrás citados quando a maioria dos moradores da cidade urbana estão desprovidos de redes, para tal, os recursos fiscais são limitados e a capacidade administrativa é ínfima?

Em África apenas 39,1 % da população em 2008 vivia nas cidades, a população urbana africana está distribuída de forma desigual nas sub-regiões do continente, variando a taxa de urbanização de 22.7 % no Este de África a 57.3 % na região da África meridional.

Os contrastes das taxas da urbanização são maiores de tão baixo quanto 10.1 e 12.8 % no Burundi e no Uganda, encontramos 87.0 % no Gabão, 84.7 no Djibouti. A taxa de urbanização mais elevada em 2007 era de 93.1 % nas Ilhas Reunião. Os estabelecimentos urbanos mantêm uma promessa para o desenvolvimento humano e para a protecção dos recursos naturais da região com a sua habilidade de suportar um grande número de cidadãos, especialmente quando os impactos negativos do ambiente natural podem ser limitados.

As cidades africanas com menos de 500.000 habitantes absorvem agora aproximadamente dois terços de todo o crescimento demográfico urbano. Em 2005 registaram-se 43 cidades com mais de um milhão de habitantes, prevendo-se que em 2015, 59 cidades excedam um milhão de habitantes. Presentemente as cidades do Cairo e Lagos são as megalópoles que

poderão em 2015 serem ultrapassadas pela cidade de Kinshasa. Em 2025 Kinshasa, Lagos e Cairo terão respectivamente 16.7, 15.7, e 15.5 milhões de habitantes.

A cidade assume-se como uma centralidade depende da acção política e social dos gestores da municipalidade, como estrutura criada e estruturada no âmbito de um padrão. O seu sentido de bem acomodar, de óptimo para viver e aberta a participação é criada pelos seus habitantes, pelos actores sociais que edificam e têm por função fazer cruzar a complexidade de fluxos de várias dimensões, e natureza sem as quais a reduzem na integração da sociedade global esses fluxos podem ser: fluxos económicos, fluxos financeiros, fluxos tecnológicos e fundamentalmente as relações sócio culturais dos seus habitantes com outras de cidades vizinhas.

A interdependência de cada um dos fluxos, quer sócio económicos ou culturais para alguns estudiosos não se misturam com a autoridade local, entretanto, a cidade ao ser o espaço localizado em um território, intrinsecamente toda a sua expressão é absorvida no âmbito da municipalidade e daí resulta como afirmam Castells e Borja (1996) a articulação entre administrações públicas, agentes económicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, sectores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social, em suma referem os autores que as instituições políticas e a sociedade civil trabalhem de mãos dadas. As grandes cidades africanas como já abordamos no capítulo anterior, são, na sua maioria senão todas, especialmente em termos de arquitectura, heranças coloniais, espaços construídos numa visão comunitária de modo a preservar as relações de parentabilidade.

A natureza das relações sócio culturais e políticas em África proporcionam uma adequação da estrutura concebida ao modu *vivendis* do continente de forma simples e salutar, todas as edificações quer rurais ou urbanas devem convergir para um meio ambiente que proporcione um nível de vida saudável, confortável e de mais-valia para o ser humano, capaz de despertar nele as suas competências e, ele a partir daí puder sentir-se membro integrante da sociedade.

Durante muito tempo nos interrogamos, como seriam as cidades africanas se os europeus não tivessem invadido o continente? Certamente não seriam todas com as casas cobertas de colmo, e feitas de material precário, como mostram os documentos que retratam as antigas cidades africanas antes da era colonial. A própria evolução tecnológica e de uso dos materiais de construção têm vindo a ser acompanhado pelo homem como forma de melhor proteger-se do frio, das tempestades e doenças, mas sobretudo como forma de viver melhor.

O ser africano caracterizado por ser sociável e de fácil trato acaba por ser uma ilusão, senão vejamos a realidade do mundo global, em todas as cidades os pais e mães precisam de uma creche para deixarem os filhos enquanto trabalham. Reivindicam uma melhor assistência médica e sanitária e, um serviço comunitário organizado, maior segurança pública ferramentas utilizadas para manter a função da cidade. Mas um pormenor imprescindível tem de ser tomado em conta pelos gestores urbanos africanos: a estruturação das áreas de lazer, condição *sine qua non* para vivermos em África.

É milenar este comportamento do homem que nos nossos dias se atribui apenas ao continente negro, mas o conviver é comum a todos os povos, foram as relações sociais e os meios de produção que ditaram que hoje uns convivam e outros assistam.

Há ainda que ter em conta que surgem novas cidades actoras, cidades emergentes que estão em perspectiva de integração no continente e na economia global, entre essas cidades encontramos Luanda que depois do fim da guerra civil renasce e se expande. Apesar do crescimento desestruturado há uma cidade nova que veio enriquecer a urbanização e procurar criar o seu próprio protagonismo como vaticinam Castells e Borja (1996, p. 152-166).

Tantas outras cidades em África já testemunham projectos para o desenvolvimento urbano. O crescimento da população urbana mundial em 2007 foi de 3.3 bilhão e projecta-se que venha a dobrar em 2050. Calcula-se que em 2030 a população urbana africana atingirá 373.4 milhões, mostrando as projecções que este número poderá ascender aos 759.4 milhão em 2050.

Nas cidades africanas os habitantes moldam-se ao nascer, e a medida que se vão afirmando como cidadãos aprendem a viver o ser africano, da escassez dos meios básicos constroem a consciência para a superação dos obstáculos adoptando estratégias de sobrevivência. Das barreiras quotidianas criam oportunidades e materializam-nas em acções positivas, mormente a boa intenção dos políticos raras vezes se materializam, na cidade de Cape Town, por exemplo, foram feitas concessões à participação dos cidadãos nas tarefas da comunidade. Depois do Apartheid houve uma mudança dos discursos políticos formais, e as estruturas de assistência política nominal incluíram na sua agenda promessas de inserção de toda a população na comunidade, reformas no capital social e a liberalização do comércio.

Analisaremos em seguida algumas das cidades do continente africano que pelas suas características de grandes cidades possibilitam um potencial de cidadania alargada.

3.6.2.- Cidade do Cairo

A capital do Egito é maior cidade de África, situando-se junto ao delta do rio Nilo, a 160 km a sul do mar Mediterrâneo. A cidade do Cairo, com as características similares as grandes cidades da África subsaariana, representa uma das mais populosas do continente africano, com 6.758.581 habitantes, no censo de 2008. Cerca de metade da população egípcia vive no Cairo. Edificada no ano 380 A.C. é considerada a 15ª metrópole mais povoada do mundo, desorganizada não obstante ter um sentido histórico incomparável que lhe dá um atributo e estatuto peculiar, tem um trânsito caótico, porém com mais segurança do que noutras cidades da África negra, talvez devido à aplicação da dura lex, sed lex. A parte velha da cidade corresponde à margem leste do rio, enquanto a margem ocidental é caracterizada por largas avenidas, jardins públicos e espaços abertos. É uma capital cosmopolita, uma encruzilhada entre o Oriente e o Ocidente, com uma população composta por árabes, turcos, cristãos, judeus, europeus, etc (Jankowski, 2000).

O espaço territorial da cidade do Cairo era originalmente um acampamento militar situado perto do rio, em 641 d. C. e foi fundada em 969 para servir de capital do Egipto árabe. Este local só deixou de ter funções exclusivamente militares quando, depois de 970, a família Fatimid se apossou dos antigos fortes e os transformou em cidade, proclamando-a a capital de sua dinastia. Nesta época, o Cairo desfrutou de um constante e equilibrado crescimento económico e político, ganhando prestígio perante as outras metrópoles europeias e africanas. Foi Saladino que a expandiu durante o século XII tornando-se esta cidade, mais tarde, a capital dos sultões mamelucos até 1517. Depois do ataque mongol e da dominação turca, a maior metrópole africana viu a sua economia e prestígio político sofrer uma paragem aparentemente irrecuperável. O Cairo só voltou a progredir no século XIV, quando Muhammad Ali, tornou o Egipto independente do império Turco-Otomano. Um dos seus sucessores, Ismael Pasha, deu início a uma grande variedade de construções de estilo europeu, conferindo à capital um novo visual. Contudo, no ano de 1882, a cidade do Cairo voltou às mãos estrangeiras, ficando sob domínio britânico até 1922 (Jankowski, 2000).

A partir desta data, o Cairo passou a desenvolver-se com rapidez e gozou, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, de um sólido e relevante processo de industrialização. A existência do rio Nilo foi fundamental para que este processo de industrialização fosse tão bem sucedido, uma vez que serviu, como um barato e apropriado meio de transporte para os produtos ali fabricados. Dotado de importantes indústrias, tais como a siderurgia, a indústria automóvel, os têxteis, tem visto crescer nos últimos anos o sector das novas tecnologias: aeronáutica, eletrónica e química. O Cairo tem como uma das suas principais indústrias o turismo, sendo visitado por gente de todo o mundo.

Com a implantação da democracia participativa em vários pontos do globo, vão surgindo redes horizontais, verticais e até sobrepostas de cidadãos que influenciam as decisões políticas dos Estados e organizações internacionais. Temos como exemplo a revolução «Jasmim» vivida no Egipto, demonstrando o seu vínculo de pertença á cidade politicamente organizada e com o sentimento profundo e forte de humanidade. Os cidadãos mostraram a sua maturidade e responsabilidade, cidadania a multinível. O facto do mundo global ter aproximado as pessoas, e da tecnologia ter banido as fronteiras, levou a que a revolução «Jasmim» triunfasse não só na cidade do Cairo mas em todo o território Egípcio, por obra desta forma moderna de cidadania (Goldschmidt, 1988).

O primeiro impacto de um visitante sobre a cidade pode ser ver alguém a ser preso pela polícia de forma bastante violenta o que levanta a questão sobre a forma como são respeitados os direitos humanos no Egipto, apesar das autoridades locais garantirem que estes existem e são aplicados às pessoas de bem. O Cairo é uma cidade onde as pessoas, viaturas até camelos circulam de forma desordenada, ainda que, se nos alhearmos deste movimento, a cidade possa ser caracterizada como tranquila e calma, com policiamento constante que nos faz crer num reduzido número de delinquência, regulado pela religião e dureza da lei (Goldschmidt, 1988).

Cidade dividida entre o Cairo Velho e o Cairo moderno, com templos edificados pertencentes a igreja cristã ortodoxa Egípcia, a igreja copta, o museu do Cairo velho, com as suas antiguidades de valor entre as quais frascos antiquíssimos, vestimentas, instrumentos rudimentares de cirurgia, objectos de metal, madeira, marfim, ouro, prata, cobre, bronze e ferro, e ainda colecções de ícones. No Cairo Velho encontramos também os antigos pilares da antiga fortaleza romana da Babilónia (Jankowski, 2000).

O Cairo é uma cidade carregada de importância histórica e com um povo bem-humorado, «maalêsh» é a palavra que está sempre na ponta da língua, significa desculpa, quer seja por um atropelo do dia-a-dia, incumprimento, incúria, sendo utilizada quer no trânsito como nas repartições públicas ou outros serviços, exprimindo desleixo e irresponsabilidade. A religiosidade dos citadinos não consegue cobrir a falta de higiene dos mesmos, muita corrupção nas transações administrativas e sociais com a gorjeta «bakshish» sempre a obrigar que a mão seja estendida. A responsabilidade histórica da cidade no mundo choca com os direitos universais do homem, uma cidadania alargada, passa necessariamente pela história da civilização urbana nas cidades árabes, tendo em conta a população e a sua cultura.

Por volta do ano 632 d.C., durante a conquista dos califados árabes a comunidade muçulmana expandiu-se levando à expansão do islamismo. Com a expansão da civilização árabe, a cidade do Cairo, edificada pelos fatímidas, dinastia Xiíta que governou o Egipto de 969 a 1171, passou a ser a sede da dinastia. O Cairo dos califas foi sede das universidades de Al-Azhar, construída em 970, sendo a mais antiga universidade do mundo, e da Fustat no século XII. Com um povo intelectual, o território conta com uma actividade comercial, industrial e turística significativa.

3.6.3. - Cidade de Lagos

A cidade de Lagos está localizada no sudoeste da Nigéria, na costa do Atlântico, golfo da Guiné, enseada do Benim, a oeste do delta do rio Níger, à latitude 6°27′N e longitude 3°24'E. As duas principais ilhas urbanas de Lagos, localizadas na Lagoa de Lagos, são a ilha de Lagos e a ilha Victória. Essas ilhas, são separadas do continente pelo canal principal que drena a lagoa para o oceano Atlântico e forma o porto de Lagos. As ilhas são separadas entre si por riachos de tamanhos variados e estão ligadas a ilha de Lagos por pontes. Pequenas partes de alguns riachos têm sido preenchidas de areia para construção. Lagos é a cidade mais próspera da Nigéria, e grande parte da actividade econômica e riqueza do país estão aí concentradas. A maioria dos centros comerciais, financeiros e de negócios de Lagos e da Nigéria permanecem no centro de negócios na ilha de Lagos, onde se pode verificar a

presença de altos edifícios. Lagos é também o local onde a maioria dos grandes bancos e instituições financeiras do país e sedes das grandes empresas estão localizados (Falola, 2008).

O porto de Lagos é o porto principal da Nigéria e um dos maiores e mais movimentados da África. Ele é administrado pela Autoridade de Portos da Nigéria e está dividido em três secções principais: o "Porto de Lagos", no canal principal ao lado da ilha de Lagos, já não muito utilizado, o "Porto de Apapa" e o "Porto de Tin Can", ambos localizados no riacho Badagry que desemboca no Porto de Lagos a partir do oeste. O porto possui ainda um terminal ferroviário. É deste porto que se tem exportado quantidades crescentes de petróleo cru. O Petróleo e seus derivados representam 20% do PIB e 95% das receitas em divisas estrangeiras da Nigéria como um todo.

Lagos enquadra-se nas megas-cidades ou megalópoles, tem um crescimento e desenvolvimento económico atroz, com muita população urbana na periferia urbana, vivendo em decadência e, mergulhada num conflito imparável nos últimos anos. A pobreza extrema que se vive é apontada como um dos motivos do aumento dos conflitos internos e alguns crimes. A explosão demográfica de Lagos não suporta a sua demanda para a «global city» e, isso torna-a violenta, insegura e de risco (Falola, 2008).

O exercício de cidadania em Lagos é muito complicada inexequível para a construção de uma cidadania alargada, correndo o risco de poder ser associada à cidade do rio de Janeiro e ficar na lista das «cidade partida».

A cidade de Lagos, antiga capital da Nigéria até ao ano de 1991, é a maior cidade de África com 9.968,455 habitantes, foi fundada pelos portugueses no século XV, e apresenta fortes contrastes de riqueza e pobreza. Sendo um dos maiores produtores de petróleo do continente africano, vive sob tensão com ondas de violência atribuídas a organização islamita Boko Haram que as autoridades nigerianas têm grandes dificuldades em rechaçar.

A Nigéria no seu todo vive um problema de violência de dimensão étnica/religiosa que contamina os restantes Estados e têm vindo a dificultar a «reconciliação comunitária» dos cidadãos. Os dirigentes religiosos, quer cristãos ou islamitas, vêm desde o ano de 2010 acusando a classe política de promover e explorar as tensões comunitárias para benefício próprio. Kwaja (2011) num estudo relativo ao ano de 2003 refere que apesar da diversidade étnica ser um factor de desestabilização e um cunho provocador no conflito, a origem da violência advém dos problemas sistémicos agudos que enfermam a relação entre o poder político e a distribuição da riqueza e o acesso aos recursos económicos.

Estes conflitos encontram até certo ponto uma sustentabilidade constitucional a partir da outorga do certificado de cidadania indígena, iniciada em 1960. O certificado de cidadania indígena é um documento fundamental no dia-a-dia dos nigerianos, tendo sido formalmente adoptado como instrumento legal em 1999, com a ractificação da Comissão do Carácter Nacional, visando assegurar a distribuição equitativa dos recursos nacionais e o poder político.

Do ponto de vista da igualdade de direitos, tal certificado provoca desigualdades ao fraccionar os nigerianos de acordo com o território onde nasceram, chegando mesmo a considerar colono um cidadão nigeriano quando se encontra fora da localidade onde nasceu ainda que seja descendente há várias gerações de tal localidade. Uma franja nada significativa de cidadãos de diferentes Estados apresentou, em março de 2011, uma queixa judicial contra o governo federal de 16 governos locais e estatais, alegando discriminação derivada no certificado de cidadania indígena, argumentando que lhes são negados os direitos fundamentais expressos na constituição nigeriana e a violação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, violação dos Direitos Sociais e Culturais e da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Existem na Nigéria grupos organizados em instituições comunitárias cristãs e muçulmanas, também grupos de jovens como o Movimento Juvenil Berom, o Movimento Juvenil Afizere e a Associação para o Desenvolvimento Jasawa, que propagam as ideologias de exclusão e de violência (Suberu, 2001).

A cidade de Lagos para ultrapassar este problema conjuntural da Federação nigeriana, combater e minimizar as consequências da violência étnica garantindo a segurança dos seus habitantes, instituiu "um fundo fiduciário estatal" que funciona como elo de coordenação das autoridades locais comerciais e estatais, visando detectar ameaças, perigos e coordenar a resposta e funcionamento em estreita ligação com as autoridades policiais. Tal fundo permite providenciar recursos e meios para o policiamento local.

A cidade de Lagos graças a esta acção possui em relação a outros Estados nigerianos meios e equipamentos sofisticados como helicópteros, veículos e demais equipamentos que permitem dotar e tornar célere a resposta da polícia. Para Kwaja (2011), o "Ordenamento jurídico da Nigéria concede aos dirigentes locais, autoridade para ampliar ou negar direitos fundamentais aos cidadãos nas suas jurisdições, o que incentiva a politização das etnias e a escalada da violência comunitária".

3.6.4. – Cidade de Joanesburgo

Joanesburgo é uma das maiores cidades da África do Sul. Durante o regime do apartheid o sistema urbano da cidade foi feito com ilhas, os bairros dos brancos, e negros, interpondo com uma zona «tampão» a área para os mestiços ou zonas industriais. A cidade foi implementada numa forma sistémica de exclusão, feita por «bolhas» hermeticamente isoladas, características de certas *nuances* brasileiras onde os negros foram forçados a confinarem-se em bairros pobres «atrás das montanhas». É o centro industrial do país, possui uma dinâmica fora do comum no âmbito das cidades a sul do Sahara em matéria de «exclusão urbana», derivada do sistema institucional do apartheid vivido. Com um território rico em recursos naturais, como o ouro e diamantes, a sua história complementa um período ou fase política tal qual outros pontos do globo que ficaram na história pela vivência do último bastião do capitalismo no terceiro mundo. Situada no Noroeste da África do Sul, é uma das maiores cidades do país, com uma população de cerca de 1 975 500 habitantes, integrada numa aglomeração de cerca de 5 270 700 de habitantes (Tomlinson, 2003).

O sistema político do apartheid instituído em 1948 teve o seu fim em 1994 com as eleições democráticas que levaram ao poder o mais antigo prisioneiro do século XX, Nelson Mandela. Desde essa época têm vindo ocorrer mudanças provocadas por uma «revolução pacífica», que lentamente vai restruturando a morfologia da cidade, a nível político e sócio económico a todo o território sul-africano.

Ao focalizarmos a nossa atenção sobre esta cidade que a olho nu deveria ser multirracial, pela quantidade de tons de pele que tem, verificamos que infelizmente não o é, razões próprias que se prendem com o seu passado histórico, independentemente da invasão dos ingleses e dos holandeses, fazem de Joanesburgo um espaço urbano enquadrado num "modelo de sociedade inclusiva", embora seja notório as bolsas de pessoas de classes média e alta, em condomínios habitacionais fechados, fundamentalmente no norte da cidade enquanto os mais pobres continuam no Soweto e Alexandra (Mwakikagile, 2008).

A situação de precariedade nos bairros deve ser descrita de forma diferente da cidade do Cairo e da cidade de Lagos, devido a reforma que estes espaços urbanos pobres têm vindo a receber em melhorias nas infraestruturas sociais e técnicas, com o propósito de conferir melhor comodidade e habitabilidade e todo o direito para o ser humano ter uma vida digna. Estas mudanças no sistema social da cidade são fruto do processo global e conjuntural, nas

comunidades negras, que não deixaram de existir, os novatos das classes médias e altas também abandonam as localidades pobres e aglomeram-se em bairros novos de condomínios fechados (Tomlinson, 2003).

Apesar da fragmentação se ter diluído e estarem a ocorrer a requalificação da "periferia", Schoonraad afirma que o apartheid racial anterior a 1994 se transformou num "apartheid socioeconómico" atendendo a que a nova elite africana, com os seus bairros novos, são "comunidades fechadas" e os bairros dos negros pobres provenientes da migração rural engrossam as "comunas negras".

A desintegração na cidade de Joanesburgo continua, a cidadania alargada nesta parte do continente é marcada por traços de uma segregação racial-económica, estudiosos dos assuntos africanos referem que a própria democracia não conseguiu suprir as diferenças regionais entre as áreas rurais e urbanas. A cidade continua para a maioria da população com um acesso ao ensino precário, uma assistência sanitária deficiente, e escassez de emprego, impera a desigualdade caracterizada por um processo de "descontinuidade de tensões-pobreza, desemprego, violência estrutural, instabilidade socioeconómica e estrutural" (Tomlinson, 2003).

A arquitectura da cidade integra o património histórico antigo e o mais recente, possuindo o centro uma rede de estradas estreitas e edifícios altos, teatros, galerias de arte, hotéis, restaurantes, clubes, centros comerciais e escritórios.

A periferia suburbana apresenta avenidas largas com edifícios cuja função é fundamentalmente residencial. As cidades nucleares mais recentes, estão para além dos subúrbios, destacando-se a cidade de Soweto.

Durante cerca de 50 anos, até 1991, a África do Sul viveu sob o regime do apartheid, uma política de separação de raças que marcou muito a morfologia e o quotidiano da nação e de Joanesburgo em particular. A partir desta data, o país tem investido no desenvolvimento da educação e nas iguais oportunidades de habitação (Mwakikagile, 2008). A cidadania alargada que encontramos nesta urbe tem grande influência nas cores, nos tons e na sua diversidade multiétnica contudo, foi o espírito de tolerância imbuído pelo então ex Presidente Nelson Mandela que permitiu a construção desta nova cidadania, sem discriminação de raças ou credos religiosos.

3.6.5. – Cidade de Luanda

Luanda é capital de Angola e da província de Luanda, esta cidade situa-se no litoral, junto da baía com o mesmo nome. Localizada na costa do Oceano Atlântico, é também o principal porto e centro económico do país. Constitui um município subdividido em 13 distritos urbanos e é também a capital da província homónima. Limitada pela província do Bengo a Este e, a oeste, pelo oceano Atlântico, a província de Luanda tem uma superfície de 2257 km2 e uma população de cerca de 4 milhões de habitantes, dos quais 2 822 000 (2004) na capital. Os habitantes de Luanda são, na sua grande maioria, membros de vários grupos étnicos, principalmente ambundu, ovimbundu e bakongo, existindo ainda uma minoria significativa de origem europeia, constituída principalmente por portugueses, e uma considerável comunidade chinesa (Rocha, 2010).

A cidade de Luanda coincide geograficamente com o município de Luanda, a zona central de Luanda está dividida em duas partes, a Baixa de Luanda e a Cidade Alta (onde se situava a nobreza). A Cidade Alta está situada no alto na zona onde fica a sede do episcopado e o palácio do Governo, com edifícios antigos e ruas estreitas como a rua do Casuno, a Baixa de Luanda, próxima do porto de Luanda também podemos visualizar ruas estreitas e antigos edifícios do tempo colonial convivendo nos últimos tempos com construções antigas e emblemáticas representandas pelo Banco Nacional de Angola, o Palácio de Ferro e outros, os edifícos novos e opulentos como o edifício sede da empresa SONANGOL, a petrolífera nacional. O litoral é marcado pela Baía de Luanda, formada pela protecção do litoral continental por meio da Ilha de Luanda e a Baía do Mussulo, ao sul do núcleo urbano principal, formada pela restinga do Mussulo.

Globalmente, a população de Luanda aumentou nas duas últimas décadas, como consequência da fuga de vastos contingentes populacionais das zonas rurais para a capital durante a Guerra Civil angolana. O resultado foi um crescimento muito acentuado, não controlado, que provocou uma série de problemas sérios - desde a escassez de habitações, de saneamento básico e de empregos até um aumento da criminalidade, passando pelo desajustamento do sistema viário, a um volume vertiginoso de trânsito (Viegas, 2008). Inicialmente projectada para uma população a rondar nos 500 mil habitantes, é hoje uma cidade sobre-habitada. Segundo os últimos estudos, vivem actualmente em Luanda mais de 5 milhões de habitantes (Rocha, 2010).

A actual Luanda foi fundada em 1576, pelo capitão Paulo Dias de Novaes, primeiro governador de Angola. Cedo se desenvolveu uma povoação para a qual se dirigiram vários comerciantes interessados no tráfego de escravos. Em 1605, apesar de não possuir qualquer fortificação ou feitoria, a povoação foi elevada a cidade. Em 1641, ficou sob o domínio dos holandeses, sendo recuperada, em 1648, sob o comando de Salvador Correia de Sá, que lhe atribuiu o nome de S. Paulo da Assumpção de Loanda (Pélissier, 1986).

Actualmente, Luanda, é um importante centro comercial e industrial. Os principais produtos agrícolas da região, que fomentam a economia local, são: mandioca, milho, amendoim, feijão, batata-doce e banana. A partir do moderno porto de Luanda, exporta-se essencialmente petróleo, café, diamantes, ferro e produtos piscatórios. As indústrias presentes na cidade incluem as de transformação de produtos agrícolas, produção de bebidas, têxteis, cimento e outros materiais de construção, plásticos, metalurgia, cigarros e sapatos. O petróleo, extraído nas imediações, é refinado na cidade, embora a refinaria tenha sido várias vezes danificada durante a guerra civil que assolou o país entre 1975 à 2002. Luanda possui um excelente porto natural, sendo as principais exportações o café, algodão, açúcar, diamantes, ferro e sal (Rocha, 2010).

Após o final da guerra civil em 2002, Angola tem vivido um período de grande prosperidade económica, sendo hoje uma das economias de maior crescimento a nível mundial. Nos últimos anos, o governo central tem vindo a desenvolver um ambicioso plano de reconstrução nacional que, embora abranja todas as regiões do país, tem privilegiado a zona da capital. Está também a ser feito um grande investimento na habitação social para abrigar muitos dos que actualmente habitam nos musseques que dominam a paisagem de Luanda.

CAPÍTULO IV – OBJECTIVOS E PERCURSO DE PESQUISA

Na formulação das questões de investigação para a presente tese, foi observado como referência o estudo realizado em 2007 por Raposo e Salvador sobre "*Sobre Subúrbios de Luanda e Maputo*" (Raposo & Salvador, 2007), Isto permitiu definir a variável de análise como sendo a relação entre a cidade, a cidadania e a cooperação. No trabalho atrás referenciado os investigadores para além de analisarem o comportamento dos cidadãos das duas cidades, suas realidades e a forma como as comunidades locais encontraram para

ultrapassar as insuficiências institucionais no desenvolvimento sócio comunitário, estabeleceram uma relação estreita entre a pesquisa e a sociedade em estudo. O objectivo geral deste trabalho é o de identificar os efeitos das cidades de Benguela e Luanda sobre o exercício da cidadania, tendo ainda como referência os trabalhos de Esteves (1999) sobre o Caminhos de ferro de Benguela e o de Conde (2009) sobre cooperação angolana. Sendo assim foram definidas para este estudo as seguintes questões de investigação:

1) Que efeitos as cidades de Benguela e Luanda exercem sobre a prática da cidadania?
2) Que aspectos levam a considerar Benguela como uma centralidade política e económica?
3) Qual o estado da cooperação internacional nas províncias de Benguela e Luanda?
4) Quais os efeitos da descentralização das políticas públicas no exercício da cidadania?

Numa segunda fase analisou-se o grau do exercício da cidadania nas cidades de Benguela, Cubal, Ganda e Lobito.

Baseado no objecto de estudo delineado e subordinado ao estudo do exercício da cidadania na cidade de Benguela e Luanda, optou-se por conduzir a investigação através de um estudo descritivo exploratório. Os dados foram colhidos através de entrevistas e questionários elaborados de acordo com as dimensões em estudo e que apresentamos nos quadros seguintes:

Tabela 1: Dimensões do estudo exploratório (conversas informais)

Objectivo Geral	Objectivo especifico	Dimensão em estudo	Índice das Questões
Papel da cidade no exercício da cidadania	Luanda / Benguela como centralidade Politica e económica	Centralidade angolana	P. 1
	Cooperação e caracterização dos cooperantes	Cooperação e cidadania	P. 3,4,6,7 e 8
	Estado da cidadania	Cidade e cidadania	P. 9 e 10
	Efeito da descentralização das politicas públicas	Descentralização das políticas públicas e cidadania	P. 5 e 11
	Conciência de uma cidadania global africana	Cidadania Africana	P. 2 e 12

Tabela 2: Operacionalidade do questionário efectuado em Benguela

Questão	Objectivo	Dimensão	Escala de medição
Cabeçario	Dados demográficos: Idade, naturalidade, profissão, função, tempo na função e tempo de residência em Benguela	Demográfica	Resposta aberta
1	Estado da cidadania na provincia de Benguela	Cidade e cidadania	Mau, Razoável, Bom, Muito Bom, Excelente
2	Classificação de Benguela como centralidade política	Centralidade angolana	Classificação entre 1 e 10, em que 1 é negativo e 10 aceitável
3	Importância dos Caminhos de ferro de Benguela como ligação à África central	Cidadania Africana	Não concordo totalmente, Não concordo parcialmente, Indiferente, Concordo pacialmente, Concordo totalmente
4	Simbiose entre o urbano e o rural nas cidades da provincia	Cidade e cidadania	Não concordo totalmente, Não concordo parcialmente, Indiferente, Concordo pacialmente, Concordo totalmente
5	Influência de uma rede de transportes públicos estruturada no afastamento de Benguela das rotas africanas internacionais	Cidadania Africana	Não concordo totalmente, Não concordo parcialmente, Indiferente, Concordo pacialmente, Concordo totalmente
6	A predominância rural de Benguela não contribui para o exercício da cidadania	Cidade e cidadania	Não concordo totalmente, Não concordo parcialmente, Indiferente, Concordo pacialmente, Concordo totalmente

7	Determinar se o Estado assegura os direitos constitucionais dos cidadãos nos seguintes domínios: democracia, direito de associação, segurança social, educação e cultura, liberdade de imprensa e desenvolvimento tecnológico.	Descentralização das políticas públicas e cidadania	Muito Bom, Bom, Suficiente, Mau, Péssimo
8	A cooperação estrangeira como mais valia para o desenvolvomento de Angola	Cooperação e cidadania	Não concordo totalmente, Não concordo parcialmente, Indiferente, Concordo pacialmente, Concordo totalmente
9	Determinar as cidades da província com mais cooperantes, sectores de incidência da cooperação e nacionalidade dos mesmos	Cooperação e cidadania	Resposta aberta
10	Aceitação dos cooperantes pelos cidadãos	Cooperação e cidadania	Classificação entre 1 e 10, em que 1 é negativo e 10 aceitável

O facto das cidades terem perdido a sua forma tradicional de relações humanas e caracterização das actividades dos seus habitantes, não invalida que o fenómeno rural ainda que camuflado, vigore nos dois espaços territoriais urbanos que são Luanda e Benguela, afectando deste modo as variáveis eleitas para a primeira abordagem das questões mais gerais que se pretendeu fazer. A segunda abordagem serviu para descrever, descodificar e interpretar os dados referentes as entrevistas feitas.

Ao estabelecer uma comparação entre o comportamento rural dos cidadãos da cidade de Luanda com os da cidade de Benguela, identificou-se que em ambas as habitações cresceram de forma desordenada, sem obedecer a regras definidas. Os seus habitantes vivem na sua maioria da actividade comercial verificando-se que em quase todos os espaços no centro da cidade, encontramos grupos de pessoas, vendendo de forma irregular produtos alimentares cozidos ou fritos na hora, em locais desprovidos de água e consequentemente sem higiene. Os cidadãos fluentes nesta prática são geralmente pessoas em idade activa entre os 16 e os 40 anos de idade sem formação profissional, na maior parte das vezes oriundas do interior de Angola.

Assim adoptou-se o método indutivo com a finalidade de analisar os fenómenos comportamentais observados, os padrões de vida da amostra para uma explicação do quadro

temático das categorias estabelecidas nas entrevistas, apresentadas nos Anexos I e II, feitas de forma semi estruturadas a 30 elementos no caso de Benguela, entre Março de 2011 a Março de 2012, e a 10 elementos na cidade de Luanda. Apesar de iniciados na mesma data só foram finalizados a 31 de Julho de 2012 tratando-se de entrevistas informais (no Anexo V encontra-se o CD com as entrevistas gravadas).

Por se tratar de um método fenomenológico tem por objectivo compreender o fenómeno a partir dos dados e experiência vivida pelos interlocutores. No presente trabalho, esta abordagem consiste em descrever o estado da cidadania, a cooperação, a descentralização das políticas públicas no ponto de vista das pessoas que aceitaram partilhar (Fontin, 2003 p. 148).

Aqui foi estabelecida uma relação sujeito-objecto marcado pela intersubjectividade da parte de quem recolhe os dados e o sujeito - cidadão a entrevistar, que está doptado de conhecimentos enquanto ser humano ligado ao objecto - categoria a ser abordada para a recolha de dados, e possui experiência que se lhe deve reconhecer (Fontin, 2003 p. 148).

Nesta abordagem de acordo com o objecto de análise, foi feito um estudo descritivo onde se utilizou como estratégias para a recolha de dados necessários ao enfoque da tese: entrevistas exploratórias - conversa informal, com os quadros séniores de Benguela e Luanda, membros da sociedade civil, fazedores da informação - políticos e outros dirigentes empresariais independentemente da idade ou sexo. Concretamente no caso da cidade de Luanda foram realizadas 10 entrevistas, enquanto na cidade de Benguela aceitaram aceder a conversa informal 30 cidadãos no universo programado de antemão. Alguns dos interlocutores gentilmente forneceram suportes documentais que ajudaram a enriquecer os dados recolhidos no decorrer da conversa.

É importante observar que todos entrevistados foram informados previamente pela autoridade máxima do governo da província, sem a qual teria sido impossível realizar este trabalho. No caso específico de Luanda os entrevistados tiveram o acesso ao draft das questões a abordar sobre a temática em que se envolveriam, autorizando a gravação das mesmas. Contudo, alguns diretores não se predispuseram a conceder entrevista.

Para medir e avaliar a cidadania nas cidades da provincia de Benguela, tais como: Benguela, Cubal, Catumbela, Ganda e Lobito, foi feita esta primeira abordagem numa população alvo representativa dos sentimentos dos dirigentes do nível provincial - governador e vice-governadores, a nível municipal e comunal - administradores e respectivos adjuntos,

incluindo as autoridades tradicionais - regedores, sobas e sekulos, sem deixar de fora o cidadão comum. Assim, foram distribuídos 100 questionários a estes dirigentes seleccionando-se ainda 12 cidadãos de bairros pobres e sem condições de salubridade e 12 cidadãos com rendimentos acima da média, para recolha de informação entre Janeiro e Maio de 2012, que apresentamos no Anexo III. Dos questionários enviados aos dirigentes provinciais apenas 61 foram devolvidos.

Com base nos resultados obtidos procedeu-se ainda a uma análise SWOT da cooperação em Benguela e Luanda com a finalidade de analisar o ambiente criando estratégias de planeamento futuro. Esta análise tem como objectivo efectuar uma síntese das análises internas e externas; identificar elementos chaves e estabelecer prioridades de actuação; preparar opções estratégicas: riscos/problemas a resolver.

Estas análises de cenário -se em: ambiente interno - principais aspectos, que diferenciam as cidades de Luanda e Benguela (decisões e níveis de performance que se pode gerir); e ambiente externo - corresponde às perspectivas de evolução das mesmas (decisões e circunstâncias externas ao poder de decisão). Assim no ambiente interno temos: as Forças ou *Strenghts* - vantagens internas da cidade em relação às outras; e as Fraquezas ou *Weaknesses* - desvantagens internas da cidade em relação às outras. No ambiente externo: as oportunidades ou *Opportunities* - aspectos positivos da envolvente com potencial de fazer crescer a vantagem competitiva da cidade; e as Ameaças ou *Threats* - aspectos negativos da envolvente com potencial de comprometer a vantagem competitiva da cidade.

CAPÍTULO V – LUANDA E BENGUELA: CIDADE E CIDADANIA

Neste capítulo serão apresentados os resultados do estudo descritivo exploratório referentes aos dados escolhidos através das entrevistas e dos questionários. Nestas transcrições respeitamos inteiramente a forma de expressão dos entrevistados não efectuando nenhuma alteração ou correcção de expressão usadas pelos mesmos, por forma a não alterar o sentido da resposta fornecida.

5.1 – Caracterização de Luanda

A África é um continente caracterizado como sendo a área do globo onde se observa o maior crescimento populacional acompanhado de mudanças urbanas significativas, embora nem sempre estruturadas, pelas adversidades e problemas que encerra em si mesma, pontos nada abonatórios tais como a descredibilização dos dados etc. Luanda caracteriza-se por ser uma cidade onde existem condições de precariedade, observando-se que a maior parte da população se dedica ao comércio nos bairros periurbanos existindo grandes dificuldades em obter os títulos de ocupação de terra (Raposo & Salvador, 2007, p. 269).

A guerra civil em Angola afectou em grande escala a cidade de Luanda e provocou um desgaste nas relações sociais, nos bairros periurbanos, a desurbanização agudizou-se com os problemas de inserção dos novos habitantes, apesar de existirem movimentos para afastar a segregação, a fragmentação relativamente a bifurcação do pensamento sobre a condição urbana. Nesta era da globalização cabe aos académicos promoverem o novo pensamento sobre a urbanização sustentável e a estruturação da administração local. Nesta cidade é visível como o crescimento urbano em África está a acontecer em áreas secundárias e terciárias.

As cidades de Luanda e Benguela foram selecionadas para este estudo académico devido as suas particularidades. Duas cidades emblemáticas há séculos inquilinas do mapa-mundo como espaços geográficos, rotas de piratas e exploradores, palcos de cobiça de capitalistas, políticos gananciosos e ambiciosos.

O foco desta investigação deve-se à localização espacial destas duas cidades, Luanda capital do país Angola, uma centralidade não só política, económica, cultural «Centro das Decisões Políticas, Económicas e Administrativas» e Benguela outra centralidade, política, económica que conquistou o *podium* da «1ª Economia Regional angolana».

Numa análise macro económica sobre a cidade de Luanda é conveniente caracterizar morfologicamente esta urbe que há muito deixou de ser habitada pelos muxiluandas. Há séculos assumiu-se como metrópole abrindo os seus braços, constituídos pela baía do mussulo e a baía de Luanda, para acolher os mais diversos estrategas e estratégias politicas, económicas e culturais. Luanda é a província mais pequena da República de Angola, constituída por nove distritos. A abertura da economia de mercado com o distintivo neoliberal a partir dos anos 80 trouxe para a cidade uma economia de renda baseada no petróleo, diamantes, e outras formas de concentração de riqueza (Raposo & Salvador, 2007, p. 273).[19]

[19]Pelo reconhecimento do papel decisivo dos seus habitantes na reconquista de Angola das mãos dos holandeses.

O sistema multipartidário instituído no país em 1990 não alterou em força o xadrez político, o MPLA partido no poder desde a Independência em 1975 impera a sua política de clientelismo (Raposo & Salvador, 2007, p. 274) sem dar mostras de mudança, embora nos últimos tempos se insista na desconcentração de algumas actividades públicas, administrativas e até económicas. Neste ano ensaia-se de forma fervorosa a descentralização do poder local.

Da Capitania à Vila de São Paulo de Loanda, o «burgo», elevado ao estatuto de cidade em 1662, viu ser concedido aos seus moradores, privilégios idênticos dos habitantes do Porto-Portugal, passando por várias metamorfoses, iniciando o seu povoamento costeiro, e penetrando aos poucos no interior. Durante o século XVII afirmou-se como ponto estratégico no comércio entre a África, Europa e Américas; nesta época começou um programa de restauração que durou cerca de um século alcançando o seu apogeu na administração Pombalina de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao edificar a Fortaleza de S. Francisco de Penedo entre outros edifícios restaurados após a destruição causada pela ocupação holandesa.

A urbanização de Luanda caracterizou-se sempre por épocas de civilização e conjunturas políticas. No século XIX a cidade era dividida em duas partes a cidade alta - local onde se encontrava sediadas as representações militares, o clero, as autoridades civis, e a cidade baixa - com muita actividade comercial, organizada em largos, praças e terreiros.

Raposo & Salvador (2007) num dos seus trabalhos de campo compararam Luanda a outra cidade Luso-africana tecendo algumas considerações pertinentes que os estudiosos destas questões deverão reter, colaborando para um estudo que apresente soluções na área do urbanismo, política, social e cultural.

Luanda é referida por Bettencourt (2010) como uma cidade de contrastes. A migração rural para a capital angolana iniciou-se na década 60 com a explosão fabril da construção civil e o frenético desenvolvimento que a cidade teve trouxe muita gente proveniente do interior do país, estas fixaram residência na área limite da cidade e construíram os chamados *muceques* como do Sambizanga, Mota, Lixeira, Marçal, Rangel, Adriano Moreira e Cazenga que alojaram a população proveniente da área rural.

Em Luanda concentrava-se a maior parte da indústria de Angola. Uma das mais importantes foi a Petrangol, hoje refinaria de Luanda, que garantia a auto-suficiência do país em relação ao petróleo e seus derivados. O Porto de Luanda abriu a sua actividade comercial para o exterior em 1844 (Bettencourt, 2010), tendo um papel preponderante não só no

escoamento dos produtos vindos do interior, mas também no embarque de milhares de escravos para o trabalho nas plantações do Brasil e em outros pontos da América do Norte. O porto de Luanda foi um dos mais importantes do continente africano, atingindo o seu auge quando exportou e escoou os produtos produzidos no país, nomeadamente o café. A intensa actividade portuária fez de Luanda um ponto de encontro de «raças e culturas» e, apesar de a guerra civil iniciada no ano de 1975 ter afectado a sua operacionalidade. Com a paz vai-se reerguendo a actividade comercial. Cidade opulenta, Luanda construiu a sua economia durante os séculos XVII e XVIII a partir do tráfico negreiro e da exploração do marfim, a edificação do caminho de ferro de Luanda até a província de Malange, construído em 1909 permitiu diversificar a actividade para outras áreas e contribuiu muito para o desenvolvimento da província.

A cidade de Luanda há muito caracterizada pela degradação das suas infraestruturas por efeito da guerra civil prolongada, que viveu, é gerida por um governo administrativamente centralizado, associado a medidas autoritárias fundamentalmente no que toca a ocupação de terras na periferia e sua titularidade, (Raposo & Salvador, 2007, p. 242 e 250), esta particularidade tem algumas implicações na execução de um trabalho aprofundado sobre o conhecer a região.

Os dois académicos descrevem os grandes desequilíbrios existentes nos centros urbanos em relação a periferia, inclusive no interior dos mesmos onde se nota a falta de infraestruturas nos bairros - *muceques*, sem equipamentos sociais condignos. A precaridade urbana e suburbana que se casa com alguns arranha-céus novos e modernos, requer dos luandenses uma forma própria de viver. A urbe é pulverizada de vendedores ambulantes que no trânsito caótico, condicionado por longas filas, tentam a sua sorte, retirar algum rendimento para a sua subsistência, importunam não só os condutores (Raposo & Salvador, 2007, p. 248), como os transeuntes.

Com uma arquitetura desordenada e não planeada, a cidade de Luanda tem vindo a crescer fundamentalmente nas áreas suburbanas periféricas onde as habitações insalubres, sem latrinas, convivem como cogumelos com urbanizações, fruto das migrações que a guerra provocou, da falta de infraestruturas, pouca higiene pela má formação da população residente que ignora alguns requisitos como viver na cidade, a escassez do rendimento das mesmas para fazer face a vida citadina são o *handicap* para o convívio salutar. A população de Luanda é maioritariamente jovem, sem emprego, grande parte dela vive do trabalho informal e deste

rendimento apenas extrai um pouco para comer, vivendo na miséria. Grande parte da população desta cidade dedica-se ao comércio de revenda de produtos adquiridos em armazéns de produtos vindos da Ásia.

O governo da cidade debate-se com a insalubridade reinante fruto de alguma desresponsabilização enraizada nas estruturas administrativas locais como as Administrações municipais sendo estas falhas visíveis nas ruas com «lagoas» formadas pelas águas paradas das descargas pluviométricas, que no tempo quente assolam a cidade deixando-a inundada tornando as vias de comunicação que ligam a parte urbana a periferia intransitáveis, originando assim grande quantidade de mosquitos, e concomitantemente muitas doenças, tais como a diarreica e malária.

A par de todos os problemas que vive Luanda, a cidade de Paulo Dias de Novaes, tem uma população cheia de esperança, característica típica de quem viveu uma guerra civil, tendo as dificuldades trazido novos actores não-governamentais na configuração da urbe, como as congregações religiosas e as ONG, que também fazem parte do desenvolvimento urbano (Raposo & Salvador, 2007, p. 275), implementando organizações comunitárias. Contudo, o governo empreende esforços no sentido de mudar a organização da cidade, criando novas centralidades como a do Talatona a sul de Luanda com infraestruturas novas, a nova cidade do Kilamba no Golfe, implementa a diversificação de infraestruturas e serviços sociais, reforça e cria onde não existe serviços sociais, instituições públicas e apela a parceria publico privadas.

A instituição da soberania nacional à 11 de Novembro de 1975, foi marcada pela retirada dos técnicos e pessoal especializado do território, a sua maioria de descendência europeia por razões históricas, tendo o novo país Angola e a sua capital necessidade de recorrer a força de trabalho expatriada através de acordos de cooperação com países amigos, para dar continuidade a economia herdada do colonialismo e afirmar-se no Estado das Nações, respondendo as expectativas dos angolanos de liberdade política, económica e cultural.

5.1. - Estudo Exploratório em Luanda

Para transmitir de forma analítica os dados recolhidos no trabalho de investigação, a cada interlocutor foi lhes atribuído um código para permitir o anonimato. Das 10 entrevistas realizadas apenas foram transcritas 8, devido as más condições de aúdio apresentadas em dois dos casos. Estabeleceram-se para este estudo cinco dimensões de análise conforme abaixo se apresentam:

- Luanda como Centralidade Política e Económica Angolana;
- Cooperação e cidadania;
- Cidade e Cidadania;
- Descentralização da Políticas Públicas e cidadania;
- Cidadania africana;

Na abordagem para mesuração do estado das categorias pré definidas estabeleceu-se um ambiente informal e descontraído permitindo flexibilizar o conteúdo da conversa de acordo com o discernimento do interlocutor, e a sua pré disposição em participar e fornecer os dados para o trabalho, assim inicou-se pelos respondentes que falaram de Luanda:

No que diz respeito às questões colocadas sobre Luanda como Centralidade Política e Económica o respondente **AA**, Luanda é uma cidade *macrocefala*, que por razões óbvias atingiu algumas disfunções. *A cidade agrega um papel muito forte. Preferíamos uma cidade capital com menos confusão, mais suave.*

Luanda apresenta uma carga emocional muito grande para os dirigentes, assim na opinião deste respondente é preciso que se retire algum peso que atrasa o desenvolvimento da cidade. A descaracterização da capital ocorreu devido a migração de pessoas vindas do interior que fugiram a guerra civil, trouxeram os seus hábitos e comportamentos nada adequados a dimensão da cidade capital, contudo continua a ser uma plataforma a nível de África embora sem a mesma *pujança* de há 37 anos. Pelo seu gigantismo o entrevistado adiantou "preferíamos uma capital desprovida de tanta confusão", onde a própria máquina administrativa da cidade respondesse melhor às exigências dos cidadãos. Alertou ainda para o facto das análises baseadas em tempos remotos da capital colonial devem merecer um enquadramento político diferente, contudo a capital angolana continua a ser uma rota de passagem para o resto de

África por razões diferentes das anteriores, cumprindo o seu papel num desenho de integração económica. Para o respondente **AA,** *Luanda já não é dos Luandenses,* é constituída por um mosaico de pessoas vindas de outros pontos por imposição da guerra, a procura de segurança e garantia de subsistência. *Luanda é uma cidade informal*, uma das poucas cidades do mundo em que no trânsito todas as horas são de ponta e isso deve-se à informalidade da vida da cidade.

Na opinião dos respondentes **AB** e **AE** Luanda é uma cidade *cosmopolita, e nos últimos anos cresceu desmesuradamente como fruto da guerra civil vivida no país. Para o respondente **AB** estas a par de outras constituíram as razões pelas quais a cidadania fora mitigada com o clima de insegurança vivido naquela época em que se instaurou um recolher obrigatório, jovens foram empurrados obrigatoriamente no exercício militar através de rusgas nas cidades, nos estabelecimentos escolares etc., retirando aos cidadãos a participação política nos assuntos da nação com excepção de algumas actividades programadas pelo partido no poder, embora houvessem organizações políticas da oposição que efectuavam actividades de manifestações em forma restrita de 1975 até ao ano de 1993.Como Centro de Decisão* Político Administrativa onde o poder se projecta para o interior do país incluindo a política externa do país, regista uma *promiscuidade transversal do governo quanto a Gestão da cidade de Luanda, talvez por ser a capital* do país os dirigentes tenham a necessidade em fazer sempre melhor. Luanda concentra todos os dirigentes públicos e privados e isso dá-lhe um cunho diferente face as restantes cidades angolanas. Entretanto **AB** considera que certas atitudes do governo central retiram aos gestores locais a capacidade de tomar decisões por si. O governo da província envida esforços para a cidade voltar a ser uma das capitais de África em que o turismo também aporte nela como há 37 anos quando serviu de passagem de paquetes marítimos e outras caravanas de turistas, mercadores e outros. O período fustigado pela guerra levou imagens de Luanda através dos mídias pouco abonatórias e é preciso trabalhar-se no sentido de mudança, a segurança e a estabilidade política e administrativa e económica deve merecer a preocupação não só do governo da cidade, mas também de todos os cidadãos. A estruturação da marginal da cidade e da zona Sul da mesma fazem parte do esforço para recuperar a actividade turística do território conferindo-a um cartão postal. A construção das novas centralidades como do Kilamba, Cacuaco e de Viana e a recuperação da parte velha da cidade, proporcionarão mais postos de trabalho aos cidadãos e mais *glamour* á capital. A indústria e os trabalhos de restauração da hotelaria permitiram recuperar o turismo e torná-la numa paragem obrigatória do turismo que

se movimenta do norte para o Sul de África e vice e versa. O respondente **AB** na sua abordagem traçou aspectos que se prendem com o pelouro que dirige a nível da província as estratégias que estão em carteira para ultrapassar o desnível que sempre existiu na capital entre o casco urbano e os subúrbios. A cidade vive um período de organização administrativa como ensaio para a instituição das Autarquias locais. A parte urbana, Luanda, Ingombota, Rangel, Sambizanga, Maianga, fazem parte do município de Luanda e são designados por «Distritos», foram desanexados da área rural, Icolo e Bengo, Kissama, a nova centralidade de Belas, Cacuaco, Viana, da província de Luanda. Entretanto esta nova divisão administrativa especial da província é apenas um mero exercício para facilitar a gestão não fazendo vínculo jurídico porquanto não consta na constituição do país.

Ao dissertar sobre Luanda, o respondente **AC** explicou que o território sempre foi um Centro de Decisão desde a época do reino dos Ngolas. Com a entrada dos portugueses serviu de acampamento militar e não de capital da possessão e paulatinamente se tornou um centro de decisão. Para o **AC** ela tem uma maior atenção dos dirigentes em relação as outras cidades do país como qualquer outra capital no mundo o requereria. Recordou que Luanda já fora conhecida como a Suíça de África sendo que, a guerra e o êxodo rural roubaram-lhe este protagonismo. A cidade fora construída para albergar 500,000 habitantes e atualmente conta com aproximadamente 7.000.000 de moradores. Considerou que o governo tem vindo a fazer um esforço para tornar a cidade agradável com mudanças qualificativas na gestão e requalificação dos muceques. A criação das novas centralidades poderá tornar Luanda nos próximos tempos numa nova capital de África.

Na abordagem sobre esta categoria o respondente **AD** e **AE** traçaram uma panorâmica sobre o assunto adiantando que a atenção exagerada que a capital angolana tem da parte dos decisores políticos e públicos ser um problema do continente ligado ao estádio de desenvolvimento, entretanto a situação tem vindo a mudar paulatinamente e já se divide mais o foco com outras cidades angolanas. Segundo os respondentes **AD** e **AF**, a cidade de Luanda tem vindo a ser restruturada para recuperar o seu estatuto e voltar a ser a rota para o resto do mundo, a grande preocupação dos gestores e líderes prende-se na recuperação da cidade fundamentalmente na educação, com grandes investimentos em infraestruturas para criar harmonia entre o ambiente e as comunidades. A par deste empreendedorismo aprazível uma atenção particular é dedicada a formação dos recursos humanos.

O respondente **AE** ao analisar a atenção que a cidade capital tem vindo a merecer dos dirigentes centrais opinou que a partir do ano de 2002 esta atitude tem vindo a mudar repartindo com outras províncias. O território que já era uma das cidades de referência em África, a entrada dos movimentos de libertação após o 25 de Abril de 1974 seguido da independência nacional a 11 de Novembro de 1975, viu o seu desenvolvimento interrompido, de país exportador de açúcar, café, madeira, banana, peixe seco etc., repentinamente tudo parou, o desenvolvimento económico foi interrompido por uma guerra, os quadros séniores angolanos e não só abandonaram o país. O governo implantado acelerou a formação de quadros, na visão do respondente **AE** nos anos 80 a economia angolana deu mostras de recuperação, contudo houve um recrudescimento da guerra civil nos anos 90 e só no ano de 2002 a situação económica de frágil começou a erguer-se, recuperando o parque industrial e as vias de comunicação. As novas obras que se erguem na capital fizeram que hoje fosse uma cidade cinco vezes maior do que era segundo o respondente **AE**.

Luanda é o produto da vida massiva das pessoas do interior a procura de segurança. Deste acto migratório vieram pessoas de variadas culturas, hábitos, forma de estar etc. segundo o respondente **AF**, que se foram fixando criando de forma exponencial este espaço territorial que é hoje. Continuando Luanda morfologicamente possui três características diferentes; Luanda baixa, compreendendo a área que sai da cidade alta até a rua Senado da Câmara, constituindo esta o casco urbano, devidamente estruturado, seguindo-se da Senado da Câmara até à FILDA - Feira Internacional de Luanda, compreende uma área territorial também estruturada mas nunca concluída no ponto de vista de infraestruturas, com poucos equipamentos, resume-se a um espaço que necessita de remodelação infraestrutural para complementar a sua urbanização como elementos únicos de uma cidade, 70% porcento da população de Luanda vive na terceira e última parte da cidade onde não existem infraestruturas e ausência de serviços básicos, e isto exige uma reflexão muito séria do governo e de outras entidades que detêm a autoridade sobre a capital, entretanto a diversidade de Luanda, do ponto de vista morfológico exige uma requalificação das áreas degradadas ligando os bairros que funcionam de forma isolada. Analisou também as valências que a capital virá a ter no facto de no ponto de vista estratégico situar-se numa região geopolítica favorável pertencendo a SADC todo o empenho para a sua revitalização terá de ser célere, para manter uma ligação peculiar com os outros países de forma natural.

Para a respondente **AG**, a cidade merece toda a atenção que recebe dos dirigentes, por ser a capital do país os problemas que a urbe vive devem-se a falta de preparação dos seus habitantes e a indisciplina reinante no seio dos cidadãos. A guerra desorganizou a capital suscitando agora uma reorganização. Do trabalho que responde na província de Luanda, a sua direcção tem trabalhado com as senhoras nas comunidades para a preservação da higiene, com as zungueiras para manterem a capital limpa e organizada na esperança de dar a Luanda o estatuto de uma cidade como ponto de turismo, capital de África e cidade boa para se viver.

Na sua análise sobre esta categoria o respondente **AH**, enfatiza que as populações do interior fugidas da guerra encontraram na capital uma relativa segurança, os espaços habitacionais que surgiram eram e são sem condições de habitabilidade, com pobreza a mistura crendo-se ser uma situação precária passageira, o país está a mudar. Luanda apresenta actualmente *um contraste de edifícios majestosos e algumas cubatas, estradas bem arranjadas e estradas esburacadas, é preciso mudar esta imagem para ela não parecer um monstro disforme com cabeça grande e braços curtos.* Este respondente classificou que a cidade é constituída por um mosaico que engloba todo o povo angolano, não só pessoas de Luanda, na sua opinião *há disfunções que podem ser esbatidas e segundo o nosso interlocutor está é a fé que as* pessoas *de Luanda têm.* Relativamente a atenção que a capital tem, adiantou ser difícil de o medir, tendo em conta que na perspectiva de Luanda como Centro Político de Decisão tem merecido uma atenção maior que as outras cidades, contudo Angola não pode ser vista apenas na capital, mas sim no conjunto das províncias para atender as necessidades globais do país. Continuando esclareceu que o governo da província tem implementado esforços para através dos caminhos de ferro ligar Angola do Atlântico à Zâmbia com muito investimento, decorre a reconstrução da cidade para lhe devolver o *glamour* de antes e proporcionar o bem-estar para todo o povo.

Já no que diz respeito à cooperação, o respondente **AA** alerta para o facto de não ter havido um processo normal para a transição da independência, a nossa autodeterminação fora *atípica, anormal, decorrente de processo de descolonização afectando o sector económico produtivo.* Uma das áreas que mais se ressentiu foi a indústria extrativa apesar que o impacto ter sido muito forte em toda a economia, Luanda possuía um parque industrial com certo desenvolvimento no mercado angolano, o que levou os governantes a recrutarem cooperantes para darem continuidade ao funcionamento das empresas, fábricas, e muitos serviços. Por outro lado o respondente **AA** acrescentou que o país herdara uma força de trabalho sem qualificação

profissional suficiente o que implica que no setor que gere tenham adotado como estratégia para minimizar a falta de técnicos qualificados o recrutamento de força expatriada com o nível intelectual necessário para a natureza do trabalho que a empresa desenvolve no mercado totalizando 35 técnicos.

Como perspetivas para minorar esta forma de recrutamento a empresa que dirige o respondente **AA** irá conceder bolsas de estudo e promoção de estudantes estagiários junto das Universidades angolanas. Para a contratação dos técnicos estrangeiros tem sido feita através de um site que a Empresa tem na internet onde se coloca as suas necessidade e as condições da contratação, verificando-se uma busca acentuada, outra forma de aquisição de mão-de-obra tem sido a contratação boca a boca. A empresa que responde está ramificada a nível de algumas províncias como Benguela, Huíla, Malange onde têm escritórios e subdelegações com autonomia nas intervenções de trabalho a fazerem, em outras províncias há grupos de trabalho que funcionam para resolverem casos pontuais e ligados a subdelegações provinciais. Na ótica do respondente **AA** a cooperação só é boa quando serve para acabar com ela, alerta ao facto do sistema de cooperação produzir certos desequilíbrios a sociedade tendo em conta que os cooperantes trazem a sua cultura, os seus hábitos e costumes, valores por vezes que não se adequam aos nossos mais que por força das circunstâncias temos de saber gerir eles.

A cooperação é vista no ponto de uma etapa histórica segundo o respondente **AB** em que os meios de produção pertenciam ao Estado. Esta etapa política que se viveu no tecido político e governativo de Angola independente a direção das empresas foram confiadas a pessoas que não entendiam nada de gestão e direção de empresas, por incompetência, ignorância levaram a indústria a falência. O interlocutor em causa analisou a cooperação em dois modos diferentes; a cooperação feita na área da produção e o ato nos setores da educação e saúde sem descorar da Instituição que dirigia este pacote de inter-relação com outros países e Organizações internacionais. Para a coordenação da cooperação visualizava-se existiram duas ilhas separadas uma da outra. Ressaltou que a nível do governo o conceito de cooperação mudou em restantes ramos da vida do país, há pessoas contratadas para trabalharem e são remuneradas nos termos de contratos comerciais internacionais sem o cunho político de acordo com a economia de mercado em que nos encontramos, incluindo a mão-de-obra cubana é contratada de uma forma comercial por uma empresa cubana radicada em Angola e são remunerados. Contudo persiste a cooperação no ramo militar com técnicos da Rússia, de Portugal e dos EUA. Relativamente a

cooperação com as cidades periféricas à Luanda, esta quase não existe devido ao modelo de governação que é de concentração do poder, todo o relacionamento e intercâmbio que existe resume-se ao nível institucional sob coordenação do Ministério da Administração do Território ou da Casa Civil do Presidente da República. Outras relações que possam existir com estas cidades são de carácter informal a exemplo de actos festivos.

Na opinião do respondente **AC** a cooperação foi o resultado da fuga dos quadros devido a independência nacional do regime colonial português, a maior parte deles eram portugueses. Os técnicos contratados para o efeito a maior parte concentraram-se em Luanda, mas foram abrangidas também as áreas do interior onde estes quadros realizaram um bom trabalho, com destaque na educação e na saúde. O grande exemplo foram os técnicos cubanos que trabalham e trabalharam abnegadamente. Toda a cooperação na óptica deste respondente desde que não seja nefasta, frequentarem as praias nos dias normais de trabalho, aos domingos dia em que os citadinos luandenses conceberam para o culto religioso eles trabalham, é bem-vinda. O Órgão pelo qual o respondente dirige tem cooperação no domínio da arte com e outras especialidades que o país não dispõe de pessoal especializado com a República do Brasil, com a República de Cuba. A contratação destes técnicos é feita a nível superior pelo Órgão reitor que é o único que neste momento tem cooperantes, os agentes privados que façam promoção de eventos ou outros actos de carácter matéria que gerem estão autorizados a contratarem pessoal especializado. Estes técnicos trazem consigo para trabalharem apenas o *know how*, a tecnologia é adquirida pela entidade que os contrata. Há uma grande cooperação institucional com as cidades periféricas e não só devido a especificidades próprias da acção que a área desenvolve e outros dos motivos deve-se ao facto de Luanda ser a capital do país e qualquer delegação para eventos internacionais obrigatoriamente passar pela urbe em trânsito e, regra geral necessitam de algum apoio local.

A cooperação na cidade a seguir á independência teve dois lados inerentes do mundo global e inevitável tendo em conta que as fronteiras vão desaparecendo, a força expatriada trouxe grandes vantagens na opinião do respondente **AD**, segundo ele a situação da cooperação nesta fase requer outros cuidados de forma a evitar conflitos. Enfatizou que o governo de Luanda *não tem cooperantes como tal*, mas sim uma relação de cooperação com a República de Cuba, com a República da China, Portugal, África do Sul e Inglaterra através de especialistas que prestam serviços. Existem na área da saúde 60 especialistas cubanos contratados na província de

Luanda a trabalharem em diversos hospitais com previsões de recrutar-se mais técnicos. A cooperação com as cidades periféricas à Luanda e outras é muito pouca, e é assegurada de forma institucional, sugerindo na necessidade dela ser voltada fundamentalmente para o desenvolvimento humano, facilitando por sua vez uma maior mobilidade de forma em que em qualquer parte que estejam de e para Luanda isto permitiria um maior desenvolvimento das cidades exemplificando a mobilidade na cidades europeias.

Quanto a cooperação, para o respondente **AE** adianta que houve medidas paliativas tomadas pelo governo e isto não ajudou no seu todo a desenvolver as unidades produtivas, embora algumas unidades fabris tenham conseguido manter o seu funcionamento até os finais dos anos 70. A debilidade da cooperação e actividade produtiva deveu-se também aos problemas criados pela má gestão dos quadros dirigentes políticos angolanos que não entendiam o mínimo sobre o sector fabril, uma vez que alguns quadros portugueses ficaram no país depois da independência de Angola e tentaram dar seguimento aos trabalhos das empresas. A cooperação na fase pós independência *deve ser retida como uma experiência negativa. Alguns acordos de cooperação foram estabelecidos com a Rússia, Cuba, Portugal, e outros países do ocidente mas nem sempre foram salvaguardados os interesses do país, segundo o interlocutor houve deficiência no controlo do país, os técnicos estrangeiros principalmente russos e cubanos conseguiram conhecer melhor os recursos que dispúnhamos ao contrário dos nacionais, acabámos por ser vítimas de uma cooperação não vantajosa por desconhecimento das riquezas e pouco domínio do país. Prosseguindo, o respondente **AE** este acto de*ve ser entendido como um meio de transferência de conhecimentos de um para o outro.

A guerra após a independência, os conflitos internos, provocaram um colapso que motivou a paralisação do parque industrial na análise do respondente **AF**, a cooperação também se deve a própria globalização que abarca formas diferentes de relacionamento tecnológico entre países e povos que podem resultar bem ou mal de acordo com a coordenação do projecto em causa. A força de trabalho estrangeira recrutada, deveu-se ao produto interno que tínhamos, o país vivia um *boom* das exportações do petróleo, com a queda do preço o país ressentiu e intrinsecamente também mudou-se o esquema da cooperação. O facto do preço do petróleo, base da economia angolana, estar em alta facilita ao país o recrutamento de força de trabalho expatriada. A organização pela qual responde não dispõe de mão-de-obra estrangeira, mantém acordos de cooperação com a União africana dos arquitectos e com a União Internacional dos Arquitectos

na área de formação e para outras formas sobre o exercício da profissão. Nas cidades periféricas a Luanda ressaltou que o número de profissionais é muito pequeno, a maior parte destes quadros, 90% vivem e trabalham na capital, os que se encontram no interior são técnicos engajados em departamentos do urbanismo e arquitectura do Estado e com eles cria-se um núcleo da organização mesmo que não sejam de nacionalidade angolana, rematou o respondente **AF**. Entretanto a sua organização também trabalha em cooperação com outras instituições e estabelece uma parceria directa e recíproca trazendo mais-valia para o país, é membro oficial do Conselho de Arquitectos de Língua de Portuguesa, membro da União Africana dos Arquitectos onde exerce o cargo de vice-presidente desta Organização continental. Segundo este interlocutor, na área que responde a cooperação se baseia sempre em *nuances* conjunturais.

Quanto a cooperação a direcção pela qual responde **AG** não tem cooperação directamente com funcionários expatriados, possivelmente tenha a estrutura central que supervisiona a instituição, mas há trabalhos de parceria que fazem com organismos das Nações Unidas que operam em Angola como o FNUAP e o PNUD, também há muito trabalho de parceria com as igrejas, organizações comunitárias locais e outros parceiros cuja acção desemboca na vertente em que estão inseridos. Há trabalho de cooperação com as cidades periféricas a Luanda, e não só também com outras de províncias situadas no interior do país, principalmente na área de formação de quadros para os serviços com as comunidades. Na visão desta interlocutora *a cooperação é uma faca de dois gumes,* considerando que este acto de relacionamento pode ajudar o país ou a instituição, mas também pode prejudicar. A vantagem da cooperação centra-se quando visa a sua utilização nas áreas onde não haja técnicos qualificados e estes são chamados para cobrir e formar pessoal nacional. A desvantagem pode residir quando os organismos contratam pessoal técnico qualificado estrangeiro e os colocam em sectores que existam quadros nacionais formados a auferirem salários e condições melhores que os locais, esta atitude para além de ser prejudicial pode provocar conflitos sociais internos.

Agostinho Neto dizia que era preciso que ao lado de cada cooperante estar um angolano para que este pudesse aprender a capacidade técnica que lhe permitiria um dia tomar as rédeas do país, foi assim que o respondente **AH** iniciou a sua abordagem sobre esta categoria. A cooperação não funcionou como se esperava, quem coopera vem com os seus interesses e a balança inclina-se para o seu lado em detrimento da instituição que o contrata. Alertou para o

facto das relações internacionais hoje terem mudado, acrescentando que há mais equilíbrio entre as nações Norte e Sul, o que tornou que a contratação de técnicos expatriados tenha melhorado, e haver uma boa relação onde *já se colhem frutos*. Segundo o seu conceito a cooperação existe, é boa porque ninguém é o suficiente para responder as necessidades do conhecimento, entretanto há aspectos da vida das organizações e não só que necessitam por vezes de parceria e de outros conhecimentos. A direcção pela qual responde **AH**, não tem qualquer responsabilidade sobre os cooperantes que trabalham no seu sector, todo o esquema de contratação e controlo é feito através do órgão reitor superior. A direcção tem quadros suficientes no nível primário e do 1º ciclo, recorrendo a força expatriada apenas para a formação profissional e técnica com muita incidência para as disciplinas de informática e de ar e frio onde há escassez de quadros técnicos angolanos com qualificação desejada.

Ao procurar caracterizar os cooperantes,o respondente **AA** afirma que o grande problema dos cooperantes reside na questão da logística. Na visão do respondente **AB** a forma como o Estado tratou os cooperantes em relação aos nacionais permitiu a criação de um fosso entre estes e os cidadãos locais numa espécie de "*apartheid*" não houve transmissão do *know-how* excepto alguns casos de simpatia isolada.

O respondente **AC** e **AD** opinaram que a cooperação é inevitável, e acelera o desenvolvimento, nos faz desenvolver mais, embora no período *mercantilista* ter vivido o seu tempo com maior enfoque, ela traz a troca de conhecimentos que se intitula aculturação, é um intercâmbio e cria laços de amizade, contribui para o reforço da unidade entre povos diferentes, visão partilhada pelo respondente **AD** que acrescentou ser também fruto da globalização esta união de sinergias.

Retratando a força expatriada chinesa que se encontra em Luanda, o interlocutor **AD** adiantou que apesar de terem trazido alguns ganhos alertou na necessidade em fiscalizar os actos dos mesmos. Há um descontrolo da força de trabalho expatriada, facilitada pela falta de experiência das autoridades de Luanda nesta vertente.

Na visão da respondente **AG**, os cooperantes ajudaram muito e contribuíram para a economia do país, formaram muita gente principalmente na área da educação e só não, foi mais produtiva na época devido aos condicionalismos próprios do país, também a direcção não sabia tirar proveito destes técnicos de forma eficiente.

No sector do respondente **AH** há colaboradores de outros países como cubanos, portugueses,

espanhóis e vietnamitas pela escassez de quadros técnicos angolanos na área do ensino médio e na formação profissional.

Quanto ao estado da cidadania, o respondente **AA** desabafa que a cidade deveria ser mais homogénea em termos sociais, que a diferença das áreas urbanas e suburbanas não fossem tão evidentes, enfatizando que a forma como a cidade está a desenvolver urbanisticamente, o surgimento das novas centralidades na visão deste respondente e com *a cidade intra muros tornará as pessoas mais egoístas, estas novas centralidades vão trazer mais problemas, e vão ferir a cidadania,* devido a separação que socialmente vai fazendo, *os moradores do Luanda Sul e os habitantes da Luanda tradicional poderá gerar comportamentos desajustados*. Para ele a cidadania tem a ver com a justiça social, económica, melhor distribuição da riqueza e criação de oportunidades. Alertou para os problemas de valores, de atitudes que o país vive em particular a cidade de Luanda provocados pela desigualdade social e isto faz com que haja um défice de cidadania muito grande. Relativamente a existência ou não de uma cidadania africana recordou as incursões de Leopold Senghor, Kuan Krumagh, como um dos percursores da cidadania africana, que ao abordarem a necessidade do pan-africanismo foram mal interpretados. O facto de alguns líderes políticos africanos terem vindo da academia da Sorbonne acrescenta que isso fortaleceu e deu grandes vantagens a cidadania africana nos seus valores e cultura, contudo a cidadania africana é parte da cidadania universal. Para o respondente **AB**, a cidade de Luanda actualmente apresenta uma simbiose da estrutura arquitetónica antiga com a arquitectura moderna com novas formas de participação dos cidadãos na gestão do território, através das Comissões de Moradores, nos Conselhos de Concertação Social e outras Associações de cidadãos, que de forma cooperativa estabelecem uma relação com o governo visando facilitar o exercício de cidadania. O governo de Luanda potencia a criação de organizações de carácter social como Associações de cidadãos, ajudando-os a converterem-se em Instituições de utilidade pública, e os confere alguma ajuda financeira.
Sobre a existência ou não de uma cidadania africana, o interlocutor **AB** afirma que a análise que é feita pelos africanos quanto a cidadania está ligada a sociedade comunitária do qual é constituída todas as relações sociais em África no ponto de vista de organização, sem descorar a universalidade da questão. As sociedades africanas têm uma organização tradicional que se assenta na família alargada e implica uma afirmação mais abrangente e menos egocentrista

quer política ou pública, os problemas da comunidade são resolvidos em consenso e é esta a diferença que distingue a cidadania africana da universalidade fora do relativismo ocidental, numa perspectiva e visão diferente da europeia.

Luanda como cidade, o seu estado afecta a cidadania segundo o respondente **AC**, porquanto ela não foi concebida do ponto de vista antropológico por razões próprias, a cidade foi crescendo e com ela o sentido de cidadania também vai aflorando e crescendo desde os *Axiluandas. Os cidadãos que migram para Luanda também se sentem luandenses* e trazem os seus hábitos e costumes criando uma nova cidadania. Este respondente enfatizou que o conceito de cidadania é dinâmica, a forma como ela era exercida ontem não é no mesmo estilo de hoje em função do tempo da época, novos hábitos, actualmente os cidadãos são mais sectaristas. Alertou para a necessidade dos programas curriculares das instituições universitárias constarem noções sobre a cidadania enquanto os cidadãos são homens e devem primar na aliança *inseparável de Deus, Pátria e Progenitores.* Se *cada cidadão nasce num berço e o berço faz o indivíduo*, o respondente **AC** baseia-se nisto para afirmar que a cidadania africana existe. Os europeus segundo a opinião deste interlocutor estão imbuídos de um egocentrismo que os faz esquecer que um dia estiveram em África e degustaram da cidadania africana. Realça o facto das grandes civilizações da antiguidade se terem desenvolvido primeiro em África, foram os africanos que fizeram o mundo.

A cidade tem influência no exercício da cidadania, disse o respondente **AD***, porque ela é virada para a cidadania, para o ser vivente da sociedade*. A deficiente valorização dos recursos humanos da cidade tem afetado fortemente esta categoria, *o trânsito frenético* do dia-a-dia na capital retira a predisposição do cidadão para melhor participar nas actividades da cidade. O respondente **AD** entende a cidadania como um conjunto de vários comportamentos, atitudes, culturas que nos fazem coabitar nas cidades com os demais independentemente dos nossos hábitos. Ao referir-se á cidade de Luanda observou que o conceito de cidadania depara-se com uma ausência na defesa dos direitos que os cidadãos devem ter, e estes por sua vez não dominam que direitos devem usufruir e assim sendo não assumem os seus deveres, para isso adianta ser necessário sugere *educar as pessoas abstraindo-as do que é material* embora actualmente haja indícios de algumas iniciativas associativas. Relativamente à cidadania africana é apologista que o conceito em si pode ser analisado em dois prismas diferentes, um que é transversal em qualquer cultura em que predominam elementos próprios identitários com

o seu espaço, onde embora haja mobilidade e influência de outras culturas os traços, os aspectos marcantes do indivíduo prevalecem, a outra tem ligação a universalidade do conceito, rematando que *a cidadania africana existe e ela é parte de um conjunto maior não é intacta como os africanos* desejam mostrar.

Na qualidade de antigo dirigente de uma associação que representa a sua profissão o respondente **AE**, assegurou terem uma trajectória de vivência de cidadania considerável e muito terem contribuído para a sua afirmação principalmente aquando do seu mandato de 1991 à 2001. A organização que representou, e da qual ainda é membro, funcionou como um espaço de convergências de ideais de todas as correntes ideológicas, de debates sem tabus. Aludiu também que as cidades de Luanda e Benguela sempre foram urbes onde houve um movimento de cidadãos lutando pelos seus direitos, acrescentando que actualmente a província da Huíla passou a ser a segunda praça eleitoral a seguir a Luanda. A nível da capital já se pode registar maior consciência dos cidadãos quanto aos seus deveres e os direitos a usufruírem, adiantou que estão a surgir novos actores em prol do movimento cívico e político com discursos novos que poderão mudar o pleito eleitoral previsto para 31 de Agosto do ano em curso. Para o respondente **AE**, a desestruturação da cidade tem grande influência nos seus habitantes e por conseguinte afecta a cidadania. Em Luanda regista-se uma falta de irmandade, considerou a capital como uma cidade violenta, devido a falta de solidariedade humana na via pública principalmente, explicando que nem as forças de segurança pública tem sensibilidade suficiente para lidar com os problemas sociais na via pública, como por exemplo a recolha de doentes caídos na via pública. Apesar do governo da província estar a tentar mudar todo o cenário urbanístico ainda se registam muitas debilidades produto da falta de planos diretórios da gestão anterior da cidade, e isto é notório nos novos bairros que vão surgindo onde as infraestruturas básicas - água, saneamento, eletricidade, são edificadas depois da população estar instalada. Lamentou que a cidade não esteja como deveria estar porque existem verbas para tal, enfatizando que toda esta desorganização demonstra uma falta de honestidade de alguns gestores, falta de patriotismo e de não domínio na técnica de direcção.

Como parceiro do governo de Angola esclareceu o respondente **AF**, a sua organização profissional colabora na melhoria da qualidade de vida das populações porquanto é uma acção de grande influência na transformação do território. A intervenção dos seus filiados na reorganização dos bairros do muceque devido a forma como foi feita a ocupação espacial dos

terrenos exige um grande sentido cívico, uma vez que os cidadãos que aí vivem têm uma organização social própria e requer atenção especializada dos profissionais num planeamento participativo em que elas têm sempre uma palavra a dizer na reorganização urbana. Para o respondente **AF**, a cidadania pressupõe a participação dos cidadãos nas soluções propostas para os problemas da cidade, não é possível resolver problemas através de formas administrativas citando como exemplo os problemas dos cidadãos residentes em Viana devem ser resolvidos na circunscrição de Viana e não no Governo Provincial de Luanda, aí a necessidade em estruturar-se as Autarquias para facilitar a organização na solução dos problemas do espaço. Referindo-se a existência de uma cidadania africana enfatizou que a cidadania é algo universal.

A respondente **AG** entende a cidadania como a atitude de ser educado, participar nas actividades do país, contribuir para um país melhor, ser bem comportado fundamentalmente no espaço público. Na área que dirige a nível do governo da província de Luanda, toda a acção da gestão é feita no sentido de fortalecer a cidadania, exigindo das suas colaboradoras mais empenho nos trabalhos com as comunidades, nos actos de advocacia que fazem, apelando também as senhoras zungueiras[20] mais civismo. A desestruturação da cidade de Luanda têm influenciado muito no exercício da cidadania, apelando para a necessidade dos cidadãos terem melhor atitude na higiene da cidade e cumprirem mais com o seu trabalho quotidiano. Discorrendo sobre a cidadania africana, a respondente **AG** é perentória em afirmar que cidadania é universal, refutando a existência de uma cidadania africana, europeia ou asiática. No seu ponto de vista a pessoa educada sabe estar, tem princípios e defende os seus direitos seja em que parte do mundo estiver.

O respondente **AH** define a cidadania como o livre acesso aos bens, a cultura, ao lazer, a diversão e, quando o cidadão se sente desprovido das infraestruturas para este fim afecta a sua cidadania. O governo da capital no seu entender tem trabalhado para proporcionar aos citadinos melhores condições fundamentalmente de habitabilidade, para conferir outra imagem a cidade e elevar a cidadania dos habitantes. A nível do seu sector para a aprendizagem do exercício de cidadania há uma disciplina curricular do ciclo básico intitulada «Moral e Cívica» onde aprendem os princípios básicos, a escola tem um papel importante e é insubstituível. Contudo o nosso interlocutor é de opinião que para *o caso de Luanda todos os cidadãos devem ser*

[20] Zungueiras, designação atribuída as vendedeiras ambulantes do mercado informal.

«evangelizados», para aprenderem a respeitar os valores morais, os valores alheios, os bens públicos e os bens comuns, disciplinar e corrigir o respeito pelas pessoas, pelos animais por tudo que os rodeia.

Quanto a cidadania africana, realça que analisados os pressupostos para a sua existência, como a fome, a falta de lugar para se exprimir livremente, a falta de assistência médica, a educação e o ensino, conclui-se que ela não existe. A cidadania africana existiria se a África pudesse distanciar-se dos males que a enfermam incluindo a violência entre nações como acontece com a República do Congo e o Ruanda.

Quanto á descentralização das politicas públicas e da Universidade em particular, na visão do respondente **AA** foi uma política acertada do governo central porquanto as pessoas constituem o activo mais importante para resolver o problema da cidadania. A Universidade tem um papel muito importante a nível da cidadania. Tecendo considerações sobre a descentralização das políticas públicas, o respondente **AB** esclareceu que o processo decorrente no país é uma desconcentração e não descentralização, porquanto continua-se perante apenas um ente público que é o Estado. A descentralização acontece quando os cidadãos são chamados a eleger os seus próprios representantes. Na sua visão a grande medida de desconcentração foi a medida dos municípios passarem para Unidades Orçamentais atribuindo verbas financeiras controladas pelo Estado. A instituição dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social que neste momento substituem as Assembleias Municipais são constituídos pelos cidadãos das elites locais com intuito de participarem nas decisões optadas pelo Estado quanto ao governo local. Continuando o respondente **AB** elucidou que a Universidade como Centro de Conhecimento, o estado de centralizada constituía um sufoco para o desenvolvimento, potenciou a criação de alguns conflitos devido a falta de cultura de *fair play* na hora de eleição dos corpos de direcção exigindo ao Estado o retorno a sua gestão para a revitalização da Instituição. A descentralização permitiu aproximar a Universidade aos cidadãos e, contribuir no desenvolvimento das províncias.

Relativamente a este ponto, para o respondente **AC** e **AD** a descentralização da universidade veio facilitar o exercício da cidadania. Contudo adianta é importante que se faça um controlo dos programas curriculares destas instituições principalmente as de carácter privadas.

Quanto a descentralização da universidade para o interlocutor **AD** era preciso massificar a

criação da universidade para permitir que um dia ela tenha a longevidade que se espera, as debilidades que se vão registando no funcionamento das novas instituições superiores existentes são inerentes ao início da sua funcionalidade, a qualidade será conquistada no seu tempo, vaticinando que entre 6 e 7 anos a cidade terá um melhor desempenho da cidadania.

Ao dissertar sobre esta categoria os respondentes **AE** e **AG** adiantaram que esta descentralização veio melhorar e facilitou o exercício da cidadania, porquanto a concentração principalmente da universidade só confinada a Luanda prejudicava o país no seu desenvolvimento, reduzia o conhecimento. Esta descentralização criará harmonia na evolução de outras regiões. Por outro lado este processo deverá ser acompanhado de uma cooperação entre as províncias para reduzir as discrepâncias ainda existentes entre os cidadãos do país em termos de oportunidades fundamentalmente na área da educação. Ao tecer considerações sobre a existência ou não de uma cidadania africana adiantou que apesar da base do conhecimento ter iniciado em África, os africanos foram ultrapassados por outros povos que se afirmaram, e hoje ganhámos outros conhecimentos, adquiridos em academias ocidentais aplica-se nos países africanos de acordo com a sua própria realidade. Na sua opinião não existe uma cidadania africana, adiantou que os africanos precisam aprender a exercitar a cidadania, os pleitos eleitorais devem ser realizados regularmente, e é fundamental que os políticos aceitem os resultados evitando contendas e manipulações eleitorais que atrasam o desenvolvimento, acabar com a corrupção dos dirigentes em África e cultivar nos cidadãos mais participação.

A descentralização da universidade veio facilitar o exercício da cidadania, ao analisar o estado em que esta Instituição do ensino superior se encontrava concentrada provocando a movimentação das pessoas das suas localidades na visão do respondente **AF**.

Para a respondente **AG** de entre outras as várias vantagens desta categoria foi a abertura de Secções que atendem o seu organismo nos bairros e comunas, houve mais proximidade as comunidades necessitadas das suas acções, e permitiu a promoção de muitas funcionárias que se encontravam a funcionar na direcção provincial ao serem transferidas para os bairros como responsáveis.

A descentralização das políticas públicas tem contribuído muito para o exercício da cidadania segundo o respondente **AH**. Analisado a expansão do seu sector adiantou que em 2001 só havia 230 escolas, as crianças e os jovens que vivessem em Viana ou em Cacuaco tinham de deslocar-se a Luanda, neste momento existem 653 escolas espalhadas por todo o território

provincial. O governo da província de Luanda cria escolas onde existam aglomerados populacionais e leva os outros equipamentos e infraestruturas como as estradas para melhorar a vida dos cidadãos.

5.1.1. – Síntese do Estudo Exploratório em Luanda

Luanda como Centralidade Política e Económica absorve mais atenção dos dirigentes do país na visão dos respondentes **AB**, **AD**, **AF** pelo facto de ser a capital da nação, nela se encontram os dirigentes públicos e privados o que confere uma importância superior as restantes cidades do país. O respondente **AB** enfatizou que a atenção exagerada que se concede à Luanda faz com que haja uma promiscuidade transversal do governo relativamente a gestão administrativa da cidade, resultando que as acções dos gestores locais sejam reduzidas, acrescentaram os respondentes **AD**, **AE** e **AF.** Luanda fora sempre um Centro de Decisão Política e Administrativa adiantou o respondente **AC** desde a era do reino dos Ngolas, apesar da migração de povos do interior que tem vindo a sofrer e a beliscar o seu protagonismo, a cidade fora concebida para 500.000 habitantes e hoje tem cerca de 7.000,000 de moradores.

Os agentes entrevistados em Luanda, os responsáveis públicos e os membros da sociedade civil recordam Luanda com uma certa nostalgia, os respondentes **AA**, **AB**, **AC**, **AE** e **AH** adiantaram que as disfunsões actuais da cidade atrasam o seu desevolvimento. Para o respondente **AA** a descaracterização sofrida pela capital ao longo do período da guerra civil, com a avalanche do êxodo rural das populações fugidas da guerra tornou-a uma cidade informal, contudo ela continua a ter a mesma função de sempre, embora numa nova conjuntura sócio política e económica, serve de rota de passagem para o resto de África.

Para os interlocutores **AA**, **AC**, **AF** e **AH** têm a esperança que a cidade desestruturada, desorganizada e suja em que a capital de Angola se transformou fruto da guerra civil vivida pelo país durante cerca de duas décadas, seja passageira. As características morfológicas da cidade que a dividem em três centros; cidade alta, baixa e os muceques (nesta última vivem 70% da população da capital) segundo o respondente **AF** está desprovida de infraestruturas

básicas, com maior precariedade na vida dos moradores e, esta constitui um dos motivos pelos quais Luanda merece uma atenção especial das autoridades centrais. Todo o empenho do governo local estão voltados para tornar a urbe no espaço seguro e bonito que os cidadãos precisam, com maior segurança, estabilidade política, económica e administrativa. Uma nova roupagem concebeu-se para a marginal de Luanda no centro e a sul da cidade, convista a recuperar a anterior actividade turística e ceder-lhe um novo cartão postal enfatisou o respondente **AB,** que aludiu estar a decorrer uma reorganização administrativa da capital, sem vínculo jurídico, em que a parte urbana da cidade compreendida por Luanda (centro), Ingombota, Maianga, Rangel, Sambizanga designam-se distritos e em separado ficam a parte rural da província que compreende Belas, Cacuaco, Icolo e Bengo e Viana, este respondente adianta que este trabalho serve de ensaio para a instituição das autarquias locais, porquanto aproxima os servidores públicos aos eleitores e, estes por sua vez poderão melhor controlar e fiscalizar o cumprimento dos programas eleitorais ora estabelecidos.

Ao abordar o íten sobre a Cooperação os respondentes **AA** e **AC** elucidaram que o país Angola alcançou a sua independência nacional do julgo colonial português de forma atípica, e herdou uma força de trabalho sem qualificação profissional, por esta razão foi necessário recorrer a cooperação internacional. O respondente **AB** referiu que a cooperação aconteceu numa fase da história de Angola em que os meios de produção eram pertença do Estado, a direcção política do país não reunia condições e habilidades suficientes em termos técnicos para dirigir o sector produtivo (a indústria em particular), o que levou a sua falência. Para este acto de parceria internacional existiu uma descoordenação e falta de estratégia na priorização das áreas para o efeito, originando o surgimento de duas ilhas separadas para a sua coordenação, uma que ficou voltada a saúde e a educação, e a outra para o sector técnico e produtivo.

Para os respondentes **AA**, **AC** e **AE** o acto de cooperação internacional é bom quando serve para acabar com os motivos pelos quais se recorre a ele. A cooperação internacional trouxe vantagens (permitiu que a máquina económica do país não parasse por completo, fundamentalmente na área da saúde e da educação), e desvantagens (a má gestão das autoridades políticas na época, permitiu que perdessemos até certo ponto o controlo do país), na análise do respondente **AD** foi uma experiência negativa que já passou, porquanto quem cooperava inclinava a balança para o seu lado em detrimento do país que o contratou, a

conjuntura internacional mudou e com ela vieram novas formas de parceria, hoje contratasse trabalhadores especializados, técnicos expatriados e colhem-se melhores frutos que os anteriores na óptica do respondente **AH**. A cooperação internacional é inevitável, enquadra-se no quadro da globalização afirmou o respondente **AF** e, acelera o desenvolvimento de qualquer país, permite a troca de conhecimentos, cria laços de amizade recordaram os respondentes **AC, AD, AG** e **AH.**

Ao fazer a caracterização dos cooperantes o respondente AA, **AC** reconhece que houve um grande empenho de alguns técnicos contratados, não só a nível da cidade de Luanda mas por todo o país, os cooperantes (trabalhadores expatriados), que cooperam na sua área de acção trazem consigo apenas o know how, a tecnologia é da entidade que os contrata. A contratação destes trabalhadores implica um esforço duplicado em termos de logística enfatisa o respondente **AA** eles têm hábitos próprios que por vezes chocam com os nossos, **AB** reconhece que o próprio Estado em alguns casos, proporcionou-os condições superiores aos quadros angolanos e permitiu criar um fosso entre eles e os nacionais.

Relativamente ao estado da Cidadania em Luanda, a capital do país é um espaço territorial cosmopolita, constituído por pessoas oriundas das mais diversas partes do país e não só, nos últimos anos cresceu desmesuradamente como consequência da guerra civil, instalou-se um clima de insegurança durante o período da guerra vivida, e isto mitigou a cidadania referiram-se os respondentes **AA**, **AB** e **AC**, **AE** e **AH.** A capital do país precisa ser mais homogénea no seu tecido social as diferenças sociais entre a parte urbana e a suburbanas devem ser menos evidentes incluindo, nas novas centralidades que vão surgindo para evitar problemas que poderão ferir a cidadania adiantou o respondente **AA**.

Há uma consciência de que a forma em que território se encontra não possibilita aos seus moradores serem melhores cidadãos. O estado degradante da capital afecta de certo modo o melhor exercício da cidadania, pois os cidadãos que nela vai migrando trazem os seus hábitos, costumes e criam novas formas de cidadania enfatisou o respondente **AC**. Actualmente a região de Luanda tem sérios problemas, o trânsito frenético, a ausência da defesa dos direitos que os cidadãos devem ter, a escassez de infraestruturas básicas são problemas que afectam muito a uma boa cidadania segundo os respondentes **AD**, **AE**, **AF**, **AG** e **AH**. Está a ser estruturada numa símbiose de clássico a preservação da sua arquitectura antiga e o surgimento de edifícios modernos e, estão a ser introduzidas novas formas de

participação dos cidadãos na gestão do território para um melhor exercício da cidadania acrescentou o interlocutor **AB**.

Ao abordar a questão da existência ou não de uma cidadania africana os respondentes **AA e AC** recordaram os percusores da cidadania africana como sendo Kuan Krumagh, Leopold Senghor como defensores do pana africanismo. O facto dos percussores do pana africanismo terem estudado nas academias europeias como a Soborne, fortaleceu o conceito da cidadania africana, contudo ela se enquadra no âmbito da cidadania universal segundo o respondente **AA.**

Houve unanimidade em considerar que existe uma cidadania africana a par das outras que também possam existir, a sua visão distingui-se da universalidade e não se enquadra no relativismo ocidental, pois o conceito de cidadania é dinâmico, em África está ligado a sociedade comunitária que é constituída por relações sociais no ponto de vista da organização tradicional, enfatisaram os respondentes **AB**, **AC** e **AD**. Sem confundir a cultura e a forma de estar dos cidadãos em Angola e em particular em Luanda, a cidadania afirma-se no usufruto dos preceitos da lei constitucional e na carta magna dos direitos do homem, entretanto os respondentes **AF**, **AG** e **AH** a cidadania africana está longe de existir, os governos africanos não conseguem propiciar aos seus habitantes as condições mínimas para uma vida salutar como exemplo o saneamento básico, a água potável, a assistência médica e sanitária, desta forma remataram que a cidadania é universal.

A descentralização das políticas públicas para os responsáveis de Luanda será também uma forma de minimizar os problemas que a cidade enfrenta na solução das questões locais, uma vez que levará as entidades públicas a estarem mais próximas dos cidadãos garantiram os respondentes **AA**, **AC**, **AD**, **AF**, **AG** e **AH**. Neste ponto o respondente **AB** reparou que não foi feito uma descentralização das políticas públicas por parte do governo central, mas sim uma desconcentração, porquanto o país continua perante um ente público, o Estado.

Alguns dos entrevistados acreditam que os passos dados até agora poderão servir de tubo de ensaio para a estruturação das autarquias locais, aludiram **AB, AE, AF e AG**. A descentralização e criação de novas instituições universitárias incluindo as privadas, proporcionará a cidade uma maior abrangência e diversificação na formação de quadros

superiores, facto que foi classificado como uma atitude positiva por parte do governo central, uma vez que não existe qualidade sem previamente haver uma quantidade.

5.2. – Estudo Exploratório em Benguela

Como aconteceu em Luanda, o estudo exploratório em Benguela obedeceu ao mesmo critério na abordagem das cinco dimensões pré definidas tendo em atenção o enfoque do trabalho em relação a província, e os aspectos conjunturais específicos da região.

5.2.1 -Caracterização de Benguela

As terras de Benguela caracterizavam-se por serem frescas e produtivas sendo uma cidade cuja actividade comercial era superior á de Luanda. Logo no início da sua formação havia uma desordem provocada pela composição dos indivíduos vindos da corte, na sua maioria degredados (Menezes, 1848, p. 36). Ao contrário de Luanda, Benguela preserva um grande número de edifícios antigos, entre chalés, vivendas e moradias e outros espaços verdes e de lazer que representam o estilo arquitectónico dos séculos XVII ao séc. XX dos quais destacamos a antiga alfândega, o museu de antropologia, o Cabo submarino, entre tantos outros.

Com um número de população bastante reduzida, e composto na sua maioria por jovens em idade activa, cujas esperanças de entrar para o mercado de trabalho se desvanece no tempo, ao contemplar as fábricas herdadas do antigo sistema colonial, hoje voltadas ao abandono por imperativos da vida moderna, apostam na formação académica almejando dias melhores. Benguela é uma das poucas cidades com uma estrutura urbana arquitectónica que faz a simbiose do rural com o urbano não só na composição dos seus cidadãos como também no seu sistema produtivo, mormente a agricultura e a pecuária que se encontra na urbe tenha perdido o tempo dourado.

Com o objectivo de minimizar a pobreza que assola o país e em particular a região, o governo adoptou um combate cerrado, através da desconcentração das actividades económicas e administrativas, edificação do aeroporto internacional de Benguela na

Catumbela, implementando programas de relançamento do caminho de ferro de Benguela, melhorias no sistema portuário do Lobito, criação de uma nova fábrica de cimento, desenvolvimento da actividade agrícola produtiva, e criação de infraestruras necessárias para o mesmo fim.

O sistema de ensino tem vindo a conhecer melhorias significativas assim como na área da saúde e prestação de serviços, tendo para o efeito sido contratados um número significativo de trabalhadores estrangeiros, para minimizar a carência de pessoal técnico que se verifica em várias áreas da vida social, económica e produtiva.

5.2.1- Estudo Exploratório em Benguela

Nesta parcela territorial foi possível entrevistar-se 30 (trinta) pessoas.

No que diz respeito às questões colocadas sobre Benguela como Centralidade Política e Económica os respondentes: **A**, **C**, **T**, **AY** enfatizam que a província é considerada uma centralidade política e económica pela trajectória secular da própria história da região, as infraestruturas que aporta, a grandeza da sua economia, da vida social e política **B**, **C**, **D**, **G**, **H**, **J**, **L**, **M**, **N**, **P**, **Q**, **S**, **T** são unânimes em defender que as potencialidades sócio – económicas e culturais da província a conferem o grau de centralidade política e económica tendo em atenção o polo industrial do Lobito (Porto do Lobito, Refinaria de petróleo, Caminho de ferro de Benguela, Sonamet, fábrica de cimento e, outros prestadores de serviços), em Benguela edificou-se a sede da Universidade Katiavala Bwila que também responde por Kwanza - Sul, ao nível da cidade do Cubal e Ganda. Estas são cidades com grande potencialidade agropecuária, que uma vez que esteja totalmente recuperado o parque agrícola e industrial destruído pela guerra, servirão para o desenvolvimento do rendimento do país e de África em particular.

Quanto a indústria pesqueira de Benguela, o respondente **J** realça ser *a província uma grande centralidade pelas espécies plágicas (carapau e sardinha) tem também espécies de 1ª qualidade como melro, pungo, garoupa etc. Na zona do Lobito velho e Egipto Praia há bastante crustáceos (lagostas e caranguejos). A província produz 40% do total do sal que é consumido no país.*

Em termos da rede sanitária enfrenta-se um grande desafio uma vez que *a província*

constitui a segunda província do país com uma rede sanitária de referência a nível nacional. No nível sanitário a província serve de centro para muitos actos e acções destinadas a região sul como os programas de vacinação em massa, a formação de quadros médicos e depósito de algum material destinada a área de assistência médica e medicamentosa. O respondente **H** acrescenta que o eclodir da guerra civil, contribuiu para elevar a província no grau de centralidade, pelo facto das populações do interior procurarem no litoral mais segurança, e os próprios meios técnicos e humanos da região sul se terem concentrado nesta faixa, para melhor responder as investidas das forças em conflito militar. *Em termos culturais serve de confluência de várias culturas dos povos que habitam o seu território desde os vagandas aos Hanhas e outros vindos da Huíla*.

Os respondentes **O**, **S,** ressaltam os acontecimentos históricos, tais como o aparecimento da primeira rádio em Angola e a edificação da refinaria na cidade do Lobito, servirão de palco ao desenvolvimento da indústria pesqueira na Baía Farta, poderão elevá-la para o primeiro centro económico do país, *a par das vias de comunicações terrestres que permitem ligar o país ao sul do continente africano.*

Para o respondente **T,** assegura que *Benguela é uma das cidades mais antigas do país, geometricamente traçada, cidade plana, todos os habitantes conheciam-se, com muita mestiçagem eis a razão que S. Martinho de Lima fora escolhido como um dos padroeiros da cidade, a grandeza sócio económica e cultural vem das suas gentes, a diversificação de várias raças conferem a ela uma grande riqueza.*

Quanto ao respondente **AY,** este considera que Benguela foi a primeira região de Angola onde os seus habitantes reivindicaram os seus direitos há mais de 200 anos. O respondente **V,** para além de corroborar com a afirmação quanto à Benguela ser uma centralidade, elucida que no século XIX o território era uma colónia a par de Luanda e o desenvolvimento industrial que teve no século XX, destruído parte pela guerra está a ser recuperado. Como centro de assumpção de direitos, Benguela tem uma grande importância devido ao seu desenvolvimento cultural e científico, respondente **C**. Visualiza *a cidade de Benguela como centro que configura um quadro que no mesmo espaço geográfico concentra uma série de elementos do ponto de vista cultural, político, e técnico, contribui para o desenvolvimento das cidades que a comportam e não só, enquanto regulador para as elites que impulsionam a organização do poder público.*

A respondente **L,** considera ser *a província o segundo parque industrial do país embora a guerra tenha destruído parte dela. A nova refinaria de petróleo que está a ser construída no Lobito, o polo do desenvolvimento da Catumbela que constitui uma plataforma de logística devido ao Porto do Lobito que serve de hiterland à vários países de África*.

Por ser um dos habitantes que sempre se empenhou em mostrar aos demais a história da província, o respondente **N** assegurou que *Benguela foi a 1ª centralidade na época dos descobrimentos portugueses, quando Manuel Cerveira Pereira atraído pelas riquezas entrou no Reino atracando na Benguela velha (actual cidade de Porto Amboím). A edificação do caminho de ferro, e do Porto do Lobito deram mais importância a província*.

O facto do caminho de ferro de Benguela atravessar todo o país no sul, ligando a África Austral, dá sustentabilidade a esta categoria e o privilégio disso faz com que ela se estruture e desenvolva em todos os segmentos e serve de base logística para *hiterland*[21] em Angola, refere o respondente **P**.

Benguela tem características especiais segundo o respondente **Y**, *sempre foi uma cidade contestatária, nunca aceitou imposições desde a época de Cerveira Pereira o fundador da cidade que acabou "escorraçado" pelos habitantes e esta forma de ser e estar dos cidadãos é transmitida de geração a geração*. **Y** Aludiu que *o bairro da Peça* fora *o berço da cidade de Benguela com o aparecimento dos "sapalalos". A importância de Benguela advém do conjunto da província fundamentalmente do desenvolvimento socioeconómico e industrial, das cidades do Cubal onde a riqueza era o sisal, a Ganda tinha grandes implantações de eucaliptos que serviam para a construção e produção da fábrica de celulose que constituiu um grande centro de emprego na região, o caminho de ferro de Benguela que atravessava o Luau até a Zâmbia e o Porto do Lobito.*

No que diz respeito à cooperação, para os respondentes **A**, **C**, **F**, **X**, **Z**, **U** a cooperação tem sido um grande recurso para responder a demanda da Universidade*, envolve uma transferência de conhecimentos e componentes de acção prática e laboratorial,* os respondentes **D**, **E**, **H**, **O, U, AY** apesar das instituições não possuírem trabalhadores estrangeiros existe uma forte relação de cooperação com Instituições estrangeiras e nacionais, que operam na província e cumprimento de protocolo de acções com outros

[21] Logística para abastecimento da região sul de Angola

países.

No âmbito do trabalho do respondente **D,** a cooperação estabelece-se com o governo italiano, português, e espanhol, médicos do mundo, que trabalham na formação de líderes comunitários no âmbito do programa de desenvolvimento humano e integrado, e com a ADRA na perspectiva de assistir a mulher rural. A relação de cooperação é feita através do ministério de tutela ou pelo governo provincial, **D** acrescentou que também existem actos de cooperação com outros órgãos institucionais da província, principalmente para o apoio das famílias vítimas de violência.

O respondente **H** assegura que trabalham em parceria com os leigos pertencente a igreja católica, na formação de jovens, e com outras igrejas evangélicas através do movimento internacional cristão em forma voluntária. Os inquiridos **A**, **C**, **E**, **G**, **L**, **M**, **O**, **R**, **X** referem que cooperação garante a mais-valia dos serviços na qualidade e minimizam a falta de quadros que o país tem experienciado, e é necessária inclusive para o intercâmbio de conhecimentos.

No sector pelo que respondem **A** e **Z** a cooperação é efectuada com quadros de nacionalidade cubana, portuguesa e outros quadros nacionais, que não estão filiados à instituição, não existe de momento cooperação com outras universidades do país. Para o respondente **C,** no sector que dirige, a cooperação é desenvolvida com professores portugueses, brasileiros e cubanos no âmbito da formação profissional, contratados através do órgão superior de tutela, quanto a **G,** a cooperação é desenvolvida desde o início com especialistas russos e cubanos, e já estiveram presentes na província de Benguela na área da saúde nos últimos cinco (5) anos coreanos e vietnamitas.

Em termos de tecnologia o governo angolano garante todo o material necessário desde equipamento cirúrgico ao material descartável, proporciona as condições necessárias para a prestação dos serviços e, os especialistas expatriados aplicam apenas o seu *know-how*, assim acontece também no sector do respondente **X** no qual há parceria com instituições brasileiras e portuguesas e uma instituição nacional, diferente do caso dos respondentes **E**, **H**, **J**, **M**, **O, U** onde os parceiros estrangeiros fornecem toda a tecnologia necessária para o desenvolvimento das acções em que são convidados a intervir e, a parte angolana apenas interfere com a política organizacional e os meios humanos.

Quanto ao respondente **L,** grande parte dos trabalhadores deste sector são expatriados. A

tecnologia aplicada pelas empresas por regra é fornecida pelos estrangeiros, a contratação é realizada pelas empresas que necessitam de especialistas através do ministério da Administração Pública e Segurança Social, com a intervenção dos Serviços de Migração e Estrangeiros para a legalização da fixação no país. O sector tem parceria com a cidade do Huambo e do Lubango.

Relativamente ao respondente **E,** as parcerias são estabelecidas com o HCR e a UNICEF nos programas dos centros infantis comunitários, no sector do respondente **M,** a cooperação é realizada com a Alemanha para a implementação da energia renovável, com as organizações da sociedade civil, incluindo a Cruz Vermelha internacional no abastecimento de água junto as populações.

No sector do respondente **J,** a presente categoria desenvolve-se com técnicos de nacionalidade portuguesa, espanhola e outros, no manuseamento do equipamento. Também estabelecem cooperação com outras cidades respectivamente Huambo, Lubango, Moxico onde possuem centros de fornecimento de pescado em contentores e comercializam o seu produto em quase todo o território nacional. A tecnologia é fornecida pelo governo espanhol.

No sector de actuação do respondente **U,** *a contratação de serviços é dinamizada por uma empresa angolana, entretanto os executores da acção são técnicos de nacionalidade portuguesa e estes serviços são remunerados de acordo coma sua especifidade técnica*. Os respondentes **E**, **G**, **H**, **M**, **O, U, AY,** asseguram existir outras parcerias e cooperação em matéria de trabalho com as cidades vizinhas, como é o caso do Huambo, Namibe, Lubango, Sumbe e outras localidades do território nacional.

Para o respondente **F,** a cooperação é bem-vinda uma vez que ajuda na evolução científica do saber e do conhecimento. Para além de estabelecerem a cooperação com trabalhadores expatriados, a fábrica trabalha em parceria com outros países africanos onde também existe indústria cervejeira, e com outras cidades vizinhas incluindo o espaço territorial nacional. Nas regiões onde não haja fábrica do género, instalaram-se redes de comércio e distribuição de venda do produto.

Há acções que se desenvolvem na categoria na parte do sector do **U,** com outras regiões circunvizinhas devido as dificuldades de acesso em determinadas regiões. Para o respondente **AY** o seu sector tem um programa de cooperação com uma congénere

portuguesa que está domiciliada na cidade de Braga – Portugal. Para este respondente a cooperação deve ser desenvolvida nos dois sentidos.

Na visão do respondente **P** a cooperação na província nos últimos cinco anos, após os acordos de paz em 2002, obedeceu a grandes mudanças, o desenvolvimento das forças produtivas afectadas pela guerra entraram em recessão, foi necessário recorrer ao governo de Cuba, Portugal e Espanha para salvaguardar as necessidades e manter funcionável a economia, e formação de quadros com cooperação técnica e *know-how*. Os trabalhadores expatriados são contratados através do Ministério da Administração Pública e Segurança Social para filtragem das especialidades em falta no mercado angolano, a legalização destes funcionários é da competência dos Serviços de Migração e Estrangeiros de Angola.

A cooperação analisada sob o ponto de vista económico, *só é benéfica quando engloba a formação profissional*. No sector do respondente **P,** as parcerias existentes são notórias a nível da Administração Local, desenvolvida através de germinações com cidades portuguesas e espanholas, e gerem os interesses sociais. Ao nível do governo provincial houve cooperação com o Banco Mundial no sector da água e também há em prestações de serviços de consultoria. Não se estabelecem quaisquer parcerias com as outras províncias. Contudo, existem interesses comuns em algumas delas sobretudo entre aquelas onde passa a linha férrea do caminho de ferro de Benguela que são o Huambo, Bié e Moxico. Também se realizam encontros de trabalho com as entidades da Huíla, através de um plano para a protecção do gado que transitam de uma região para outra nas mãos de marginais.

A cooperação incorpora valências necessárias ao desenvolvimento no processo global ao nível do sector do respondente **Q,** apesar de não haver cooperantes, o sector desenvolve parcerias com as cidades do Huambo em troca de experiência e intercâmbio, com a província do Kwanza Sul na recolha de informações, imagens televisivas e assistência técnica.

As sociedades funcionam por redes e quem escolhe Benguela para viver fá-lo na certeza que terá sucesso, aludiu o respondente **V** que o seu sector apenas trabalha em Benguela e Luanda, não tendo parcerias com outras províncias uma vez que a organização ainda não se encontra constituída em tais locais.

Para o respondente **R** a cooperação tem obtido bons resultados até agora com uma grande diversidade de trabalhadores de países de origem diferente e isto funciona bem, os

problemas inerentes nesta acção são derivados pela parte angolana que não define bem por vezes as áreas de intervenção necessárias à contratar. Há um mau aproveitamento dos trabalhadores estrangeiros contratados é uma deficiência própria do período em que saímos da guerra civil. **R** enfatizou que no sector em que está inserido, existe cooperação com as cidades periféricas, há trocas de experiência entre as faculdades a título informal, ao nível formal aguarda-se a conclusão da estruturação jurídica da universidade. O sector mantém cooperação com a República de Cuba.

O respondente **T,** avalia a categoria em três fases diferentes, aludindo que a primeira fase foi valiosa em tempo de guerra, e ajudou muito a conseguir-se a paz, a segunda fase poderia ser melhor aproveitada não fosse algumas questões políticas que interferiram no acto, e a última fase do seu ponto de vista foi o regresso de muitos cidadãos jovens nacionais encaminhados para estudar no exterior e vieram contribuir com o seu saber em várias áreas como a educação, saúde, etc.

Relativamente a cooperação com outras cidades no seu nível e no sector que pertence o respondente **T** adianta que sempre existiu muita parceria sobretudo com a região de Kakonda (Huíla).

A cooperação para o respondente **Y,** não trouxe nem traz benefícios se não existirem actividades industriais a serem criadas e geridas por angolanos. Daí a necessidade em apostar-se na formação de quadros técnicos.

Ao procurar caracterizar os cooperantes, os respondentes **A**, **C**, **E**, **O, U, X** os cooperantes trazem consigo para além da teoria, a prática laboratorial, transferem o seu conhecimento e, neste momento não se pode abdicar deles, no futuro terá de ser uma troca recíproca mais bilateral. Para o respondente **M,** é preciso que a parte angolana defina "bem" a estratégia que pretende de modos a facilitar a acção dos cooperantes **D. O**s cooperantes estão predispostos a transmitir a sua experiência e saber para a melhoria das comunidades.

O respondente **G** assegura que *nem todos os cooperantes recebidos são tecnicamente o que por vezes a documentação comprova*, *uns poucos depois de filtrados são devolvidos as instituições através das quais são recrutados*. *Os cubanos são recrutados através da Antex pelo Ministério da Saúde de Angola, e os Russos salvo excepções, de acordo com as necessidades faz-se recrutamento directo, pela empresa Enexport*. *No grupo de especialistas recrutados existem endocrinologistas, cardiologistas, neurologistas, e*

especialistas em micro cirurgia para além de outras especialidades de clínica geral. O trabalho dos cooperantes permitiu reduzir a mortalidade infantil.

Em relação a esta categoria o respondente **J** caracteriza os cooperantes portugueses como os melhores na execução e transmissão das técnicas.

O sector do respondente **N** tem quatro cooperantes que trabalham especificamente na parte técnica.

Quanto ao respondente **R** este define a acção dos cooperantes como boa, se existem problemas derivam da má preparação da parte de quem os recebe.

Os cooperantes têm contribuído muito para o desenvolvimento da província, respondente **P**.

Quanto ao estado da cidadania, os respondentes **A** e **U** ressaltam que a edificação da Universidade visa contribuir para uma melhor cidadania no âmbito das políticas públicas, na área científica e académica, porquanto há uma interferência natural entre o meio social e a Universidade e vice-versa. **A** e **U,** rejeitam a existência de uma cidadania africana, tendo em conta que cidadania e identidade sejam conceitos diferentes. **U** e **X** aludem que a existir ela seria uma excentricidade, demonstram que a África vive de uma mixegenização de vários grupos e, quando os cidadãos querem chegar ao poder evocam princípios ocidentais, na hora da rotatividade exclamam preceitos africanos segundo os quais o poder não se transmite enquanto o rei estiver vivo.

A configuração arquitectónica das cidades de Benguela pode propiciar uma melhor cidadania, na visão do respondente **B**, com o aperfeiçoamento dos serviços da justiça, o direito só pode ser exercido se as leis tratarem do reconhecimento dos contribuintes. Para os respondentes **D**, **E**, **G** e **H** a cidadania ainda necessita de muito trabalho, **D** acrescenta que embora já se tenham dado passos significativos e cumprir-se com a orientação da SADC de admitir 30% de mulheres no parlamento, o incremento do associativismo é um dos factores que visa o aperfeiçoamento da cidadania, o combate a pobreza que está a ser implementado pelo governo, os programas de alfabetização reiniciados e a atribuição dos créditos, trabalham de forma a atrair a população no dever cívico e cumprimento da lei fazendo actividades onde existe grande aglomerado populacional.

O respondente **F** analisa a cidadania africana como um símbolo que caracteriza os angolanos, *os que foram colonizados pela França não existe cidadania africana.*

Na óptica do respondente **G,** a melhoria contínua dos serviços de assistência médica e medicamentosa e aproximar os cuidados primários da saúde junto aos cidadãos garantem as condições de uma melhor cidadania. Para o respondente **J,** a cidadania implica participação na vida pública e dissertar sobre a cidadania africana se torna complexo, uma vez que a África tem costumes próprios, ao que a respondente **L** vaticina que a cidadania africana é algo que os angolanos não possuem.

Para a cidadania africana o respondente **G,** tem uma opinião divergente dos inquiridos **C**, **H**, **N**, **Z** que asseguram que esta já existe, e que este testemunho é transmitido de geração a geração nos seus hábitos e defesa do comportamento do seu grupo etnolinguístico, revela que ainda há um longo caminho a percorrer para a afirmação da cidadania, porquanto a fome, a pobreza, o analfabetismo detêm os africanos como prisioneiros dos seus antigos colonizadores.

Quanto aos respondentes **AY**, **O**, **U** estes são cépticos em abordar a cidadania ligando a cidade, enfatizando que hoje as cidades, referindo-se ao caso angolano, tem um grande número de cidadãos provenientes da área rural, e o poder político não consegue adequar a vida da cidade aos actuais moradores, acrescentam ainda que as cidades não têm água nem energia elétrica e grande parte das habitações são precárias.

Na visão do respondente **R** o papel da cidade é o de ser um centro dos acontecimentos onde estão as estruturas do poder, o papel do sujeito é mais visível. A cidade tem um papel de extrema importância. A cidade não é homogénea, no contexto africano as cidades se restruturaram de forma muito rápida através de um êxodo rural. *Algumas delas a guerra contribuiu para juntar pessoas. Dentro das cidades há aldeias, podemos encontrar gente com comportamentos citadinos, com a globalização, é normal acontecer, as redes e cidades situam-se na linha da globalização. Todas as tentativas efectuadas para planear a cidade de forma harmoniosa não resultaram, os planos nem sempre são cumpridos tendo em conta a complexidade humana. A inquietação segundo o qual a cidade está a perder a sua característica inicial é difícil de se averiguar de forma científica, pois ela sempre foi uma coisa fluída tanto é que as datas de fundação são irreais, por isso não se pode olhar para elas e dizer que as cidades actuais não são iguais as anteriores, é preciso ter em conta que há uma dinâmica sociológica e antropológica e as cidades vão se moldando. As cidades angolanas são cidades coloniais, foram crescendo do centro para a periferia. As cidades*

funcionam como centro de política, são monoextrovertidas, têm monoculturas do saber ocidental, têm características das ciências modernas, é heterogénea e multicultural. Quando se fala de cidadania fala-se em cidade (cidadania pensamos sociedade civil a sua organização), contudo, ela só pode exercer quando a questão sujeito está resolvida, há cidades que o individuo como entidade autónoma ainda não existe, referindo-se á cidadania africana o respondente **R**, ao abordar esta categoria adianta ser *necessário situarmos o debate na monocultura da cultura ocidental (a sobrevalorização da ciência moderna por todas outras culturas). Adiantar que haja apenas uma cidadania, a cidadania universal isso será egocentrismo, sobrevalorizar as lógicas ocidentais.*

*A cidadania em África tem de ser vista numa perspectiva dinâmica, numa perspectiva diferente. Há cidadanias diferentes e existem tantas cidadanias diferentes quantas nós emitirmos, uma vez que não existe apenas uma só maneira de viver na sociedade, para o respondente **R** a África é vista como o receptor precoce dos conteúdos culturais vindos do ocidente.*

O respondente **V** afirma que o cidadão é um indivíduo que pode contribuir para a cidade, se a cidadania é a arte de viver e participar na coisa pública, qualquer acção materializada na cidade apupa a cidadania, *ela constitui o denominador comum que fará com que as pessoas tenham confiança nas instituições. Para este entrevistado a cidadania Africana não existe, porque a cidade tal como é concebida é uma inspiração europeia, chegou a África mais tarde.*

Os cidadãos de Benguela sempre defenderam e exigiram os seus direitos desde a época em que esta era colónia de Portugal afirma o respondente **X**. *A cidadania é exercida de modo diferente nas cidades do interior (Cubal e Ganda) em relação à Benguela e Lobito onde os cidadãos se situam mais próximo dos decisores políticos e as infraestruturas socioeconómicas são diferentes.*

Para abordar esta categoria o respondente **P,** começou por tecer considerações sobre a cidade a característica que ela encetava na época colonial, porquanto *possuía duas ou três formas diferentes, no centro residiam os colonos, na área de transição os assimilados e na periferia os indígenas. A cidade hoje é multirracial e multicultural sem distinção. A guerra afectou a cidade provocando o êxodo rural, os camponeses deixaram de fazer o cultivo da terra e trouxeram novos hábitos criando a desurbanização.*

A cidadania tem a ver com as condições que os cidadãos têm, o seu nível cultural, a forma de interpretar a lei. O posicionamento que cada um tem e que lhe leva a participar na vida política e social. Relativamente a cidadania africana, referiu que os valores culturais, cívicos e éticos são iguais em todo o mundo, existem aspectos culturais positivos e negativos, exemplificando a *tribo que quando o noivo pede a mão da noiva para provar a sua capacidade em sustentar a futura esposa tem de roubar cabeças de gado, concluiu o respondente* **P**.

O respondente **Q** assegura que sendo a cidadania uma acção e um conjunto de exercícios que despertam num dado momento da nossa vida e vai evoluindo, segundo uma acção dinâmica, a capacidade de aumentar os nossos actos no cumprimento do dever, na forma positiva e o contínuo exercício do meio que nos envolve. Relativamente *a cidadania africana assegura que ela existe se tivermos em conta o contexto africano tendo em conta a endosiocrisia própria africana. O país tem assistido a comportamentos aberrantes da parte dos jovens, fruto dos anos de guerra civil, não houve ambiente suficiente para transferência de valores morais e cívicos, causando uma desestruturação da família, estabelecida a paz há um conjunto de factores para que os valores voltam a ser recuperados, e nesta batalha a sociedade civil e a família são chamados a recuperar este desiderato no seio da cidadania.*

A cidade é feita pelas pessoas, cabe aos gestores públicos proporcionarem condições para que os cidadãos se sintam melhor e cumpram com o seu dever. Em Benguela as pessoas sempre tiveram boas acções, são mais tolerantes, sempre houve estrangeiros especialmente portugueses, é uma cidade marcada por cidadãos cultos e no aspecto religioso está na frente na consagração em tempo de guerra de três (3) bispos e trezentos (300) padres.

Por inerência das funções que exerce e exerceu o respondente **T,** adianta que *a criatura humana é universal, entretanto existem diferenças nos aspectos concretos de cada região, grupo e aí se posiciona a cidadania africana*.

Sobre esta categoria o respondente **Y** analisou aspectos que se associam a ela como a existência *dos kuribekas*, uma franja da sociedade que dita até certo ponto algum comportamento dos cidadãos, a desurbanização vigente fruto da guerra civil que assolou o país por mais de duas décadas, cresceu a periferia numa maior proporção que a área urbana, suscitando possivelmente uma requalificação da cidade. *A falta de água potável e energia elétrica é um dos males que enfermam a sociedade e põe os cidadãos em conflito*

consigo próprios e cria antipatia com os gestores públicos. **Y** *acredita que a cidadania africana existe e que os angolanos são o exemplo dela ao demonstrar a capacidade de reerguer-se da guerra, apelando a necessidade dos cidadãos nacionais apostarem mais na formação académica e terem orgulho em ser-se africano seguindo a postura de Nelson Mandela que por mérito próprio conquistou o mundo.*

Sobre os efeitos da descentralização das políticas públicas, os respondente**s A**, **AY** afirmam que esta categoria facilitou o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto e a Instituição que dirige é fruto disto. Propicia o desenvolvimento da região e do Kwanza Sul não só na formação de quadros de qualidade para responderem as necessidades nacionais, mas também para a respostas internacionais em que o país seja chamado.

A descentralização das políticas públicas facilita que os serviços de utilização dos utentes estejam mais próximos, criaram o espírito de empreendedorismo, reduziram a burocracia no tratamento dos documentos na área da justiça, com os serviços das autarquias organizadas facilitarão também a participação política dos cidadãos no seu dever e exercício de cidadania, respondentes **B**, **D**, **F**, **X**, **AY**.

Para o respondente **E,** virá facilitar a assistência dos cidadãos carenciados mais próximos da sua localidade e para o **G** e **M,** o efeito da descentralização fará com que se possa melhorar também algumas áreas do interior da província, e isto pode evitar que os técnicos de saúde e não só abandonem as áreas com pouco desenvolvimento em infraestruturas, sociais e económicas, dando mais qualidade aos serviços.

A nível dos serviços do respondente **L**, **O, U** esta política não está prevista, toda a programação ainda é feita a nível nacional o que dificulta a cidadania, **U** acrescenta que *enquanto a planificação dos programas forem feitos no nível nacional, a sua implementação só será possível quando houver recursos disponíveis.*

Esta categoria é um facto *não só na extensão do ensino geral, mas também na expansão da formação profissional na óptica* do respondente **C** para além de *desconcentrar os serviços limita a área de acção posicionando mais próximo do cidadão os serviços académicos, os serviços públicos tem maior possibilidade de resolver os problemas dos habitantes, mais próximos do centro das decisões do poder, melhora as condições de exercício da cidadania*.

Quanto ao respondente **F,** esta atitude do governo central facilitará o desenvolvimento da

província, a criação da Universidade vai permitir formar mais jovens.

Para os respondentes **J** e **P** esta categoria é implementada no licenciamento de embarcações artesanais de captura de pescado, renovação de licenças que anteriormente dependiam do governo central. *A criação de centros de formação profissional para quadros do sector passou a ser uma responsabilidade local. A estratégia do governo central quanto ao sector do respondente **J** está em concentrar na Baía Farta toda a indústria pesqueira e na cidade de Benguela reservar-se-á a pesca artesanal*.

Ao tecer considerações sobre esta categoria o respondente **N,** demonstrou como ela ajudará a reduzir alguma dependência dos municípios em relação a província, e mais fácil será traçar os planos para o desenvolvimento local.

O respondente **P,** ao abordar a presente categoria elucidou que o governo central tem vindo a descentralizar o processo de decisões do orçamento e todo o serviço de gestão a nível dos municípios.

Para esta categoria ensaiou-se os centros de produção radiofónica nos municípios e já funcionam no Cubal e na Ganda, em rádios comunitárias e espera-se espalhar está acção por mais espaços geográficos, respondente **Q** em relação ao sinal de televisão, estão a construir nos municípios pequenas unidades que funcionarão como centro de recolha de informações, devido a escassez de recursos financeiros e humanos. A criação da Universidade em Benguela foi uma resposta institucional á necessidade de formação de quadros superiores, a província ganhou com esta categoria um censor para auxiliar o poder público a formar gente para o desenvolvimento local.

A descentralização da Universidade constitui parte da descentralização da política, *com o fim da guerra implicitamente teria de acontecer assim sendo é um acto normal, o surgimento de novas Universidades para atenderem ao desenvolvimento económico-social da região em que ela se insere, porquanto esta instituição não faz apenas formação académica, também presta serviços. A descentralização ajuda a promover a cidadania, cidadãos bem formados ajudam e contribuem melhor para o exercício da cidadania*.

Para o respondente **V,** *o grande passo para gerir a vida dos cidadãos será a instituição das autarquias, é necessário que o Estado tenha mais confiança nos agentes económicos e estes por sua vez mais confiança no Estado, o* sector que dirige *vive pendurado ao Atlântico (Benguela e Luanda). sugere que o sucesso desta categoria passe pela criação de*

incentivos na conquista das cidades do leste e do interior de Benguela - Cubal e Ganda.
No seu ponto de vista o respondente **Y**, apesar da categoria presente trazer uma mais-valia, *como a criação da Universidade uma vez que desde a época colonial a província não tinha um centro de formação superior, provocando que os seus cidadãos fossem para outras cidades formarem-se e nem sempre regressavam, isso fortalecerá a província e a expressão de cidadania será melhor transmitida*. Entretanto, acredita na necessidade de *alguma prudência, não correr demais na aplicação de algumas políticas para evitar que o poder fique fragilizado.*

5.2.1. - Síntese do Estudo Exploratório em Benguela

Para os responsáveis e outros agentes da sociedade civil, o estatuto de Benguela como centralidade política e económica foi adquirida pelos feitos dos seus cidadãos, o empenho de todos que durante séculos construíram pedra sobre pedra a província com as quatro cidades que tem, incluindo a Vila da Catumbela uma das localidades urbanas económica mais antigas do país, eis esta uma das razões também pela qual Benguela tem o título de "mãe das cidades". Os entrevistados reconhecem que depois da cidade de Luanda, Benguela destaca-se pela importância das infraestruturas que tem há mais de um século, tais como: o Porto do Lobito e o caminho de ferro de Benguela, o novo aeroporto internacional na Catumbela, assim como outras indústrias funcionais como a nova refinaria de petróleo, a fábrica de cimento, a fauna marítima, na opinião dos entrevistados **A, B, C, D, G, H, J, L, M, N, P, Q, S, T e AY**. Associada a uma elite política e cultural que sempre levou o nome da província para além das fronteiras do país como Lúcio Lara, Alda Lara, David Mestre e outros anónimos, o primeiro eminente nacionalista forjado na luta contra o colonialismo português, e os restantes mestres da arte de letras em Angola.

Para o respondente **J,** a província serve uma boa porção da região Sul do país em termos sanitários (assistência médica e formação), enquanto o respondente **H** enaltece a sua localização geográfica aquando da guerra civil que se viveu no país, serviu de centralidade na resposta as investidas militares. Poucos foram os respondentes que vaticinaram que Benguela com a edificação das novas infraestruturas técnicas e a extruturação das vias de comunicação

que permitiram ligar todo o país elevar-lhe-ão a 1ª centralidade política e económica **O e S**, apesar do respondente **N** reconhecer que ela exercera este papel na época dos descobrimentos, tendo **L,** adiantado ela constitui o 2º parque industrial de Angola.

A cooperação fora analisada como uma mais-valia para colmatar o abandono dos então quadros seniores das empresas principalmente industriais, como no CFB, no Porto do Lobito, na fábrica de celulose do Alto Catumbela e, em outras fábricas de conserva e da indústria têxtil que existiam na província e mais recentemente da Universidade local, na opinião dos repondentes **A**, **C**, **F**, **X**, **Z** e **U**. Os respondentes **D**, **E**, **H**, **O**, **U**, **AY** existe uma forte relação de cooperação com as Instituições estrangeiras e nacionais que facilita o intercâmbio de conhecimentos. Em alguns casos neste acto de parceria os meios técnicos são fornecidos pela entidade estrangeira, **T**. Contudo os respondentes **D**, **M** e **R** aludiram que o mau aproveitamento da cooperação deveu-se a incapacidade da parte angolana na definição correta das linhas onde eles deviam interferir, **AY** este acto deve ser desenvolvido nos dois sentidos, e só é benéfica no ponto de vista económico quando acompanhada de um pacote de formação profissional, **P**.

Ao caracterizar os cooperantes os respondentes **N**, **R**, **P** traçaram no seu perfil a predisposição de alguns que ajudaram até onde foi possível a manter funcionável a economia da província, e muito fizeram na área da saúde e da educação, contudo o recrudescimento da guerra civil não permitiu que fosse possível aos cooperantes trabalharem mais. Os interlocutores **A**, **C**, **E**, **O**, **U** e X asseguraram que estes trabalhadores expatriados trouxeram consigo o seu know how, a prática laboratorial e a pré disposição para ajudar. Entretanto, nem todos os cooperantes são bons técnicos segundo o respondente **G**, os portugueses foram avaliados pelo respondente **J** com a melhor qualidade profissional.

Relativamente a questão da cidadania, os cidadãos locais vangloriam-se que a cidadania sempre fora um exercício importante do seu dia-a-dia no cumprimento dos seus deveres e na reivindicação dos direitos que a lei os confere segundo P, X, Y, AY, embora de forma diferente em cada uma das suas cidades, de acordo com as suas infraestruturas, o seu nível de desenvolvimento e a sua forma de interpretação dos seus direitos e deveres. A existência ou não de uma cidadania africana encontrou opiniões bifurcadas, alguns por não dominarem devidamente o significado do conceito, outros porque se cingiram às mudanças do mundo e perspectivando a mudança dos paradigmas da cidadania no seu universo de análise

segundo o ponto de vista dos respondentes **AY**, **O**, **U** e **R,** chamam a atenção no facto das cidades africanas estarem a ser restruturadas pelo êxodo rural, alertam a inércia do poder político face as dificuldades básicas dos cidadãos como o abastecimento de água potável, o saneamento básico, energia eléctrica e o melhoramento das habitações. Para os respondentes **V** e **R,** a existência ou não da cidadania africana deve ser analisada na definição da monocultura ocidental e refutam a ideia segundo a qual a o conceito de cidadania seja universal apesar da sua origem ser europeia, ela deve ser vista numa perspectiva dinâmica.

Como exemplo para o respondente **B** em África quase não existem instrumentos jurídicos que protejem o cidadão, a afirmação da cidadania local passa pelo incremento do trabalho social, no combate a pobreza, ao analfabetismo. Entretanto outros interlocutores como os respondentes **C**, **H**, **N**, **Z** para além de defenderem a sua existência asseguram que este sentimento é transmitido de geração à geração para a sua defesa e preservação.

Os respondentes **A**, **L**, **U**, **V** e **X** a mixegenização dos vários grupos raciais e étnicos não só em Angola como no resto de África demonstra a não existência de uma cidadania africana, embora se denota algumas manifestações de oportunistas da parte de certos políticos africanos na hora do pleito eleitoral evocando preceitos ocidentais para a ascensão ao poder, e para o fim dos mandatos do qual foram eleitos propagam teorias africanas segundo as quais "*o poder não se transmite enquanto o rei está vivo". Para os respondentes* **Q**, **T, Y** e **F** a cidadania africana em Angola existe com as características próprias.

Com a descentralização das políticas públicas os respondentes **A**, **AY** defenderam que o governo central propiciou o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto, criando a Universidade Katiavala Bwila, deu um balão de oxigénio no desenvolvimento das províncias de Benguela e do Kwanza Sul, levou alguns dos serviços públicos mais próximos dos utentes porquanto facilita o emprendedorismo com a redução da burocracia ora existente. Para os respondentes **A**, **B**, **C**, **D**, **E**, **F**, **J**, **N**, **P**, **X** e **AY** este foi um passo para a participação dos cidadãos no exercício da cidadania, consideram ser uma luz no fundo do túnel para a implementação das autarquias.

Entretanto as mudanças que vão ocorrendo no país, na visão dos respondentes **G**, **M** a descentralização das políticas públicas, visam facilitar a alocação dos recursos, minimizar as dificuldades na assistência médica e social a nível das localidades do interior da província, e

melhorar o encaminhamento dos quadros especializados oferecendo-lhes as melhores condições de trabalho. Todos os entrevistados foram unânimes que neste acto o mais importante foi o surgimento da Universidade Katiavala Bwila, que veio conferir a província um espaço de conhecimento científico a muito necessitada. Contudo, os interlocutores **L**, **O** e **U,** o governo não efectuou nenhuma descentralização mas sim uma desconcentração que embora vantajosa ainda não é exequível em todos os sectores da vida sócio económica principalmente nas suas áreas de acção, porquanto a planificação dos programas das suas Instituições continuarão a ser feitas a nível central por um lado, por outro lado os recursos que a entidade central disponibilizou para as unidades orçamentais são escassos para as necessidades da província. Neste contexto os respondentes **V** e **Y** alertam que para além das vantagens que a descentralização possa trazer para a província, é preciso que o governo central tenha alguma prudência nesta temática para evitar que o poder fique fragilizado.

CAPÍTULO VI – CIDADES ANGOLANAS E RELAÇÃO COM A COOPERAÇÃO

Há mais de duas décadas que as cidades estão presentes nos *dossiers* das Organizações internacionais quer pela sua caracterização demográfica, quer pelos fluxos económicos, culturais e sociais que a elas afluem, e sobretudo por serem palco dos principais desafios da globalização. Estruturaram-se redes interdependentes e hierarquias entre cidades grandes, médias e pequenas. Com o aperfeiçoamento das tecnologias assegura-se a interação do intercâmbio do conhecimento para uma cooperação saudável na área da urbanização.

Numa análise sobre a cooperação em África no seu todo Bu Ytre (Milando, 2005)**,** estabelece paradigmas sobre as balizas pré estabelecidas para o efeito, apelando ser fundamental que se compreenda as mutações que estão a ocorrer nas sociedades africanas. Abre algumas excepções, assegurando que para que a maioria possa ser constituída por países desenvolvidos é necessário que a elite do poder participe independentemente do seu contributo no processo de produção deste desenvolvimento. Sem refutar a opinião atrás citada necessitamos saber *a priori* o que este filósofo chama de desenvolvimento e desenvolvimento induzido, quando é evidente não só pelos documentos, filmes e constatações que a maior parte dos países subsarianos se debatem com o flagelo da escassez. Esta debilidade pode não atingir

os recursos minerais, que a maioria dos afectados tem, mas não dominam a tecnologia, o analfabetismo, disseminação de doenças básicas e endémicas que reduzem à vitalidade da população economicamente activa, o elevado número de mortalidade infantil, a falta de salubridade e os tantos inúmeros flagelos que o continente vive.

Afirmar que é incerto que a cooperação traga desenvolvimento como refere Bu Ytre no trabalho de Milando (2005), seria ser tendencioso e corroborar com outros estudiosos que elaboram *drafts* de causas negativas sobre as cidades africanas, omitindo o que de valioso há, não seria de todo um bom exercício académico, porquanto aceitamos que a produção científica desta temática em África ainda é complexa no conjunto de «complexos» existentes que impedem a criação de interface capazes de mobilizarem recursos externos para o desenvolvimento. É notório que as elites locais do poder criaram organizações e sistemas de desenvolvimento induzido através da estratégia de cooperação Sul-Sul para embelezar o insucesso do seu método complexado de actuar, da imputabilidade jurídica na má gestão encoberta nos vários interesses políticos e económicos.

Referir que a cooperação para a África a União Europeia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional diferem na sua forma de investimento, insinuando que as quatro décadas de acções destas instituições financeiras internacionais se resumem num fracasso para os beneficiários (Milando, 2005, p. 29). Esta análise é utópica quando o próprio articulista não focaliza o campo de análise. Por todo o pressuposto apontado, é ainda mais incorreto retratar a África como o símbolo da pobreza, da miséria e calamidades. O continente negro passou a ser muito mais do que isso, porque sempre foi uma região de futuro, rica em matérias-primas, com vastos recursos naturais e uma população jovem.

A questão do desenvolvimento ou não depende do foco da análise, porquanto esta África que os académicos, investigadores retratam começou antes de aparecer a Universidade. A região que se quer dar a conhecer é a do pós conferência de Berlim, concomitantemente é necessário explanar que ela existe antes dos exploradores europeus irromperem-se pelo Sertão, antes da colonização. Milando (2005) sugere que o insucesso e o inconveniente na cooperação se deve aos elevados gastos em que se incorrem na fase de peritagem, nas concessões técnicas, nos mecanismos de mobilidade do pessoal afecto para materializar os projectos.

Ao juntar sinergias, Poder Político e Sociedade Civil - organizações não-governamentais, e actores internacionais, cria-se uma rede de desenvolvimento que Milando

(2005, p. 55) chama de Operadores de desenvolvimento, que operam os seus projectos utilizando na maior parte dos casos os "financiamentos da cooperação internacional". Os operadores do desenvolvimento estão divididos em três grupos: os teóricos do desenvolvimento - neste grupo enquadram-se os cientistas, investigadores universitários que pela natureza do seu trabalho teorizam os processos de mudança social para os países cujos desenvolvimentos necessita da sua prestação, idealizam e estruturam abordagens transversais, estabelecem parâmetros de desenvolvimento multidisciplinar, geralmente são grupos constituídos por universitários que programam como enfoque principal da sua acção; o processo de crescimento económico e de mudança social, procurando enquadra-lo no *slogan* «pensar global e agir localmente» para a diversificação dos Estados-nação; efectuar estudos sobre as ligações existentes entre processos sociais dos subsistemas dependentes e os subsistemas dos grupos dominantes.

Os teóricos operacionais do desenvolvimento, formado por funcionários públicos, e outros pertencentes a agências nacionais e internacionais, participantes activos desta acção, preparam e executam as políticas e projectos de desenvolvimento. E os, operacionais ou práticos do desenvolvimento, aqui encontram-se os *experts* que trabalham para o impacto dos programas junto dos grupos sociais, parceiros do Estado, colaboram e realizam funções que interferem no desenvolvimento, numa acção de cooperação para propiciar e dar impulso ao bem-estar da sociedade. O acto de cooperação compreende o conjunto de acções de parceria quer pública como privada de uma nação com outra ou uma cidade com outra cidade, inclusive por grupos ou instituições que trabalham de forma convergente para o mesmo âmbito ou não.

Milando ao sugerir que o desenvolvimento pressupõe uma lógica de determinação de causalidades entre acções planeadas e os resultados esperados, e se nos focalizar-mos nesta ideia, verificamos que este autor vaticina a necessidade em adequar-se o tal desenvolvimento as sociedades africanas pela complexidade dos problemas e características próprias do continente. Se o desenvolvimento é feito pelo conjunto de "estruturas dissipativas" (Milando, 2005)**,** que requerem a mobilização de recursos externos com essência "autopoiéticos", seguramente para o caso de Luanda a cooperação trouxe desenvolvimento, uma vez que *a priori* foram estabelecidas as necessidades, constituíram-se os grupos alvos e se vem atingindo os objectivos.

6.1. - Cidades e Cooperação Internacional

O crescimento de 7,2% das economias em desenvolvimento mostra como os problemas políticos internos de países outrora adormecidos pelas guerras, golpes de Estado e terrorismo já não conseguem imobilizar o mercado. As economias em desenvolvimento, sobretudo as asiáticas, passaram a produzir mais de 50% do output mundial. E é bom recordar que a emergência asiática é um regresso ao passado, até ao século XIX, a Índia e a China detinham as maiores economias mundiais.

Zacarias (2008, p. 26) adianta que o boom económico emergente já tinha acontecido na passagem do século nas décadas de 1890 e de 1900, tendo-se depois verificado um outro *boom* no pós guerra, na década de 1950 e no início da década de 1960, onde embora tenha havido uma turbulência política se registou um grande crescimento económico. A semelhança do pós-guerra no século XX, e a actualidade não reside apenas no *boom* económico mas sim no surgimento de novos países grandes a entrarem para a economia mundial transformando-a.

Grande parte dos países como o Brasil e Argentina conseguiram estancar a inflacção, adoptando uma disciplina monetária e fiscal. O crescimento global já faz parte da história do século XXI e, os aumentos de liquidez, as crescentes quantidades de dinheiro movem-se por todo o mundo onde o crédito é barato e os activos caros. Entretanto as novas tecnologias tornaram o mundo mais ligado entre si com a expansão das comunicações. O mundo tornou-se plano como refere Friedman (Zacarias, 2008, p.32). Em 1990 os capitais tornaram-se móveis. Hoje deparamo-nos com a mobilidade dos empregos uma vez que as grandes empresas industriais se deslocaram da Europa ocidental para o leste e para a Ásia. A gestão das empresas com a modernização das tecnologias já é feita a distância, o que permite que países como a Turquia e o Brasil considerados em desenvolvimento sejam hoje países bem geridos.

Os mercados emergentes como a China, Índia, Brasil, Rússia e México estão com uma produção superior à do G7 "grupo constituído pelos sete países que dominaram os assuntos globais durante séculos" (Zacarias, 2008 p.33). A China e a Índia são vistas como duas máquinas globais de deflação pelo baixo custo da sua mão-de-obra, tornam o preço final dos produtos - bens e serviços, mais baixos do que os preços praticados no ocidente.

O petróleo, que deu origem as últimas instabilidades político-militares, em que países como o Irão, no Médio Oriente, a Venezuela, na América Latina e, a Rússia, na Eurásia, assentavam as suas economias deixou de produzir os altos rendimentos de outrora.

Segundo a *Goldman Sachs*, verifica-se hoje uma alteração no equilíbrio de poderes, em meados deste século, apenas os EUA e o Japão continuarão a pertencer ao grupo das sete maiores economias, a Índia será a terceira maior economia do mundo, atrás dos EUA e da China.

A cooperação internacional em Angola teve o seu início em meados dos anos 70, num período conturbado da conjuntura internacional e, a correlação de forças quer externas como internas quase nada contribuíam para a afirmação da nova República surgida no âmbito da determinação política e económica no mundo.

Do conjunto de passos dados nos acordos de cooperação firmados com os diferentes países por razões de política internacional, num período em que dominavam as «Teorias da Globalização», voltadas para a livre circulação dos capitais financeiros e aperfeiçoamento dos meios de comunicação global graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação. Os políticos apelam a prudência e á necessidade de austeridade das finanças públicas em pleno século XXI, enquanto vemos, em algumas zonas do globo, o poder político ser desafiado em praça pública por consequência da redução do espaço "Estado-nação" derivado de medidas incorretas na gestão dos sofisticados fluxos de serviços financeiros e económicos (Conde, 2009, p. 25). Os laços internacionais estreitaram-se e os mercados evoluíram com sistemas de produção e transações económicas mais flexíveis. A crescente interdependência da economia mundial e as políticas agora adoptadas nas questões do desenvolvimento e ajuda, focalizam-se no sentido do controlo e da transparência dos actos. Alinharam novos desafios para o bem-estar, económico e social dos cidadãos a nível de todo o mundo por onde a cooperação internacional tem incidência para a racionalização dos "Bens Públicos Globais."

As ajudas ao desenvolvimento passaram a ser feitas tendo em conta os interesses nacionais e a geoestratégia, permitindo ter sob o controlo as situações anómalas, embora exista o temor que isto venha a aumentar a pobreza. Na perspectiva de criar medidas de segurança quanto aos efeitos contrários das acções e estimular a política de cooperação Conde (2009), propõe o seguinte: que as ajudas concedidas sejam priorizadas nos sectores da educação e infraestruturas básicas; os apoios a serem prestados sejam para além dos

objectivos do Milénio; apela a melhor coordenação na aplicação dos fundos e uma harmonização nos processos.

Em clima de paz a República de Angola iniciou um programa de reformas económicas e sociais para relançar a economia desenvolvendo a agricultura, a indústria, a construção civil, recuperação das estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias e, outras áreas administrativas importantes na gestão dos fundos recebidos da cooperação internacional sino-angolana e o seu direccionamento. Foi criada a Associação Nacional do Investimento Privado seguido da elaboração da lei nº 17/03 sobre os incentivos fiscais ao Investimento Privado que dividiu o pais em três zonas de desenvolvimento A, B e C, que compreendiam o litoral, o interior médio e o interior profundo como o Huambo, Bié, Lundas e Moxico atribuindo como estimulo ao empreendedorismo nestas zonas a isenção do pagamento de imposto industrial em períodos de 8, 12 e 15 anos respectivamente, numa taxa normal de 35% (Conde, 2009, p. 76), com condições fiscais vantajosas diferentes umas das outras.

Foram revistos e acelerados os métodos de criação de empresas e negócios para massificar a actividade empresarial do país, tendo ainda encetado esforços na desminagem das áreas cultiváveis e outras para a mobilidade das pessoas e dos meios.

Perante a escassez de recursos financeiros, o governo intensificou a cooperação económica com os EUA, com base no petróleo e bens de consumo, com a Noruega na área da saúde, água e desminagem e com o Reino Unido onde a cooperação se constituiu também para a desminagem e no combate á pobreza. Inúmeros países como Portugal, Suécia, Espanha, França, Holanda e Suíça emprestaram o seu contributo na assistência ao desenvolvimento ao que Conde acrescenta a Índia e o Japão na área dos transportes ferroviários e portuários respectivamente (Conde, 2009, p. 76).

É de referir ainda, que de entre todos os programas para a recuperação económica, o mais importante foi o "Anel Estratégico de Transportes" que a partida dependeria do financiamento de doadores ocidentais, uma vez que fracassaram as negociações entre o FMI e o governo, surgiu então a hipótese do investimento chinês, sem imposição de condições políticas e sem questionar os assuntos internos de Angola. Simultaneamente o governo angolano continuava as suas negociações com outros financiadores através do Banco Mundial.

Nos programas de estabilização macro económica com o FMI, no desenvolvimento rural, no aperfeiçoamento dos serviços públicos, formação e adequação dos recursos humanos

e, recuperação das actividades agrícolas, alargamento da acção educacional, das pescas e na assistência hospitalar com o Banco Africano de Desenvolvimento. Outro parceiro interessante foi o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para o cumprimento dos objectivos do Milénio esteve envolvido nas reformas, privatização, descentralização da Administração Pública e materialização do processo eleitoral (Conde 2009, p. 77), o PAM na reconstrução das pontes, com a União Europeia para além da reconstrução urgente envolveu-se na ajuda alimentar, na saúde, e na educação, tendo o programa de erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável recebido financiamentos pelo Banco Sul- Africano de Desenvolvimento e do NEPAD.

Esta nova fase de cooperação entre o governo de Angola e os parceiros atrás referenciados abrangia o país de Cabinda ao Cunene tendo sido fraccionadas em "185 intervenções" a aplicação das verbas por duas fases, I e II (Conde 2009, p. 76-78). Entretanto, é de ressaltar a reabilitação do Caminho de Ferro de Benguela e do Porto do Lobito, sendo o primeiro que mais beneficiou com o empréstimo de dois milhões de dólares da cooperação chinesa financiado pela EximBank, numa visão política e económica para fazer frente "aos portos concorrentes da Costa Oriental" e entrar na competitividade internacional (Conde 2009, p. 2-13).

A importância económica dos transportes e das vias de comunicação para a rentabilização da economia e afirmação política dos países africanos é tida como um dos paradigmas para vencer a pobreza. Outros sectores como a saúde, a educação, a segurança interna, a agricultura e as infraestruturas dependem do investimento a fazer-se na simplificação da mobilidade e aproximação dos meios humanos ou materiais junto dos cidadãos. Por especificidades inerentes ao estatuto que adquiriram a cidade de Luanda e a cidade de Benguela, ambas se veem envolvidas com muita acutilância no processo de cooperação de desenvolvimento induzido, saltando a vista o grande número de força de trabalho expatriada na construção civil e na reabilitação das linhas férreas de Luanda, Benguela, Namibe, Huambo Bié e Moxico.

6.2. - Relação entre Cidades e os Fluxos Globais: o Quadro Angolano

Ao apontar o perigo galopante do crescimento das áreas urbanas, nota-se que a população rural tende a reduzir nos países desenvolvidos num percentual de 16,5%, o crescimento das cidades provocado pela sua desuniformização, diferenças estatísticas, diferenças sociais e culturais muito acentuadas, tendem a criar um elitismo nos traços que separam uns e outros na tipologia de urbanização.

Especificamente em África, foco do nosso estudo, Seixas (2006, p. 4) tece um paralelo com a Ásia "Cidade e o mato" ou "Cidade e a montanha", surgindo o elitismo na inserção dos grupos sociais de *ethnoscape* idênticas, convivendo em redes transnacionais de cidades globais.

A edificação das cidades angolanas enquadrara-se num âmbito plano de expansão do colonialismo e na estruturação do Portugal Insular em Angola, tal aconteceu também em outros locais de África sob domínio português. Da história pré-colonial de Angola, Vainfas e Souza (2011) adiantam mesmo que existe um mito envolvendo a descoberta por parte dos portugueses do antigo reino do Congo, por volta do ano de 1483, quando Diogo Cão chegou a Foz do rio Zaire e abordara o Mani Nsoyo - chefe da localidade. O navegador encontrara no novo território do Congo um reino forte e devidamente estruturado, que compreendia uma extensão enorme comprimida em parte da África Centro-Ocidental e tinha como províncias o Nsoyo, Mbata, Wandu e Nkusu. Com um chefe oriundo da nobreza local que se denominava Mani Congo. Era um território assolado por frequentes e intensas lutas pelo poder, onde se destacou um povo estrangeiro chefiados por Nimi a Lukeni que conseguiu subjugar as aldeias congolesas e impor a sua soberania através da força.

Neste território pré-colonial já existia uma divisão do espaço entre a cidade - Mbanza e a aldeia-Libata. Na Mbanza residiam os estrangeiros e membros da nobreza, eram governantes das províncias, gente da confiança do rei, ao contrário na Libata habitavam os nativos que se submetiam aos primeiros. A vida nas Libatas tinha um controle deficiente ou quase inexistente ao contrário da Mbanza onde se situava a estrutura de administração da produção que provinha dos trabalhos de cultivo da terra trabalhada pelos escravos. A história pré-colonial do continente demonstra como imperava o poder na região e a estruturação das sociedades africanas apresentava já fragilidades com um cunho discriminatório de linhagem.

As cidades diferenciavam-se das aldeias, possuíam para além da administração da produção, uma maior concentração da população, imperava aí um escravismo comercial ligado à produção agrícola. A capital política do Reino do Congo era Mbanza Congo e a Ilha

de Luanda funcionava como o Banco emissor, onde eram recolhidas as conchas- nsimbu - que constituíam a unidade monetária. Das relações estabelecidas entre o Reino e a Coroa portuguesa, por volta do século XVI, surgiu um grande impulso da actividade comercial que aos poucos foi sendo controlada pelos portugueses que por ganância e desrespeito das regras estabelecidas com o rei congolês, violavam as regras do comércio e as rotas do comércio dos escravos, através de alianças com alguns membros da nobreza local.

A região do Ndongo, actual Angola, começou a atrair os comerciantes portugueses, com o propósito de desmantelar o monopólio do Rei do Congo no controlo do tráfico dos escravos. Expandiram o seu negócio de escravização das populações nativas através da guerra, impondo um controlo militar instalando os seus serviços administrativos. Apesar das relações diplomáticas entre o reino do Congo e a Coroa portuguesa se terem deteriorado a partir do reinado de Afonso I. Foi somente no século XVII, durante o reinado de Garcia Afonso II, 1641-1663, que Congo se viu obrigado a estabelecer uma aproximação com holandeses depois destes terem conquistado e tomado a cidade de Luanda. Curiosamente Vainfas e Souza (2011) elucidam que apesar das relações do rei de Portugal com o rei do Congo terem convergido numa hipocrisia sem precedentes onde os primeiros não respeitavam as regras de negócio e muito menos de convivência pacífica, o rei congolês deu concessões do território do Ndongo à Portugal.

A história colonial relata como o reino de Angola, antigo Ndongo, Benguela e outros territórios foram descobertos por Diogo Cão que, em 1491 iniciou a penetração dos portugueses pelo litoral (Menezes, 1848, p. 21). Em 1575 no tempo de El-Rei- D. Sebastião, chega a Ilha de Luanda uma armada de sete embarcações, com 700 homens entre os quais 350 militares, padres, mercadores e outros servidores, chefiadas por Paulo Dias de Novaes.

Em 1576 foi fundada a Vila de S. Paulo de Loanda e edificaram a igreja de São Sebastião, hoje transformada em museu central das forças armadas. Bap tizada em 1641 como cidade de S. Paulo de Assumpção de Loanda em memória do sucesso obtido por Salvador Corrêa de Sá no resgate aos Holandeses, a 15 de Agosto. Luanda tem um clima tropical seco, possui uma superfície de 2.417,78 km² situando-se na parte setentrional e ocidental do país. No seu extremo setentrional localiza-se no ponto da Casucata (58,58) entre o município de Cacuaco e a província do Bengo 09º 20, 44`` de latitude sul e 13º 09`` 21`` de longitude Este. Na desembocadura do rio Kwanza com o município de Viana e a província do Bengo,

encontramos o extremo meridional de Luanda a 09º 20,44`` de latitude Sul e 13º 9`` 21`` de longitude Este.

É limitada a Norte e Sul pela província do Bengo, onde encontramos no seu limite o município de Cacuaco no Extremo oriental a 08º 50`` 55`` de Latitude Sul e 12º 59`` 42`` de longitude Este. No extremo Ocidental está localizado no município da Samba a 09º 04`` 33`` de latitude Sul e 12º 59`` 42`` de longitude Este e, ao Oeste tem como limite o Oceano Atlântico.

Propomo-nos a analisar a cidade de Luanda, em termos macroeconómicos, focalizando-nos particularmente na sua relação com a cooperação. O evoluir do desenvolvimento político, socioeconómico e cultural dos centros urbanos têm vindo a somar pontos graças as novas tendências que a humanidade vive, a troca de ideias e culturas com destaque para as tecnologias que têm um papel fundamental na organização da vida interna das cidades (Costa, 2002, p. 147).

Ao aceitarmos que a grande revolução antropológica advém da Urbanização planetária, intrinsecamente assumiremos os paradigmas que Seixas traça para relacionar as cidades e o seu desenvolvimento (Seixas, 2006, p. 2).

O desenvolvimento urbano funciona como um factor positivo para a economia. Para o efeito é necessário traçar estratégias que mobilizam as autoridades locais para o cumprimento dos objectivos globais de desenvolvimento. Para dar cumprimento a esta necessidade as cidades tendem a unir forças e cruzar estratégias como uma só linha de acção.

No continente africano, e em particular a República de Angola após o 11 de Novembro de 1975, a área urbana não teve nenhum crescimento, fruto da situação de instabilidade política e militar que se viveu, paradoxalmente na área suburbana os *musseques*, triplicaram e proliferaram como cogumelos.

6.2.1 – Luanda e a Cooperação

A contratação da força de trabalho expatriada para todo o país é efectuada a partir de Luanda onde se encontra o governo central e se tomam todas as decisões para a melhoria da actividade socio-política do país. Raras são as instituições públicas na República de Angola

com a autonomia suficiente na contratação de técnicos estrangeiros. As instituições públicas, empresas privadas e outros organismos que requerem mão-de-obra qualificada por regra geral têm os escritórios centrais na capital e é a partir delas que se faz a gestão de todos os fluxos de recrutamento, aprovisionamento e controlo da força de trabalho. Devido ao sistema de monitoramento equacionamento dos actos migratórios no país, todos os especialistas expatriados são controlados a partir dos Serviços de Migração Estrangeira entidade que responde no país pela legalização dos mesmos por um lado, por outro lado as empresas que recrutam especialistas estrangeiros qualificados a parte das instituições públicas, são de grande, médio porte e grupos com alguma influência no mercado socioeconómico. Pelas razões atrás mencionadas a nível das províncias simplesmente existe o controlo dos estrangeiros que lá trabalham. Na maior parte dos casos estes já possuem títulos de estrangeiros residentes adquiridos pelo estatuto de visto de trabalho concedido por x períodos de anos. Por esta razão o número de cooperantes ou força de trabalho expatriada controlada por Luanda nos últimos anos, apesar da capital do país deter o maior parque económico do país, é repartido inteiramente com outras regiões especificamente no sector da indústria extrativa, na construção civil, na hotelaria e turismo e, outros serviços que requerem mobilidade permanente do seu pessoal como a assistência humanitária.

Tabela 3: Países com mais cooperantes emAngola

País de origem dos cooperantes	2007	2009	2010	2011	2012	Total
África do Sul	1.606	13.985	**15.875**	**15.343**	**15.322**	**62.131**
Brasil	32.280	2.542	**34.823**	**32.499**	**32.886**	**102531**
China	22.100	103.378	**153.671**	**160.162**	**161.385**	**600.696**
Cuba	1.438	**5.605**	**9.279**	**9.298**	**9.391**	**35.011**
E.U.A	2.811	6.421	**6.234**	**6.828**	**7.187**	**29481**
Filipinas	2.710	6.116	**9.777**	**9.475**	**9.290**	**37.368**
França	3.858	8.080	**10.532**	**8.131**	**8.097**	**38698**
Gabão	912	984	**1.027**	**917**	**917**	**4.757**
Grã-Bretanha	2.718	**5.845**	6.769	**6.297**	**6.208**	**27837**

Índia	1.244	**5.129**	**9.572**	**8.733**	**8.803**	**33.481**
Mauritânia	**446**	**645**	**1.481**	**1.500**	**1.568**	**5.640**
Portugal	5.670	25.504	31.436	**34.998**	**35.205**	**132.813**
Rússia	1.313	1.877	1.947	**1.844**	**1.952**	**8.933**
Vietnam	1.625	5.093	**8.809**	**7.160**	**7.244**	**29.931**

Fonte: Relatórios anuais sobre a força de trabalho expatriada em Angola. SME-Gabinete de Imprensa. Luanda, 2013

Nos cinco anos em análise é notório o aumento do número de funcionários expatriados originários de todos os países. Nos períodos analisados até ao ano de 2010 a força de trabalho expatriada aparecia em primeiro lugar os funcionários de origem chinesa, seguida dos trabalhadores brasileiros e a força de trabalho portuguesa em terceiro lugar. Com a conjuntura internacional que se vive na Europa em tempo de crise económica pudemos visualizar que os funcionários expatriados portugueses aparecem de 2011 à 2012 em segundo lugar e os trabalhadores brasileiros em terceiro lugar, mantendo-se os trabalhadores chineses em primeiro lugar fruto do seu engajamento nos contratos firmados entre a República de Angola e o governo chinês. Em relação aos países africanos os trabalhadores expatriados gaboneses detêm o menor número.

Tabela 4: Análise SWOT sobre a Cooperação em Luanda

Ambiente interno: Forças	Ambiente interno: Fraquezas
Reabilitação dos caminhos de ferro de Luanda, recuperação da linha férrea de Luanda à Malange. Criação e expansão das Universidades privadas em toda a cidade e arredores, combatendo a falta de estabelecimentos do ensino superior. Edificação de novas centralidades. Melhorar as condições de habitabilidade da população. Retirar as populações das zonas de risco. Melhorar o saneamento básico e de infraestruturas urbanas.	Redução de postos de trabalho para angolanos. Redução na produtividade da indústria extrativa. Aumento de capital para a formação de quadros

Angolanização dos quadros técnicos das Empresas petrolíferas. Formação de mais técnicos na especialidade de Engenharias	
Ambiente externo: Oportunidades	**Ambiente externo: Ameaças**
Facilitar a mobilidade da população entre províncias e cidades. Facilitar o escoamento dos produtos do interior para a capital do país e vice-versa. Controlar a importação da qualidade dos bens duradouros e não duradouros no país. Reduzir o nível dos preços dos produtos do campo. Melhorar a dieta alimentar da população. Aumento das oportunidades de trabalho para os jovens	Aumentar o número da emigração rural para a cidade. Intensificar o número de desempregados na capital do país. Aumentar a delinquência na capital. Redução da qualidade de trabalho nas petrolíferas.

6.2.2 - Benguela e a Cooperação

O sistema de recrutamento de força de trabalho estrangeira, no mesmo sistema que funciona em Luanda desde o início do país independente. A força de trabalho composta pelos cooperantes tem sido uma grande mais valia para a província em todas as áreas do saber, produtiva e social. Uma parte significativa dos cooperantes que se encontram nesta parcela do território prestam os seus préstimos na área da saúde, da educação, nos transportes mais especificamente ligados a reabilitação do caminho de ferro de Benguela e na edificação da nova refinaria de petróleos na cidade do Lobito.

A força de trabalho expatriada que trabalha em Angola está distribuída nas mais diversas áreas económicas, sociais, técnicas e políticas. Das entrevistas efectuadas na província de Benguela apurou-se que estes trabalhadores estrangeiros não têm estatuto de

cooperantes mas sim são especialistas, contratados devido a escassez de técnicos de determinada área técnica que ainda se verifica em alguns sectores económicos.

Como espelha o quadro abaixo na província de Benguela encontramos com mais relevância os trabalhadores estrangeiros conforme nos mostra o quadro n.º 3.

Tabela 5: Cidades com mais cooperantes em Benguela

Cidades	Nº de cooperantes	Sector com maior incidência	País de origem
Baía Farta	25	Pescas, Saúde	Espanha, Cuba, Portugal
Balombo	19	Saúde, Educação, Obras Públicas	Cuba, Portugal, Brasil, China, Rússia
Bocoio	33	Saúde, Educação, Obras Públicas, Agricultura, comércio	Cuba, Rússia, China, Portugal, Vietname, Bulgária
Benguela	340	Saúde, Educação, Construção civil, comércio e Obras Públicas	Cuba, Portugal, China, Brasil, Rússia, Bielorrússia, Vietname, Cabo Verde
Lobito	407	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas, Refinaria	Portugal, França, China, Rússia, Moldávia
Chongorói	1	Agricultura	Portugal
Cubal	5	Saúde, Educação, comércio	Cuba, Portugal
Catumbela	41	Obras Públicas, Saúde, comércio	Cuba, China, Portugal
Ganda	24	Saúde, Educação, comércio, Agricultura, Igrejas, Obras Públicas	Cuba, China, Portugal, Líbano, Portugal
Total de Respondentes	24		

Fonte: Gabinete de Estudo e Planeamento da Administração Municipal de Benguela, 2010

Tabela 6: Análise SWOT sobre a Cooperação em Benguela

Ambiente interno: Forças	Ambiente interno: Fraquezas
Reabilitação dos caminhos de ferro de Benguela e sua	Tornar insegura a fronteira, facilitar a

reposição para atingir a República da Zâmbia. Construção do aeroporto internacional de Benguela na Catumbela, colocar a província na rota internacional. Aumento do fluxo económico, propiciar o turismo, elevar a categoria da região. Recuperação da frota piscatória de Benguela e Baía Farta, para melhorar a dieta alimentar da população, aproveitar a fauna marítima para aumentar o rendimento económico dos cidadãos que a ela se dedicam. Implementação do programa água para todos para combater a desertificação e melhorar a pastorícia. Aumentar o nível académico dos cidadãos de Benguela com a criação da Universidade Katiavala Bwila, proporcionar mais qualidade aos quadros académicos, fortalecer a Academia de ciências. Através dos professores cubanos na faculdade de medicina da Universidade Katiavala Bwila, formar médicos angolanos para minimizar a falta de médicos por toda a região da província no geral e em particular no país. Estender a indústria petrolífera. Aumentar os postos de trabalho a nível da indústria extrativa. Estruturação da rede hoteleira e similares contribuindo para a degustação dos sabores da terra com mais qualidade.	emigração de mão-de-obra pouco qualificada. Reduzir o mercado de emprego para os angolanos. Criar maior desequilíbrio no tecido social da população. Redução da fauna marítima e diversidade do pescado.
Ambiente externo: Oportunidades	**Ambiente externo: Ameaças**
Permitir maior mobilidade dos cidadãos, contribuir no escoamento dos produtos das regiões sem porto marítimo, facilitar as trocas comerciais entre Angola e outros países da África Austral, desenvolver a economia junto dos outros países da SADC. Recuperar a indústria de conservação de peixe e de farinha de peixe. Redução da pobreza.	Os produtos nacionais devido a sua qualidade baixa poderão ser relegados para o último plano. Perder o controlo na movimentação dos capitais financeiros ou humanos.

Permitir que a médio longo prazo a província reduza a mão-de-obra expatriada com jovens melhores qualificados. Criar incentivos para uma habitação mais condigna a cada cidadão. Redução da insalubridade e consequentemente das doenças endémicas, melhorar o controlo da população para facilitar a criação de infraestruturas sociais. Melhorar a assistência médico sanitário da população, reduzir a transferência dos doentes para outras cidades.	

CAPÍTULO VII – A PROVÍNCIA DE BENGUELA: UMA CENTRALIDADE ANGOLANA

Descrever Benguela obriga a uma abordagem da tradição dos povos das sociedades antigas de Angola, sem abdicar da reprodução dos contos, provérbios, lendas e os mitos baseados nos factos orais transmitidos de geração em geração, a província de Benguela possui uma centralidade excecional, conferida pela sua localização estratégica que é apoiada por um porto natural, pelo caminho de ferro, aeroporto internacional, uma rede rodoviária a ligar todo o país e a futura refinaria de petróleos do país.

Benguela situa-se na região central/oeste de Angola, confinada pelo oceano Atlântico, a oeste, pelas províncias do Kwanza Sul, a norte, Huambo, a leste, Huíla, a sudeste, e Namibe, a sudoeste. Tem uma superfície de 39.826 km² e uma população de cerca de 2.800.000 habitantes. A actual província de Benguela, antigo reino de Benguela (Esteves, 2005) compreendia Wambu, Viye, Moxiku e Kuandu Kuvangu e tinha na época uma superfície de aproximadamente 12.3750 km². Parte da população está concentrada em três cidades da província, Lobito, Benguela e Cubal, representando no seu conjunto 75% da população provincial. Estas cidades de Benguela (sede capital da província), Lobito e Cubal são as cidades que possuem uma densidade demográfica maior, é caracterizada por uma

sociedade mestiça (Dias, 1935, p. 26)[22], de carácter bairrista. A densidade demográfica média da província é de 67,1 habitantes por km².

O delineamento da cidade de Benguela em termos urbanísticos foi concebido logo a seguir à estruturação do Senado do município, no ano de 1771. Em 1778 o então governador do distrito Doutel de Almeida anunciava a divisão da cidade em quatro artérias, onde se distribuíam três bairros: o bairro do Emboto, o bairro do Calundo e o bairro do Coringe, com edifícios públicos e com moradias feitas de adobe, material em uso naquela época.

A cidade desenhava-se em ruas amplas com largos urbanizados, uma urbanização que se ia expandido dando lugar a novos bairros, com mais sanidade e menos doenças, como o bairro do Cassoco, o bairro do Casseque e o bairro Central em 1889. Já nos finais do século XIX há uma evolução da cidade, espelhada na lista toponímica conforme descrevem as edições do arquivo histórico central.

A cidade apresentava ruas transversais e largos de referência, que ainda hoje são o testemunho da evolução urbana local do século XIX. São o Largo dos Doutores, o Largo da Vitória e o Largo do Bicocolo. Este último, após a conquista do Dombe Grande em 1846, ficou conhecido por Largo da Peça devido a uma peça de artilharia, vinda da guerra que lá ficou instaurada no centro do largo.

7.1. - A Vida Sócioeconómica do Distrito de Benguela no Séc.XIX/XX

As primeiras tentativas de ocupação do reino tiveram lugar em finais do século XVI sob a orientação de Paulo Dias de Novaes, que delegou no seu sobrinho a chefia de uma coluna de setenta homens. Os primeiros invasores fundaram o presídio de Benguela-a-Velha. O mote da invasão deveu-se à necessidade em assegurar o sistema colonial e suas gentes bem instalados em Luanda.

A valentia dos nativos rechaçou a intenção desta coluna (Dias, 1935, p. 6-7). Trinta anos depois das incursões atrás referidas, aporta a Baía de Santo António os comandos do conquistador Manuel Cerveira Pereira, arrasaram os sobadados nativos, impondo uma derrota

[22] Em 1840 do número de colonos que se encontravam no território acima dos cem, apenas havia uma única mulher branca.

ao então destemido chefe indígena, Caúla Caenda, mandando erguer em 1617 a fortaleza de S. Filipe de Benguela.

A apetência dos recursos minerais que o reino de Angola, e em particular, a que região de Benguela possuía era enorme, levando a que o território fosse alvo da cobiça por parte dos ingleses em 1610, holandeses em 1645 e de corsários franceses em 1704, que queimaram e roubaram a pequena localidade na qual se circunscrevia a vila (Dias, 1935, p. 24). Dias (1935) relata a história dos grupos mal-intencionados que ateavam o clima de guerra em Angola, facto que é comprovado através da leitura das cartas que o Regente da Capitania da cidade de S. Filipe de Benguela recebera de S. Paulo de Assumpção de Loanda (AHN, 1994, p. 29).

No ano de 1791 Martinho de Melo e Castro chefiava o distrito de S. Filipe de Benguela, mas um clima de insegurança flagelava o destacamento das forças portuguesas. Esta situação era agravada pelos degredados vindos do reino, os gentios, assim eram considerados os nativos que não prestavam vassalagem ao representante da coroa, e os estrangeiros, principalmente franceses, que atracando no porto cais de Benguela, se envolviam em actividades contrabandistas.

A ocupação de Benguela não foi pacífica, em 1764 os Sobas de Benguela formaram uma coligação, sendo contudo, derrotados pelas armas sofisticadas das forças coloniais. Estas batalhas repetiram-se ao longo dos séculos. A contenda entre os sobados constituiu um dos motivos para o fraco desenvolvimento e exploração das capacidades económicas do território, pois aos invasores preocupava-os mais a guerra no interior do sertão.

A actividade económica desta época era baseada na exportação do marfim, do concelho da Catumbela e do Egipto Praia, e cera, ao Sul de Benguela "no ponto da Equimina" produziam-se árvores de frutos e outras espécies existindo, por esta altura, um pequeno engenho de moer cana-de-açúcar (Dias, 1935, p. 21). O marfim e o ouro eram vendidos apenas à Fazenda Real, sendo este comércio vedado aos particulares, variando o seu preço de acordo com o peso. Contudo, o valor era sempre abaixo do preço justo, levando a que os nativos ocultassem o produto de maior peso e melhor qualidade. A par do negócio do marfim, da urzela, cera abundante, praticava-se o tráfico dos escravos para os diferentes portos do Brasil, o que provocava muita cobiça por parte de outros aventureiros europeus que contavam

com a cumplicidade de alguns nativos e também de alguns condenados ao degredo (Gama, 1839)[23].

Para atenuar o contrabando da parte dos tripulantes de navios estrangeiros, o governador Martinho de Melo e Castro apertou a vigilância na cidade, solicitando à corte em Lisboa o envio de mais tropas que haviam sido entretanto retiradas das praças de Pernambuco, da Baia e do Rio de Janeiro, tal como o armamento e mantimentos que careciam no quartel de Benguela, e superabundavam na Capitania do Brasil. Aos habitantes da cidade, considerando apenas os europeus, foram distribuídas armas para se defenderem dos gentios, os nativos, que saqueavam não só as residências como também os carregamentos das mercadorias dos europeus para o Sertão.

O facto da localização geográfica de Benguela, no litoral, distar poucas milhas do porto de Cabinda, serviu de pretexto para muitos navios franceses que, fingindo buscar provisões para continuarem a viagem para a Europa pelo porto de Cabinda, afluíam à cidade de S. Filipe para adquirir contrabando de marfim e escravos. Aportavam no reino de Benguela "Negros vindos de várias regiões de Angola como de M'Baka, Pungu a Ndongo, Kakonda, Luanda etc." e europeus não só de Portugal continental como da Ilha dos Açores, Ingleses, brasileiros, americanos etc. Embrenhavam-se no negócio com os nativos que tinham uma génese de negociantes natos cita Esteves (2005).

Em 1793, a receita geral da capitania de Benguela, que por esta época provinha da exportação do sal e do marfim, abrandou como consequência dos gastos na construção de um forno de telhas. Contudo neste mesmo ano foram exportados para o Brasil, para além do marfim, dois mil indígenas como escravos (AHN, 1994, p. 29)**.**

Uma vez que a 11 de Janeiro de 1758 fora proibido por Alvará de S. Majestade o despacho de navios negreiros dos portos de Benguela para outros portos que não fossem os do Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, a cobiça do contrabando de escravos exigia mais vigilância da capitania. Os contrabandistas residentes na cidade eram punidos pelo juiz-de-fora com pena de cadeia e no caso de serem estrangeiros eram imediatamente expulsos,

[23] O marfim era dividido em três classes, a primeira classe para os dentes que pesavam 16 libras intitulado o "Marfim miúdo", cada libra era cotada a 40 réis, o de segunda classe eram os dentes cujo peso rondava 16 a 32 libras intitulado "Marfim-meão", valia 160 réis a libra, na terceira classe destinava-se ao "Marfim lei", caracterizado por todos os dentes com peso superior a 32 libras, vendido no valor de 320 réis a libra.

porquanto as suas acções atrasavam o labor nas salinas do norte, a produção da cal no Lobito, uma vez que provocavam a deserção dos negros do Sertão envolvidos neste trabalho.

Graças ao reforço militar da capitania em homens e mantimentos vindos do Brasil foi possível aumentar as receitas do distrito. Havia muito marfim para enviar para a corte e a falta de navios dificultava o seu escoamento, e assim contribuía para a redução das receitas reais da fábrica, e baixavam a produção da cal e do sal de boa qualidade e bom para a salga[24].

A produção da telha e do tijolo em 1790, era escoada para Luanda, para as mais variadas obras e, de Lisboa esperavam receber fazendas do giro. Contudo a cidade de S. Filipe ainda não era como Martinho de Melo desejava, as casas eram cobertas de palha. O material com o qual se construíam as habitações e alguns edifícios era de natureza precária e pouco resistente as intempéries do clima. Os vários governadores que foram passando pelo distrito não possuíam habitação própria, e constantemente mudavam de localização devido aos parcos recursos financeiros de que o governo dispunha.

No ano de 1791 Francisco Paím e Ornelas, então governador na província, foi o primeiro a anunciar a sua residência junto à única igreja que havia na cidade. Consta que o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX foram períodos mais difíceis quanto a habitabilidade dos governadores pelas razões já atrás citadas. A colónia de Angola contava no ano de 1846/1850, com uma população europeia de aproximadamente 1.800 habitantes, dos quais 39 estavam em Benguela. Neste grupo subdividiam-se um número expressivo de degredados e alguns emigrantes metropolitanos, uns por razões comerciais, outros ligados à administração a mando da Corte e ainda os militares (Alô, 2006). Só em 1886/1887 foi construído o palácio do governador, um magnífico chalé junto à praia.

[24] António Saldanha da Gama, antigo Governador e Capitão Geral do Reino de Angola, em 1814 exprimiu a sua preocupação quanto a continuação do colonialismo. Decorrera por esta altura o Congresso de Viena que lançara como bases o fim do tráfico de escravos. Daí visualizava-se o grande risco para o Império colonial português. Para fazer face a esta onda Saldanha propunha ao Governo na altura no Brasil, uma mudança na relação comercial, política e económica com os nativos. A necessidade em apostar-se mais no desenvolvimento das colónias, a linha colonial era dispendiosa e onerosa, atrofiava o desenvolvimento com a particularidade de descorar as potencialidades que a colónia possuía. A forma de colonização da época criava mau ambiente quer relacional como comercial com os nativos.

7.1.1 - O Distrito do Dombe Grande e os Dízimos

A região do *Dombe* Grande, também conhecida na época por *Dombe* da *Quizamba*, dista 80 km da cidade de S. Filipe. A sua população era constituída etnicamente pelos *Mundombes*. Tratava-se de uma população tradicionalmente composta por agricultores e pastores, notabilizaram-se desde a época de Paulo Dias de Novaes no cultivo da mandioca e no elevado número de cabeças de gado que sempre possuíram. A caracterização dos seus solos são de terras férteis com o rio S. Francisco (Copororo), a atravessar-lhe em toda a sua extensão.

Os *Mundombes* viveram relações conflituosas com os representantes da Corte portuguesa desde a instalação de Cerveira Pereira que impôs a força ao seu soba obrigando-o a prestar-lhe vassalagem. Apesar dos colonizadores terem por certo tempo conseguido uma boa relação, que ajudou a subjugar outros povos vizinhos e estabelecer algumas trocas comerciais, em 1767 a descoberta da existência de minas de enxofre na região trouxe consigo a agudização do descontentamento com as autoridades europeias, motivando a sublevação dos povos da região e das zonas circundantes[25]. Para além da existência das minas atrás referidas, a agricultura desenvolveu-se com grandes campos de cultivo de milho, mandioca, feijão, cana-de-açúcar de uma espessura invejável, robusta e adequada para o fabrico de aguardente, café, ginguba, palmeira dendém, tabaco, extracção de aguardente e actividades pecuárias.

As trocas comerciais tornaram-se abundantes com o trânsito na zona de caravanas que, saindo do Sertão para Benguela ou Catumbela, faziam negócio da venda de escravos, marfim, cera, urzela e, posteriormente, borracha. À medida que a região se desenvolvia, o ambiente social instável tendia a agudizar-se pelo que foi necessário instituir a Companhia de Milícias em 1818 e depois, em 1847. As autoridades europeias consumaram uma grande investida contra os povos da região, no sentido da sua pacificação para submetê-los à sua autoridade. Após estes acontecimentos o *Dombe* Grande ou *Dombe* da *Quizamba* passou a ser um Distrito e os seus povos foram obrigados a pagar um imposto chamado dízimo.

[25] As minas de enxofre consideradas na época como as mais valiosas, devido a sua essência eram de enxofre puro, desprovido de ganga, pronto a ser utilizado, apenas não haviam especialistas para a sua exploração.

As revoltas foram sucedendo-se, em 1638 foi criado um regimento que tinha como função a cobrança do dízimo - imposto pago pelas populações locais às autoridades portuguesas e instituída uma Fazenda - repartição destinada à cobrança dos impostos, por provisão régia, para a regularização desse tributo.

Era o chefe de cada tribo a quem cabia recolher e levá-los para a autoridade competente, conforme é citado nas Fontes & Estudos do Arquivo Histórico Central (AHN, 1994, p. 51). Pelo que se sabe através de documentos escritos, os valores arrecadados não chegavam à Coroa portuguesa, pois ficavam para proveito próprio das autoridades da colónia. Estas acções também contribuíram para a deterioração das relações entre os colonizadores e os régulos. Os governadores da então colónia à medida que eram revezados adoptavam métodos que se pretendiam ténues, na visão das autoridades europeias, de arrecadação do dízimo de modo a abrandar a insatisfação dos nativos.

Pedro Alexandrino da Cunha, governador-geral de Angola em 1848, alterou no seu mandato o regulamento de pagamento do tributo, para os anos de 1856, 1857, 1860 e 1866. Por um decreto promulgado a 16 de Dezembro de 1872 foram abolidos os dízimos das receitas provenientes da actividade de rios e de pescados. O tributo destas actividades podia ser pago em moeda ou em produtos, devido à sua fraca incidência nos rendimentos arrecadados pela Fazenda Real, onde só ocupavam o nono lugar (AHN, 1994, p. 52).

Interessante é referir que o maior problema do dízimo adveio da má-fé dos cobradores que exageravam os valores a receber, pelo que tornou-se num foco de constante problema para as autoridades portuguesas. D. Miguel António de Melo confiou a cobrança ao pessoal militar, aos capitães-mores, aos chefes de Distrito ou de presídio, e a outras pessoas que se julgavam idóneas e honestas, mas que se verificavam ser uns piores que os outros (AHN, 1994, p. 52).

Os abusos cometidos pelos cobradores dos dízimos, quer de arrematação exagerada ou pelo facto do cobrador se instalar em casa de algum popular com o objectivo de arrecadar o tributo, embora denunciados, nunca foram solucionados. Os chefes de distrito na maioria das vezes eram indivíduos de fraco discernimento para lidar com problemas do género, apenas recorriam às tropas quando existiam sublevações, recusas de pagamento e ataques às caravanas. As revoltas e prisões eram constantes e estas atitudes prejudicavam o desenvolvimento económico da região com repercussões graves para a província de Benguela, pois provocava grandes quebras na receita da Fazenda Real, devido aos produtos que se

produziam e comercializavam-se aí como a farinha de mandioca e outros géneros alimentares, com a agravante da população vizinha aproveitar-se destas sublevações para roubar o gado.

Foi entre o limiar do século XIX e finais do século XX que o Dombe Grande atingiu o seu máximo na produção da cana-de-açúcar e na actividade extrativa de aguardente. Quando a extracção da aguardente foi proibida, a localidade entrou em declínio e estagnação (AHN, 1994, p. 56).

7.1.2 - A Vida Sócioeconómica da Catumbela e o Comércio da Borracha de Segunda: 1890/1910

A Vila da Catumbela dista aproximadamente 8 km do sul do Lobito e cerca de 30 km do norte de Benguela, situando-se ao 12º 21' de latitude e 13º 27' de longitude. Cortejado pelo rio Catumbela que nasce entre os montes Undelongo [26]e Conjenji[27], cujas águas fluviais escavou, e despiu o solo desagregando massas argilosas, abriu sulcos abruptos e rasgou as rochas de grande porte, tornando o território cercado por enormes cadeias montanhosas com vastas planícies com terrenos férteis adequados para a actividade agrícola.

Cruz e Silva (AHN, 1994) reporta que no ano de 1836, durante o reinado de D. Maria II, foi ordenado pela soberana a edificação da Vila da Asseiceira[28], onde hoje se encontra a cidade da Catumbela. Os terrenos férteis, o clima ameno e o mercado indígena de que dispunha, atraíam uma grande afluência da população europeia proveniente da colónia de Benguela e trouxe uma mais-valia na urbanização célere da localidade.

A população nativa era formada pelos *Mundombes*, oriundos de Quissange, *Cahula* e *Hanha* (AHN, 1994, p. 63). A localidade vivia do pequeno comércio de produtos agrícolas locais, comercializando simultaneamente urzela, goma coconote, azeite de palma, couros, cera e marfim desenvolvendo-se ao esforço de actividades locais.

O grande movimento migratório das *Quibucas* bienas e do bailundu trazendo para a região borracha para comercializar provocaram uma propagação de comércio. A expedição do

[26]Situado na região de Caconda.

[27]Situado na região da Huíla.

[28]Em homenagem a vitória da batalha dos liberais contra os absolutistas.

sertanejo Silva Porto, que com alguns nativos que o acompanhavam desmataram os caminhos do Bailundu e Bié, abriu um novo percurso nas rotas para o litoral.

A vila da Catumbela recebeu caravanas que se instalavam no morro Namano, Silva (2004) adverte ser este o caminho pelo qual também passaram os escravos embarcados para o continente americano em 1875, na localidade da Praia Bebé fora erguida uma ponte-cais rudimentar para receber barcos de pequeno porte que carregavam cera, couros secos e alguma borracha. Na base do morro os comerciantes estabeleceram as suas residências dada a proximidade com o local onde se realizavam as permutas comerciais.

Entre os anos de 1886-1900 a atividade comercial de relevo era proveniente da extração da borracha, em paralelo com a comercialização do marfim e da cera. O teto atingido pela cotação de mercado destes produtos fez com que a oferta da urzela, da goma e do coconote viessem a extinguir-se.

A vila da Catumbela atinge o seu apogeu e desponta como urbanização crescente com a emigração de europeus, fruto da atracção pelo negócio da borracha. Com a crescente procura e oferta houve um frenesim, refere-nos Silva (2004), na perseguição do produto, surge então uma nova variedade de produção, a borracha de segunda nos anos de 1890. É por esta época que o mercado da borracha de outros pontos de Angola, como do Kwanza Norte, vão perdendo para a Catumbela, mesmo Luanda que tinha as exportações superiores perde a hegemonia para Benguela.

Luanda exportou em 1889 uma produção de 283 toneladas, enquanto Benguela atingiu a exportação de 953 toneladas no ano de 1891, quantidade que se manteve idêntica até ao ano de 1900. O comércio da borracha foi muito expressivo para o crescimento da vila da Catumbela, deu origem a novos bairros estruturados, com ruas, praças e largos e uma multiplicidade de áreas comerciais. De realçar que 50% das construções foram directamente destinadas ao exercício da actividade comercial. O comércio da borracha, por esta altura a referida «borracha de segunda», baseava-se na permuta com os nativos de produtos vindos da Europa. Para a permuta com as quibucas dos nativos, importavam-se algodões gomados, sarjas, riscados, chapéus, pólvora, aguardente e outras mercadorias.

A nova variedade, «borracha de segunda», que na sua composição tinha uma qualidade inferior devido aos componentes de matéria-prima estranha nela associada, mas em nada se inferiorizava à sua rival «borracha de primeira», pela aceitação que teve a nível do comércio não só local como também internacional.

Os governantes da Colónia e os comerciantes bateram-se para descobrirem o segredo dos componentes da borracha de segunda, uma variedade imposta pelos produtores Ganguelas e Ambuelas, mas estes povos protegiam a informação, assegurando o monopólio da qualidade do seu produto, fabricando e vendendo. Dos rendimentos da borracha a Vila da Catumbela ergueu vários edifícios, alguns autênticos símbolos da localidade, como a Câmara Municipal, e a igreja matriz erguida em 1882. Construiu-se também a estrada que liga a província de Benguela a Catumbela, em 1889 o cemitério, o matadouro, a instalação da linha telegráfica e outros edifícios municipais de referência (AHN, 1994)[29]. A Catumbela foi e é um elo de ligação entre a cidade de Benguela e a do Lobito.

Reagindo ao mau aproveitamento económico das colónias portuguesas no ano de 1815, Gama reporta ao governo alguns métodos susceptíveis para aproveitar de forma mais racional e possibilitar a arrecadação de receitas para a Fazenda Real. A actividade do tráfico de escravos revelava-se onerosa pela quantidade de material militar, pólvora, espingardas, espadas etc., necessários às investidas para penetrar no interior do sertão. No ano de 1874/75 Kaparandanda, filho do então Soba Kulembe da região de Kissange, chefia um grupo de revoltados assaltantes com a missão de impedirem a passagem de caravanas do Bundiaoni e Alunga ao caminho para o Bocoio. Foi uma acção com pouco efeito prático sobretudo devido aos meios militares mais sofisticados da parte portuguesa[30]. O transporte dos meios e equipamentos, carregados à cabeça, absorvia muitos «pretos» roubando a mão-de-obra necessária à agricultura, havia ainda a insatisfação do pessoal recrutado para o efeito devido a fraca remuneração de 600 réis que recebiam por cada operação de transporte. Desse modo os homens preferiam fugir abandonando as sanzalas, e consequentemente desproviam as localidades de mão-de-obra para a lavoura. Gama (1839) refere a necessidade de introdução das mudanças necessárias na política colonial para um melhor aproveitamento dos produtos que a terra dava por natureza. A qualidade do pescado era apontada como uma das áreas das

[29]A borracha de segunda foi uma forma fraudulenta que os nativos encontraram para contrapor aos comerciantes que muitas vezes os enganavam no peso. Ao produto incorporavam pedras, pedaços de madeira e outras matérias.

[30] A revolta foi rechaçada, Kaparandanda capturado preso e deportado para a Ilha de S. Tomé onde foi condenado a trabalhos forçados.

quais se devia apostar para o comércio externo, antevia o aperfeiçoamento da salga, pois o reino de Benguela dispunha de salinas abundantes com boa qualidade.

A cera predominava em todo sertão de Angola com particularidade em Benguela, os nativos utilizavam um método de tratamento e extracção do mel muito rudimentar desaproveitando as potencialidades do produto tendo sido implementadas as técnicas utilizadas na Europa de então. De entre as demais culturas era urgente maximizar a utilidade da produção da palmeira dendém cujo azeite deveria ser utilizado mais na exportação, visto que nesta época só se exportava por encomendas particulares (Gama, 1839, p. 31).

Na área da indústria local urgia a implementação e aperfeiçoamento do labor dos nativos focalizando com mais incidência na mineração e fundição. Para o efeito Gama (1839) sugeria a necessidade de se efectuar uma revolução na agricultura, nas pescas e nos minerais. Sumariamente este antigo governador insinuava existir um defeito na Administração da colónia, e pelos ventos que se faziam sentir do final do tráfico de escravos, a sobrevivência do Império português só seria possível com um comércio mais honesto com os nativos.

Estamos no decorrer do século XIX, época em que os europeus sentiram a necessidade de fazerem uma nova partilha do continente africano. Por esse facto Portugal precisava penetrar mais no interior das regiões ocupadas para demarcar a consolidação da sua posição como ocupante, e para controlo da exploração económica e militar. Daí reforçou com mais tropas os seus quartéis militares. A região dos Ganguelas e das Ambuelas há muito cobiçada pelos recursos naturais que possuía, conheceu o troar das armas portuguesas com investidas militares. A penetração das forças coloniais nestes territórios foi acompanhada em simultâneo com a exploração científica.

Artur de Paiva foi o primeiro explorador colonial a tentar conquistar a região dos Ganguelas e Ambuelas, no ano de 1886, sem triunfo. Depois da derrota da missão, edificaram o forte Princesa Amélia que o soba da época atacou e mandou destruir. Contínuas revoltas de grande envergadura aconteceram no interior de Benguela, Bailundo, Sambo, Huambo, Quiaca e Galengue, em 1902 com os nativos chefiados por Samacaca e Mútua A`Cavera, este último tombou em combate tendo o primeiro sido deportado para a Guiné.

Cidade de cultura, Benguela, sempre vincada por uma intelectualidade nata, marcada pela abnegação e empenho em fazer sempre o melhor para a terra. Ressaltam-se ainda os esforços empreendidos para o funcionamento dos serviços da Alfândega de Benguela, para o que todos os comerciantes da cidade contribuíram activamente através de uma subscrição para

a construção de um edifício condigno aos serviços aduaneiros, capaz de satisfazer as exigências do momento na época do *boom* do negócio da borracha de segunda neste período de 1890 a 1891.

A Casa dos Correios de Benguela constituiu também um *ex-líbris* da urbe, devendo a sua estruturação à promulgação da portaria «Participação, Tarifas ou Memórias». A 20 de janeiro de 1798, segundo dados do Arquivo Histórico Central, estabeleceram-se os serviços dos Correios na cidade de Benguela, coabitando em 1874 no mesmo edifício com os serviços de Obras Públicas. Benguela foi a primeira cidade do Estado colonial de Angola a receber a primeira emissão de rádio em Angola de um aparelho com uma potência de 30 a 50 *watts*, a 28 de Agosto de 1933, instalado e dirigido por um entusiasta radioamador, Álvaro de Carvalho, homem de bastante cultura, considerado o progenitor da Radiodifusão de Angola.

A cidade sede, tal como é encontrada contemporaneamente, foi concebida urbanisticamente em 1948. Orograficamente, a província tem uma complexa combinação de planaltos escalonados, cortados por vales, rios e colinas monolíticas isoladas. Relativamente ao clima, encontramos uma peculiaridade que difere de outras regiões, devido a uma presença de vales de rios secos que acumulam água apenas no período das chuvas. Os solos apresentam índices de fertilidade variadas, com uma vegetação que é dominada por formações de estepe na zona ocidental da província. Na zona oriental é dominada por formações planálticas. A composição dos solos é na sua maioria constituída por solos aluviais, calcários, barro e solos fersialiticos tropicais.

No espaço entre 1920/1950 a província de Benguela serviu de Centro Comercial da Borracha, localizado na Vila da Catumbela. No ano de 1957 fundou-se a Companhia Mineira do Lobito que explorava as Minas da Jamba, da Cassinga e de Txamutete. Em Benguela desenvolveram-se também a produção de madeiras comerciais como o eucalipto e o pinheiro.

A história da província de Benguela está muito ligada à história antropológica da província do Kwanza Sul. Na narração dos factos, transmitidos oralmente de geração a geração, o reino de Benguela resultou da separação de dois irmãos do reino de Amboím na época das monarquias locais. Benguela foi um ponto de confluência de povos e de disputas territoriais segundo os vestígios arqueológicos descobertos existentes, seixos talhados, machados de quartzito e ossadas de baleias. Segundo a história, há 15 mil anos habitaram os antigos pântanos do Cavaco, os povos nómadas *Khoisan*, de quem subsistem vestígios da sua presença nas oficinas de armas por eles deixados na Comuna do Dombe Grande.

Por volta do século XIV inicia-se a disputa pela titularidade das terras, enfrentando-se nesta luta os guerreiros do rei Ombaka, os Mdombes, contra os Mugandas, povo de pastores-guerreiros. Entretanto no século XV instalaram-se na costa do território, na área do Egipto praia e o Porto Amboím, Benguela velha, as tribos dos Ovimbundos que provocaram a migração dos Mdombes e dos Mucuissis para o Sul do território. Estes novos migrantes assistiram à chegada do primeiro europeu, o navegador português Diogo Cão que a 5 de Agosto de 1493 chegou à Baía de Benguela.

O português Manuel Cerveira Pereira, impulsionado pelas lendas da existência de ricas minas de prata e de cobre (Dias, 1935)[31], que se veio a revelar de fraca qualidade, fundou a cidade de São Filipe de Benguela a 17 de Maio de 1617. Na época, era um povoado com pouco mais de 130 homens entre europeus e nativos, território este que se converteu numa importante base de penetração para o interior de Angola.

Nos finais do século XIX e princípio de XX, a colonização começou a produzir os seus efeitos. Benguela, de seu nome Ombaka, por razões históricas designado com o apelido do soberano do reino de Amboím, tornou-se o segundo centro comercial mais importante do país depois de Luanda, transformou-se num importante entreposto comercial, com afluência de caravanas que penetravam no interior adentro do reino. Por esta época comercializava-se o peixe seco, e os pombeiros[32] traziam do planalto cereais, cera, borracha, sisal, goma, gado, marfim e escravos. O reino de Benguela em termos comerciais e de desenvolvimento chegou a ultrapassar a região de Luanda.

Numa retrospectiva da colonização de Angola, em 1540 assiste-se a uma penetração para o interior, que foi aumentando depois da implantação da República em Portugal, no ano de 1910. A partir desta data, um novo e importante rumo foi dado às colónias, em particular a Angola pela posição estratégica que ocupava na costa ocidental e pelos recursos minerais e outras mercadorias de que o território dispunha.

Assim, a par do desenvolvimento económico, que foi a mola impulsionadora para a consolidação da colonização, os colonos apostaram na educação, com a criação de escolas

[31]Descobriram-se também minas de enxofre no Dombe Grande, minas de cobre em Samba Ambela e havia ouro no percurso de Caconda e Huambo. Contudo foi no governo de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho que se iniciou a exploração das minas de enxofre em 1764.

[32]Mercadores, inclusive de pombas.

voltadas para o ensino, com intuito de formar uma elite para dar seguimento ao sistema colonial. A educação dos chamados brancos e assimilados era assegurada pelas escolas públicas. A educação para os indígenas foi entregue aos missionários que ensinavam aos nativos a ler, escrever e contar. Estas acções visavam facilitar a aprendizagem não só da língua portuguesa, como também elevar o seu nível cultural sempre que pudessem posteriormente entrariam para uma escola (Torres, 2011). O sistema de educação e ensino propiciou a aprendizagem da cultura dos diferentes povos da região apesar do número restrito de livros.

No limiar do século XX, por decreto de 28 de Novembro de 1902, no reinado de D. Carlos I e em nome do governo português, é outorgada a Sir Robert Williams a construção dos Caminhos de Ferro de Benguela cuja obra se inicia em simultâneo com o porto do Lobito, duas construções emblemáticas do regime colonial na província de Benguela e que foram as causas para a construção da cidade do Lobito.

Com os efeitos do desenvolvimento e verificada a necessidade de aproveitar e rentabilizar o clima, e as terras aráveis de que o território dispunha, em 1930 inicia-se em Benguela a produção em grandes quantidades do café, do sisal, de cana-de-açúcar, milho e banana, produtos eleitos para a exportação a par de outros como o abacaxi, a ginguba, o óleo de palma, a farinha de peixe e a batata-doce.

7.2. - Percurso Histórico de Uma Centralidade: Cana-de-açúcar, Sisal, Porto e Caminho de ferro

Quinze anos após a conferência de Berlim (1895-1910), a receita de Benguela entra em declínio forçado pela redução da procura da borracha,[33] por esta altura substituída pela fibra sintética. Urge a necessidade de para além da exportação do café, se lançarem outros serviços que por seu turno viriam a facilitar o escoamento dos produtos comerciáveis que as

[33]Pois a queda da borracha inicia em 1901 e com ela o princípio do fim do Empório comercial da Catumbela, a colónia de Angola que havia exportado mais de 3.400 toneladas no valor de 5.600 contos de réis viu esta cifra descer para 2.000 toneladas no valor global de 3.600 contos de réis

mais variadas caravanas provenientes do planalto central eram portadoras para venda, e que depois compravam aos comerciantes locais as manufaturas importadas da Europa.

A deslocação por via terrestre, mediante carros de tracção animal, dos produtos produzidos e chegados através das quibucas[34] vindas do interior da região tornava-os bastantes onerosos, pelo que já em 1843 o governo de Benguela analisava a necessidade de transferência do escoamento para Lobito (AHN, 1994, p. 79-80). Apenas persistia um senão, a conhecida escassez de água na localidade do Lobito e a ausência de recursos financeiros para ultrapassar esta barreira.

A cidade do Lobito[35] foi no seu tempo conhecida por Catumbela das Ostras. A sua edificação, que deveria ser no morro da *Kileva* por ordens da rainha Dona Maria I, foi estruturada junto ao mar, ignorando as ordens reais. A língua nacional predominante na região o umbundo, Lobito significa porta.

Era o ponto de encontro, onde os vários comerciantes nativos do interior se cruzavam para discutir a oferta dos preços dos produtos, a serem comercializados entre a região de Benguela e o Kwanza Sul.

Com uma baía de águas calmas, localidade envolta por matagais, abrigo protector de corsários e contrabandistas, fornecia como produtos a comercializar, além das ostras que eram abundantes na região, madeira e cal era fabricada da casca das ostras utilizando um forno até ao século XIX. Rápido o Lobito cresceu ganhando duas obras emblemáticas que deram notoriedade, os caminhos de ferro de Benguela e o porto do Lobito.

7.2.1. – Caminho de Ferro de Benguela

A história do transporte em Benguela converge com a narração dos acontecimentos que marcaram a actividade agrícola e industrial do espaço territorial Benguela, Catumbela, Ndombe Grande, e o Egipto Praia, na fase embrionária das suas actividades de relevo, quando o único meio de transporte e comunicação era apenas feito pelo homem a pé e o carro bóer. A deficiente forma de mobilidade fragilizou as primeiras iniciativas empresariais.

[34] Caravana de negros.

[35] Lobito significava «porta».

Os caminhos de ferro de Benguela foram a mola impulsionadora para o desenvolvimento do Centro e Sul de Angola, com outros países por onde passava a linha férrea, e para o progresso socioeconómico e cultural, teve como âncora o porto do Lobito, e integrou a "rede ferroviária da África Central e Austral" (Esteves, 1999), o sistema de indústria do Katanga e da então Rodésia do Norte, chegou a ser a espinha dorsal da rede de comunicações no Centro sul de Angola criando uma zona de influência que pode ser dividida em três áreas; a faixa do litoral, a cordilheira de montanhas e a região planáltica.

A faixa do litoral da primeira área estendia-se do rio *Mbalombo* ao rio *Katara*, caracterizando-se por uma região árida, arenosa e argilosa com regimes de chuvas irregulares e diferentes tipos de relevo. Na segunda encontramos duas cordilheiras de montanhas, que cobrem a província de Benguela em toda a sua extensão até ao território do Bié na anhara de *Umbulumvulu*, criando um conjunto de fendas onde visualizamos a serra do Moku com 2.620 metros de altitude, "as montanhas de Upanda, Elende, Veva, Mbongo, Apupa, Xikanda etc." (Esteves, 1999, p. 14), é uma área rica em rochas como xisto, gneisse e granito.

A terceira que cobre a maior superfície da zona de Influência do CFB compreende uma faixa planáltica da região de *Cakonda*, *Kuvangu* ao Moxico com uma altitude que varia de 1100 a 1610 metros, tem um relevo uniformizado com um clima seco e temperado nas regiões do litoral ao interior, uma temperatura quase constante de 20º e ventos moderados, aí encontramos as bacias do Kuandu, e Zambeze que pertencem à "área da *kalunda*, *Kamgamba*, *Muye* e *Viye*" (Esteves, 1999, p. 155). Sumariamente a zona de influência dos caminhos de ferro de Benguela é caracterizada por várias montanhas e florestas, rica em rios e vários ribeiros.

Na zona de influência da linha férrea, para além do aspecto económico evidencia também o aspecto político e socio cultural das populações nela residente, destacando-se a aldeia, a savana e a floresta numa estrutura piramidal reporta Esteves (1999). Na mitologia africana a aldeia tem uma organização normativa, e a sua gente é refinada em comportamento. A diferença entre a savana e a floresta, em termos económicos, reflecte-se também no âmbito cultural com a primeira a cingir-se apenas ao domínio feminino e a outra ao domínio masculina, desprovida de lei, Esteves (1999) refere que na savana se sepultavam as boas pessoas reservando-se a floresta para sepultar os maus.

Curiosamente a zona de influência constituída por uma área que compreendia parte do distrito de Benguela, da então p.p. nº1062 de 26 de setembro de 1912, englobava as áreas

administrativas dos concelhos e capitanias-mores de Benguela, Lobito, Kilengue, Huambo, Kakonda, Bailundo, Alto Kwanza, Bié, Moxico, Ganguela, MBwela, Lucazi, Lungwe-Bungu e Mona Kimbumdo, estendendo-se do paralelo 11º 8' e 13º 5' e 16º 1' e 10º 4' de latitude sul e os meridianos 12º 5' e 13º 7' Este com uma superfície de aproximadamente 123750 km². A zona de influência do CFB tinha condições físicas variáveis em função da "estrutura geológica, do relevo e clima cheio de contrastes, da vegetação dos solos e da hidrografia" (Esteves, 1999, p. 14).

Foi a entrada dos Bóers da África do Sul em Angola, particularmente no reino de Benguela que Esteves (2003) regista como o início de uma nova era no transporte. Entre os anos de 1872 a 1896 a região ganha uma ligação por estrada com o Ndombe Grande da Kizamba, com a Katumbela, Kakonda e Moxiku. As estradas criadas conferiram uma importância económica a Benguela, mas também facilitaram as guerras de ocupação estrangeira. Os carros utilizados pelos Bóers eram puxados por numerosas juntas de bois e era nessa época, para além dos carregadores, o único meio de transporte, não garantia grande segurança nas transações comerciais de transporte de mercadorias para o interior, era vulnerável aos muitos riscos desde aos assaltos as caravanas, ataques de animais ferozes, doenças acabando por serem muito onerosos.

Da necessidade de encontrar formas de comércio e transporte mais baratas, seguras e mais rápidas para a transação das mercadorias com meios de comunicação mais económicos e cómodos nasceu, entre 1889-1893, o projecto de ligar a Katumbela a Benguela através de uma via férrea (Esteves, 2003) iniciando-se a era da máquina a vapor. Para Esteves (2003), o traçado da linha férrea do Planalto Central e Sul de Angola funcionou como um antídoto da pretensão económica, política e estratégica de Portugal relativo a região da África Central e contrariou a intenção da Alemanha e da Inglaterra em apoderarem-se das possessões portuguesas constituindo assim uma obra de estabilidade política.

Internamente, os autótones elevaram o índice da sua insatisfação contra os invasores coloniais que intensificavam o açambarcamento do comércio, e investiam mais nos ataques militares e nas rotas da borracha. Em Outubro de 1899, por lei, o governo português iniciou a construção da ferrovia para dar acesso ao interior e às riquezas minerais do Congo Belga, como espinha dorsal do sistema de transportes da zona central de Angola. Á medida que a linha férrea foi penetrando para o interior minimizaram os conflitos entre as partes, quer internacionalmente quer internamente. O Caminho de Ferro de Benguela proporcionou um

clima de segurança e pôs fim aos ataques aos mercadores, instalou a liderança, criou uma nova orientação política a mudanças em sectores da economia e alguma mobilidade na população.

Relativamente às transformações económicas permitiu a integração da população autótone na economia colonial convertendo-os em trabalhadores assalariados. Estimulou o desenvolvimento da actividade agropecuária, da indústria de transformação, comércio etc.,. Só o engajamento dos nativos no sector produtivo colonial garantia o abastecimento dos trabalhadores e o pleno funcionamento do tráfego ferroviário (Esteves, 2003). Outros benefícios importantes foram a revitalização das culturas "cerealíferas, leguminosas e de oleaginosas" tendo sido introduzidos também outros produtos que faziam parte da alimentação dos europeus, tais como o arroz, batata, cebola, cevada, grão-de-bico, ervilha, trigo etc. acrescentando outras culturas que o regime considerava ricas como o café, sisal e o rícino, implantando-se um método aperfeiçoado de irrigação.

Como qualquer obra de vulto e na época, houve vantagens por um lado e também desvantagens, a construção dos CFB, concorreu para a expansão da colonização (Dias, 1935, p. 51), embora Esteves (2003) reconheça que foi um marco do acto de globalização, da estabilidade política, de transformação económica e da mobilidade e promoção social da região. Os CFB foram dirigidos a partir de 1902 por Sir Robert Williams, depois de uma anterior tentativa de construção, com a conclusão do primeiro troço em 1928, forçada por intimação do governo da então província de Angola, devido à urgência na sua conclusão para cumprir a convenção Luso-Belga. A obra foi adjudicada à construtora inglesa *Pauling & Company*, mas visou também a promoção da localidade e da ocupação europeia.

> "*Na Convenção Luso-Belga assinada em Luanda aos 21de julho de 1927, o governo português comprometeu-se salvo caso de força maior, devidamente constatado a apetrechar o Porto do Lobito de forma a pô-lo em termos de satisfazer às necessidades do tráfego nacional ou internacional em condições análogas as dos outros portos da mesma natureza sob reserva de que nas instalações deveriam de início satisfazer somente as necessidades do tráfego que existir na época da conclusão da ligação como adiante se trata dos Caminhos de Ferro de Benguela à rede do Caminho de Ferro de Katanga* " (Esteves, 1999).

Por força da convenção atrás citada o Porto do Lobito, é considerado um dos Portos mais importantes da África. Desta vez os Caminhos de Ferro de Benguela têm uma importância internacional na rede ferroviária de África, foi uma grande mais-valia ontem e hoje, na descarga de material necessário para a edificação da linha no início e, mais tarde, no transporte do minério e outras cargas que a linha drenava para o litoral. Veio facilitar o escoamento dos produtos do interior, e imprimiu uma nova dinâmica à economia nacional e transfronteiriça.

O caminho de ferro de Benguela seguia a sua viagem até Teixeira de Sousa[36], no leste de Angola, fazendo ligação com a República do Congo Kinshasa onde, para além de levar os produtos para comercialização, também trazia outros produtos fazendo a ligação comercial com aquele país africano e assegurando o escoamento dos minérios da Zâmbia. O comboio foi e continua a ser um meio de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias, percorrendo os distritos de Benguela, Huambo[37], Bié[38], Moxico[39], desde o Lobito até ao Congo Kinshasa.

Desempenhou um papel importantíssimo na economia de Angola, por essa via a Zâmbia fazia chegar ao Porto do Lobito tudo o que naquele país se extraía: ferro, carvão, aço, madeiras, etc. Através dele eram transportados todos os bens produzidos nas terras por onde passava, levando do Lobito até Teixeira de Sousa peixe, frutas, legumes, carnes, gado etc. O comboio de passageiros, que chamavam de *camacove*, fazia a viagem duas vezes por semana. Inicialmente as locomotivas eram movidas a vapor, com lenhas que eram retiradas de florestas espontâneas. Com o decorrer dos anos a Instituição criou a sua própria plantação de áreas florestais, constituídas por eucaliptos, que se estendiam por toda a Ganda num total de 37.500 hectares com 96.000 pés de eucaliptos.

À medida que os anos foram decorrendo a locomoção do comboio deixou de ser feita a vapor, e passou a funcionar a *diesel* resultando daí para o aproveitamento da actividade florestal, a construção da fábrica de celulose e papel no Alto Catumbela. A sua actividade ultrapassava o simples mover do comboio, além da actividade florestal, da fábrica de papel e

[36]Luau.

[37]Nova Lisboa.

[38]Silva Porto.

[39]Luso.

celulose também tinha oficinas que iam até a província do Huambo, e foi o grande empregador da província com 12.149 trabalhadores em 1973.

Convêm ainda referir que em 1886 existia uma linha férrea de concessão privada cuja exploração era considerada desastrosa, ligava a cidade de Benguela a Vila da Catumbela, tinha um funcionamento precário, os próprios passageiros tinham de abastecer a lenha à locomotiva a vapor para prosseguir a viagem.

A lei que autorizava e aprovou a cabimentação das verbas para a construção do caminho de ferro de Benguela visava ligar a Costa do território de Benguela até a fronteira oriental de Angola. O desenvolvimento socio-político e económico da época com a descoberta de jazigos de cobre e de zinco com alto valor estratégico e comercial na região de Katanga - República Democrática do Congo e no *Copperbelt*-Zâmbia, aguçaram os interesses privados da empresa *Tanganyika Concessions Ltd*, que no ano de 1902 propôs ao Governo Português um projecto de constituição de uma empresa privada, para construção e exploração sobre o regime de concessão de um Porto e linha férrea até o leste de Angola.

A actividade de exploração ferroviária também mudou a vida social da cidade e dos trabalhadores, o bairro do Compão, palavra derivada do inglês *compound*, situado na cidade do Lobito era o acampamento principal do pessoal da linha dos CFB lá instalados. A mão de obra com experiência para esta empreitada era escassa, o que forçou os empreiteiros a contratarem trabalhadores de construção de linhas ferroviárias da África do Sul, do Gana, Egipto do Senegal e alguns europeus técnicos e trabalhadores portugueses, britânicos, alemães e belgas. Dados poucos fiáveis demonstram que no início existiram cerca de 2800 trabalhadores.

Todo o material e equipamento utilizado para a obra de construção foi importado da Europa. Entretanto, localmente usaram-se matérias-primas como a cal, correias, cordame, areias, inertes e certa madeira, bem como bens alimentares. As obras de arte como pontes foram fabricadas na Europa, é de salientar que utilizou-se a bitola que existe na região *Cape Gauge,* 1067 mm para plataforma de via, os solos escolhidos e bem compactados, carris de 30 kg/m, BS 60 e travessas de aço, tudo sob as normas de construção vigentes na Grã-Bretanha - *British Standards*.

No ano de 1953 distribui-se pelos primeiros accionistas os lucros líquidos da exploração ferroviária.

Com o aparecimento dos grupos de libertação de Angola - MPLA, UPA e UNITA, no final dos anos cinquenta, o governo português incrementou a actividade produtiva, utilizando uma política proteccionista acompanhada de incentivos aos investimentos. Com efeito o território teve um crescimento do seu PIB entre 1960 e 1973 de 7,8% ao ano, tendo sido reforçada a segurança militar. No tempo da guerrilha, o comboio ficava em Cuemba e só pelo romper da aurora continuava a viagem. Esta estratégia tinha por objectivo não serem surpreendidos pelos guerrilheiros, que geralmente faziam os ataques durante a noite. O caminhos de ferro de Benguela instalado pelos ingleses em Angola tornou-se assim no grande braço de desenvolvimento de Angola.

Referimo-nos apenas ao percurso do comboio até ao Luso onde partia por volta do meio-dia com destino a Teixeira de Sousa - Congo Kinshasa, Léua, Lumeje, Luacano, eram também terras que em seus solos chamados «xanas» abundavam peixes em grande quantidade, milho, feijão e abacaxi. Também a caça abundava, permitindo tirar grande proveito através das peles que, depois de secas ou curtidas, eram exportadas.

A época da guerra civil em Angola afectou sobremaneira grande parte da actividade ferroviária, o transporte de cargas que em 1973 atingiu cerca de 3 milhões de toneladas, contabilizava apenas 30 toneladas no ano de 2009, sete anos depois do fim da guerra civil. A exploração de tráfego internacional interligando a rede da *Societé National du Chemin* de *Fer du Congo* fora suspenso desde o ano de 1975. A nível interno reduziu-se a actividade restando algumas operações descontinuadas na linha geral excepto no troço Lobito-Benguela com 34 km de extensão, a partir de 1993.

Entretanto a reabilitação do CFB, particularmente da linha geral, constitui uma grande preocupação das políticas públicas do Governo de Angola e de toda a região da África Austral, o crescimento económico do país passa sobretudo pelo retomar da actividade não só interna de Benguela ao Luau, mas sobretudo servir de alavanca no escoamento dos produtos do país e territórios vizinhos como o Congo, a Zâmbia etc.; assim passou a fazer parte da agenda prioritária da SADC que a incluiu num programa de desenvolvimento de 10 anos.

O actual caminho de ferro de Benguela-EP, herdeira da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela SARL - CCFB SARL, onde o Governo da República de Angola detinha 10%, e a *Tanks Consolidated Investments*, subsidiária das *Societé Generale* de Belgique 90% terminou a sua exploração ferroviária a 27 de novembro de 2001, período no qual foi dada por finda a concessão que vigorava desde 1903.

No período da guerra civil em Angola, mais concretamente em 1980, foi suspensa a circulação de passageiros na linha geral entre Negrão e Luena, entretanto alguns passageiros astutos por força das normas e regulamentos de transportação de mercadorias, para viajarem entre o Cubal e a Caála, no Huambo, faziam o despacho de um boi e apresentavam-se como tratadores do boi e lá seguiam também de viagem.

A reabilitação do caminho de ferro de Benguela envolveu uma história só do século XXI em termos da Cooperação, a ascensão da China como actor político e económico internacional, quando analisados os passos que antecederam a relação sino-angolana, porquanto finda a guerra civil em Angola no ano de 2002 e, depois de várias tentativas negociais do governo com o FMI para uma conferência de doadores internacionais nunca concretizadas. Em 1989 a República de Angola adere ao Fundo Monetário Internacional em plena guerra civil no país, passados cerca de vinte anos esta instituição financeira mundial rejeita a concessão de um financiamento concreto ao país que precisava reerguer-se dos escombros da guerra, reabilitar as infraestruturas técnicas, sociais e económicas para o seu desenvolvimento, impondo reformas estruturais na economia angolana, tais como a liberalização do comércio, reforma do Banco Central e, mais transparência na política.

Perante o cenário de hesitação do FMI e seus parceiros, o Clube de Paris, os chineses veem a oportunidade de estabelecerem uma mudança estratégica no seu relacionamento com Angola, em 2004 concedem uma linha de crédito avultada com taxas de juros entendidas pelas duas partes como atractivas, longe das exigências dos tradicionais mercados financeiros mundiais.

De entre os vários pacotes do financiamento e o negócio da China na moda, os Chineses apoiados pela EximBank foram os eleitos para reestruturar os caminhos de ferro de Benguela, 1.350 km, incluindo a importação de material ferroviário (Conde, 2009) reabilitação da linha quer em infraestruturas, sinalização ferroviária, modernização em alguns serviços a introduzir no transporte da população e mercadorias, tal como para ligá-la até à fronteira com o Congo.

7.2.2. – Porto do Lobito

A construção do Porto do Lobito há 82 anos, surgiu em simultâneo com a construção do caminho de ferro de Benguela. Obra adjudicada à empresa inglesa *Pauling & Company* que se comprometeu com a missão de construir um porto de tráfego internacional. A ausência de águas profundas no litoral de Benguela favoreceu que a Baía do Lobito fosse eleita para albergar tão imponente obra. A cidade do Lobito disponibiliza 5 km de comprimento, 600 metros na entrada e aproximadamente 1,5 km na parte mais larga, com 15 a 36 metros de profundidade e uma amplitude de 1,90 metros de amplitude de maré.

Prestou serviços de grande relevo como ponte-cais, e a partir dele foi possível a atracagem simultânea de três unidades de longo curso e de mais de uma de cabotagem ou pequeno calado. A primeira unidade da marinha mercante que atracou no porto do Lobito na altura em que foi concluída a construção do primeiro cais foi o paquete «Lourenço Marques», proveniente da então colónia de Moçambique.

Para dar sequência a esta empreitada, adjudicou-se a segunda fase de construção do restante cais à firma alemã *Gruen & Bilfinger* que concluiu a obra em agosto de 1943, obedecendo ao projeto do engenheiro António Craveiro Lopes, com algumas alterações. A construção do Porto do Lobito veio honrar o seu construtor, o caminho de ferro de Benguela, com a descarga no início de material necessário para a construção da linha férrea e mais tarde serviu para receber o minério e outras cargas que eram drenadas para o litoral.

Actualmente comporta uma área de 200.000 m², dos quais 12 mil são de área coberta, com uma capacidade para suportar 50.000 toneladas de deslocamento máximo. Atendendo às necessidades de desembaraçar o congestionamento do Porto foi criado um porto seco que serve como terminal intermodal numa área de 90.000m², com uma ligação terrestre acessível e ligação ferroviária ao caminho-de-ferro. É um dos portos de referência na costa ocidental do continente africano, com um funcionamento invejável em tempos idos onde ultrapassava a importância do porto de *Walvis Bay* - Namíbia no movimento de mercadorias da África Austral, e assegurava a dependência económica da República da Zâmbia e do Zimbabwe no escoamento dos seus produtos para exportação (Dias, 1935, p. 54).

7.2.3. – Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar foi cultivada em grandes extensões de terreno, criou em Benguela um centro industrial de referência com a instalação da açucareira Kassequel, estendendo-se também para a localidade do Dombe Grande. Foi a partir da produção da cana-de-açúcar que surgiu o desenvolvimento da cidade da Catumbela erguida junto ao forte construído pelo tio do general Craveiro Lopes. A produção de cana-de-açúcar foi uma das mais importantes de Angola seguida da produção na fazenda Tentativa localizada na região de Caxito-Bengo. No ano de 1914 a produção da cana-de-açúcar permitia uma exportação de 6.749 toneladas e em 1940 atingiu 39.433 toneladas no somatório da produção das fazendas de Benguela e Luanda. O açúcar em Benguela atingiu um pico de produção nos anos 1971/1973 tendo sofrido daí em diante um declínio imparável até ao encerramento da última açucareira, em 1991, na Vila do Dombe Grande-Baía Farta.

7.2.4. – Sisal

O Sisal, com o nome científico de *Agave rígida sisalane*, é uma planta da família das amarilidáceas, de fibra têxtil, muito empregada na indústria, sendo uma das principais produções agrícolas em Angola e Moçambique. O sisal começou a ser exportado de Angola durante a 2.ª guerra mundial (1939-1945), numa altura em que a sua cotação no mercado internacional já se encontrava em descida.

A exportação de sisal deu um salto de gigante atingindo 62 toneladas em 1920, em 1941, 3.888 toneladas e daí em diante foi subindo até no ano de 1973, em que chegou ao máximo de 53.499 toneladas. A exportação da fibra desta planta atingiu milhares de toneladas, principalmente para União Europeia. Foi cultivado ao longo do caminho de ferro de Benguela, através do qual se fazia o seu escoamento para o Porto do Lobito. Quem viajasse de comboio podia admirar imensas plantações de sisal distribuídas por fazendas, pertencentes a produtores que maioritariamente viviam fora do país.

Bocoio[40], Balombo, Kassequel, Chongorói, Cubal, Santa Maria e Marco de Canaveses são as regiões onde o sisal mais contribuiu para o seu desenvolvimento. A cultura do sisal teve características interessantes pelo trabalho que envolvia desde a sua plantação, até

[40]Vila Sousa Lara

ao enfardamento. A primeira fase da plantação era feita com as plantas a ser colocadas a uma distância de cerca de dois passos. Este intervalo chamava-se *Tonga*. Outras fases seguiam-se como a capina, o corte, etc. Nesta fase existia um pormenor interessante, só era permitido cortar uma certa quantidade de folhas de modo a que a planta nunca ficasse despida.

As plantas eram atadas aos molhos e transportadas para a desfibradora onde as folhas eram desfibradas. Depois a fibra era estendida em linha de redes a secar. Estando seca, passavam pela fase de polimento, seguindo-se a separação para a clarificação por tamanho. 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª, - rejeições, eram classificações atribuídas. Em seguida a fibra era enfardada e transportada para o caminho de ferro e seguiam para o Porto do Lobito.

Os principais produtos derivados do sisal eram os fios biodegradáveis utilizados em artesanato; no enfardamento de forragens; cordas de várias utilidades, inclusive navais; torcidos, terminais e cordéis. O sisal também era utilizado na produção de estofos; pasta para indústria de celulose; produção de tequila; tapetes decorativos; remédios; biofertilizantes; ração animal; adubo orgânico e sacarias. As fibras podiam ser utilizadas também na indústria automobilística, substituindo a fibra de vidro.

7.2.5. – Milho

O incremento da cultura do milho foi um sucesso inesperado, porquanto teve grande importância e permitiu que funcionasse como uma moeda em curso quer a nível interno como externo, foi a fonte de receitas do tráfego local de mercadorias e fornecia os recursos pecuniários ao pagamento de imposto indígena; esta produção permitiu a criação de gado bovino, caprino, ovino e suíno.

A produção artesanal ganhou grande impulso nos anos 50, havia uma produção artesanal que rondava os 74% onde representava a indústria moageira sem peso significativo na balança económica, pois cedeu o mercado a pequenas indústrias transformadoras. Esteves ressalva o funcionamento da indústria açucareira.

7.3. – Benguela no Tempo da Independência

Abordando particularmente o caso de Benguela estamos a focar a nossa atenção sobre uma das cidades mais desenvolvidas de Angola. À sua volta explorava-se a cana-de-açúcar, no Cavaco desenvolvia-se a cultura da banana, abacaxi, sisal, óleo de palma e do mar vem o peixe que abastece a indústria piscatória. Terras como a Baía-Farta, Cubal, Nova Sintra, Chongorói, Catengue, Sousa Lara, Luemba, Cachipoque, Chitumbo, constituíam o celeiro de toda a região.

7.3.1. - Actividade Económica: Agricultura e a Agropecuária

Benguela mantém o seu potencial económico em recursos, testados e comprovados desde o século XVII. Com uma rede hidrográfica de boa qualidade, que sustenta um milhão de hectares de terras aráveis, apenas aguarda iniciativas de investimento para despertar dos 35 anos em que esteve adormecida. Possui um grande potencial agropecuário com possibilidades de tornar a sua extensão territorial auto-suficiente e reduzir a falta de emprego que se faz sentir depois da guerra civil terminada em 2002. A agricultura, foi um dos sectores de actividade mais afectados pelas três décadas de guerra civil, fizeram deslocar a população do campo para as zonas urbanas à procura de maior segurança. De 800 mil cabeças de gado que dispunha em 1973, os últimos dados estatísticos apenas apuraram a existência de 100 mil.

7.3.1.1. - Agricultura

Do ponto de vista agro ecológico a província divide-se em três zonas; zona agro-ecológica 22/29, compreende os municípios situados no litoral: Baía-Farta, Benguela, Catumbela e Lobito. É uma região de clima árido com precipitações que oscilam a volta de 200mm/ano atinge uma temperatura média anual de 25ºc tendo como humidade relativa média do ar 78%. Esta zona é indicada para a agricultura do regime de regadio, predominando solos aluviais nos vales dos rios Coporolo, Cavaco, Catumbela e Cubal da Hanha adaptados para as culturas do milho, hortofrutícolas, cana sacarina, palmares, leguminosas e outras

raízes e tubérculos. A actividade pecuária é desenvolvida a Sul e a Este do município da Baía Farta.

A zona agro-ecológica 23 é constituída pelos municípios do Bocoio, Cubal, Caimbambo e Chongorói, tem um clima sub húmido com uma precipitação anual de 700 à 1200 mm, a temperatura média anual é de 21 a 23ºc com uma humidade média anual de 70 – 75%. De solos fersialiticos, adaptados para a exploração do milho, massambala, feijão, soja, girassol, tabaco, amendoim, sisal e hortofrutícolas, reúne as melhores condições para a actividade pecuária.

A terceira zona agro-ecológica 24 compreende os municípios do Balombo e da Ganda. Tem um clima húmido, com precipitações anuais de 1000 à 1500 mm, a temperatura média anual é de 20 a 22ºc, com uma humidade relativa média anual na ordem de 60 a 70%, com solos ferralíticos amarelos e vermelhos, assinalam expressivas faixas de solos aluviais (na região do Chicuma e Maca Mombolo). Nesta zona as principais culturas são o milho, feijão, girassol, a soja, amendoim, raízes, sisal, hortofrutícolas e tubérculos.

Apesar de possuir um potencial agropecuário secular, devido a características dos seus solos e uma diversidade climatérica, a província é sustentada por uma rede hidrográfica de fazer inveja, contudo, apesar deste facto, a actividade agrícola decaiu muito. De 1 milhão de hectares de terras aráveis a sua produção agrícola está aquém das suas potencialidades existindo um fraco desenvolvimento nesta área, fruto do conflito armado que o país viveu, e que levou á migração das populações das áreas rurais para as zonas urbanas, mais especificamente para o litoral para garantia de mais segurança.

A produção destas localidades é variada em culturas, que dependem dos diversos climas que elas comportam mas que são dirigidas para a subsistência do produtor ou da sua comunidade, os agricultores perderam a sua identidade económica e a produção não atinge quase quantidades suficientes para alimentar a província. Assim, se em determinadas áreas o sistema é de mono-consociação e monocultura existem outras onde já se encontra o sistema de mono-consociação, monocultura e consociação. O milho, as plantas hortofrutícolas com excepção do abacaxi, apenas produzido no Bocoio e Cubal, a batata-doce, a banana, a batata rena são espécimes que se reproduzem em toda a extensão da região. Outros cereais da região

como o gegelim[41], a ginguba ou amendoim, a massambala, a mandioca[42], feijão carioca[43], feijão macunde[44], o trigo[45].

7.3.1.2. - Actividade Piscatória

Esta área pode-se subdividir em dois sectores, o sector artesanal e o sector industrial. No sector artesanal, a pesca constitui uma grande fonte de rendimento para uma boa percentagem da população da Baía-Farta, município rico por excelência pela existência de uma fauna piscatória invejável, com um contributo considerável nas receitas locais.

No sector de pesca industrial, não escapa ao estado de imobilização como outros sectores importantes da economia angolana, exceptuando o petróleo e os diamantes, porquanto dados oficiais apontam para a existência de aproximadamente 50 empresas do ramo em estado de semi-paralização (CESO, 2010, p. 9).

7.3.2. - Indústria e Geominas

O ponto fraco que há muito se consubstancia passa pela recuperação do escasso parque industrial de que a província dispunha até 1973, estando a funcionar apenas 60% do que dispunha, como sendo a fábrica de óleos, de sabão, as moageiras, artesanais e industriais, fábrica de massas alimentares, uma das unidades de referência da produção de açúcar, com possibilidade de recuperação que seria a do Dombe Grande, salineiras e unidades de produção de materiais de uso agrícola.

O parque industrial de Benguela está praticamente paralisado porque permanece fortemente dependente de capitais escassos tendo em conta a descapitalização dos empreendedores da província, tecnologia e mão de obra para a sua recuperação.

[41]Cultivo exclusivo do Cubal.

[42]Apenas não se cultivam em Benguela.

[43]Não é cultivado no Caimbambo.

[44]Não é cultivado no Balombo e Lobito.

[45]Só se cultiva no Balombo.

A economia da província está assente na pesca marítima, na agricultura e na pecuária com grandes dificuldades em termos de infraestruturas, falta de água, de energia elétrica funciona abaixo da sua capacidade instalada com 20% de *outputs*. Apostando fortemente na inversão desta situação, com a criação de infraestruturas que venham revitalizar a actividade económica existente e ressurgimento de outras cujas potencialidades a província oferece possibilidades de futuro, só o distrito de Benguela conta com 157 empresas da área de pequenas indústrias e destas 7 em cada 10 pertencem à área da indústria alimentar.

Na área dos recursos naturais a província possui como minérios para além do enxofre e do cobre, que constituíram o móbil das invasões de exploradores durante os séculos XVII a XIX, chumbo, zinco, manganês, estanho, diatonite, calcário-dolomite, volfrâmio, molibdénio, fluorite e gesso.

7.3.3. - Área do Comércio e Prestação de Serviços

Há a realçar a posição geoestratégica em que se situa Benguela, com um porto de águas profundas no Lobito, um caminho de ferro de referência em África e uma linha rodoviária internacional que liga o país no seu todo desembocando no vizinho país da Namíbia. O comércio, fortemente afctado pela guerra civil, com a edificação da paz reergue-se em iniciativas de empreendedorismo e actividades que visam superar constrangimentos e estrangulamentos. É feito na vertente formal e informal por agentes privados na maioria e agenciados por órgãos directores, com estabelecimentos adequados para a prática do comércio.

A actividade do mercado informal, como em todo o país que é Angola, ocupa uma posição de destaque. Contudo outras actividades vão-se desenvolvendo registando 2.285 actividades económicas. Destas 92,6% são voltadas ao comércio e prestação de serviços e mais de 83% concentram-se nas cidades de Benguela e Lobito.

As actividades comerciais de relevo concentram-se no comércio a retalho, com 2.274 unidades, no comércio a grosso, onde se contabilizam 521 unidades, com algum destaque também para o comércio misto, com 597 empresas. Existem ainda outros serviços de menor relevo. A província possui, na área do comércio, espaços considerados grandes superfícies, e estão estabelecidos os tradicionais supermercados, num total de 210 unidades. Os

supermercados localizam-se no Lobito, com 121 empresas, 83 em Benguela e 6 na localidade de Baia-Farta.

As autoridades locais empreendem esforços para a regularização da oferta de bens e serviços para minimizar a grande disparidade existente com o resto do país fundamentalmente em comparação com Luanda, e satisfazer a crescente procura para equilibrá-la com a correspondente estabilidade nos preços dos produtos essenciais, intensificando o apoio na massificação da produção interna que visa incentivar a produção local, e mudar a estrutura do consumidor final há muito penalizado com os preços inflacionados que se praticam.

Para corresponder à procura dos bens de consumo essenciais e levar ao incremento da produção dos bens nacionais, o Governo já criou o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População-PRESILD - Nova Rede Comercial. Para o alcance da autossuficiência alimentar e o relançamento de algumas culturas que podem ser competitivas nos mercados externos, organizaram-se redes de infraestruturas para apoiar os pequenos produtores.

Uma medida aprovada foi a Linha Especial de Crédito Agrícola que é destinada a pequenos e médios produtores. Elaboram-se projectos com o objectivo de aproveitar o potencial turístico da província, assente em paisagens rurais, termas, monumentos históricos e excelentes praias que se estendem ao longo dos 200 km de costa utilizáveis para veraneio e prática desportiva.

7.3.3.1. – Prestação de Serviços

A actividade de prestação de serviços vai ganhando corpo e absorve uma faixa etária de gente jovem entre homens, mulheres e jovens alguns adolescentes para assegurar o rendimento familiar, na cidade de Benguela cerca de 59% fazem desta actividade a sua fonte de renda e 11% outra forma de aumentar a renda diária ou mensal. Há a destacar como acção de relevo os serviços financeiros, oferecidos por alguns bancos instalados em quase toda a província que muito têm contribuindo para o desenvolvimento económico de Benguela e para minimizar alguns problemas dos empresários com créditos bonificados «*Kixiquila*» financiam pequenos negócios, os empréstimos são variáveis de 90 a 100%. Devido ao baixo nível de

escolarização os pequenos empresários que aderem ao *Kixiquila* não encontram grande margem de lucro, e são estes que estrangulam o mercado exercendo a sua actividade fora das áreas concebidas para o efeito e em condições inadequadas, outro factor negativo deve-se à falta de cumprimento dos regulamentos que ditam a regra das ctividades e pagamento dos impostos.

Os principais agentes bancários com serviços na província são:

Banco Nacional de Angola - delegação regional.

Banco de Poupança e Crédito – BPC.

Banco do Comércio e Indústria – BCI.

Banco de Fomento de Angola – BFA.

Banco Internacional e Crédito – BIC.

Banco Africano de Investimentos – BAI.

Banco Totta de Angola.

7.3.4. - Restauração, Hotelaria e Turismo

A área de restauração está localizada nos centros urbanos, como sejam Benguela sede e Lobito e alguns escassos estabelecimentos vão surgindo no interior da província. Com o fim da guerra civil e a garantia da paz em todo o país, assistiu-se a uma mobilidade enorme da população em todas as direcções, do litoral para o interior e vice-versa. O desenvolvimento económico que o país tem vivido nestes últimos cinco, anos proporcionou uma nova dinâmica na indústria hoteleira, com algumas unidades de qualidade recentemente erguidas para poder responder à escassez que se fazia sentir desde há alguns anos e outras foram reabilitadas.

Benguela conta actualmente com 21 hotéis, de quatro estrelas para baixo, com especial realce para o hotel Terminus, na cidade do Lobito, o hotel Mombaka na cidade de Benguela e outros que vão surgindo e tentando proporcionar o melhor conforto e serviços de qualidade aos clientes visitantes. Outros estabelecimentos da indústria similar vão sendo construídos. No seu todo existem já 61 pensões, 871 restaurantes e outros 56 estabelecimentos de lazer.

A província possui um panorama atractivo, paisagens deslumbrantes e as praias mais famosas do país, incluindo a Restinga do Lobito. A sul de Benguela localizam-se praias

pitorescas como a Baía de Santo António, Baía das Vacas, a praia da Caota, a praia da Baía Azul, a praia Caotinha, a praia Morena e tantas outras. Importa ressaltar que a zona balnear da praia Morena encontra-se provisoriamente desactivada por contaminação das suas águas.

Não existe um programa estruturado de turismo, porquanto esta actividade requer o exercício de várias acções interdependentes e o país ainda envida esforços no sentido de incluir no seu pacote de desenvolvimento a actividade turística. A província dispõe também de um Parque natural, o da *Chimalavera*, que dista 30 Km da cidade de Benguela, com uma área total que atinge os 150 Km².

7.3.5. - Perspectivas

Passadas mais de duas décadas de paralisação inerente á situação de guerra civil vivida em todo o país, a província de Benguela tem vindo a despertar para a recuperação económica. Experiente na actividade produtiva, tem vindo a fazer uma reflexão de ajustamento económico com delineamento de estratégias capazes de recuperar e aproveitar melhor as potencialidades que a natureza dispõe.

A recuperação do caminho de ferro de Benguela por forma a retomar o seu percurso normal ligando o país à República do Congo Democrático, antiga República do Zaire e à República da Zâmbia, constitui a grande aposta em termos de recuperação das infraestruturas na matriz das políticas públicas; em março do ano de 2012 o comboio retomou o seu percurso até à cidade do Huambo e no mês de junho do mesmo ano chegou ao Kuito província do Bié.

O aperfeiçoamento do porto do Lobito e sua diversificação com o apetrechamento de meios sofisticados e modernos, possibilita a sua expansão e afirmação na economia regional da SADC. O porto do Lobito e os caminhos de ferro de Benguela constituem um "factor dual determinante para o futuro de toda a economia da região – ligação h*interland* e ligação internacional" (CESO, 2011, p. 18).

A melhoria das vias rodoviárias capazes de manterem e assegurarem o escoamento dos produtos, e fluidez do trânsito em todo o país ligando à vizinha República da Namíbia assenta na reabilitação dos 2.650 km de estradas e pontes que vão facilitar o escoamento e ligação interna e externa. Expansão da produção de energia elétrica reabilitando a central

hidroelétrica do Biópio para 14MW e do Lomaum para 82MW, expansão do sistema de *Kapanda* e a interligação dos sistemas Norte-Centro até ao *Quileva*.

A construção da refinaria do Lobito é certamente a obra de vulto de Benguela actual, visando provocar uma «onda de choque» na actividade produtiva, encerra em si mesma uma grande expectativa em torno da sua importância, quer pelos 2000 postos de trabalhos criados nesta fase de construção, como pelos 5000 postos de trabalho que serão criados após a sua conclusão, e plena laboração, prevista para o ano de 2012. Irá revolucionar todo o parque industrial da cidade do Lobito, mas também das áreas adjacentes como Benguela, Bocoio e outras próximas. Funcionará com recurso à tecnologia de ponta, fiável na produção de combustíveis de elevada qualidade, destinando cerca de 90% da sua produção ao mercado nacional, com o intuito de minimizar a importação de gasolina e gasóleo.

O governo implementa um esforço enorme na recuperação económica da região, e para o efeito criou cinco grandes linhas estratégicas de desenvolvimento: na indústria transformadora, na agro-indústria, nas pescas e transformação industrial do pescado; na agricultura e no turismo foram definidos dois grandes eixos de desenvolvimento económico para médio e longo prazo na área da agro-indústria e na área do turismo.

O fornecimento e abastecimento de água potável às populações constitui um dos grandes desafios, contribuindo para isso o índice elevado de doenças diarreicas que devem ser minimizadas, implementar e melhorar a rede elétrica para o fornecimento de energia, pois estes dois factores são imprescindíveis na gestão não só dos serviços, da indústria mas sobretudo na melhoria da qualidade de vida dos citadinos.

Estender a rede sanitária da província levando a saúde mais próximo da população e implementar os serviços básicos com qualidade e eficiência para a população ganhar uma cultura de sanidade formando mais pessoal especializado e combater as doenças endémicas, controlando as infraestruturas sanitárias. A nível da educação e ensino o governo da província tem como prioridade reduzir o elevado número de crianças e adolescentes fora do sistema escolar, construção e alargamento de mais salas de ensino para evitar o número elevado de crianças que estudam ao ar livre, apetrechamento com equipamentos próprios a educação, melhorar a formação quer dos docentes como dos discentes.

7.3.5.1. - Caminho de Ferro de Benguela

Em 2005 foram encetadas conversações entre o governo de Angola e da Zâmbia, para a retoma do funcionamento do caminho de ferro. Com o financiamento da China a linha está a ser recuperada e neste momento já funciona do Lobito, Bié ao Moxico. As equipas de desminagem trabalham em conjunto com as forças armadas angolanas, o Gabinete de Reconstrução Nacional e a Polícia de Guarda Fronteira.

Presentemente o comboio tem como principais estações o Lobito, Huambo, Bié, Muhango, Luena e Luau, locais onde foi concluída a remoção dos engenhos explosivos, a reabilitação e reposição de carris terminaram a 30 de agosto de 2011, altura em que foi reinaugurado a ligação entre o Cubal e a Cidade do Huambo, do Lobito ao Luau na fronteira entre a República de Angola e a República da Zâmbia, perfazendo 1.344 quilómetros reconstruídos com a previsão de "construção de um total de 74 estações". Investiu-se 1,8 biliões de dólares na reparação do CFB incluindo a desminagem, reposição das linhas, construção de pontes. A retoma do CFB em toda a sua extensão do Lobito ao Luau trará uma mais-valia económica, com a criação de 240 postos de trabalho.

7.3.5.2. - Porto do Lobito

O porto do Lobito movimentou de janeiro a dezembro de 2011, 2.731.329 de toneladas de mercadoria diversa, contra 2.368.384 toneladas manuseadas em 2010 representando um acréscimo de 15,3%, apesar desta subida a unidade produz menos 11% na movimentação de contentores.

A média de permanência dos navios em 2011 foi de dois dias contra 3 de igual período em 2010. Em 2011 foram descarregadas 1.264 viaturas contra 5.910 descarregadas em 2010, por força de um decreto-lei que proíbe a importação de viaturas usadas.

CAPÍTULO VIII – CIDADES DA PROVÍNCIA DE BENGUELA: GESTÃO, CIDADANIA E COOPERAÇÃO

A abordagem que efectuamos sobre Benguela e as suas cidades configura-se num retrato possível para entender a estrutura desta porção do território angolano, a sua organização política administrativa, e a partir dela traçar, se possível, o perfil dos seus cidadãos. A província tem como privilégios a tenacidade dos seus habitantes, uma natureza cujo clima é diversificado no litoral e no interior, possuindo uma paisagem arquitectónica nas suas cidades de Benguela, Catumbela, Cubal, Ganda e Lobito que lhe confere um lugar de destaque no conjunto das cidades angolanas. A gestão política administrativa é feita a partir de Luanda onde se encontra o governo central que dita as regras, e dirige através dos seus representantes nas províncias, municípios e comunas todas as decisões aprovadas pelo executivo do país.

As cidades são dirigidas por um Órgão executivo coordenado pelo Administrador Municipal, coadjuvado pelo administrador comunal[46], pelos Regedores, figura de autoridade tradicional[47], tal como no passado representaram o Estado junto dos Sobas como entidade máxima tradicional, também conhecido por Soba Grande.

O Soba constitui uma das figuras mais antigas das autoridades locais tendo em atenção que a sua designação variava de acordo com a língua nacional de determinada região. Na região dos umbundus para uma pessoa construir uma casa em determinada aldeia teria à partida de ser parente dos demais. O Soba responde pelo espaço territorial onde a sua família foi a primeira a chegar, cria laços consanguíneos com outras famílias que vão aparecendo, estabelece relações de parentabilidade e submete a sua chefia aos demais. Por imperativos próprios é o dono das melhores áreas de cultivo ou da pastorícia. Também é função do Soba preservar a cultura do seu povo, da sua linhagem familiar e primar pela ordem do seu

[46]Sem expressão uma vez que a verba disponibilizada pelo Estado apenas chega para os Órgãos municipais.

[47]Criada pelos colonialistas para contrabalançarem o poder dos Sobas ante a ocupação colonial, eram por regra nativos assimilados da confiança da autoridade colonial que tinham por função fazerem a ponte entre as autoridades tradicionais autóctones e o representante do governo.

território. Cabe a ele representar o povo junto das autoridades locais e ser o porta-voz do seu povo.

O Sekulo ou Seculo é a designação atribuída ao chefe de um clã familiar sendo o mais velho do grupo, representa o seu clã junto do Soba e se necessário perante as autoridades políticas e administrativas.

8.1. - Benguela

Benguela, situada na região centro oeste de Angola, ocupa um território de 2.100 km², é limitada a Noroeste pela cidade do Lobito, a nordeste pelo município do Bocoio, a leste pelo Caimbambo, a sul pela Baía Farta e ao Oeste pelo Oceano Atlântico. Com um clima quente e seco, que pouco influencia a aridez, apresenta uma temperatura que varia de 24º a 35º, predominantemente no litoral. O seu relevo "representa uma combinação de planaltos cortados por rios secos que acumulam água" e colinas dispersas. Grande parte da população vive fora do centro urbano tendo a maioria como ocupação, pequenos negócios de atividades informais, cerca de 59%, enquanto os restantes se dedicam a outras actividades, tais como a agricultura, pesca e um número muito reduzido aos serviços administrativos. Com uma população de cerca de 548.496 habitantes encontramos uma diversidade de etnias, sendo 81,5% umbundos, e os restantes kimbundos, ganguelas, bacongos, fiotes, tchokwes e muquilengues.

A cidade de Benguela, que em 1726 tinha o nome de cidade de S. Filipe de Benguela, foi fundada em 1617 por Manuel Cerveira Pereira, como já referimos em capítulo anterior. De 1641 à 1648 esteve sob custódia dos Holandeses; pertencente ao antigo Reino de Benguela foi um dos principais centros comerciais da colónia portuguesa ultrapassando mesmo a cidade de Luanda. Os primeiros anos de colonização foram difíceis para os representantes da coroa portuguesa, um clima atemorizante de muitas doenças que em 1624 Fernão de Sousa sugeriu a mudança da cidade para o Sumbe e em 1650 Salvador Correia propõe a mudança para a Vila de Catumbela, "para o morro da casa branca ao fundo da baía" facto que não se veio a consumar. A guerra de 1705 entre os reis de França e o de Portugal levou a destruição da cidade e da sua fortaleza, terminando com a capitulação por parte dos franceses até 1710.

Esteves (1999) refere que as indústrias nos anos 50, eram fruto de pequenas iniciativas de funcionamento e estrutura precária, sendo o comércio realizado "nas povoações ferroviárias e administrativas".

Assim, a estruturação do Caminho de ferro facilitou o uso da moeda nas trocas comerciais. Os produtos agrícolas de exportação eram o milho, o feijão, o sisal e o rícino. Os produtos importados eram: o carvão, o petróleo e derivados, o cimento etc.

A construção do CFB trouxe uma transformação social no seio da população, criando postos de trabalho e atraindo jovens nativos. Constituiu um elemento integrador e proporcionou convivências interculturais a diferentes grupos que trabalhavam na mesma área, partilhando experiências profissionais fora do local de trabalho, interagindo com os outros grupos sociais e culturais. A ele se deve o surgimento de novas cidades como o Cubal e a Ganda e ainda de tantas outras edificadas ao longo do seu percurso, levando á edificação de estações e apeadeiros. Foram também construídas aglomerações ferroviárias cujas actividades ultrapassavam a natureza férrea, atingindo actividades administrativas, comerciais e industriais o que constituiu um chamariz para a população (Esteves, 2003).

A importância económica de Benguela reside também na fertilidade do seu solo onde se produzem uma grande variedade de culturas agrícolas como: a banana que deu a Benguela o lugar de maior exportador nacional, o ananás e o milho, entre outros (Bettencourt, 2010 p. 71).

A actividade de gestão política, pública e administrativa da cidade de Benguela é feita por um Administrador Municipal, entidade máxima na estrutura do governo, coadjuvado por um Administrador Municipal Adjunto, seguindo-lhes os Administradores das seis zonas que dividem administrativamente a cidade. A nível da estrutura de base onde se encontra a população existem as autoridades tradicionais, regedor, sekulu e soba, figuras que têm uma ligação estreita com as entidades políticas governamentais para o controlo dos cidadãos. Em Benguela existem 63 autoridades tradicionais distribuídas conforme o quadro seguinte.

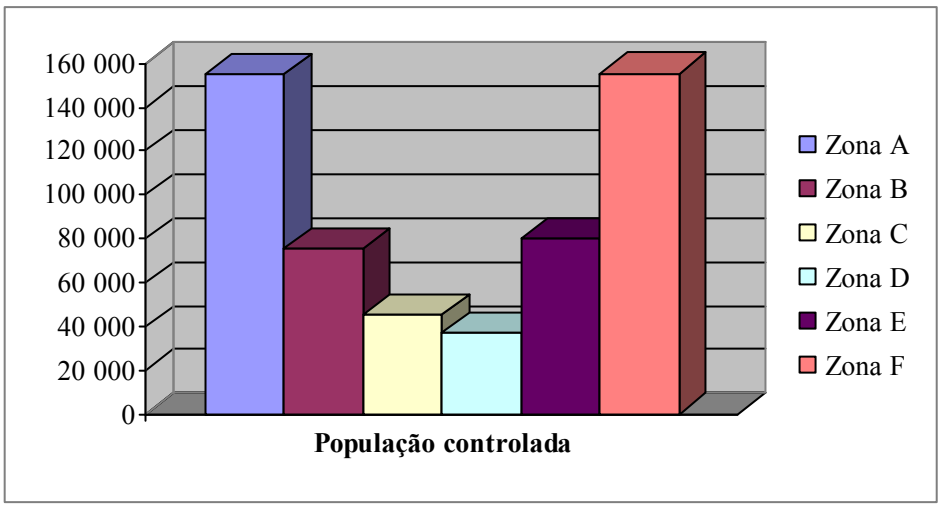
Tabela 7: Distribuição das autoridades tradicionais em Benguela

Zonas	Entidades			
	Regedor	Sobas	Adj. Sobas	Sekulos
Zona A	1	1	1	16
Zona B		1		10
Zona C		1		5
Zona D		1	1	6
Zona E		1	1	4
Zona F		2	2	10
Subtotal	1	7	5	51
Total	63			

Fonte: Gabinete de Estudo e Planeamento da Administração Municipal de Benguela, 2010

As autoridades tradicionais, fazem a ponte de ligação entre o governo e o administrador comunal, controlam a população e são os porta-vozes dos problemas e necessidades dos cidadãos; nas seis zonas de Benguela estão controladas 548.496 cidadãos.

Gráfico 1: Distribuição da população de Benguela por zonas



Fonte: Gabinete de Estudo e Planeamento da Administração Municipal de Benguela, 2010

Na zona F configura-se uma área rural que embora se localize próximo da cidade - periferia, curiosamente tem uma população residente superior á da área urbana. As principais culturas desta área são a banana, o milho, a cebola, o tomate, e o repolho.

8.1.1. - Cidade da Catumbela

A cidade da Catumbela tem o seu nome derivado do Soba da região *Quitumbela*, um dos mais antigos pequenos aglomerados populacionais que assentou na margem esquerda do rio, era constituído como já se disse no início por povos Mundombes, que se ocupavam da agricultura, da criação do gado e na margem direita fixaram-se povos oriundos de Quissanje, Cahula e da Anha. Pouco se conhece da estrutura política administrativa destes povos com imensa actividade agrícola derivado da fertilidade do solo e um clima aprazível diferente de Benguela; dedicavam-se também à agropecuária e ao comércio.

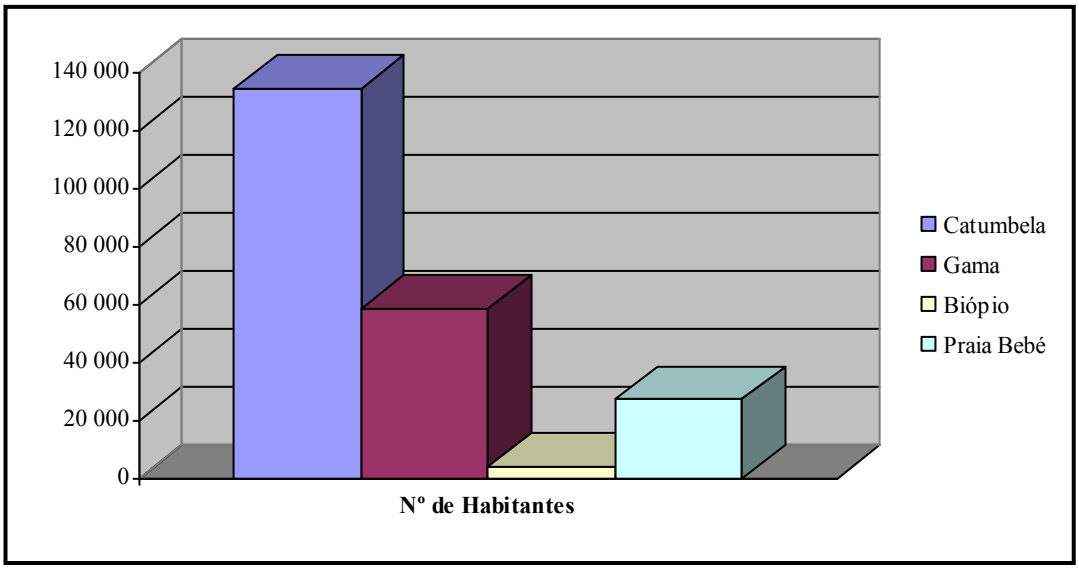
Em 1618 Cerveira Pereira, conquistador do Reino de Benguela, encantado com a fartura do mercado da Catumbela negoceia com os Sobas locais e estabelece um pacto de amizade, que durou muito pouco devido aos interesses políticos e económicos, e que acabaria em confronto militar contra os nativos. Apesar das investidas coloniais os Sobas da Catumbela conseguiram por quase 2 séculos rechaçar as investidas da invasão colonial pela cobiça do comércio sertanejo de escravos, marfim, cera, borracha, a indústria da cantaria, os fornos de cal etc. O município da Catumbela de tradição secular pelo percurso feito ao longo da história de Benguela e do seu desenvolvimento socioeconómico, com o comércio e o cultivo da cana-de-açúcar, foi a mola impulsionadora para o surgimento da cidade do Lobito e ao longo da independência de Angola era gerido política e administrativamente pelo Administrador Municipal do Lobito. Por força do Decreto-Lei nº32 de 05 de Outubro de 2011, voltou a ser uma municipalidade e tem para controlar e coadjuvar as acções dos governantes 9 entidades tradicionais distribuídas como se visualiza no quadro seguinte.

Tabela 8: Número das entidades tradicionais da Catumbela

Comunas	Entidades			
	Regedor[48]	Soba	Adj. Soba	Sekulus
Catumbela Sede	1*	1	1	
Biópio		1	1	
Gama		1	**1**	
Praia Bebé		1	**1**	
Total	9			

Fonte: Gabinete da Administradora Municipal da Catumbela, 2012

Gráfico 2: Distribuição da população da Catumbela



Fonte: Gabinete da Administradora Municipal da Catumbela, 2012

[48] O Regedor é uma entidade municipal, responde e representa os cidadãos de toda a municipalidade perante o governo.

Com uma densidade populacional de 224.297 habitantes, tem quatro comunas, a comuna sede política administrativa situa-se na Catumbela, tem 1 soba, 134.679 habitantes; a comuna da Gama tem 1 soba, 58.489 habitantes; a comuna do Biópio 4.098 habitantes e a comuna da Praia Bebé 27.031 habitantes, cada uma das comunas tem um soba, existe um regedor municipal e sekulus**.**

8.1.2. - Cidade do Cubal

A cidade do Cubal, capital do município do mesmo nome, situa-se a 150 km da capital da província de Benguela com uma superfície de 4.794 km², tem uma densidade demográfica de 66,72 habitantes por km², absorvendo 38% do total de 319.879 que o município tem. Os seus solos são férteis, a sua bacia hidrográfica é constituída pelos rios Cubal[49], Catumbela e o rio São Francisco[50]. Com uma vegetação densa composta por árvores e arbustos, tem a fauna rica e diversificada com animais de pequeno porte, antílopes, coelhos, e alguns felinos.

Em 1878 chegou ao território do Cuvale[51] Joaquim Francisco Ferreira mais conhecido por Yola-yola, de origem portuguesa. Aos 2 de maio de 1908 o concelho ganha uma importância económica com a construção do caminho de ferro de Benguela trazendo mais progresso à localidade, propiciou que a actividade agrícola florescesse e surgiram ainda nas primeiras décadas do século XIX algumas fazendas, com uma produção excedentária que deu origem à criação da indústria transformadora na cidade, assim surgiram as fábricas de concentrado de tomate, de vinho de laranjas e de ananás. Foi a sua importância sócio e económica que aos 23 de janeiro de 1968 elevou-a para a categoria de cidade.

8.1.2.1. - Cidadania

A cidade do Cubal analisada no âmbito de todas as cidades que constituem o território angolano e mas particularmente a província de Benguela vive uma inércia do movimento que

[49]Cubal da Ganda e Cubal da Hanha.

[50]Conhecido também por Coporolo.

[51]Nome original do Cubal.

se levanta de direitos civis e deveres. As cidades de Benguela e os seus cidadãos desde muito cedo tiveram a necessidade de exercer uma cidadania actuante. Só exerce o seu direito quem o tem, apenas cumpre o dever o cidadão a quem a lei alerta desta necessidade. Os cidadãos de Benguela no seu todo, buscaram sempre que as leis acompanhassem as suas necessidades e direitos, através de manifestações e outros apelos às entidades políticas. Este postulado é analisado pelas correntes civis da urbe como satisfatória ligado pela mesuração a que se faz.

Para os responsáveis da sociedade civil o exercício da cidadania vai bem na forma como os populares respondem ao chamado do partido no poder, para o registo eleitoral, campanhas de vacinação e limpeza da cidade e outros órgãos públicos, coparticipantes da melhoria da qualidade de vida. O direito de participar nas decisões da sua vida enquanto cidadão ainda não é espontâneo, apesar de dados confirmam que a população apresenta propostas de melhoria da sua qualidade de vida, alertam as entidades sobre actos de violência a que são sujeitos, colaboram com as forças policiais fazendo denuncias a possíveis indícios de insegurança.

A sociedade civil no Cubal, como nas demais cidades do país, confunde-se com os grupos políticos, o baixo nível de literacia e os longos anos de guerra civil que o país viveu tornaram o cidadão submisso às orientações dos dirigentes políticos, militares e paramilitares. Há uma inibição por parte da população quando se trata de exprimir ideias, reivindicar direitos, e temor na hora do cumprimento do dever. As organizações que respondem pela sociedade civil funcionam de forma periclitante, sem verbas próprias e dependentes dos órgãos políticos do partido no poder, não conseguem assim cumprir o seu papel de porta-vozes dos cidadãos junto do Estado.

Quase todos os actos dos cidadãos em prol da sociedade e da comunidade, ganham mais ênfase quando recebem o cunho dos políticos que dirigem a cidade e os dados estatísticos que prevalecem são os da estrutura partidária, que convenientemente registam o exercício da cidadania. Existem 100 organizações não-governamentais para representarem os cubalenses junto do governo entre as quais encontramos: associações de camponeses, grupos religiosos, grupos juvenis, sindicatos de trabalhadores e outros grupos sociais. A Administração e Gestão Pública da cidade são feitas pelo MPLA, Partido político no poder desde 1975 quando da mudança do regime colonial para a independência do país.

O maior desafio do MPLA e das suas organizações políticas vem sendo restituir á cidade herdada, melhores condições de vida e de habitabilidade. A política Administrativa e

Institucional vem da Administração Municipal como órgão desconcentraado da Administração do Estado baseado no decreto-lei nº 2/07 de 3 de janeiro de 2007. Tem uma verba de apoio proveniente do governo provincial, uma vez que é um órgão dependente da mesma, pouco serve as necessidades da cidade que carece de tudo e as despesas ordinárias do Estado acabam absorvendo a verba praticamente na gestão de serviços básicos, e outros serviços priorizando o abastecimento da energia elétrica que é feita por grupos geradores.

Existem como Órgãos de apoio á gestão administrativa estruturas de consulta como o Conselho de Administração, o Conselho de Auscultação Social, e as Autoridades Tradicionais - entidades de apoio sem legalização formal, distribuídas como demonstra o quadro a seguir.

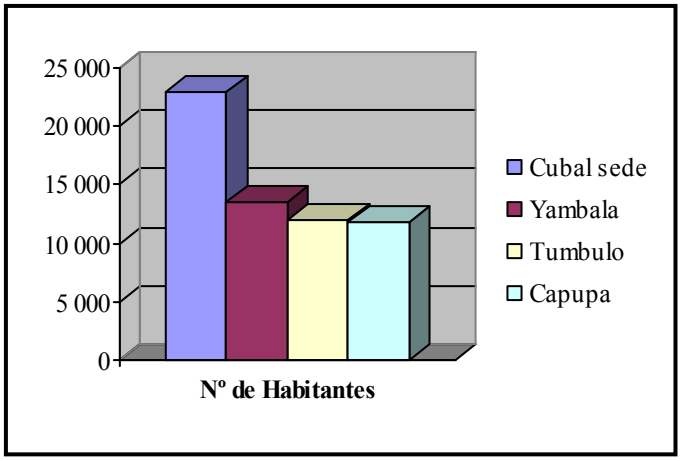
Tabela 9: Distribuição das autoridades tradicionais do Cubal

Área territorial	Entidades			
	Regedores	Sobas	Adj. Soba	Sekulos
Cubal sede	1	7	1	82
Yambala	0	11	0	64
Capupa	0	10	3	115
Tumbulo	0	11	6	104
Total	1	39	10	375

Fonte: Perfil da Administração Municipal do Cubal, 2009

As autoridades tradicionais do Cubal exercem o seu papel de representar o governo junto da população e mediar conflitos sobretudo ligados a questões da posse da terra e exercem um controlo sobre as mesmas.

Gráfico 3: Distribuição da população do Cubal



Fonte: Perfil da Administração Municipal do Cubal, 2009

A falta gritante de pessoal preparado para responder às necessidades da cidade constitui um dos motivos pelos quais a recuperação das infraestruturas técnicas e sociais estão aquém do esperado, entretanto, as entidades religiosas e os órgãos da educação esforçam-se para desenvolverem as suas acções na formação do homem novo, programando actividades extra escolares, para as crianças e jovens estudantes, através de uma educação patriótica, moral e cívica. Nas escolas criam-se comissões de pais para conceder também a estes alguma responsabilidade na formação dos seus filhos e educandos. Para além das 75 escolas públicas a cidade do Cubal conta também com 1 escola comparticipada, pertença das missionárias Teresianas, contudo o acesso à educação e ao ensino, tal como o direito à saúde vem sendo uma batalha de conquistas paulatinas. Relativamente à educação e ao ensino não há capacidade instalada na cidade para albergar todos os que necessitam dos serviços, e as crianças fora do sistema escolar são 600.

A rede sanitária da cidade é precária, não existe controlo epidemiológico que permita a sua assistência e controlo, de um universo de 1.595 inquiridos 67,8% não utilizam água potável. Esta debilidade acontece inclusive nos hospitais e centros de saúde, a maioria deles não têm água canalizada nem energia elétrica, não existindo hábitos de prevenção de doenças. As casas na sua maioria não oferecem grandes condições de habitabilidade quer nos materiais de construção quer no apetrechamento de equipamentos necessários para utilização diária, contribui para isso o analfabetismo na maioria dos cidadãos.

8.1.3. - Cidade da Ganda

A cidade da Ganda, sede do município com o mesmo nome originário é «*NGanda*»; os ascendentes dos Ngandas eram naturais de Ngola-Luanda que na procura de terras férteis chegaram ao território que já pertencia aos bailundos, o grupo subdividiu-se por consequência das terras encontradas não serem boas para o pasto e uma parte fundou a Embala do Huambo dirigida pelo Soba Huambo Kalunga, a outra desceu para o Sul onde construiu as suas libatas e edificou a Nganda Lakawe. Na história da cidade confunde-se com o do distrito no seu todo

que recebeu os primeiros habitantes em 1848 saídos da Embala de Nganda Lakawe vieram para a actual missão do NDunde sob a liderança do Soba Kalandula, sobado da Umata.

Com os Ngandas, em 1848, instalaram-se também outros habitantes do grupo etnolinguístico Umbumdu, contando os subgrupos Vanganha e Vahanha todos pertencentes ao grupo bantu Ovimbumdu, falantes da língua nacional Umbumdu. Os portugueses entraram e instalaram-se na localidade nos anos de 1906 e 1908, mais precisamente na área da comuna da Chicuma; em 1922 construíram a Administração do Concelho e oficializaram o nome do Distrito como Ganda e a sede em 1923 passou a chamar-se de Vila Mariano Machado.

O município situa-se à leste da província de Benguela, a uma distância de 210 km da capital tem uma superfície de 4.817 km² com 57 habitantes por km². O município no seu todo é rico em recursos naturais, a própria cidade é cercada pelos rios Catumbela e o seu afluente, e pelo rio Cubal e Hanha. Tem uma vegetação constituída por floresta aberta, savana com arbustos e formações de mata densa e seca.

Com uma população de cerca de 276.014 habitantes, a maioria está concentrada na área urbana, cerca de 63%. A história da cidade da Ganda começa a 24 de junho de 1968 quando é elevada a cidade; tal como as demais cidades de Benguela evolui com o surgimento do caminho de ferro na província. A localidade ganhou importância política e administrativa, em 1913, com a construção do caminho de ferro de Benguela, foi aí instalada a circunscrição civil da povoação da Catumbela e os postos Administrativos das povoações da Ebanga, Chicuma, Babaera, Cubal, Tchindjendje e Tchilata, todos pertencentes ao então distrito de Benguela. Com a independência de Angola o Concelho administrativo foi elevado a município e a localidade do Cubal e Tchindjendje desanexadas da Ganda. A administração da cidade é feita através da Administração da comuna da Ganda com um total de 45 trabalhadores entre os quais o Administrador Comunal, com um mecanismo de coordenação e consulta feita através da reunião da Administração, Conselho de Auscultação e Concertação Social e Assembleia de trabalhadores.

Paralelamente à gestão da autoridade política e Administrativa a cidade conta com a coresponsabilidade das autoridades tradicionais com um papel importante e actuante na vida das comunidades, na resolução de conflitos locais, adultério, roubos, problemas de terra, casos de feitiçaria, mobilização da população para actividades de ordem pública, saneamento básico, vacinação, reparação de pequenas pontes e coadjuvar o governo no controlo estatístico da população da sua área. A cidade da Ganda conta com 1 regedor, 17 sobas, 3 secretários de

regedor, 132 sekulos totalizando 153 personalidades que recebem um apoio salarial mensal do governo que varia de 16.000,00 kwanzas a 22.000,00 de acordo com o seu grau de responsabilidade.

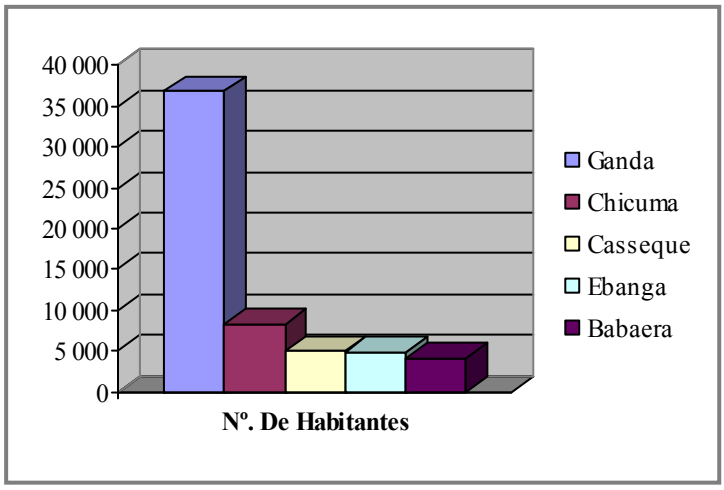
Tabela 10: Distribuição da autoridades tradicionais da Ganda

Comunas	Entidades			
	Regedor	Sobas	Adj. Soba	Sekulos
Ganda sede	1	17	3	132
Babaera	0	4	1	26
Casseque	0	4	0	16
Chicuma	0	5	0	17
Ebanga	0	4	0	23
Total	1	34	4	214

Fonte: Perfil da Administração Municipal da Ganda, 2010

Com uma população de cerca de 276.014 habitantes com uma densidade populacional de aproximadamente de 57 habitantes por km2, a maioria está concentrada na área urbana 63%. Ganda sede com 36.783, Chicuma 8.156, Casseque 4.928, Ebanga 4.708 e Babaera 4.151.

Gráfico 4: Distribuição da população da Ganda



Fonte: Perfil da Administração Municipal da Ganda, 2010

Em termos financeiros a Ganda beneficia através da Administração Municipal de financiamentos vindos directamente do Orçamento de Despesas Ordinárias do Estado investindo em serviços básicos, prioriza a estruturação da linha de abastecimento de energia

elétrica à cidade, que actualmente é feito por grupos de geradores, com 33%, a educação com 12%, o desenvolvimento rural e agricultura com 0,5%, a saúde com 0,2%, o saneamento básico com 3% do Orçamento que recebe.

No período colonial a cidade da Ganda teve um desenvolvimento económico significativo fruto da construção do caminho de ferro, a sua principal indústria era a companhia de celulose e de papel de Angola. Em 1973 a economia elevou-se com outras actividades industriais como a transformação industrial de salchicharia, conserva de fruta, conservas de hortofrutícolas e a edificação do Instituto de investigação veterinária de Angola.

No pós independência a vida económica da cidade é baseada somente na agricultura, a actividade agrícola ocupa uma boa franja da população, cerca de 70% das famílias têm um ou dois membros em idade activa, e alguns fazendeiros vivem exclusivamente desta actividade. Na área do comércio o sector informal com 80,5% de trabalhadores e o sector formal ocupam uma boa percentagem da população com 58% de estabelecimentos comerciais do total que o Município da Ganda tem apesar da descapitalização de grande parte do empresariado, o sector comercial tem vindo a crescer. A actividade industrial tem muito pouca expressão com um número limitado de pequenas indústrias como moageiras, padarias e carpintarias. A actividade comercial tem crescido. O scetor de serviços emergente depois da guerra civil, para além da Administração Pública, maior empregador da cidade, é o sector bancário.

A independência de Angola e logo a seguir a guerra civil debilitou todas as infraestruturas adquiridas inclusive as actividades fabris foram completamente destruídas. A Ganda tem como cultura agrícola o milho, o sorgo, o feijão, o amendoim, a batata rena, a mandioca, a batata-doce e o arroz, em pequena quantidade na comuna da Babaera. A área de cultivo agrícola tem vindo a diminuir significativamente de 2008/2009 comparativamente ao ano de 2007/2008 como demonstra o quadro a seguir.

Tabela 11: Demonstração dos produtos cultivados na Ganda

Quantidades produzidas/produtos		
Ano	**Redução**	**Cultura**
2007	28%	Feijão
	97%	Feijão de 2ª
	78%	Amendoim

2008	30%	Milho[52]

Fonte: Perfil da Administração Municipal da Ganda, 2010

Uma das causas desta baixa está ligada à irregularidade das chuvas, contudo, o cultivo do milho aumentou a sua área para 30 %. Outras actividades económicas como a produção pecuária são incipientes e feita por animais de pequeno porte como galinhas, quase não existe gado para a reprodução e para a tracção animal.

8.1.3.1. - Cidadania

Com o primeiro clube Recreativo da Ganda em 1964 edificam-se as primeiras escolas para crianças e adultos na localidade do *Indongo* e *Lukwakwa*. Dificuldades que se prendem com as infraestruturas e falta de meios humanos demonstram que o sistema de educação e ensino ainda não é abrangente registando-se que das 671 crianças dos 5-9 anos de idade, 23% nunca frequentaram a escola e dos 10-14 anos num total de 731 crianças 16,1% estão na mesma situação. Esta debilidade de resposta do ensino afecta também jovens dos 15-19 anos de idade onde num total de 562 rapazes e meninas 20% não têm acesso à escola.

A questão do acesso ao ensino e educação constitui o factor que impede a estruturação da cidadania, esta deve ser iniciada pelo acesso à educação das crianças que amanhã serão adultos capazes e conscientes. Existe um nível considerável de abandono escolar e desinteresse pelo ensino ligado, a falta de meios financeiros no seio da população, o empobrecimento, o analfabetismo dos pais e encarregados de educação não os incentiva a apostarem nos seus filhos e educandos para a escola, apesar dos alertas de que a educação e o ensino são um problema de toda a sociedade e a comunidade deve participar e interagir com os professores. A este problema acresce a escassez do material didático e falta de profissionalismo dos quadros.

Não existem dados sobre o funcionamento de uma sociedade civil actuante na cidade da Ganda, embora seja do conhecimento das autoridades locais que existem grupos isolados

[52]Este produto viu a sua produção acrescida.

que trabalham em prol da elevação do cumprimento dos direitos e deveres dos cidadãos. Nesta vertente estão algumas Organizações não-governamentais que apoiaram a população na fase de guerra civil e desapareceram restando apenas a ADRA - Organização que trabalha no apoio aos sectores de governação e descentralização com acções no reforço da capacitação dos quadros da administração municipal, na geração de renda e apoio à agricultura, apoio aos camponeses com microcrédito, outra é a CRS - Organização não-governamental que trabalha na prevenção de conflitos.

Há também entidades religiosas que trabalham na cidade no apoio das acções do governo mais concretamente 22 congregações religiosas, sendo a mais antiga delas a igreja católica, parceiro tradicional das entidades locais, a IESA, a IECA, a igreja do Sétimo dia, a Assembleia de Deus Pentecostal, a igreja Tocoísta Sétimo dia Reformada, a igreja do Bom Deus, a Fé Apostólica, as Testemunhas da Jeová, a IDA, a IEBA, a igreja Cheia da Palavra de Deus a ICESA, a MACA, estas são as que mais se destacam pelo seu trabalho junto das autoridades e cidadãos, sensibilizando a população para o cumprimento dos seus deveres, a necessidade de prevenção de doenças e catástrofes naturais.

A assumpção dos direitos e deveres dos cidadãos vem sendo adquirida de forma paulatina, com o crescer das consciências das populações sobre aquilo que têm direito[53], a forma como devem participar nas actividades em prol da sociedade, acto difícil pelo baixo nível de literacia das populações, confinando-se apenas em questões rotineiras que se prendem com as acções da educação, alguns actos de assistência sanitária como vacinação das crianças, atritos nas relações conjugais entre homens e mulheres nos lares familiares.

Surgem associações de camponeses com estruturas débeis de funcionamento e cumprimento do programa para o qual foram criadas, incapazes de dar solução aos conflitos de terra que advêm sobretudo por desconhecimento da Lei de terras. Existem 1.191 agregados familiares que trabalham na terra, entre estes 71% nunca ouviu falar da Lei de Terra e 87%,5 não possuem documento da posse de terra. As autoridades tradicionais no seu papel coadjuvante na Administração pública e política tem vindo a tentar resolver alguns conflitos, contando 8% apenas do total de agregados familiares os que tiveram problemas sobre terras; a nível de todo o município ainda se encontram 57.354 hectares de terra por explorar.

[53]Por regra dificilmente exige porque a estrutura política do Estado minimiza a acção.
Os dados acima transcritos foram retirados do perfil Municipal da Ganda (2010).

Curiosamente grande parte dos camponeses não possui qualquer documento que lhes confira posse das terras que ocupam. Outras iniciativas que traduzem a manifestação da cidadania surgem no associativismo rural, com 22 cooperativas e 91 associações em todo o município, infelizmente somente 4 delas se encontram a funcionar devidamente legalizadas.

8.1.4. – Cidade do Lobito

A cidade do Lobito localiza-se no município do mesmo nome com uma extensão territorial de 3.685 km², fica entre o 12º 29'' e 0,84'' de latitude e a 13º 35'' e 06'' de longitude, fazendo fronteira com a província do Kwanza sul, a norte, com o município do Bocoio, a Este, a Sul com a cidade da Catumbela e a Oeste com o Oceano Atlântico. Tem um clima que se subdivide em dois subclimas: desértico e quente na faixa litoral dando precipitações abaixo de 150mm, no interior o clima é semi-árido e as precipitações atingem 400mm/ano, resumidamente tem um clima tropical seco. É, e sempre foi, um dos principais parques industriais de Angola, ganhou elevada importância quando no início do século XX foi o berço da construção do caminho de ferro de Benguela e a edificação do Porto do Lobito.

Com uma população de cerca de 747.973 a densidade populacional é de 218,5 habitantes por km², a cidade foi sempre considerada como detentora de uma beleza invulgar, desde as suas gentes aos recursos naturais valiosos como inertes, a pesca, a agricultura e recursos hídricos. Os flamingos-rosa foram o símbolo da cidade, partiam dos mangais, conta Bettencourt (Bettencourt, 2010), cruzavam os céus num espetáculo inigualável.

A baía do Lobito com a sua restinga constituía o cartão postal da urbe por essa razão e pelos seus monumentos históricos como a fortaleza de S. Fernando, um dos grandes símbolos da presença portuguesa construída em homenagem aos reis de Portugal, a cidade era conhecida como «a sala de visitas de Angola».

O desabrochar da cidade do Lobito favoreceu inúmeras indústrias no ramo da construção naval e possibilitou que muitos dos artefactos utilizados fossem construídos localmente.

O Porto do Lobito tinha ligação com o caminho de ferro de Benguela. Por ele passaram as grandes exportações de produtos como: o sisal, a madeira, o milho, vinho, petróleo e seus derivados "entre outras riquezas" (Bettencourt, 2010 p. 72).

É importante referir que o Lobito foi o maior produtor de sal em Angola garantindo a autosuficiência na sua produção e consumo para o país. A fábrica de cimento da cidade era das mais desenvolvidas do país, com uma tecnologia de ponta. A sua indústria de cervejas, a Cuca, competia com a de bebidas espirituosa SBELL (Bettencourt, 2010).

8.1.4.1. - Economia

Embora a vida económica do Lobito não se tenha ainda recuperado do flagelo da guerra civil, continua com uma vida comercial e industrial que constitui o grande suporte económico da província de Benguela, lenta mas animador como mostra o quadro de receitas arrecadadas entre 2010/2011.

Tabela 12: Receitas aduaneiras do Lobito

2010/janeiro a dezembro	2011/janeiro a dezembro
7.021.137.999,00	8.489.445.087,00
Total	15.510.583.086,00

Fonte: Repartição de Estudos e Planeamento da Administração Municipal do Lobito, 2012

Com uma população tipicamente camponesa, retira o seu rendimento da pecuária, pesca e da agricultura de subsistência cultivando produtos para a alimentação e o pouco excedente levam ao mercado.

Tabela 13: Produtos cultivados no Lobito

Produtos	Zonas territoriais		
	Canjala	Egito Praia	Kulango
Milho	Milho	Milho	Milho
Feijão	Feijão	Feijão	Feijão
Tomate			

Fonte: Repartição de Estudos e Planeamento da Administração Municipal do Lobito, 2012

A cidade é gerida por um Administrador comunal que representa a entidade máxima do governo e responde pela administração local coadjuvado por um administrador comunal

adjunto, contando com a prestação de entidades tradicionais que coadjuvam a controlar a população no dia-a-dia.

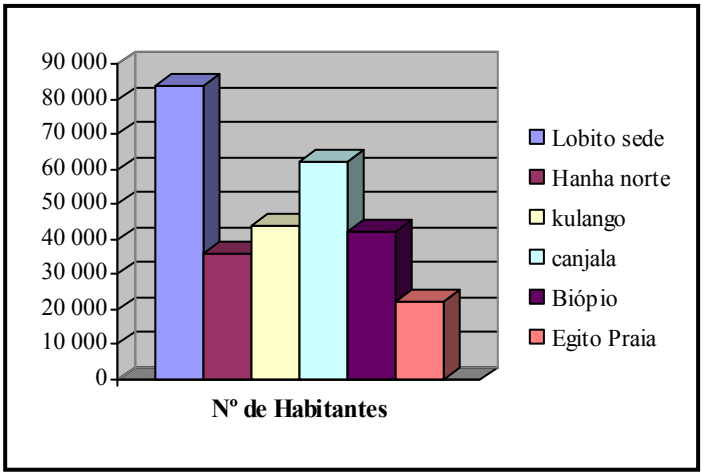
Tabela 14: Distribuição das autoridades tradicionais no Lobito

Áreas	Entidades			
	Regedores	Sobas	Ajud. Soba	Sekulos
Sede Lobito		52	3	29
Hanha do Norte		12	09	15
Kulango		11	14	19
Canjala		23	01	38
Biópio		22		20
Egito Praia		14		08
Total		134	27	129

Fonte: Repartição de Estudos e Planeamento da Administração Municipal do Lobito, 2012

Como se pode observar a maior parte da população está concentrada na cidade, especificamente na parte urbana do Lobito, fruto da guerra civil de mais de vinte anos, os cidadãos refugiaram-se no centro a busca de segurança e melhores condições de vida.

Gráfico 5: Distribuição da população do Lobito



Fonte: Repartição de Estudos e Planeamento da Administração Municipal do Lobito, 2012

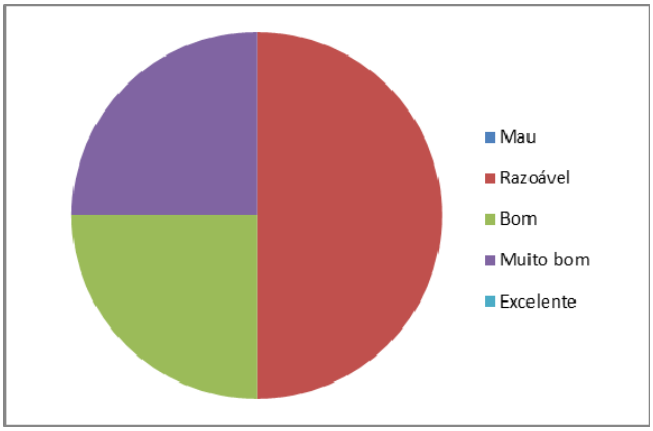
8.1.4.2. - Cidadania

Em termos de acções de cidadania, prestam serviços em prol da afirmação da cidadania 44 organizações não-governamentais que se ocupam de entre as várias tarefas de educação cívica, ambiente, desenvolvimento rural, actividades filantrópicas e acções religiosas; as suas actividades incidem na comunidade nos mais variados estratos sociais, sem discriminação de raça ou sexo, apoiando desde crianças a jovens e adultos. Todas estas organizações se juntam com outras 8 de carácter religioso e formam a sociedade civil ao lado dos sindicatos das várias áreas que representam os trabalhadores.

8.2. - A Perspectiva dos Dirigentes: Governador, Administradores Municipais, Administradores Comunais e Sobas

A cidadania é entendida como um conjunto de direitos e obrigações civis e políticas dos cidadãos. Os dirigentes de Benguela dividem a sua opinião na avaliação da cidadania na província, na óptica dos dirigentes - governador e vice-governadores54, de forma dividida onde 50% dos dirigentes atribuem a quotação de razoável, 25% analisa a cidadania num estádio de bom e o restante 25% eleva a fasquia para muito bom conforme demonstra o gráfico abaixo.

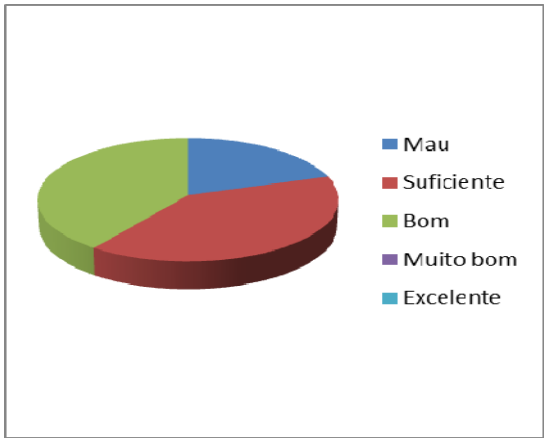
Gráfico 6: A opinião dos dirigentes provinciais sobre o estado da cidadania na província de Benguela



[54]Quatro elementos.

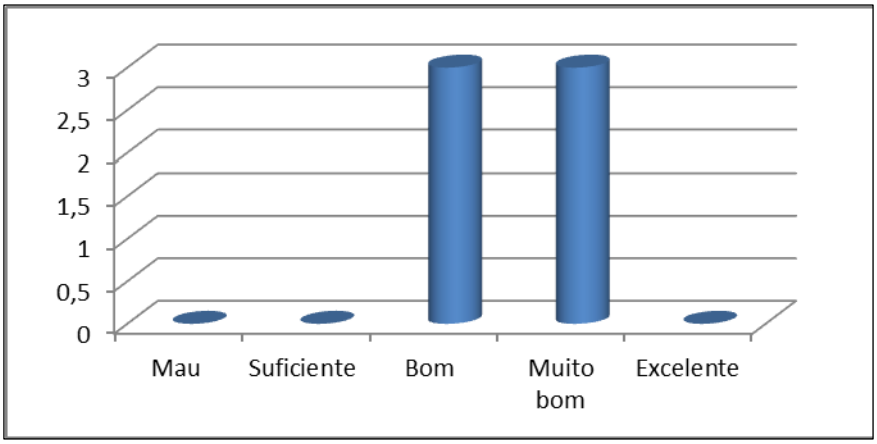
Dos 5 dirigentes municipais que acederam a preencher o questionário neste grupo: 20% classificaram o estádio da cidadania como mau e os restantes 80% dividiram a cotação entre o bom e o suficiente conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7: A opinião dos dirigentes municipais sobre o estado da cidadania na província de Benguela



A cidadania na opinião dos Administradores comunais foi avaliada de forma positiva, 50% dos dirigentes neste nível atribuíram a quotação de bom e os restantes 50% atribuem a quotação de muito bom conforme gráfico abaixo;

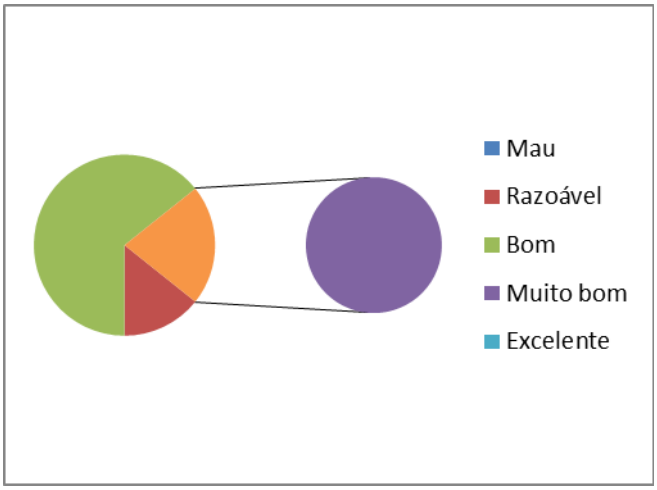
Gráfico 8: A opinião dos dirigentes comunais sobre o estado da cidadania na província de Benguela



Os Sobas, pela análise dos questionários têm a visão sobre a cidadania muito mais positiva na sua análise, 14% destas entidades atribuíram a quotação de razoável, 64% deram a

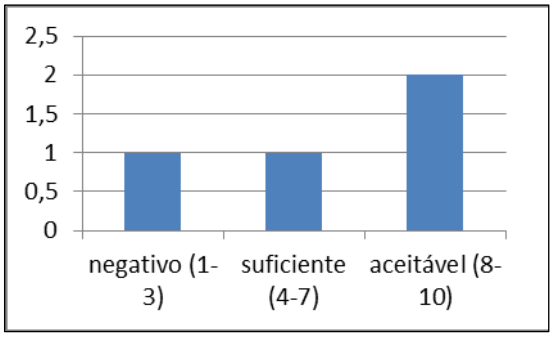
quotação de bom e 21% foram de opinião que o estado da cidadania está muito boa e atribuíram a quotação de muito bom.

Gráfico 9: A opinião das autoridades tradicionais sobre o estado da cidadania na província de Benguela



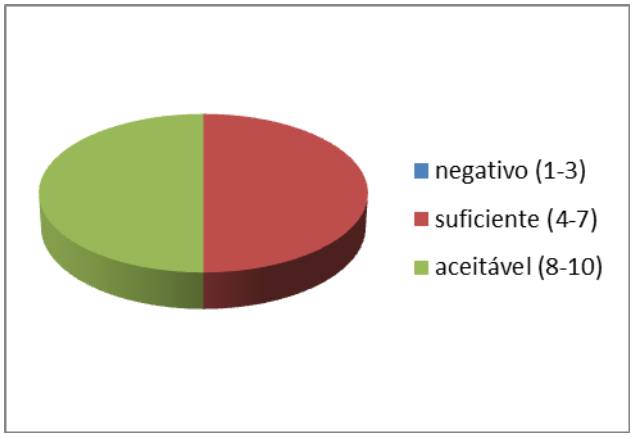
Os 394 anos da cidade de Benguela retratam a consolidação de um percurso para a afirmação da identidade dos antigos povos que habitaram o antigo reino de Ombaka, este facto serviu para questionar o estatuto da província, a ser considerada uma centralidade política e económica pela trajectória histórica do seu nascimento, a recuperação da sua economia. No seio dos dirigentes 50% atribuíram uma quotação positiva, 25% deram uma quotação suficiente e os restantes 25% atribuíram uma quotação negativa conforme visualizamos no gráfico que se segue:

Gráfico 10: A análise dos dirigentes provinciais sobre Benguela como centralidade política e administrativa



Considerar a província de Benguela como uma centralidade política e económica é uma questão que dividiu alguns os seus dirigentes a nível municipal: 50% dos dirigentes deram a cotação de aceitável e outros 50% classificaram de suficiente; esta forma de reagir demonstra a forma crítica como analisam a gestão do poder político e público na província.

Gráfico 11: A análise dos dirigentes municipais sobre Benguela como centralidade política e administrativa



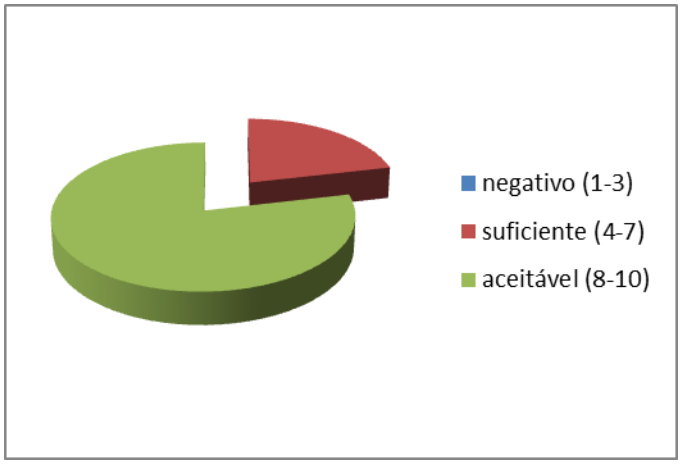
Dos Administradores Comunais, no universo dos que devolveram os questionários os 100% consideraram Benguela como uma centralidade política e económica, pelas infraestruturas que tem e a forma como as utiliza.

Tabela 15: Visão/ Administradores comunais sobre Benguela como Centralidade

Classes	Frequência Acumulada	%
Negativo (1-3)		
Suficiente (4-7)		
Aceitável (8-10)	6	100%
Total	6	100%

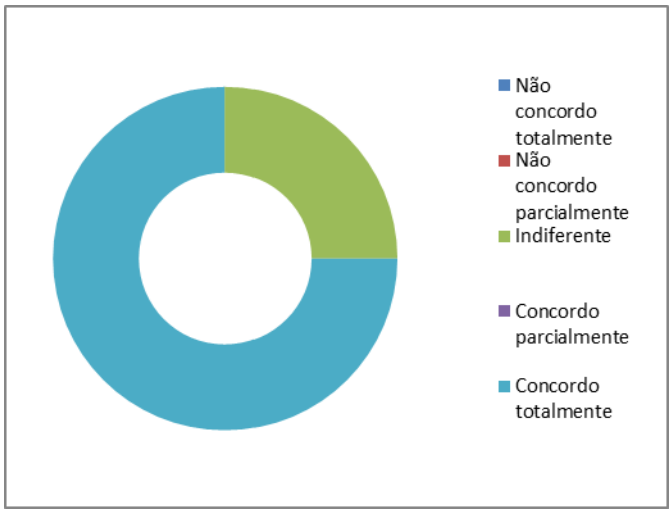
A visão das Autoridades tradicionais, líderes da comunidade é diferente da visão dos gestores públicos: 21% das entidades atribuíram a cotação de suficiente à consideração de Benguela como centralidade política administrativa, e 79% consideraram aceitável a questão levantada, como podemos observar no quadro que se segue:

Gráfico 12: Análise das autoridades tradicionais sobre Benguela como centralidade política e administrativa



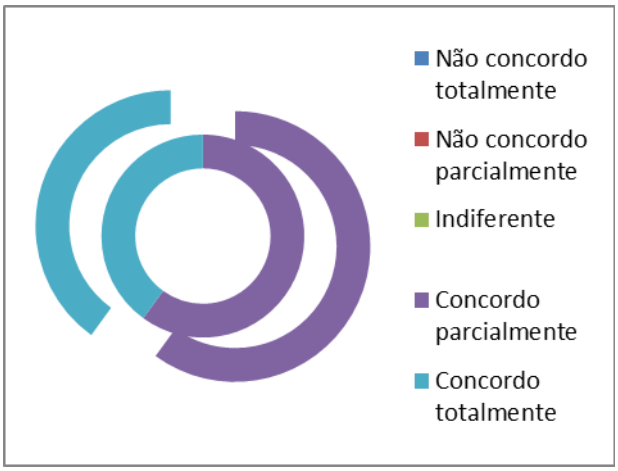
Em relação à construção do caminho de ferro de Benguela que em tempos remotos conferira à província um estatuto político e económico, ligando Angola a outros países da África Central, 25% dos dirigentes provinciais mostraram-se indiferentes e 75% concordaram totalmente, foram outros tempos, em outra conjuntura política e económica.

Gráfico 13: As valências de construção do CFB: opinião dos dirigentes provinciais



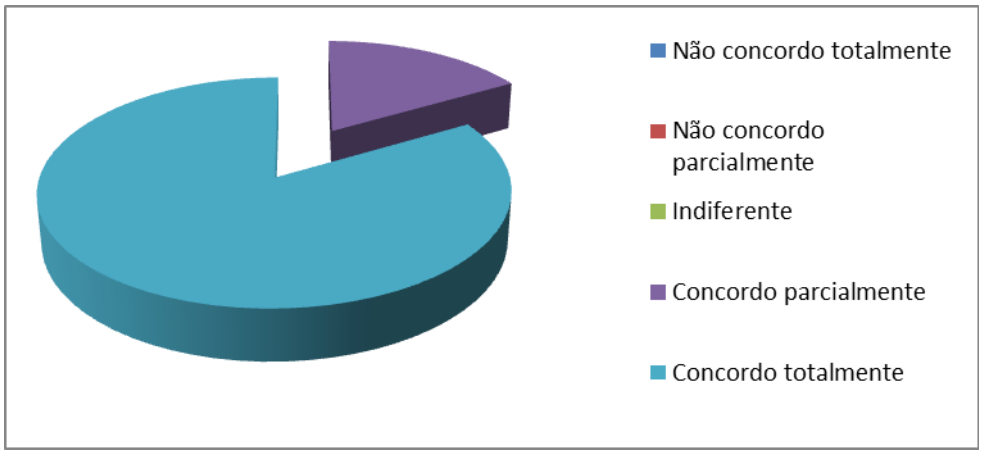
A nível dos dirigentes municipais as opiniões quanto a valência da edificação do caminhos de ferro estão menos fragmentadas, assim 60% deste grupo concordam parcialmente e 40% concordam totalmente que esta obra permitiu ligar Angola à África Central, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 14: As valências da construção do CFB: opinião dos dirigentes municipais



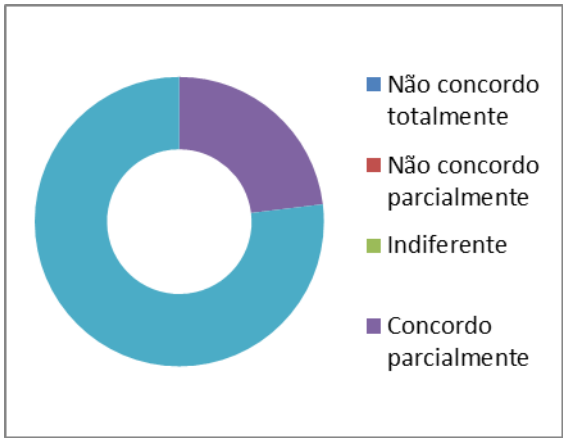
Para os Administradores comunais houve uma particularidade significativa: a edificação do CFB, ligada à mobilidade e à vida económica da população, 17% concordaram parcialmente com a questão levantada e 83% concordaram totalmente como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 15: As valências da construção do CFB opinião dos dirigentes comunais



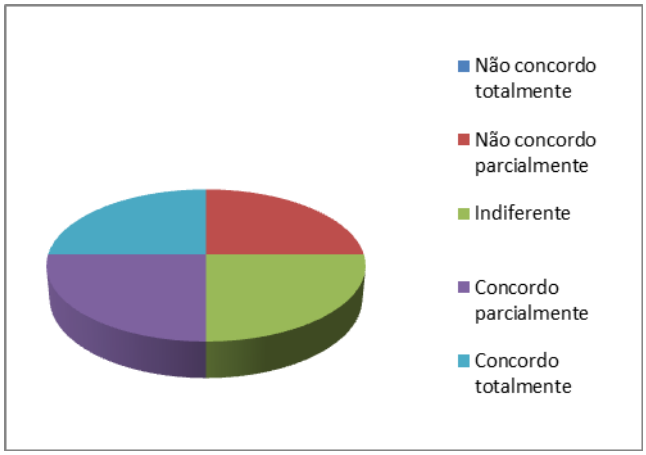
Opinião esta sobre a construção do caminho de ferro de Benguela que em tempos remotos ligou Angola à África Central ganhou menos consistência no nível dos Sobas, Sekulus e Regedores: 23% destas autoridades concordaram parcialmente com a questão levantada e 77% concordaram totalmente, ver gráfico abaixo;

Gráfico 16: As valências da construção do CFB: opinião das autoridades tradicionais



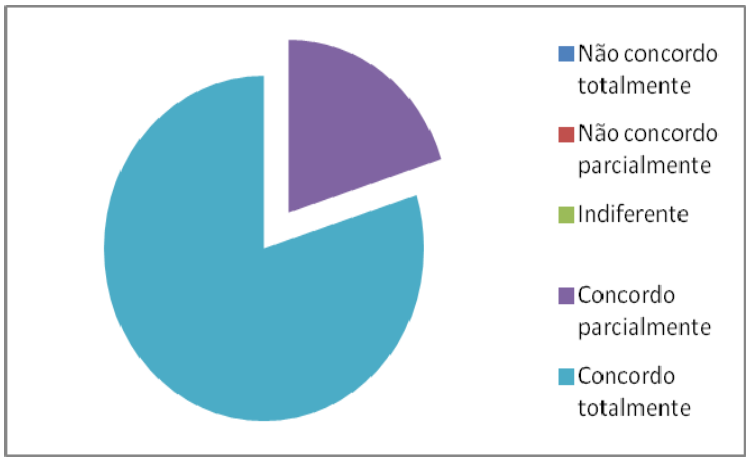
As cidades de Benguela, Cubal, Lobito e Ganda, constituem espaços urbanos onde se vislumbra no comportamento dos seus habitantes uma simbiose com o rural - povoação/sanzala, que não foi compartilhada por todos os dirigentes. Senão vejamos que 25% não concordaram parcialmente com a questão levantada, mostraram certa indiferença 25%, concordaram parcialmente também 25% e os restantes 25% concordaram totalmente, conforme abaixo se visualiza.

Gráfico 17: O comportamento das pessoas na visão dos dirigentes provinciais



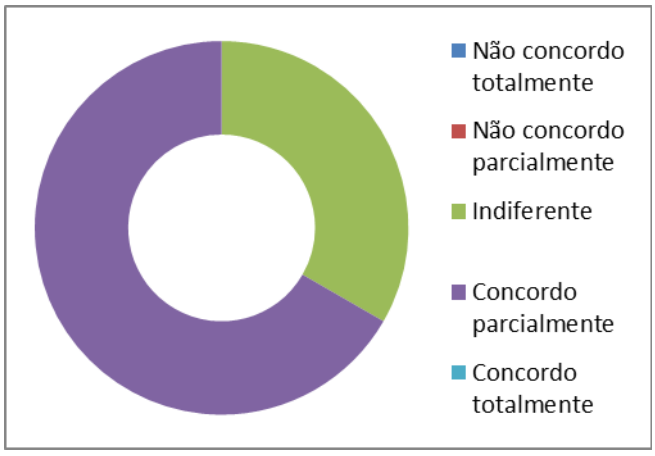
Os dirigentes municipais ao analisarem a desestruturação que as cidades vivem ligando o comportamento dos habitantes na simbiose do rural - povoação/sanzala, fizeram uma avaliação quase unânime, 20% concordaram parcialmente com a afirmação e 80% concordaram totalmente, conforme lemos no gráfico abaixo:

Gráfico 18: O comportamento das pessoas na visão dos dirigentes municipais



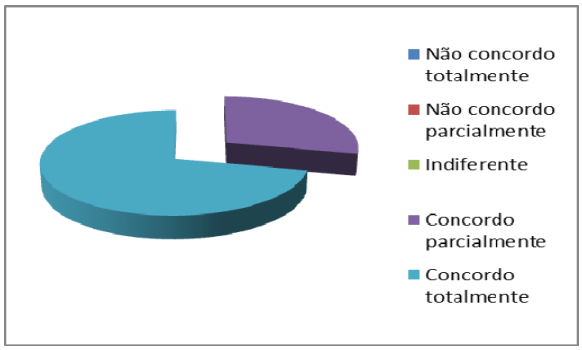
Para os dirigentes comunais a opinião sobre o tema atrás focado, dividiu-se do concordar parcialmente por 67% e 33% demonstraram uma indiferença, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 19: O comportamento das pessoas na visão dos dirigentes comunais



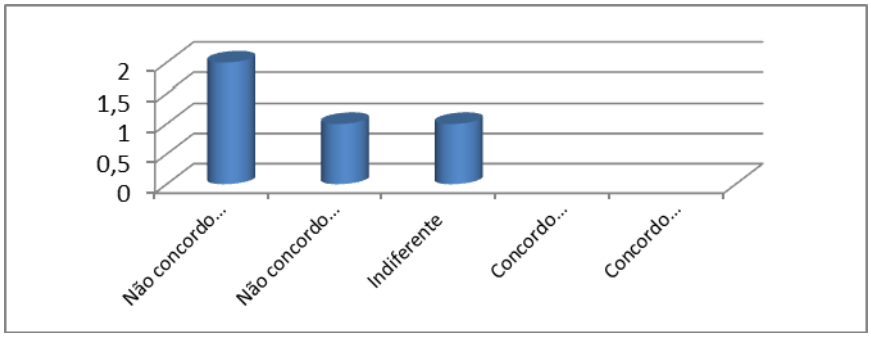
Para os dirigentes tradicionais, apesar dos motivos não serem bem dominados por todos eles, o estado degradado em que se encontram os espaços urbanos do Cubal, Ganda e as periferias de Benguela e Lobito, onde a desestruturação urbana convive com uma certa anarquia dos cidadãos que elegeram o seu modo rural para continuarem a viver na cidade como o assentar praças (feiras) em todos os espaços livres das cidades, constitui uma grande preocupação de momento, a emigração das populações por razões do conflito armado, as populações trouxeram para área urbana os seus hábitos rurais, 29% concordaram parcialmente com a questão levantada e 71% concordaram totalmente.

Gráfico 20: O comportamento das pessoas na visão das autoridades tradicionais



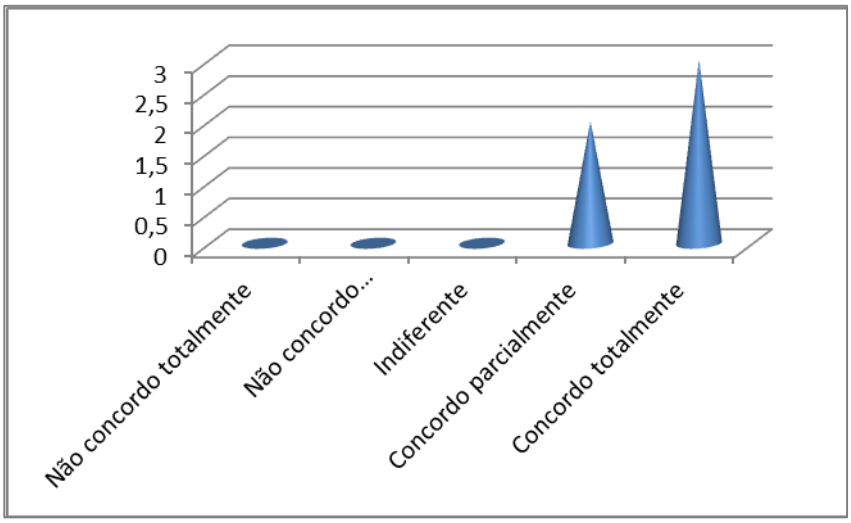
A ausência de uma rede de transportes públicos estruturada coesa e conectada nos pontos de cruzamento intermunicipais, rodoviários, marítimos e nos rios navegáveis retirou à cidade de Benguela e outras a si periféricas da rota das cidades africanas internacionais: 50% dos dirigentes provinciais não concordaram totalmente com esta afirmação, 25% não concordaram parcialmente e os outros 25% apesar de não refutarem a questão mostraram-se indiferentes, como se vê no gráfico.

Gráfico 21: A opinião dos dirigentes provinciais sobre os transportes públicos em Benguela



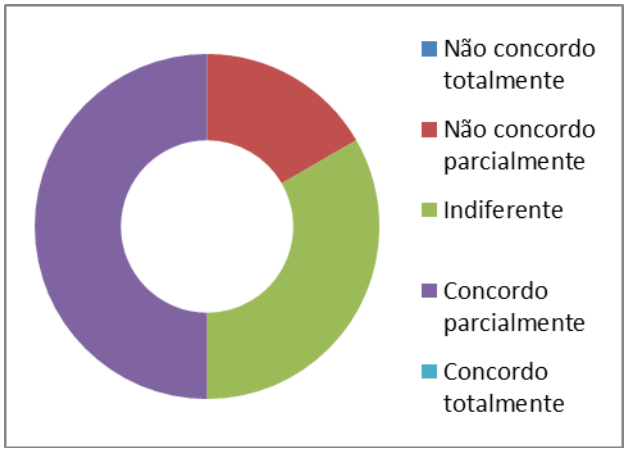
Os dirigentes municipais mediante as funções e necessidades que vivem no quotidiano apresentam uma opinião dispar, 40% concordaram parcialmente que a ausência de transporte público organizado prejudica a província e 60% concordaram totalmente, com a questão apresentada como podemos ler no gráfico abaixo:

Gráfico 22: A opinião dos dirigentes municipais sobre os transportes públicos em Benguela



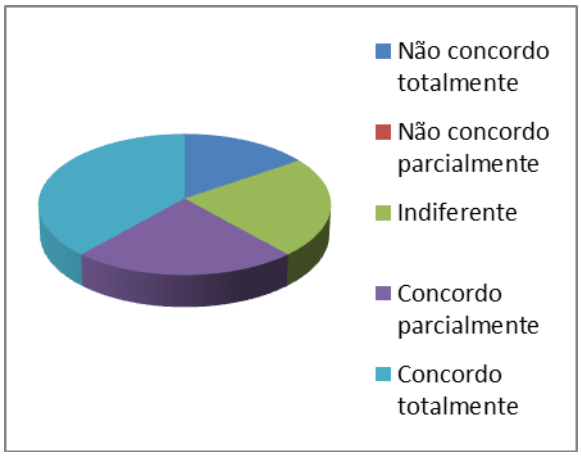
A nível dos Administradores Comunais a mobilidade da população é tão importante que 17% não concordaram parcialmente, 33% atribuíram uma cotação de indiferente e 50% concordaram parcialmente como abaixo demonstra;

Gráfico 23: Opinião dos dirigentes comunais sobre os transportes públicos em Benguela



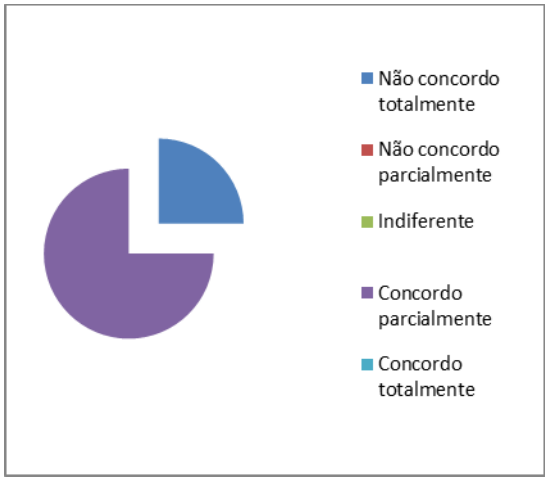
Os representantes tradicionais apresentaram uma opinião dividida quanto a deficiência dos transportes públicos nas suas áreas de jurisdição, os resultados foram os seguintes: 15% não concordaram com a forma como a questão foi apresentada, 23% mostraram-se indiferentes na abordagem deste assunto, 23% concordaram parcialmente e 38% concordaram totalmente, ver gráfico abaixo:

Gráfico 24: A opinião das autoridades tradicionais sobre os transportes públicos em Benguela



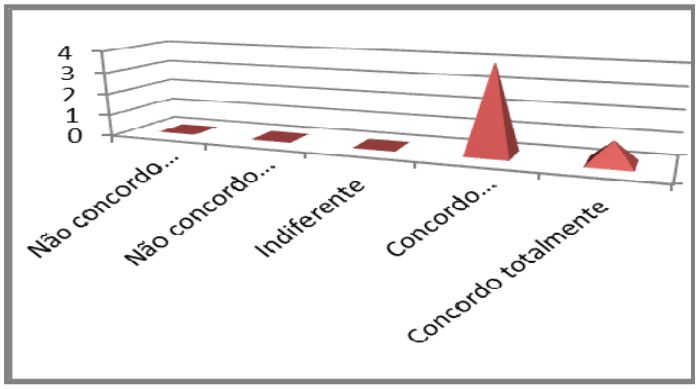
As quatro cidades que a província tem com estrutura arquitectónica urbana, ganharam uma predominância rural na maneira de viver dos seus cidadãos, que pesa na classificação da cidadania, numa visão dos 75% dos dirigentes provinciais concordaram parcialmente, 25% concordaram totalmente com a afirmação.

Gráfico 25: S/o aspecto arquitectónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião dos dirigentes provinciais



Os dirigentes municipais classificaram a inexistência de alguns hábitos citadinos sobressaindo os rurais como o factor do mau exercício de cidadania; daí que 80% concordaram parcialmente e 20% concordaram totalmente conforme o gráfico abaixo;

Gráfico 26: S/o aspecto arquitectónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião dos dirigentes municipais

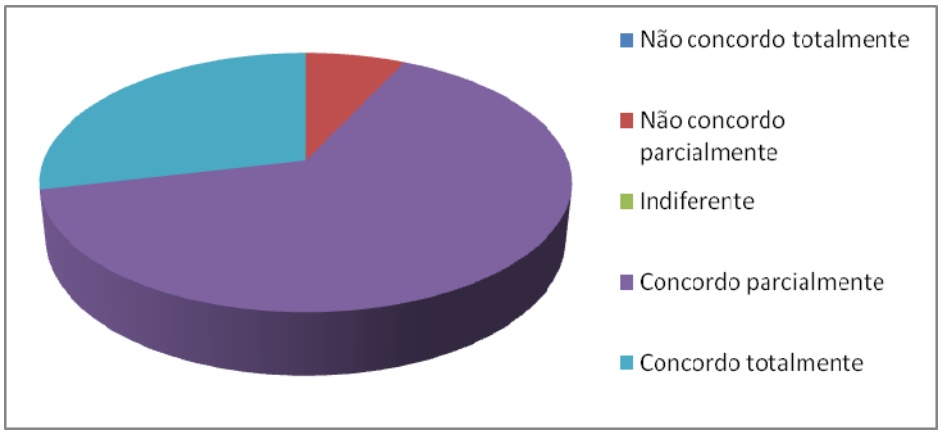


Quanto á estrutura arquitectónica, os Administradores Comunais refutaram, que o mau exercício da cidadania se deve a hábitos para além de existirem outros factores associados, como o mau funcionamento das infraestruturas que servem as cidades. Se estas não forem boas resultam num mau exercício da cidadania. Entretanto 33% dos questionados, apesar dos hábitos rurais de grande parte dos cidadãos, justificáveis face ao seu baixo nível de literacia e dificuldades de inserção no mercado de trabalho, não concordaram totalmente que esta atitude seja entrave no exercício da cidadania e 67% concordaram parcialmente, ver gráfico abaixo;

Gráfico 27: O aspecto arquitectónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião dos dirigentes comunais

Os Sobas, Sekulos e Regedores tiveram uma opinião mais dividida: 64% concordaram parcialmente quanto ao mau uso da cidade e o exercício da cidadania, 29% concordaram totalmente e apenas 7% não concordaram, ver gráfico a seguir:

Gráfico 28: O aspecto arquitectónico das cidades de Benguela, e os seus cidadãos, opinião das autoridades tradicionais



A protecção dos direitos do homem constitui uma necessidade conquistada pelos povos para a preservação da condição humana. Em Angola, cabe ao Estado assegurar aos cidadãos o cumprimento dos deveres, o gozo dos direitos civis, das liberdades e das garantias constitucionais consagradas na Constituição[55] e na lei. Nesta questão os 50 % dos dirigentes da província foram unânimes em analisar e atribuírem a democracia como cotação muito bom e 50% atribuíram a cotação de bom, abaixo estão demonstrados valores atribuídos por esta franja de dirigentes;

Tabela 16: Cotação dos dirigentes prov.s/ protecção dos direitos do homem

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & Cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo						
Mau						
Suficiente			2	2		2
Bom	2	1	2	1	3	2

[55]Capítulo I, artigo 22, Constituição angolana.

Muito bom	2	3		1	1	
Nº de respondentes	4	4	4	4	4	4

Os Administradores municipais, questionados sobre a cotação dos itens que se prendem com o funcionamento das estruturas do estado democrático e de direito dividiram a sua análise entre o bom e o suficiente, e 100% excluíram unanimemente o estado da democracia – eleições e a segurança social do muito bom, atribuindo-a a cotação de bom.

Tabela 17: Cotação dos dirigentes municipais s/a protecção dos direitos do homem

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo						
Mau						
Suficiente	3	1	4	3	2	2
Bom	2	2	1	1	1	2
Muito bom		2		1	2	1
Total de respondentes	5	5	5	5	5	5

Nas Comunas, os dirigentes por terem a possibilidade de medir o estado democrático mais próximo da população, excluíram da opinião a Segurança Social, a Educação e o Desenvolvimento Tecnológico de forma unanime do Muito Bom, repartindo a opinião de todos com o bom e o suficiente , conforme abaixo se pode ler;

Tabela 18: Cotação dos dirigentes comunais s/a protecção dos direitos do homem

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo						
Mau						
Suficiente		1	2	2	1	4
Bom	3	2	4	4	2	2
Muito bom	3	3			3	
Nº de respondentes	6	6	6	6	6	6

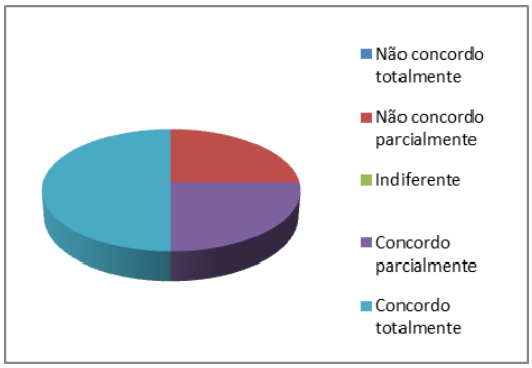
Os Sobas e demais autoridades tradicionais classificaram o estado democrático de uma forma periclitante embora tenham atribuído maioritariamente cotações positivas, A protecção dos direitos do homem constitui uma necessidade conquistada pelos povos para a protecção da condição humana, ver o quadro a seguir;

Tabela 19: Cotação das autoridades tradicionais/a protecção dos direitos do homem

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo						
Mau		1				
Suficiente	1	1	1		4	5
Bom	11	13	12	7	9	7
Muito bom	10	7	10	15	9	10
Nº de respondentes	22	22	23	22	22	22

Com a conquista da independência em 1975, o país deparou-se com uma escassez de quadros técnicos. Assim, recorreu-se à cooperação de funcionários estrangeiros. O contributo destes técnicos pressupõe-se que tenha representado uma vantagem para o país. Os dirigentes da província 50% concordaram totalmente com a contribuição da força expatriada, 25% não concordaram parcialmente e os outros 25% concordaram parcialmente como nos demonstra o gráfico abaixo:

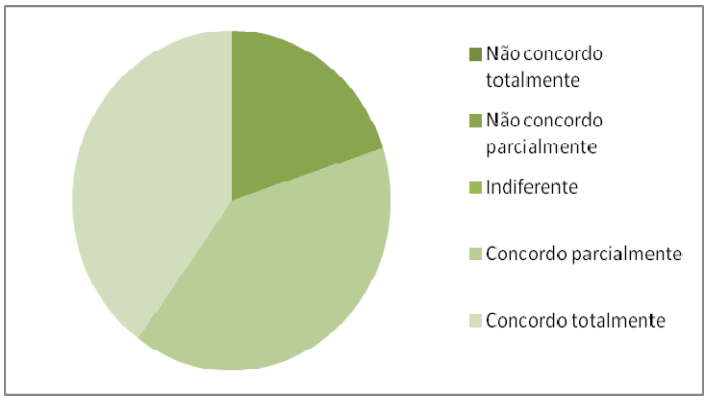
Gráfico 29: A quantidade de força de trabalho expatriada em Benguela, opinião dos dirigentes provinciais



Os dirigentes municipais com uma informação mais abrangente sobre a participação dos trabalhadores expatriados nas várias esferas da actividade económica e social expressaram

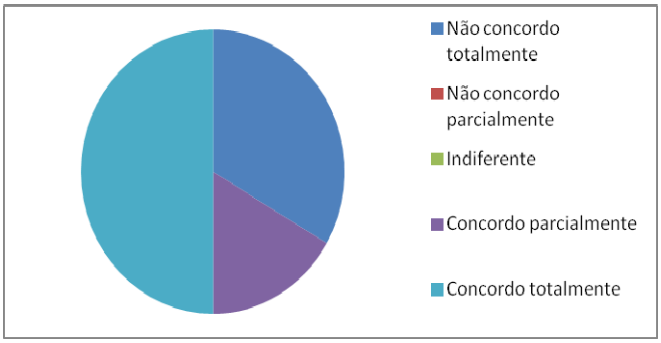
o seguinte resultado: 20% não concordaram parcialmente, 40% concordaram parcialmente que a contratação destes técnicos fora uma mais-valia para o país, e outros 40% concordaram totalmente como apresenta a gráfico abaixo:

Gráfico 30: Quantidade da força de trabalho expatriada em Benguela, opinião dos dirigentes municipais



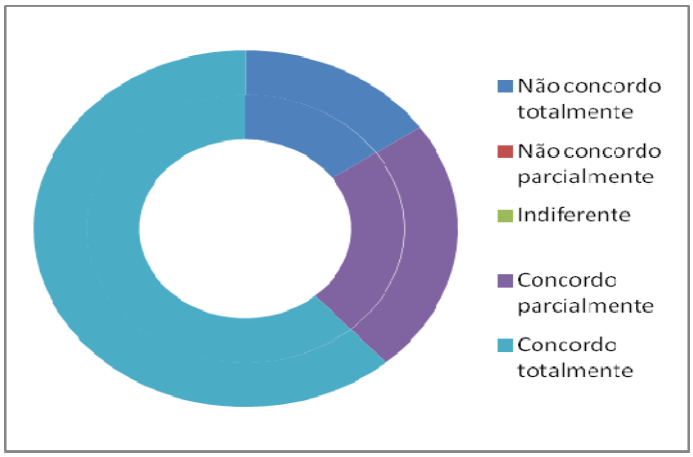
Os Administradores comunais embora divididos quanto a acção destes trabalhadores expatriados, estão mais bem posicionados na sua opinião, 50% concordaram totalmente com o contributo destes técnicos, 17% concordaram parcialmente e 33% não concordaram totalmente, ver gráfico abaixo:

Gráfico 31: Quantidade da força de trabalho expatriada em Benguela, opinião dos dirigentes comunais



Quanto às entidades tradicionais 62% expressaram uma visão positiva relativamente a força expatriada na província, 23% concordaram parcialmente e apenas 15% não concordaram totalmente, ver gráfico abaixo;

Gráfico 32: Quantidade da força de trabalho expatriada em Benguela, opinião das autoridades tradicionais



Assim sendo por razões estruturais algumas cidades tiveram maior concentração dos funcionários expatriados como a seguir se vê abaixo na opinião do governador e dos vice-governadores:

Tabela 20: Quantidade de cooperantes na opinião dos dirigentes provinciais

Cidades	Cidade com mais cooperantes	Setor da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	3	Saúde, educação e construção civil	Cuba, Portugal e China, Vietname
Lobito	1	Educação, saúde, Governo civil, obras públicas, Ind. extractiva	Cuba, Portugal, China, França
Cubal	0		
Ganda	0		
Total de Respondentes	4		

A nível dos Administradores municipais, inerente as funções mais próximas das comunidades a visão é espelhada no quadro a seguir:

Tabela 21: Quantidade de cooperantes na opinião dos dirigentes municipais

Cidades	Cidade com mais cooperantes	Setor da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	2	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas	Cuba, Portugal, China, Brasil
Baía Farta		Saúde, Educação, construção civil, Pescas,	Cuba, China, Espanha, Portugal
Balombo	19	Saúde, Educação, Construção civil	Rússia, China, Portugal
Lobito	2	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas, Refinaria	Cuba, Portugal, China, Brasil, França
Cubal	15	Saúde	Cuba, Mauritânia
Ganda	14		Cuba, China
Total de respondentes	5		

A nível dos Administradores comunais a sua opinião sobre as cidades com mais cooperantes, distribui-se como se mostra na tabela que se segue:

Tabela 22: Quantidade de cooperantes na opinião dos dirigentes comunais

Cidades	Cidade com mais cooperantes	Sector da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	1	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas	Cuba, Portugal, China, Brasil,
Lobito	5	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas, Refinaria	Portugal, China
Cubal		Saúde	Cuba
Ganda			
Nº de respondentes	6		

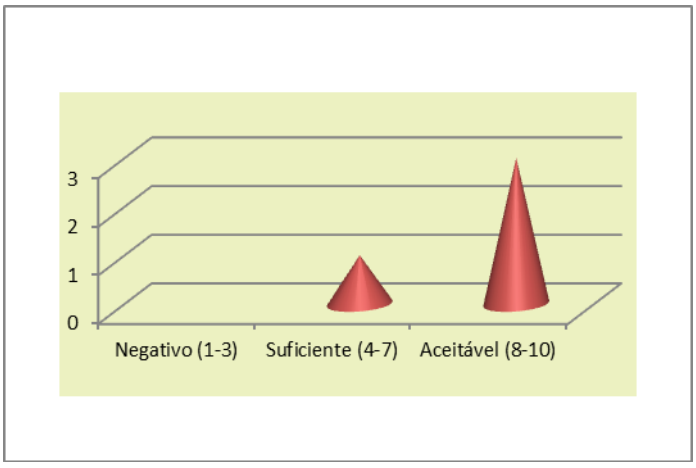
Quanto a opinião dos Sobas e outras autoridades tradicionais sobre as cidades com mais cooperantes, ver o quadro a seguir:

Tabela 23: Quantidade de cooperantes na opinião das autoridades tradicionais

Cidades	Cidade com mais cooperantes	Setor da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	12	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas	Cuba, Portugal, China, Brasil,
Lobito	7	Saúde, Educação, Construção civil e Obras Públicas, Refinaria	Portugal, China
Cubal		Saúde	Cuba
Ganda			
Nº de respondentes	19		

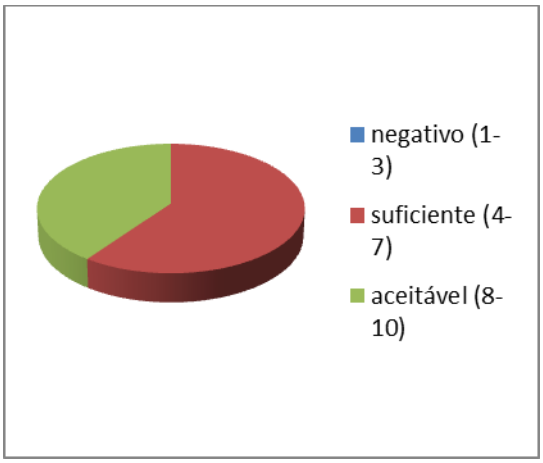
A aceitação dos técnicos estrangeiros junto da população foi cotada pelos dirigentes provinciais de forma positiva 75%, e 25% atribuíram uma cotação de suficiente como demonstra o gráfico;

Gráfico 33: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião dos dirigentes provinciais



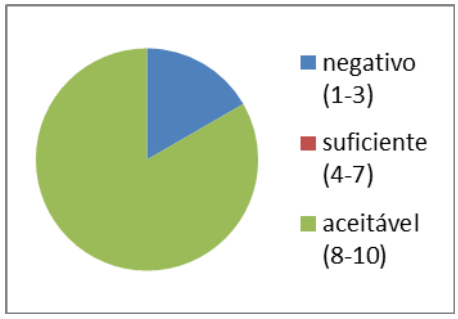
Os Administradores Municipais têm uma opinião diferente dos dirigentes provinciais: 40% asseguraram que a maior parte dos trabalhadores expatriados têm uma aceitação boa e 60% atribuíram uma cotação de suficiente como nos demonstra o gráfico abaixo;

Gráfico 34: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião dos dirigentes municipais



Os Administradores Comunais expressaram a sua opinião demonstrando que em 83% os administradores consideraram que os cooperantes tiveram uma aceitação positiva, e 17% atribui a cotação de negativo, ver gráfico a seguir:

Gráfico 35: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião dos dirigentes comunais



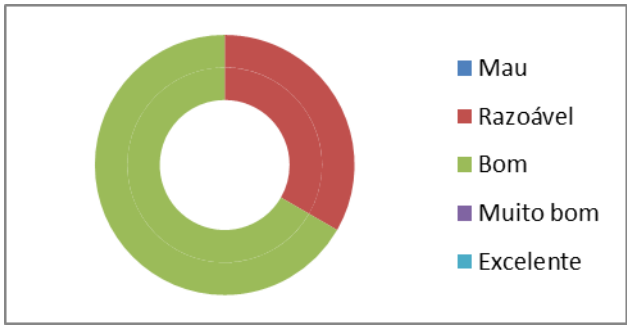
A opinião dos Sobas e outras autoridades tradicionais sobre a aceitação da força expatriada dividiu-se entre os 71% que deram uma cotação positiva e 29% que atribuíram a cotação negativa que podemos ler no gráfico a seguir:

Gráfico 36: A aceitação dos cooperantes em Benguela: opinião das autoridades tradicionais

8.3. - A Perspectiva dos Gestores Organizacionais

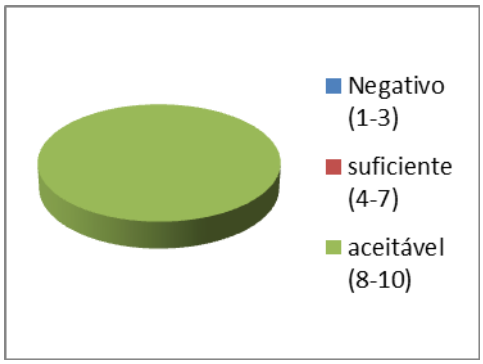
Os gestores organizacionais da província, transmissores da ciência na área em que respondem, quanto ao estado da cidadania distribuíram a sua opinião do seguinte modo: 67% deram uma cotação de bom, e 33% foram de opinião que o estado é razoável.

Gráfico 37: A opinião dos gestores organizacionais s/o estado da cidadania em Benguela



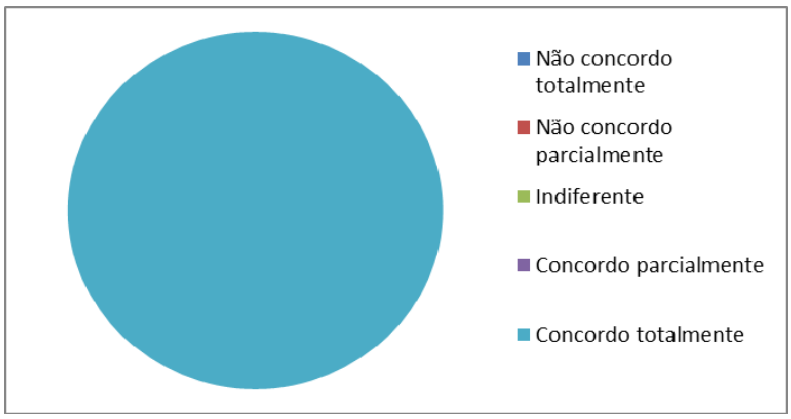
Os 394 anos da cidade de Benguela foram confirmados pelos gestores organizacionais onde os 100% tiveram uma opinião unanime sobre o facto de a província ser hoje uma centralidade política e económica.

Gráfico 38: A opinião dos gestores organizacionais sobre Benguela como centralidade política e económica



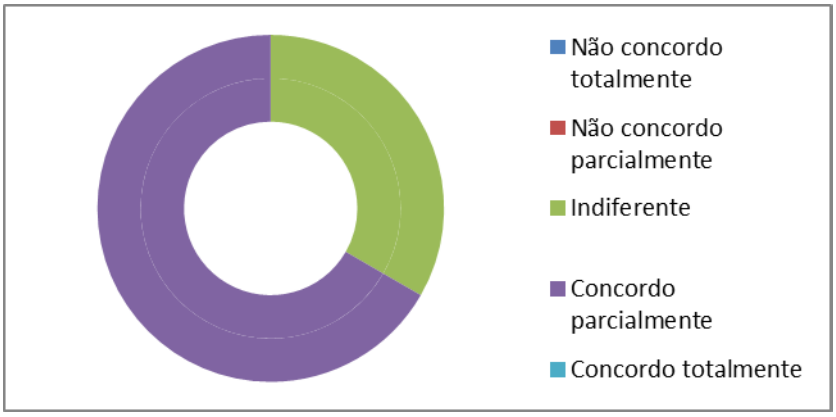
A construção do caminho de ferro de Benguela, conferiu em tempos remotos um estatuto político que ligou o país a outros países da África Central, na visão dos 100% dos questionados desta área de responsabilidade.

Gráfico 39: A opinião dos gestores organizacionais sobre o CFB



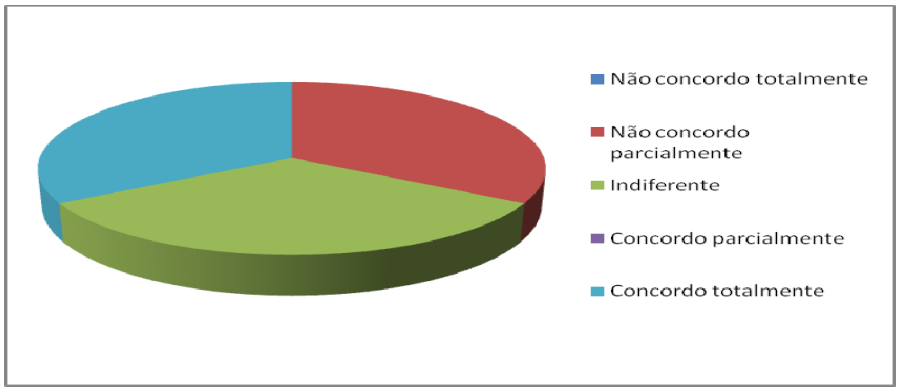
A desestruturação das cidades de Benguela, Cubal, Ganda e Lobito devido ao comportamento dos seus habitantes mereceu dos questionados uma indiferença de 33% enquanto 67% concordaram parcialmente, eis a seguinte visão graficamente:

Gráfico 40: A visão dos gestores organizacionais s/a desestruturação da



A ausência de uma rede de transportes públicos coesa, conectada nos pontos de cruzamento intermunicipais rodoviários, marítimos e nos rios navegáveis dividiu a opinião da classe de gestores, pelo que 33% concordaram totalmente, que esta deficiência retirou a cidade das rotas africanas e internacionais, 33% não concordaram parcialmente com a debilidade apresentada, enquanto outros 33% se mostraram indiferentes.

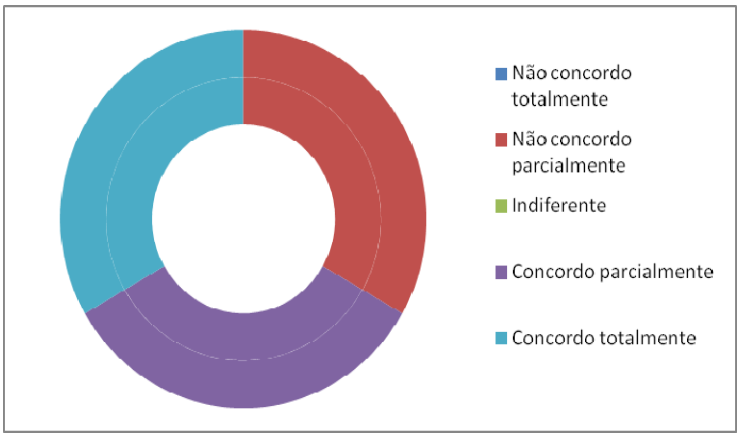
Gráfico 41: A opinião dos gestores organizacionais s/a ausência de uma rede de transportes públicos em Benguela



Segundo 33% dos gestores organizacionais que concordaram totalmente que a estrutura arquitectónica urbana das quatro cidades da província não conseguiu impor-se face aos modos de vida rural dos cidadãos, e isto influenciou o exercício da cidadania, 33%

concordaram parcialmente, os restantes 33% não concordaram parcialmente com a questão levantada.

Gráfico 42: A opinião dos gestores organizacionais sobre a influência da cidade na cidadania em Benguela



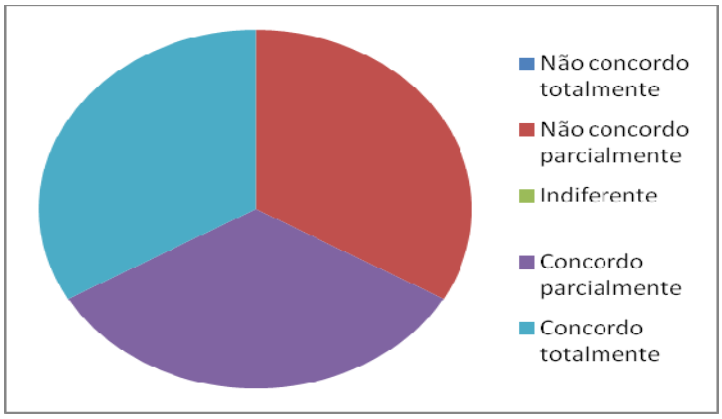
A protecção dos direitos do homem recebeu cotação relevante relativamente aos serviços prestados sobre a segurança social onde os 100% dos questionados atribuíram bom para a educação e cultura, para a democracia 75% dos gestores atribuíram a cotação de muito bom, enquanto o desenvolvimento tecnológico 100% dos questionados atribui o valor de suficiente, as restantes categorias tiveram cotações mais divididas.

Tabela 24: Protecção dos direitos do homem / opinião gestores organizacionais

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & Cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo						
Mau		1			1	
Suficiente	1		1			3
Bom		1	1	3	1	
Muito bom	2	1	1		1	
Nº de respondentes	3	3	3	3	3	3

A contribuição dos técnicos estrangeiros na visão de 33% dos gestores organizacionais concordaram totalmente que a cooperação com funcionários estrangeiros foi uma grande vantagem para o país, 33% concordaram parcialmente e os restantes 33% não concordaram parcialmente, o que resume ter havido uma divisão no grupo.

Gráfico 43: A opinião dos gestores organizacionais s/a contribuição dos técnicos estrangeiros em Benguela



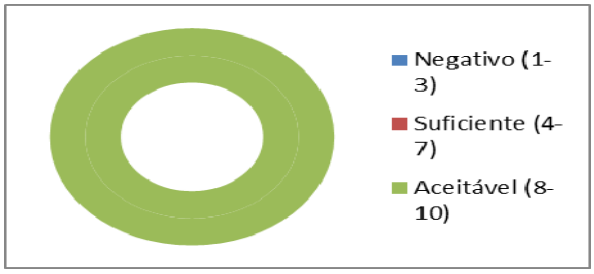
A cidade da província com mais cooperantes é a cidade de Benguela, na visão de 75% dos questionados.

Tabela 25: Cidades com mais cooperantes / visão dos gestores organizacionais

Cidades	Cidade com maior número de cooperantes	Setor da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	2	Saúde e educação, construção civil	Cuba, Portugal e China
Lobito	0	Educação, saúde, G civil, o. Públicas, petróleo	Cuba, Portugal e China, França
Cubal	0		
Ganda	0		
Nº de respondentes	2		

Na opinião de 100% dos gestores organizacionais a força de trabalho expatriada teve uma aceitação positiva no seio da população, esta visão foi dada pela cotação unânime dos questionados.

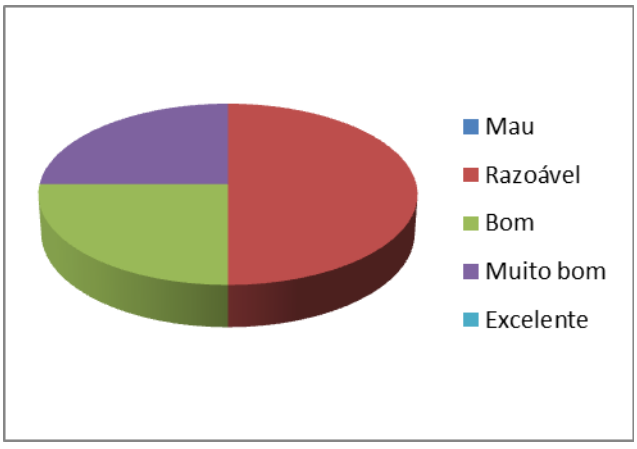
Gráfico 44: A opinião dos gestores organizacionais s/a aceitação dos cooperantes em Benguela



8.4. – A Perspectiva dos Cidadãos

Neste ponto foram auscultados e questionados 12 cidadãos residentes em bairros pobres, entenda-se pessoas que vivem em espaço territorial onde não existe saneamento básico e provavelmente as infraestruturas sociais e de saúde não chegam para atender todos os utentes. Para comparar a opinião deste grupo, foram questionados para o mesmo o fim 12 cidadãos ricos, empresários na sua maioria com um nível de rendimento acima da média, logicamente habitando numa área urbana com outras condições de salubridade. Contudo, as respostas ao estado da cidadania na província de Benguela, para os cidadãos dos bairros pobres, diferem dos atrás já referenciados: 50% deste grupo atribuíram a cotação de razoável ao estado da cidadania, 25% são de opinião de muito bom e outros 25% de bom, como se vê a seguir.

Gráfico 45: A opinião dos cidadãos pobres s/o estado da cidadania em Benguela



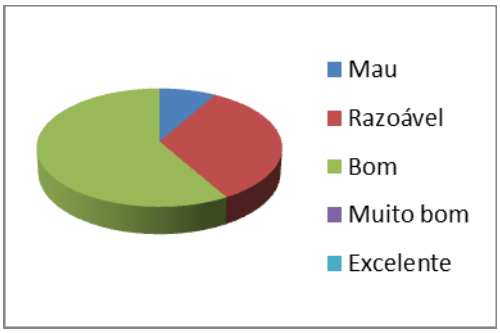
Para os cidadãos ricos (pessoas cujo extrato social possui melhores rendimentos financeiros são acima da média e, vivem em habitações com melhores comodidades), a

cidadania é entendida como o conjunto de direitos e obrigações civis e políticos tendo atribuído uma quotação de suficiente, como se vê no quadro abaixo.

Tabela 26: Visão dos cidadãos ricos quanto ao estado da cidadania em Benguela

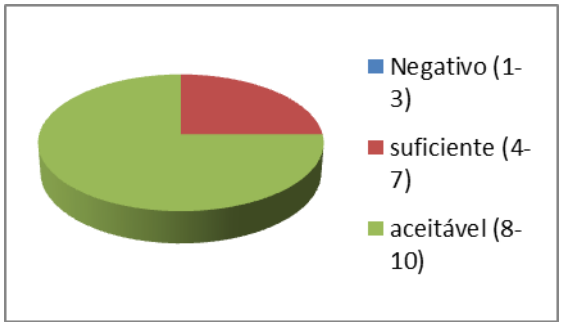
Classes	Frequência Acumulada	%
Mau	1	8%
Razoável	4	33%
Bom	7	58%
Muito bom		
Excelente		
Total	12	100%

Gráfico 46: Visão dos cidadãos ricos sobre o estado da cidadania



Os 394 anos da província de Benguela conferem-lhe um estatuto de centralidade política económica na óptica dos cidadãos pobres: 75% dos questionados atribuíram a cotação positiva, e 25% deram uma cotação de suficiente conforme gráfico a seguir;

Gráfico 47: A visão dos cidadãos pobres s/Benguela como centralidade política e económica

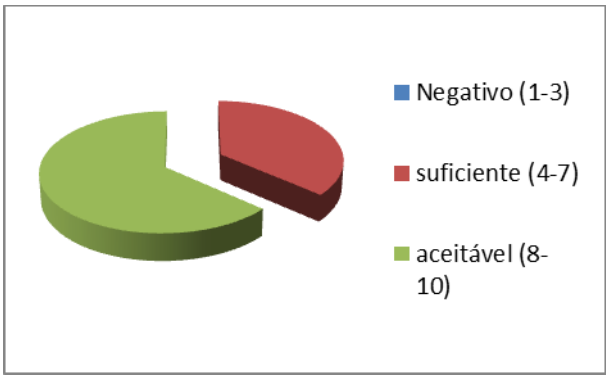


A questão dos 394 anos da cidade de Benguela, por todo o percurso da história que encerra foi considerada uma centralidade política e económica pelos cidadãos ricos que lhe atribuiram a cotação de suficiente.

Tabela 27: Opinião dos cidadãos ricos s/ Benguela como centralidade política e económica

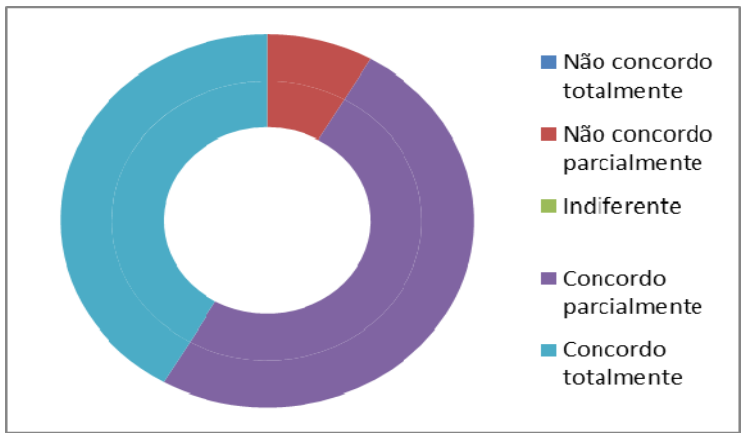
Classes	Frequência Acumulada	%
Negativo (1-3)		
suficiente (4-7)	4	36%
aceitável (8-10)	7	64%
Total	11	100%

Gráfico 48: A visão dos cidadãos ricos s/ os 394 anos de Benguela



A construção do CFB ligou o país a outros da África Central em tempos idos dividiu a opinião dos questionados como a seguir se vê:

Gráfico 49: A opinião dos cidadãos pobres s/o CFB



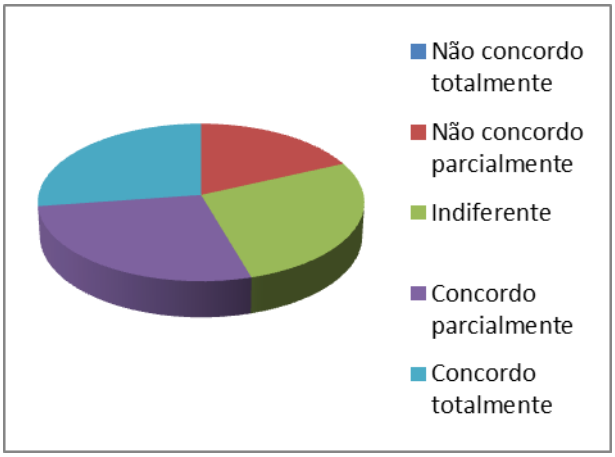
Quanto aos cidadãos ricos embora cépticos, tiveram uma opinião dividida entre o sim e o talvez, que a construção do CFB conferira à província um estatuto político que lhe permitiu ligar Angola à África Central.

Tabela 28: Opinião do cidadão rico s/CFB e a ligação a África Central

Classes	Frequência Acumulada	%
Não concordo totalmente		
Não concordo parcialmente		
Indiferente		
Concordo parcialmente	5	42%
Concordo totalmente	7	58%
Total	12	100%

A questão dos habitantes das cidades de Benguela, Cubal, Ganda e Lobito terem um comportamento misturado de urbano e rural não reuniu o consenso; destes questionados 18% não concordaram, 27% mostraram-se indiferentes, 27% concordaram parcialmente e os restantes 27% concordaram totalmente.

Gráfico 50: A opinião dos cidadãos pobres s/o comportamento dos citadinos nas cidades de Benguela

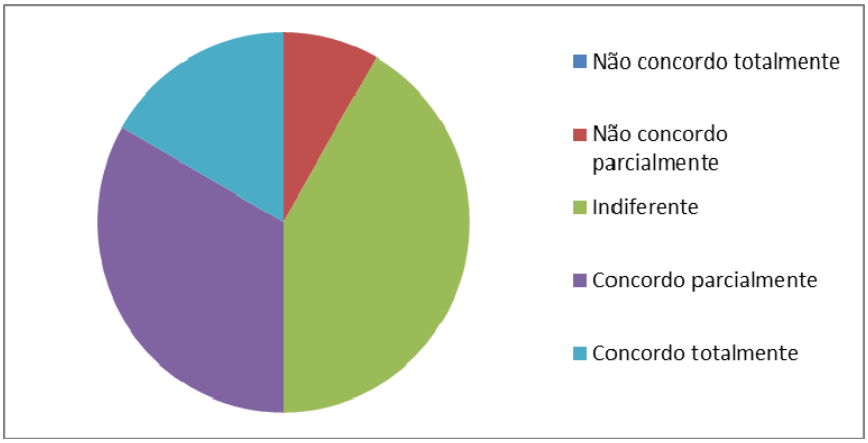


Para os cidadãos ricos, apesar das cidades de Benguela, Cubal, Ganda e Lobito terem uma simbiose do rural e urbano este facto não influencia o comportamento dos cidadãos

Tabela 29: Opinião dos cidadãos ricos s/arquitectura das cidades e os citadinos

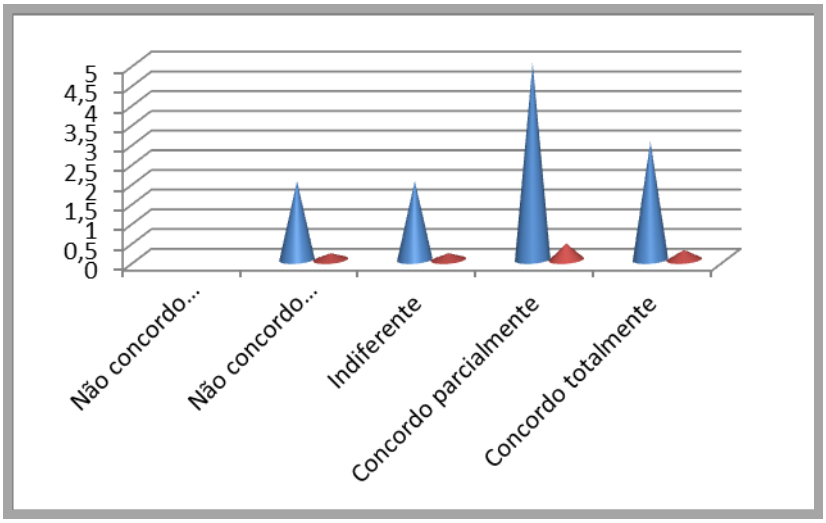
Classes	Frequência Acumulada	%
Não concordo totalmente	0	0
Não concordo parcialmente	1	8%
Indiferente	5	42%
Concordo parcialmente	4	33%
Concordo totalmente	2	17%
Total	12	100%

Gráfico 51: Visão dos cidadãos ricos s/a arquitectura das cidades e o comportamento dos cidadinos



O facto da província não dispor de uma rede de transportes públicos estruturada coesa e conectada nos pontos de cruzamentos intermunicipais, rodoviários, marítimos e nos rios navegáveis, faz com que segundo 17% dos seus cidadãos pobres creia que a ausência destas infraestruturas de apoio não retira em particular a cidade de Benguela, e outras a si periféricas da rota das cidades africanas e internacionais, 17% mostraram uma indiferença, enquanto 42% concordaram parcialmente e 25% de forma aberta demonstraram como a ausência destes serviços afeta a província.

Gráfico 52: Opinião dos cidadãos pobres s/a ausência de transportes públicos em Benguela



Quanto aos cidadãos ricos, aceitam em parte que até certo ponto esta ineficiência afecta a cidade em relação as outras cidades africanas.

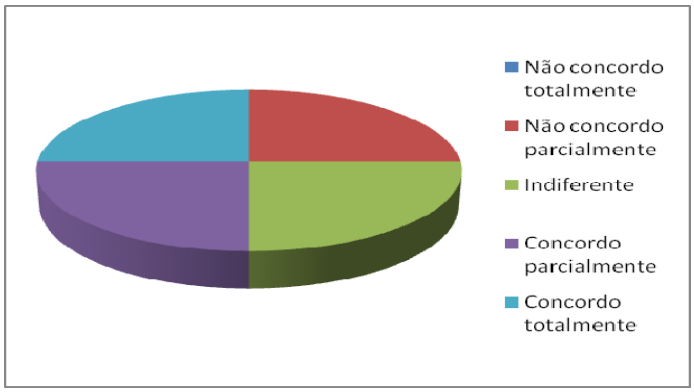
Tabela 30: Visão dos cidadãos ricos s/a falta de transportes públicos em Benguela

Classes	Frequência Acumulada	%
Não concordo totalmente	0	0
Não concordo parcialmente	0	0
Indiferente	1	8%
Concordo parcialmente	5	42%

Concordo totalmente	6	50%
Total	12	100%

O exercício da cidadania nas cidades que compõem a província, Benguela, Cubal, Ganda e Lobito), foi questionado pelo facto dos seus habitantes terem hábitos rurais, dividindo a opinião dos cidadãos pobres em 25% não concordaram parcialmente, 25% opinaram indiferente, outros 25% concordaram parcialmente e os restantes 25% concordaram totalmente, como a seguir se demonstra:

Gráfico 53: A visão dos cidadãos pobres/ a arquitetura das cidades de Benguela e o exercício da cidadania

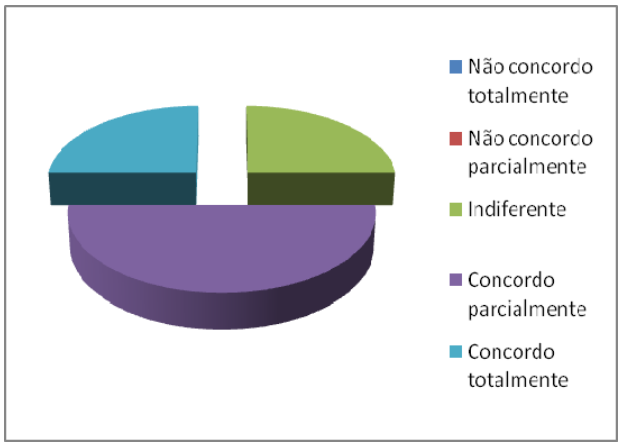


Para os cidadãos ricos a maneira de viver dos cidadãos das quatro cidades de Benguela tem grande desvantagem no exercício da cidadania.

Tabela 31: Opinião dos cidadãos ricos s/a influência da cidade na cidadania

Classes	Frequência Acumulada	%
Não concordo totalmente	0	0
Não concordo parcialmente	0	0
Indiferente	3	25%
Concordo parcialmente	6	50%
Concordo totalmente	3	25%
Total	12	100%

Gráfico 54: A opinião dos cidadãos ricos s/a influência da cidade a cidadania



A protecção dos direitos do homem não reuniu tanto consenso quanto à sua execução e a prestação das entidades públicas ainda não satisfazerem os cidadãos pobres de acordo com as suas respostas.

Tabela 32: A protecção dos direitos do homem na visão dos cidadãos pobres

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & Cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo		1	4	1	2	
Mau	1	3	5	3	7	1
Suficiente	4	3		5		4
Bom	5	3	1	1	1	3
Muito bom	2	2	2	2	2	4
Nº de respondentes	12	12	12	12	12	12

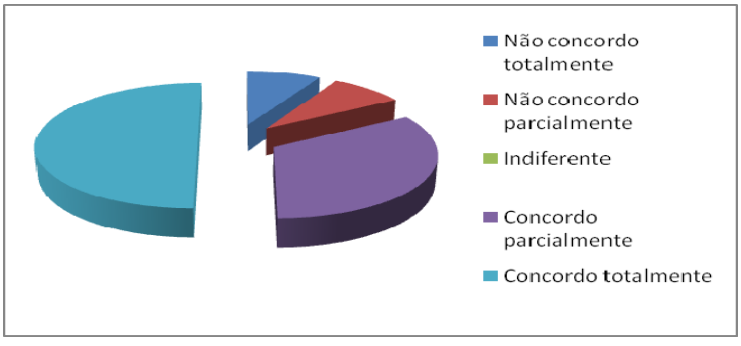
Para os cidadãos ricos a protecção dos direitos do homem e a condição humana não estão devidamente asseguradas, onde as maiores falhas são constatadas na escassez de liberdade de imprensa e no direito de associação.

Tabela 33: A protecção dos direitos do homem na visão dos cidadãos ricos

Classes	Democracia	Direito a associação	Segurança social	Educação & Cultura	Liberdade de imprensa	Desenvolvimento tecnológico
Péssimo	0	0	0	0	0	0
Mau	1	6	1	3	7	1
Suficiente	7	5	9	7	4	10
Bom	1	1	1	2	1	1
Muito bom	1	0	0	0	0	0
Nº de respondentes	10	12	11	12	12	12

Com a conquista da independência em 1975, o país deparou-se com uma escassez de quadros técnicos. Assim, recorreu à cooperação de funcionários estrangeiros. Embora o contributo dos técnicos estrangeiros não seja visto como uma grande vantagem para o país, os 50% cidadãos pobres aceitaram a sua prestação, 33% concordaram parcialmente, apenas 8% não concordaram parcialmente e outros 8% também não concordaram totalmente.

Gráfico 55: O contributo dos cooperantes na visão dos cidadãos pobres em Benguela

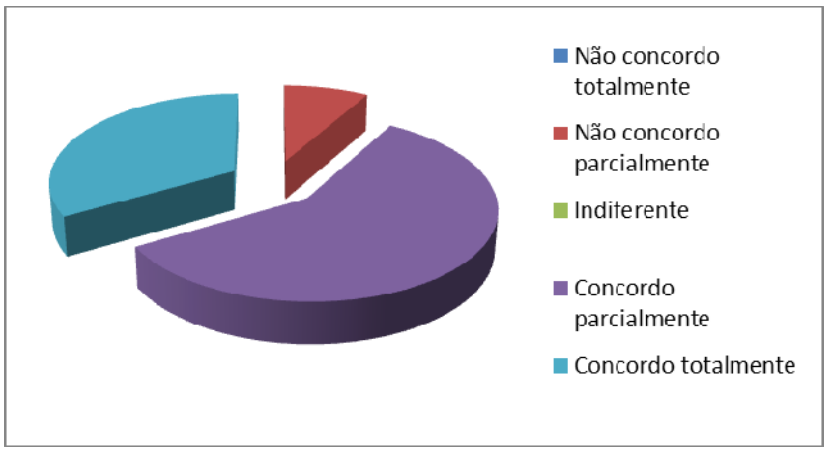


Quando questionado sobre as vantagens do recrutamento da força de trabalho expatriada os cidadãos ricos acreditam que não trouxe grandes vantagens.

Tabela 34: Opinião dos cidadãos ricos s/as vantagens da cooperação

Classes	Frequência Acumulada	%
Não concordo totalmente	0	0
Não concordo parcialmente	1	8%
Indiferente	0	0
Concordo parcialmente	7	58%
Concordo totalmente	4	33%
Total	12	100%

Gráfico 56: Opinião dos cidadãos ricos s/as vantagens da cooperação



Para a maioria dos cidadãos pobres da província, a cooperação com a mão de obra expatriada concentra-se a sua maioria na cidade de Benguela, e está engajada na educação, saúde, construção civil e obras públicas e a sua proveniência maioritária são chineses, portugueses e cubanos.

Tabela 35: Cidade de Benguela com mais cooperantes na visão dos cidadãos pobres

Cidades	Número de cooperantes	Setor da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	8	Saúde e educação, construção civil	Cuba, Portugal e China
Lobito	4	Educação, saúde, G civil, o. Públicas, petróleo	Cuba, Portugal e China, França
Cubal	0	-	-
Ganda	0	-	-
Nº de respondentes	12	-	-

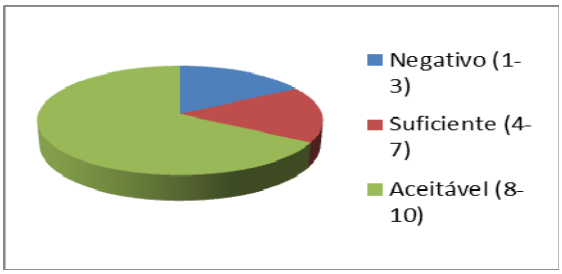
Na visão dos cidadãos ricos a cidade com mais estrangeiros trabalhadores é a cidade de Benguela, concentrados na sua maioria na saude, educação e na construçõa civil. O país de origem destes trabalhadores estrangeiros foram apontados como provenientes de Cuba, Portugal e da China.

Tabela 36: Cidade com mais cooperantes na visão dos cidadãos ricos

Cidades	Número de cooperantes	Setor da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela	8	Saúde e educação, construção civil	Cuba, Portugal e China
Lobito	4	Educação, saúde, G civil, O. Públicas, petróleo	Cuba, Portugal e China, França, Brasil, Índia
Cubal	0	0	
Ganda	0	0	
Nº de respondentes	12	0	

Nesta faixa 67% dos cidadãos deste extrato social (ricos), foram de opinião que os cooperantes são bem aceites no seio da população, 17% deram o suficiente e 17% atribuíram uma classificação negativa.

Gráfico 57: A aceitação dos cooperantes na opinião dos cidadãos pobres em Benguela

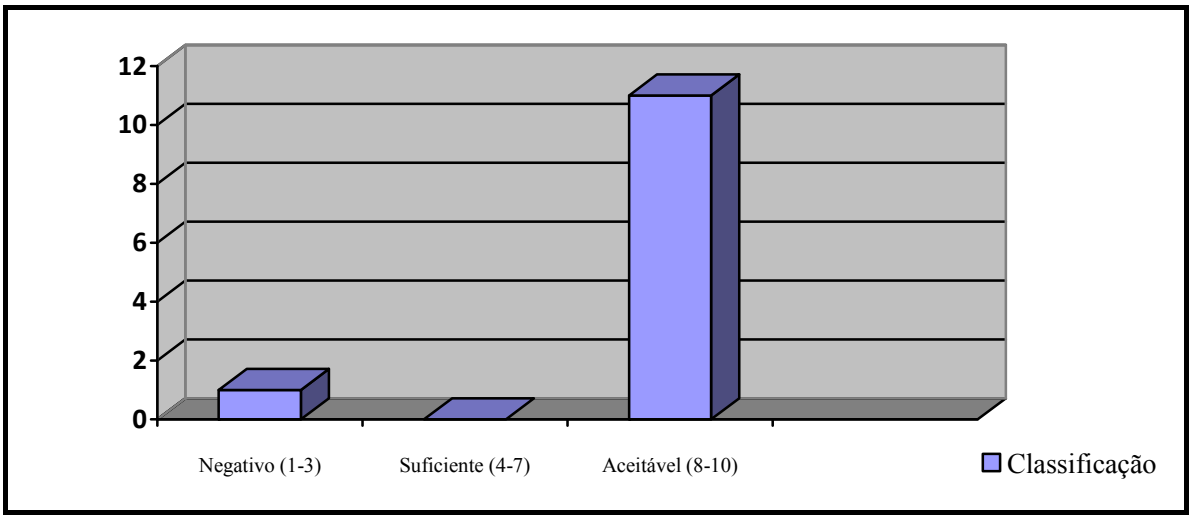


Na opinião dos cidadãos ricos, os trabalhadores expatriados por força da conjuntura tiveram de ser aceites pela população.

Tabela 37: A aceitação dos cooperantes na visão dos cidadãos ricos

Classes	Frequência Acumulada	%
Negativo (1-3)	1	8%
Suficiente (4-7)	0	0
Aceitável (8-10)	11	91,07%
Total	12	100%

Gráfico 58: A aceitação dos cooperantes na visão dos cidadãos ricos



Neste capítulo colocou-se em evidência, através dos questionários efetuados, a opinião dos gestores políticos - membros do governo, entre os quais o governador provincial e os seus vice-governadores, descendo até aos administradores municipais, comunais e as autoridades tradicionais.

Relativamente às autoridades tradicionais, e por imperativos da própria sociedade angolana, estas entidades querendo ou não, têm de demonstrar adesão às políticas do governo e, para além de serem os porta-vozes junto das suas comunidades, são os defensores das políticas públicas vigentes, daí que a opinião com menos enviesamentos sejam a dos cidadãos sem cargos ou responsabilidades públicas/políticas.

CAPÍTULO IX – O PAPEL DAS CIDADES NO FUTURO DA CIDADANIA

A população das cidades representa hoje cerca de 50% dos seres humanos. O facto de estar projectado que em 2025 cerca de 75% da população do planeta residirá nas cidades, e que o *Homo sapiens* se terá convertido em *Homo urbanus* (Milanez, 2007), confere-nos maior responsabilidade quanto ao futuro da cidadania. Infelizmente a cidadania, a civilização ditada nas cidades, começou a ser beliscada há longo tempo por atitudes incorretas que afectam e colocam em perigo a preservação da espécie humana. Estes espaços territoriais "que absorvem a energia do planeta para a sua manutenção, enquanto a contaminam com os seus resíduos" é motivo de alerta e preocupação para a necessidade da sua estruturação numa cidade do futuro que Milanez (2007) preconiza vir a sofrer um abalo social, perspectivando que 10% da população em cada território estará engajada como mão de obra nas actividades funcionais e produtivas, e os restantes, uma percentagem considerável, engrossarão o exército de desempregados expostos aos fenómenos de pobreza, actos de violência, doenças e precariedade.

As cidades são "máquinas extraordinárias com dimensões ciclópicas e seus complexos e tem perigosos mecanismos de funcionamento" (Milanez, 2007); elas podem ser reinventadas de certo tendo em atenção que a sua configuração actual como concentrações urbanas onde se realizam trocas de bens e serviços, se partilham conhecimentos e ideias,

surgiram há 7000 anos. Atrativas no ambiente, modelaram a civilização humana, permitindo a evolução do conhecimento e da arte, contribuindo para a evolução tecnológica embora sejam acusadas por Milanez (2007) de ter um lado sombrio e assustador, talvez fruto da heterogeneidade dos seus habitantes tanto no nível social, económico e cultural como de motivações.

Questionar quanto esta estrutura se transformou num pesadelo para os governos, empresas e organizações constitui um exercício fácil e soberano para cada estudioso ao crer-se que o homem como animal racional é um ser adaptável, embora constitua o próprio perigo da sua sobrevivência no planeta ao destruir o ecossistema global. Contrariando o enfoque pretensioso de alguns estudiosos como Peter Drucker citado por Milanez (2007) que pinta a cidade como o caminhar para a imoralidade, a degeneração, fruto da mudança a decorrer na pirâmide demográfica nas próximas décadas. Claro que o índice da taxa de natalidade decrescerá e haverá um maior número de habitantes com 50 a 60 anos, elas continuam a ser o *el dourado* a que os emigrantes rurais recorrem para a procura de emprego, na esperança de uma vida melhor, e acabam esbarrando num paredão que os leva à pobreza urbana viciada na droga e na violência. O importante será traçar as linhas capazes e seguras para que as cidades actuais com seus fluxos económicos, técnicos, sociais e financeiros tragam a sustentabilidade para a preservação da vida humana motor da cidadania, impulsionador da ética e da reconstrução dos ecosistemas destruídos pelo desenvolvimento tecnológico.

O Futuro da cidadania passa pela implementação de planos directores inovadores que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, elevem a sua autoestima seguindo os seguintes princípios de associativismo por parte dos gestores públicos: dar prioridade à constituição de associações comunitárias subsidiando nas áreas pobres projectos de carácter social com infraestruturas para a educação pré-escolar para os mais novos, reforçar a atenção da educação primária e secundária aliando o saber teórico a prática para explorar a competência dos jovens; incentivar as actividades lúdicas e desportivas; reforçar a educação para a saúde transformando todos os cidadãos em agentes sanitários, incentivando-os a entender a necessidade da higiene, protecção do meio ambiente e respeito pelo bem comum. Isto levará a que as cidades se tornem referências no seu modelo de planeamento urbano, na sua integração nas actividades políticas e públicas para responderem aos desafios que surgem no cruzamento dos vários fluxos que têm a cidade como a sua âncora.

Se as cidades constituem um ambiente rico na produção de ideias novas e culturas inovadoras devido à diversidade de origem cultural dos seus habitantes, construir grupos comunitários onde o associativismo impera como palavra de ordem será uma mais-valia na transmissão de saberes diferentes que podem ser diluídos, regulamentados com um instrumento jurídico para o controlo do civismo e direcionamento da versatilidade das estruturas, impedindo-as de colidirem com os princípios que ajudarão a promoção da cidadania.

9.1. - Cooperação, Desenvolvimento Local e Cidadania

A Cooperação na óptica das relações internacionais tem vindo a obedecer a uma evolução sistémica, visível no compromisso das teorias das relações internacionais com a ciência económica na "abordagem normativa," para responder às necessidades do desenvolvimento. Ao reflectir sobre a história (Conde, 2009) refere que os povos da antiguidade mantinham relações com o exterior na área do comércio, diplomacia e estabeleciam acordos firmados com o intuito de cunhar os seus interesses a exemplo do «Tratado de Kadesh» firmado entre o Egipto e o Hatti no séc. XIII a.C. com vista a ultrapassar o conflito que os dividia sobre a soberania de Kadesh.

Da Roma antiga até ao século XVIII, o direito romano, apesar de dominante, foi-se adaptando de acordo com as épocas, aos princípios da sociedade e "aos valores cristãos" (Conde, 2009). Por conseguinte, na idade média as relações assentavam "em laços de sangue e princípios religiosos", pondo de fora questões espaciais. Resumindo nesta época o relacionamento internacional era feito entre pessoas e corporações com a anuência da superestrutura do Clero que estratificou o veto a destruição de bens designando a «Paz de Deus», interregno na luta aos domingos ou feriados religiosos e a «Trégua de Deus», e, apelidou de guerra justa sempre que no seu entender, o motivo do conflito se enquadrasse no conjunto de princípios por eles definidos como motivo justificativo de guerra.

A guerra dos trinta anos e a transição do feudalismo para o estado moderno mudou o curso das relações internacionais, a igreja deixou de ter um papel principal como actora na nova ordem de ordenamento internacional. Estabeleceram-se relações entre os Estados

soberanos e organizações políticas soberanas, baseadas no direito internacional de forma autónoma no nível interno e externo. De lá para cá, agregando as valências dos ideais da revolução francesa que desusou a ordem de Vestefália conferindo mais atitude ao nacionalismo e consequentemente ao exercício da cidadania. Ganhou protagonismo na transição do séc. XIX para o séc. XX, fez crescer a opinião pública, a consciência da intervenção dos cidadãos na vida social através do sufrágio político, o associativismo sindical e partidário. Paradoxalmente a paz internacional reduziu e como consequência estalou o primeiro conflito mundial (Conde, 2009, p. 6-7).

Cinco anos após a queda do muro de Berlim, os antigos rivais apressaram-se a fazer parcerias, as agendas dos políticos passaram a configurar a manutenção e a "imposição da paz"; (Huntington, 1996, p. 32), alguém apelidou este momento como sendo um momento de euforia que surge na sequência dos grandes conflitos na onda de «nós e eles» tal como aconteceu no final das duas grandes guerras.

Curiosamente já não existe guerra entre as duas super potências, nem mesmo entre ricos e pobres, mas há fricções que acontecem no meio dos grupos ocidentais e não ocidentais, se colocarmos os ricos no ocidente e como não ocidentais os pobres, notaremos que os conflitos pelos quais se envolvem cada um destes dois grupos são diferentes. Os ocidentais travam guerras comerciais uns com os outros, os pobres travam guerras violentas entre si como aconteceu no Rwanda e no Burundi.

A globalização acelerou de tal forma não só a tecnologia e os mecanismos financeiros como a vida socio-política e cultural, fazendo com que os Estados caminhem no sentido de descentralizar o poder para as entidades de nível mais abaixo como o são os governos regionais, provinciais e locais. O desenvolvimento da tecnologia serviu de alavanca à mobilidade célere da movimentação dos capitais, retirou do controlo dos governo dos Estados o fluxo do dinheiro, que entra e sai dos seus países e aumentou a dificuldade em controlar o fluxo de migração e emigração, tornando os territórios mais expostos a outros perigos que não sejam a invasão militar.

Os chamados «Estados sólidos» definidos após o tratado de Vestefália em 1648, estão a desaparecer dando o lugar à uma nova ordem internacional. Vislumbra-se agora uma «Nova Era», pressupondo uma nova imagem do mundo em anarquia, acompanhada da quebra da autoridade governamental, conflitos tribais, como aqueles que temos vindo a assistir na Nigéria e no Sudão, conflitos étnicos e religiosos, recrescimento de máfias internacionais

como os piratas do golfo da Guiné. Desenha-se um mundo caótico e avizinham-se novos conflitos.

No conjunto de paradigmas estabelecidos para redefinir à nova ordem mundial, África deverá procurar contornar em termos políticos e culturais as relações externas com os países emergentes preservando a sua identidade, protegendo a exploração dos recursos minerais e humanos fundamentalmente com formação que se adeque a nova ordem económica mundial.

O paradigma do caos que advém das mudanças que o mundo sofreu com o final da guerra fria estabelece uma imagem de anarquia universal, quebra de autoridade governamental. O melhor será que os governos dos Estados focalizem a sua atenção na consolidação ou estruturação de um Estado-nação em que os paradigmas se combinem entre a fragmentação e a integração, que levaria a «um modelo mais simples» visando ultrapassar os modelos complexos em que as relações estatais se converteram tendo em conta que a África está cheia de conflitos tribais, como a conhecida sexta-feira sangrenta ocorrida em Luanda no ano de 1993 contra a população bakongo e de nacionalidade congolesa, a violência xenófoba ocorrido na África do Sul em 2008 especialmente contra imigrantes moçambicanos e zimbabweanos.

Os países devem seguir os passos que Rostow (1960) traçou na sua obra sobre o crescimento económico em cinco etapas: preservar a sociedade tradicional com a terra como fonte única de desenvolvimento de forma arcaica, seguir as condições prévias da mudança, estabelecer valores favoráveis ao progresso, fazer a descolagem para eliminar os antigos bloqueios, diversificar a produção, estender o consumo em massa. O crescimento é visto por alguns especialistas apenas no sentido da expansividade quantitativa no realce económico e tal é um limite do paradigma da modernização.

Com o alcance das independências nos países africanos, 1960-1970, foram consideradas como responsáveis pelas taxas de crescimento aceitáveis por influência dos grandes investimentos estrangeiros – IDE - os investimentos internos não respeitaram o equilíbrio custo-benefício provocando o endividamento que continua a ser o calcanhar de Aquiles na relação norte-sul, só superada pelos países emergentes como a China, a Índia, e o Brasil.

No mundo globalizado a cooperação como acto de parceria surge da necessidade de gerir os recursos disponíveis estruturando-se no espaço comum, uma vez que o "destino de cada país está ligado ao destino de todos os outros" pois a evolução das tecnologias de

informação e a comunicação encurtaram o espaço que dividia os territórios e, em um minuto, qualquer transação por mais complexa que se afigure é feita "tornando os homens mais próximos uns dos outros " (Torres, 2011).

Deste entrelaçar das relações entre países os chamados "bens mundiais" reverteram-se a "património comum" que Torres (2011) apresenta como consequência da desflorestação, as emissões de CO_2, o aquecimento global e outras anomalias que afectam o planeta terra e, em fracção de tempo se convertem em pandemia mundial.

As teorias de Rostow (1960) sobre o crescimento económico e a necessária cooperação, que Torres (2011) designa ajuda de desenvolvimento, teve uma mudança de paradigma em três fases sucessivas: iniciando-se com o receio do processo de desenvolvimento ser linear e de forma ascendente, tendo em conta as convulsões sociais e políticas; segundo a minimização das desigualdades não se baseiam apenas na luta contra a pobreza, é preciso focalizar a ajuda aos países pobres num investimento capaz de fazer uma redistribuição da riqueza mundial; terceiro que a ajuda ao desenvolvimento seja na base de estruturação de projectos que protejam os "bens públicos mundiais" numa visão focalizada para o desenvolvimento dos países africanos.

Torres (2011) ao aludir que o desenvolvimento deve ter sentido como a mudança de sistemas socioeconómicos do mundo, independentemente das alianças e pactos envelhecidos pelo tempo, sugere que ele tenha como sigla a "reciprocidade e parceria" para facilitar quando necessário a renúncia as políticas económicas que causaram "desequilíbrios nas relações internacionais". O facto dos países africanos no último quartel do século XX, terem tido um desenvolvimento negativo, por consequência de inúmeros factores como as relações de troca ineficazes, a crise política e social que não se aliam à situação hoje vivida no resto do mundo, embora paire no ar que a crise vigente na Europa afectará também a África, esta consciência deve servir de lição no aperfeiçoamento das políticas públicas e na melhor redistribuição do rendimento *per capita*.

A cooperação, abstraída de uma visão eurocêntrica ou etnocêntrica, inicia-se com a falta de recursos humanos capazes de dar continuidade a máquina herdada no processo difícil de descolonização, que ao contrário de Torres (2011) responsabilizar o colonialismo da falta de quadros, culpa sim a conjuntura internacional da época que sem olhar para a indústria e desenvolvimento agrícola e agrário, cegamente adoptou medidas de intervenção pública institucionalizadas e centralizadas a todos os níveis e setores produtivos, sociais e

económicos, num paradigma funcionalista de desenvolvimento (Barreto, 2011). O modelo desenvolvimentista estatal foi um fracasso, desestimulou o crescimento económico levou os poucos meios humanos existentes a abandonaram as firmas e os dirigentes políticos do país viram-se forçados a recorrerem posteriormente à cooperação.

9.1.2.1. – Instituições Globais em África

A **UNECA** - agência especializada das Nações Unidas para o desenvolvimento económico e social dos 53 Estados-membros da ONU, tem como tarefa fomentar a integração regional e promover a cooperação internacional.

A **AGOA** tem por missão prestar ajuda aos países subsarianos que ainda não tenham assinado acordos de comércio livre com os EUA.

A **CEA** - Comissão Económica das Nações Unidas para a África, é um órgão criado pela ONU com o fim de promover um desenvolvimento sustentável no continente e tornar exequíveis os objectivos do desenvolvimento do milénio. Para este efeito a CEA, traçou como estratégia a erradicação da pobreza e da fome, a prevenção de doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e redução dos conflitos armados.

É importante realçar que os acordos de integração em África são caracterizados por organizações e instituições na sua maioria frágeis, com baixos recursos financeiros e debilidades em instrumentos institucionais capazes de assegurarem a devida cooperação nos Estados-membros. A nível de todo o continente, existem muitas iniciativas de regionalização, com projectos ambiciosos mas com fragilidade na sua viabilização. Assim, a União Africana luta constantemente no sentido de promover e criar uma harmonia e edificar mecanismos comuns de integração, erigindo pilares para a construção de uma união económica continental a longo prazo.

Para alcançar-se este objectivo, foi criada em 2008 a Comunidade Económica Africana – CEA - da qual fazem parte a maioria dos países africanos membros da União Africana com o objectivo de traçar iniciativas de integração nas regiões onde ainda não existam, criar uniões aduaneiras, instituir um mercado único, uma moeda e um banco central, para a longo prazo quem sabe propiciar uma plena união económica monetária e política à semelhança do Euro na União Europeia, com um banco central abrangente.

As organizações criadas para a integração económica do continente africano dificilmente conseguirão afirmar-se por meios próprios, são débeis, sem expressão, as medidas que preconizam não são executadas ou controladas. A não observância das mais recentes propostas da *Bretton Woods* e o cumprimento das regras do comércio internacional podem constituir o passo importante para a mudança da situação económica só por si exequível com a transformação do sistema agrícola, tendo em conta todas as tentativas fracassadas para a industrialização da economia de África. Torres (2011) analisa o caso de Angola, referindo como problema o facto de a população ser de gema rural e acrescente-se analfabeta, sugerindo este autor uma vasta campanha de escolarização, uma revolução académica/escolar.

Milando (2005) esquematiza alguns traços sobre a globalização ao focalizar-se nas dimensões do desenvolvimento, enquadrando-o na regulação social da modernidade que comporta em si adianta "três espaços-tempos", como o local, o nacional e o transnacional que se regem por três princípios como o da Comunidade, o princípio do Estado e por fim o princípio do Mercado. Associa a globalização ao desenvolvimento, evidencia a diversificação social, económica e cultural da modernidade.

Contudo é de refutar a posição de Milando (2005) ao posicionar a globalização numa perspectiva de imperialismo-cultural, pois como ele mesmo escreve, a tradição e a identidade são alvos permanentes de transformação e reconstrução e que tudo o que influencia a cultura de um povo quando vindo de fora da sua comunidade é adaptado à "realidade local", cabe perguntar onde está o imperialismo-cultural?

Ao reflectir sobre a urbanização nas regiões desenvolvidas e nas regiões em desenvolvimento Seixas (2006) alude que para o desenvolvimento do urbanismo impõe-se fazer uma "divisão didática e operacional" porquanto o urbanismo regional é desigual se o enquadrarmos num urbanismo global de "Arquipélagos Urbanos", no conjunto de cidades centrais que comungam e dirigem como ícones de projectos utópicos *versus* o urbanismo local com as cidades periféricas que englobam "grandes aldeias" assemelhando-se às cidades não consolidadas paradas no tempo. Notaremos que é necessário que o planeta urbano seja construído em função de fluxos que o autor chama de "espaços de Fluxos "Translocal/transnacional - global/regional" decifrados de "baixo – para cima e de - cima - para - baixo".

A base principal dos governos locais assenta na identidade colectiva ou como referem Castells e Borja (1996), na autonomia política. Após a recessão económica de 1970 na Europa, como retratam os autores atrás citados, os governos locais tiveram um papel preponderante ao reagirem com obrigações legais que atraíssem investimentos, gerassem empregos, renovassem a base produtiva das cidades. Destas acções surgiram então uma interação com outros "actores urbanos", a experiência vivida pela Administração Local na Europa, na América e na Ásia onde a flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais têm sido a grande mais-valia para "a velocidade de inovações das suas empresas quer médias ou pequenas, numa rede em que também se inserem as grandes empresas conectadas com o exterior e com o poder político citam Castells e Borja (1996).

9.1.3. - A Administração Local e o Municipalismo

A descentralização política e administrativa é o primeiro passo para a criação de uma cultura democrática, uma vez que só a partir dela se pode promover o exercício salutar da cidadania e responder aos desafios quotidianos da cidade. As preocupações dos habitantes, a criação de condições para a protecção dos direitos e consequentemente cobrar os deveres dos cidadãos. Sendo a Administração Local o gestor do espaço regional descontínuo e assimétrico que é a cidade, classificação esta feita pelo facto de hoje os usuários deste local serem superiores aos seus habitantes, provoca a prevalência na cidade de muitos organismos públicos e "parapúblicos" a chocarem-se para satisfazerem os problemas da urbe.

Cada uma destas estruturas ou organismos empenha-se em ter o maior protagonismo, cabendo á entidade Administração Local, conforme alerta Castells e Borja (1996), observar os elementos que a regem como: "população, território e organização", princípios estes hoje partilhados com outras instituições locais que se prestam a acudir aos vários problemas da região.

Para o caso das cidades africanas e para no futuro da cidadania, é imperioso elaborar planos directores[º] em que a Cooperação público privada requer uma acção mais participativa nas campanhas de promoção económica, renovação e promoção das áreas centrais como aconteceu em Buenos Aires (Castells & Borja, 1996). Para o efeito será necessário observar alguns factores como: mobilização dos actores urbanos, quer públicos ou privados, para

conquistar a confiança dos mesmos e tornar exequíveis tais planos, instalar uma "cultura cívica", e patriotismo dos citadinos, reestruturar a "imagem" da cidade para o exterior sobre uma mudança de aparente crise existente com vista a conquistar novos espaços económicos e promoção interna e externa da cidade.

Deve-se elaborar um plano estratégico onde a Administração Local reveja a organização, a cooperação com outras Administrações e cidadãos e a sua projecção de imagem internacional, resumidamente reestruturar a sua política em atitude.

A cooperação entre o governo local, favorecerá aos outros agentes um acordo com as demais administrações públicas e privadas, visando facilitar a promoção exterior primordial numa fase de mudança das exigências actuais da cidade, propiciará iniciativas de cariz político ao comportamento dos citadinos. Fazendo a promoção interna da cidade irá conferir aos seus habitantes uma formação patriótica e cívica para melhor valorizar o sentido de cidadania e confiança no futuro. A educação patriótica deverá basear-se na edificação de obras que simbolizam os feitos históricos da pátria, na estruturação e conservação de espaços públicos como sinal de bem-estar da população.

Esta inovação política administrativa deve impulsionar a cooperação social e participação dos cidadãos. A cooperação social é imprescindível devido à natureza dos problemas actuais da cidade, para além da necessidade de assegurar o emprego, a segurança pública e outros, deve cuidar da terceira idade, do meio ambiente, da realização e promoção dos actos culturais focalizando estas acções a uma população heterogénea, propensa à marginalização, como sugerem Castells e Borja (1996).

O governo local funciona como promotor ao estimular e orientar energias dos cidadãos para o respeito ao bem comum e a convivência salutar, concomitantemente, terá de garantir "emprego, segurança pública e manutenção de equipamentos, serviços e espaços públicos". Se abraçar a inovação democrática passará a ter um papel que o conduzirá ao cumprimento dos seguintes propósitos: implementação da participação dos cidadãos, estruturação da cooperação social e cumprimento da integração das políticas urbanas (Castells e Borja 1996).

Os sociólogos acima citados apelidaram de crise das identidades colectivas e de participação nas instituições representativas e nos partidos políticos, o fraco empenho e ausência de motivação dos cidadãos em filiar-se e dar respostas as causas políticas e de massas. Isto pressupõe-se advir dos métodos tradicionais no associativismo de massas, o que quer dizer que nos bairros e nas cidades se pode ensaiar novas formas de participação política,

reestruturar a democracia inovando-a "a partir do princípio da proximidade", pois garantirá a continuidade dos programas "supranacionais" a decorrerem, incentivando e promovendo o direito à diversidade e o "dever de inventar".

Definindo novas competências para os governos locais, o associativismo será a base para as relações nas estruturas locais quando baseadas na hierarquização das relações contratuais e na articulação das actividades entre a administração pública e os agentes privados. Os campos de actuação do governo local não devem ser consubstanciadas apenas em instrumento legal feito a partir de uma legislação estatal padronizada, muito menos em critérios redutivos e inflexíveis, devem ser integrados e definidos como campo de actuação vários blocos em matéria económica, urbanística e ambiente, segurança pública e justiça, social e cultural e de infraestruturas em termos de serviços urbanos, transportes e comunicações.

A sua actuação nestes campos deve ter em conta a proximidade, a capacidade de associação e a procura social diversificada. A proximidade funciona como elemento fulcral da legitimação democrática. As cidades devem ser diferentes nas suas competências uma vez que cada uma delas difere da outra de acordo com o seu tamanho, população, actividades, recursos humanos, demonstrando que a performance adoptada por cada uma será convergente. Não obstante o trabalho principal incidir no gerar recursos políticos, económicos, sociais ou técnicos para executarem bem os *dossiers* de planeamento, coordenação das forças de ordem pública.

9.2. - Da Cidadania em África á Possibilidade da Cidadania Africana

Analisando o conceito de ser cidadão africano e exercer a cidadania, um longo caminho se percorre neste continente de infinito escuro assombrado, onde a cultura tende a confundir-se com a escassez, a pobreza a mediocridade e a autoridade do Soba apesar de tentar ser preservada, é ditada pelos políticos no poder. Numa revisão da história do comportamento social dos cidadãos africanos, abstraindo-nos do conceito urbano ocidental, convém, contudo, termos presentes que os habitantes das cidades em África preservam na sua maioria, hábitos rurais, organizando-se politicamente sob a chefia de uma autoridade, como

descrevemos atrás - o Soba, que construía a sua casa em pontos estratégicos para vigiar e assegurar os habitantes por si dirigidos.

Os critérios de chefia dos grupos, que eram por regra ligados por laços de sangue, eram atribuídas ao mais velho dos donos da aldeia e por aí descia. Havia uma organização hierarquizada, tal como refere Esteves (1999), de acordo com a dimensão territorial, sul de Angola, onde no topo se encontrava o Kulembe, a seguir o Soba e o sekulo, antes da população estavam os idosos e na base a população. Havia um poder político africano para a organização da sociedade que era aplicado de acordo com a situação política e económica (Esteves, 1999 p. 22). Havia um poder físico e espiritual que coabitava com o poder visível, terrestre, temporal ou secular e depois o poder do outro mundo chamado de poder invisível, celeste, espiritual. Esteves (1999) refere que estes dois poderes actuavam ligados entre si cada um com a sua área de atuação ressaltando o poder espiritual constituído por forças invisíveis, poderosas ao dispor da comunidade.

Relativamente ao poder temporal, físico e espiritual a sua força variava de acordo com as circunstâncias, porquanto nos casos de conflitos económicos perdia a sua acção sempre que os mais fortes venciam os mais fracos recebendo os seus terrenos. Os vencidos perdiam os seus haveres, os seus objectos eram profanados, rompendo os laços espirituais com os antepassados e assim desacreditado o seu poder espiritual e dos seus deuses, não obstante, não se configura numa afirmação de cidadania africana quando analisado no contexto histórico a que todos os povos evoluíram (Esteves, 1999 p. 23).

Nesta temática de encontrar novos paradigmas sobre matéria de investigação em estudos africanos, há um aspecto muito importante a ter em conta e que Torres, (1999) estabelece como condições "*sine qua non*", a consolidação do Estado de direito que assegura o processo "democrático efectivo", alertando para a necessidade do acautelamento dos factores externos para a determinação da visão e das estratégias que os políticos e a sociedade civil adoptem; de facto nesta hora é preciso redefinir "espaços de convergência" e ter jogo de cintura quanto às fricções e tensões políticas, para preservar os direitos e deveres consignados na lei no âmbito da cidadania (Torres, 1999).

Um problema salta à vista quanto às debilidades políticas, sociais e económicas de África que coabitam com democracias frágeis, fruto da desorganização estrutural que tais Estados vivem. Falta de coragem em reverem os modelos de governo importados das academias ocidentais em que se formaram, os dirigentes africanos vivem o dilema da

insatisfação social das populações por um lado, o aumento da pobreza e por outro a estruturação de uma elite de ricos. Tal como Torres (1999) descreve a roda fora inventada e abdica-se de ser reinventada, não é preciso inventar uma nova democracia, mas sim adequar os modelos existentes e de sucesso à realidade local.

A democracia pressupõe liberdade que por sua vez está assegurada pela carta magna dos direitos humanos, contudo é limitada por consequência e força da constituição de cada país. Torres (1999), fala-nos da "construção" do Estado – nação em África ser uma tarefa difícil, mas a África não precisa construir o Estado – nação derrubado pelo colonialismo, a África está com dificuldades de reconstruir os Estados – nação, devido às fissuras "étnicas, linguísticas e culturais", criadas na longa noite colonial.

A necessidade de abstração do "Afropessimismo" (Torres, 1999), que do lado nativo nunca existiu, pois houve sempre a certeza que a barreira das clivagens políticas, tribais e étnicas seriam ultrapassadas e, a partir daí não se assume o afrocentrismo como estado de espírito, partindo do pressuposto que todo o plano estratégico de reconstrução dos Estados-nação no continente serão estruturados com calma.

Entretanto, reconhece-se a necessidade em reconstruir o tecido social e económico estrangulado no decurso das guerras civis vividas na grande parte dos países da África subsariana. A problemática da complexa desigualdade social no tecido africano, aliado a grande e acentuada de iliteracia da população é que tem sido o grande *handicap* para uma boa governação. Convém assumir que na África negra não existe, o que Torres (1999) apelida de, "*good governance*". As sociedades africanas têm problemas sérios nas contas públicas, na arrecadação de receitas, na elaboração de planos orçamentais, no controlo e cumprimento dos mesmos e isto debilita as restantes variáveis como as taxas de câmbio sobrevalorizadas, políticas aduaneiras desajustadas, o recurso constante ao endividamento externo e o aprovisionamento a agricultura de subsistência.

Estes desafios devem ser assumidos porquanto surgem barreiras para construir uma identidade mesclada por cruzamentos de várias culturas e raças Torres (2001)[56]. Não é preciso reflectir na validade da cultura do norte de África, do centro ou na cultura do sul de África, importa sim ter em conta, como o economista sugere, que não há homens superiores nem

[56]Do seu ponto de vista este é um dos ensinamentos da filosofia popperiana.

homens inferiores, mas apenas "culturas mais aptas do que outras para defender na prática o seu direito à existência".

Neste prisma urge ganhar a coragem política para desmistificar esta identidade africana que sob o pretexto de autenticidade cria grupos de elites, políticos oportunistas, que se aproveitam do baixo nível de literacia da população para fazer vingar os seus sonhos de meninice quando habitantes do mundo ocidental.

A identidade exclusivamente africana, como afirma o autor referido, tem uma essência anti ocidental fruto de um recalcamento do sentido de vingança da "humilhação colonial" e cegamente quer caminhar pelas paredes da globalização às apalpadelas, erguendo uma bandeira do rudimentalismo por si há muito ultrapassado com o desenvolvimento da indústria e da tecnologia, assim sendo direitos civis, deveres e obrigações políticas africanas no sentido global estão longe de existirem.

O relativismo enquadra o homem dentro de um enredo que enceta todo o seu *modus vivendis*, cultura, ética, enaltecendo sobretudo os traços culturais. O relativismo cinge-se à cultura. O universalismo sem ligação a qualquer tipo de civilização é mais progressista que o relativismo. Cabe aqui negar a teoria de alguns investigadores que nesta área defendem que a identidade africana senão é igual à europeia caminha para lá!

É certo esta afirmação de que os seres humanos terem características diferentes que os protegem de outras espécies do mesmo grupo, concomitantemente o facto das academias de ciência estarem com o acesso mais facilitado às diferentes culturas não lhes dá cunho suficiente para reverterem os valores culturais de determinado povo, o consumo de artigos do ocidente não converte nenhum africano em ocidental, tal como o falar inglês por parte de um número considerável de africanos apenas facilita a comunicação no mundo global e na interação com os outros povos.

A tese pela qual o inglês caminha para transformar-se numa língua universal é refutada por dados que demonstram que das últimas três décadas, entre 1958-1992, a percentagem de idiomas mais falados no mundo não mudou significativamente relativamente ao número de falantes de inglês, francês, alemão, russo, e japonês, apesar de ter havido uma redução pouco significativa no número de pessoas que falam mandarim e aumento nos povos que falam "hindu, malaio-indonésio, árabe, bengalês, espanhol, português e outros idiomas" (Huntington, 1996, p. 70).

A língua inglesa pode ser enquadrada como uma língua franca do mundo e não como um idioma mundial uma vez que 92% da população não a conhece. A língua franca surge para facilitar a comunicação intercultural e negócios entre pessoas de culturas diferentes e não para eliminar as outras línguas, note-se que o inglês que anda na roda do mundo não é o de Shakespeare.

O universalismo fundamenta-se na extensão dos direitos humanos focalizando o ser humano e como tal dá-lhe o direito de usufruir de direitos. Se porventura lhe for vetado um dos direitos, todos os demais serão nulos. O universalismo segue a filosofia de protecção do homem como espécie humana, abstraindo-se da sua condição social, a sua essência são os direitos do homem.

A cidadania africana pressupõe acreditar na tese de Huntington (1996) da existência de um "novo tipo de guerra ideológica" que depois da guerra do mundo ocidental contra o comunismo entraríamos na era dos conflitos de civilizações em que os africanos querem ser mais africanos, no conjunto da multiplicidade e das diferenças das raças, das tribos, das religiões e, seriamos conduzidos a uma nova guerra ideológica, a de sobrevalorizar os valores de uma civilização africana. Na crítica feita à tese de Huntington, Sampaio (2001) mostra que a ideologia é um pensamento teórico fechado "sobre seus próprios princípios", com um dogma central inflexível diferente da ideologia de Huntington, refinada e flexível.

O culminar da cidadania africana, a civilização africana de Samuel Huntington, não existe, estará sempre longe de reativar a guerra ideológica do chamado choque de culturas ou como ele próprio apelidou - choque das civilizações. O ser africano nunca se moldou para pertencer à civilização ocidental mas, também e por influência do processo de invasão sofrida do ocidente no século XV aliado ao processo revolucionário encetado para o final do colonialismo, ensinou-o e estruturou a sua cultura de tolerância de aprendizagem de outras culturas. Falta ao ocidente sair da sua redoma e aceitar a universalidade.

O mundo ficou pequeno com o processo de globalização, todos comem tudo em termos alimentares, todos vestem os trajes mais bizarros e todos ensaiam experiências vividas em qualquer parte do globo, mas cada grupo luta para preservar a sua identidade civilizacional. Se seguirmos a teoria da diferenciação derivada da área da psicologia social, as pessoas se definem por aquilo que as torna diferentes das demais.

Um problema ainda se coloca devido ao facto do continente africano ser uma área de bifurcação social e desestruturante com bastante desunião inclusive em territórios que a priori

podiam ser considerados de Estados-núcleos devido ao seu tamanho, recursos naturais, e localização geográfica como é o caso da Nigéria e da Costa do Marfim.

Nenhum dos países atrás citados estaria em condições de liderar o continente, pela "divisão entre países francófonos e países anglófonos", o primeiro tem um elevado índice de guerras internas não só religiosas como tribais, instabilidade política, o elevado índice de corrupção e alguns problemas económicos na sua política governamental, o segundo nunca conseguiu assumir por si uma linha independente da França. A República de Angola apesar do seu poderio militar é um país novo a cambalear em termos políticos, administrativos e sem coexistência estrutural, devendo para que isto pudesse acontecer, ultrapassar-se as barreiras linguísticas. Assim, só a África do Sul reuniria condições para assumir as funções de um Estado-núcleo em África em comparação com os outros países africanos.

CONCLUSÃO

Atendendo aos grandes espaços territoriais, África tem condições para possuir as maiores cidades do mundo, em consequência da arena espacial e fluxos económicos que nela afluem capazes de juntar sinergias entre cidades próximas a serem edificadas. Contudo a cidadania em África é exercitada de forma diferente por uma razão óbvia: o estádio cultural, o nível de literacia e demais conjuntos de factores sócios políticos e económicos em que as sociedades se assentam não encontram cobertura possível para conceber o comportamento e participação social, semelhante a uma sociedade ocidental.

Por tudo que temos vindo a analisar sobre a génese das cidades africanas, verdade é que elas continuam a ser um caso a parte, funcionando de uma forma diferente no âmbito do pacote urbano mundial. É assim necessário transformar as cidades africanas em actores sociais, atribuindo-lhes uma função social.

Ao analisarmos o caso de Angola, podemos afirmar que a cidade foi um dos factores que originou a aculturação dos seus cidadãos, fenómeno este que originou a perda da identidade dos mesmos, principalmente na área urbana onde a língua materna foi quase substituída pela língua oficial portuguesa. A comparação entre as cidades da província de Benguela e a cidade de Luanda em termos de cooperação internacional, foi feita analisando o modo morfológico que cada uma delas apresenta em questão política e sócio económica. Da análise feita a estas cidades angolanas e á sua relação com a cooperação, este acto de parceria que parece recente, tem de facto muitos séculos, é aceite e concebido como parte das relações entre países, organismos, instituições e pessoas singulares na troca de conhecimentos científicos, tecnologias e outras relações de intercâmbio. Constatámos que a cidade mudou de estrutura social e política e ganhou novos contornos, mais dinâmicos na rede da economia global, concluímos que com a cidade surgiram novos desafios que exigem a mudança dos paradigmas da cidadania sendo que este tem contornos revisionistas onde a maior parte dos precursores não reclama uma igualdade de direitos de cidadania, mas sim a emancipação dos povos africanos, a autodeterminação, em suma, a independência dos povos e dos territórios do continente. Assim, o pan-africanismo em África transformou-se em luta anti-colonial ao contrário do que acontecia com os afro-americanos que reclamavam inclusão e igualdade de tratamento.

A questão da identidade que chamaríamos de cidadania, em Angola, precisa de ser afirmada com a incorporação de valores comuns que pertencem ao próprio aspecto político dinâmico da nação que está a ser erguida, e que será enriquecida pela participação contributiva das diferentes línguas, costumes, maneiras de ser dos diferentes povos. As diferenças culturais entre as pessoas em Angola não devem ser vistas como factor de divisão ou afastamento, porquanto elas constituem uma riqueza cultural do património comum que é a identidade nacional, diversidade multiétnica e cultural. Assim, a necessidade imperiosa de consolidar esta riqueza cultural em Angola, leva a que o programa do partido que governa o país há mais de 35 anos evoque com veemência a necessidade de expulsar o fantasma do tribalismo, racismo e outras formas discriminatórias para não afectar a unidade nacional.

Organizar a sociedade a partir da sociedade civil e não do Estado, que no caso de Angola praticamente é inexistente, mesmo depois de ter abandonado um sistema de governo de esquerda que ditava as regras na sociedade, o Estado não consegue afirmar-se como um governo liberal, uma vez que todo o condão de atitudes é ditado ao sabor de quem dirige, estruturando formas e métodos que criem as iniciativas e impulsionam a criatividade humana.

Esta análise efectuada no nosso estudo permitiu obter os seguintes resultados: na província de Benguela; o exercício da cidadania é feito no cumprimento dos deveres e na reivindicação dos direitos dos cidadãos há longos anos (há mais de um século), relativamente à existência de uma cidadania africana sugerem uma mudança nos paradigmas de análise. A província constitui uma centralidade política e económica pelo desenvolvimento sócio e económico da mesma, não é só a 1ª economia regional de Angola, é a única no país que possui quatro cidades devidamente urbanizadas com uma arquitectura colonial de referência (Benguela – capital da província, Cubal, Ganda, Lobito e a Vila da Catumbela), pelo que Benguela é conhecida como "mãe das cidades", aliada às infraestruturas que tem como o caminho de ferro de Benguela, o Porto do Lobito, a nova refinaria de petróleo e outras indústrias como de pesca e conserva de peixe, aliada a sua fauna marítima. A cooperação foi uma mais valia fundamentalmente na área industrial como no caminho de ferro de Benguela, no porto do Lobito, na antiga fábrica de celulose do Alto Catumbela e outras áreas como na pesca, na educação e na saúde. A guerra civil foi um dos motivos que impediu um maior contributo dos cooperantes. Na descentralização das políticas públicas o surgimento da universidade Katiavala Bwila foi a mais importante na afirmação da cidadania.

Quanto a província de Luanda, a cidade está presentemente com uma configuração desestruturada e sem a higiene suficiente de uma capital do país fruto de certa anarquia adquirida nos mais de vinte anos de guerra civil que viveu, e isto afetou a cidadania. A cooperação internacional recorrida, por razões políticas e económicas conjunturais, não atingiu os efeitos desejáveis por falta de uma estratégia definida em alguns sectores produtivos. A descentralização das políticas públicas minimizará os problemas que a cidade enfrenta como a desorganização urbana e permitirá uma maior proximidade dos entes públicos e o cidadão. A descentralização da Universidade constituiu uma grande mais valia e permitirá futuramente extrair a qualidade na área académica quer em instituições como em quadros.

Através das entrevistas realizadas e das respostas dos interlocutores nas cidades de Luanda e na cidade de Benguela foi possivel identificar o papel que a cidade exerce sobre a cidadania. Foram efectuadas entrevistas (conversas informais) nas duas cidades com enfoques diferentes de acordo com o objectivo que se pretendia para cada uma delas. No caso de Luanda pretendia-se saber se esta como Centralidade Política e Económica, absorve mais atenção por parte dos dirigentes; de que forma é abordada a Cooperação e caracterização dos Cooperantes, o estado da Cidadania e os efeitos da Descentralização. Os resultados obtidos permitiram apurar o seguinte:

Luanda absorve mais atenção dos dirigentes do país, por ser o espaço territorial onde estão localizados a direcção política e pública do país e consequentemente a capital da nação.

A cooperação exercida a seguir a independência nacional, apesar dos precalços causados e por falta de estratégia na priorização da definição das áreas a afectar foi valiosa, contudo, com a mudança da conjuntura internacional, actualmente tem um melhor aproveitamento em consonância com um melhor nível de literacia dos dirigentes actuais em matéria de gestão política, pública e administrativa.

Os cooperantes contratados contribuiram dentro das metas que estavam definidas alguns, outros não atingiram o fim para o qual se contratou por falta de um plano préviamente estabelecido da parte contratante.

Luanda foi considerada uma cidade "macrocéfalica", desestruturada por consequência da guerra civil terminada há uma década. A cidadania tem vindo a ser afectada com a migração de pessoas oriundas do interior, que criaram um espaço de convivência de várias culturas de África e não só nos últimos anos. Esta sua diversidade multicultural trouxe novas valências a

forma de estar e viver das pessoas da cidade que já não são apenas Luandenses, um mosaico etnolinguístico e cultural que exige do governo local um melhor controlo da urbanização desajustada, que se expande pela cidade e a criação de estruturas adequadas para dar resposta a nova forma de cidadania que está surgir. Relativamente a existência ou não de uma cidadania africana, ela existe em conjunto com outras que possam existir, difere da universalidade e não se enquadra no relativismo ocidental.

Os Efeitos da descentralização das Políticas Públicas permitiu redimensionar fundamentalmente a Universidade Agostinho Neto com a extruturação de novos centros do saber científico em outras regiões, permitiu a desconcentração das verbas financeiras e elevar os municípios para unidades orçamentais. Desta orgânica permitiu que alguns sectores da Administração pública proporcionassem melhores condições de atendimento e se situem mais próximos do cidadão. Entretanto, concluiu-se que ainda não houve uma descentralização das políticas públicas mas sim uma desconcentração, porquanto o país continua com apenas um ente público que é o Estado.

Na província de Benguela com as quatro cidades arquitectonicamente estruturadas (Benguela – centro, Cubal, Ganda e Lobito) acrescentando-se a Vila da Catumbela, o objectivo do questionário foi apurar se Benguela constitui uma Centraldade Política e Económica; a Cooperação; a Caracterização dos Cooperantes, o estado da Cidadania; os Efeitos da Descentralização das Políticas Públicas.

A obtenção dos dados resultou da conversa informal mantida com os quadros séniores do governo e outros elementos que constituem a sociedade civil, que trouxeram o seu conhecimento e expuseram os sentimentos que têm sobre o interior do território em que estão inseridos e das respostas aos questionários preenchidos e devolvidos por alguns dirigentes provinciais, municipais, comunais, gestores organizacionais, uma amostra de cidadãos pobres e o mesmo número de cidadaãos ricos pudesse concluir na abordagem feita sobre Benguela como Centralidade Política e Económica, deveu-se ao facto de ser uma das províncias cujas infraestruturas sociais, políticas e Económicas que dispõe como o caminho de ferro de Benguela, o novo aeroporto internacional da Catumbela, o porto do Lobito, a nova refinaria de petróleos, a nova fábrica de cimentos a fauna marítima e outras áreas produtivas de relevo como a agricultura e a pastorícia a podem conceder um estatudo de relevo no quadro da economia nacional de Angola. Concluiu-se através das entrevistas o seguinte;

- Benguela é uma Centralidade Política e Económica pelos feitos dos seus cidadãos ao longo dos séculos, pelas infraestruturas sociais, económicas e produtivas que sempre teve entre elas o caminho de ferro de Benguela que ligou o país do litoral até a Zâmbia, o Porto do Lobito, as plantações da cana de açucar do Dombe Grande e da Catumbela e mais recentemente a nova refinaria de petróleos e o novo aeroporto internacional da Catumbela.
- A cooperação foi uma mais valia para a província, permitiu assegurar a actividade produtiva e socio económica da região após a independência nacional no funcionamento das actividades agrícolas da cana de açucar, da fábrica de celulose do Alto da Catumbela. Foi com o acto de cooperação que permitiu manter em funcionamento o caminho de ferro de Benguela, o Porto do Lobito, a indústria têxtil, a saúde, a educação e formação de quadros e mais recentemente tem contribuido o suficiente para a estruturação da Universidade Katiavala Bwila.
- Os cooperantes contratados trabalharam até onde lhes foi permitido para responderem as necessidades que o contrato os impunha, o recrudescimento da guerra civil foi um factor impeditivo para que estes trabalhadores tivessem um melhor empenho nas suas acções. Reconheceu-se o empenho dos cooperantes cubanos e o melhor profissionalismo dos cooperantes portugueses.
- Para os cidadãos de Benguela a cidadania é algo inerente ao seu ser, é defendida, reivindicada desde a época do império Português. Neste espaço do território angolano ela é exercida de acordo com as infraestruturas que cada aglomerado urbano possui, as oportunidades que lhe são oferecidas variam de região para região. Quanto a existência de uma cidadania africana os benguelenses acreditam que embora o conceito seja de origem europeia, deve ser analisado numa perspectiva dinâmica, a parte da monocultura ocidental. Tendo em conta que as cidades africanas estão a ser restruturadas pelo êxodo rural e os governos locais não conseguem responder as demandas dos novos citadinos como o abastecimento de água potável, o saneamento básico, a energia eléctrica etc. impõem-se que se estabeleçam novos paradigmas sobre o assunto.
- Os Efeitos da Descentralização das Políticas Públicas teve grande impacto com o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto na criação de novos centros do saber científico como a Universidade Katiavala Bwila que responde pela região de

Benguela e do Kwanza Sul. As pessoas de Benguela acreditam que veio minimizar alguns problemas na prestação dos serviços públicos e acreditam ser um passo para um melhor exercício da cidadania.

Dos questionários distribuidos aos dirigentes provínciais as autoridades tradicionais, gestores organizacionais e outros cidadãos selecionados para as diferentes questões levantadas concluiu-se que:

O estado da cidadania na província é razoável.

O facto da cidade de Benguela ter comemorado 394 anos de existência retrata bem a afirmação da identidade dos antigos povos que habitaram o reino de Ombaka e constitui um privilégio o território ser considerado uma centralidade política e económica.

A construção do caminho de ferro de Benguela conferiu no passado um estatuto político, permitiu-lhe ligar Angola a outros países da África Central.

Os benguelenses não concordam de todo, que os moradores dos seus centros urbanos tenham comportamento rural.

Acreditam que a não existicência de redes de transportes públicos estruradas, coesas e conectadas nos pontos de cruzamento intermunicipais, marítimo e fluviais a cidade de Benguela e outras a si periféricas são prejudiciais até certo ponto na sua inserção na rota das cidades africanas e internacionais.

A predominância de hábitos rurais no modus vivendi dos seus cidadãos não tem influência relevante no mau exercício da cidadania, mas sim a ausência de infraestruturas adequadas aos hábitos dos novos citadinos e o baixo nível de literacia.

A protecção da condição humana na República de Angola tem sido assegurada na existência de uma democracia e serviços de educação e cultura bom, os serviços de segurança social, direito a associação, liberdade de imprensa e o desenvolvimento tecnológico estão aquém de responder as necessidades dos cidadãos.

Após a independência nacional de Angola do colonialismo português o recrutamento de mão de obra estrangeira teve alguma vantagem para a província não foi de toda vantajosa.

As cidades de Benguela, todas elas têm uma actividade produtiva, desde as pescas, a agricultura, os caminhos de ferro de Benguela, o Porto do Lobito na cidade do mesmo nome, e outras de carácter social e económicas. Dentre elas a que concentra maior número de cooperantes é a cidade de Benguela (centro), estes trabalhadores estão mais visíveis no sector da saúde, da educação, construção civil e obras públicas. Grande parte destes funcionários

expatriados são de origem chinesa, portuguesa, cubana e francesa. Estes cooperantes tiveram uma inserção aceitável no seio da população.

Da análise feita às cidades angolanas e á sua relação com a cooperação, este acto de parceria que parece recente, tem de facto muitos séculos, é aceite e concebido como parte das relações entre países, organismos, instituições e pessoas singulares na troca de conhecimentos científicos, tecnologias e outras relações de intercâmbio. As cidades de Benguela e Luanda vivem uma experiência de parceria do género da implementada há 37 anos, na altura da independência nacional do país por parte de Portugal, que culminou com o abandono dos quadros técnicos na sua maioria de nacionalidade portuguesa e que dominavam a ciência e a técnica, com eles também saíram alguns nativos.

Ao recorrer ao sistema de recrutamento de técnicos estrangeiros, o país tentou assegurar o desenvolvimento socioeconómico que estas cidades já possuíam naquela altura, foi uma luta que se revelou inglória em determinados sectores, fundamentalmente na área produtiva, agrária e industrial, porque os dirigentes do país não dominavam os princípios de direcção e gestão dos sectores referidos.

Como qualquer acto de parceria na época poucos frutos se pode colher. Na área social e educativa foram dados grandes passos, os dirigentes, responsáveis e cidadãos membros da sociedade civil destas urbes, reconhecem o quanto foi valioso o contributo destes técnicos que mais não fizeram devido ao flagelo da guerra civil ocorrida e que duraria mais de duas décadas.

Com a mudança das relações internacionais e o surgimento de novos actores como o Brasil, a China e a Índia, o intercâmbio internacional entre Estados ganhou novos contornos, e a cooperação entre países procura ajustar-se às necessidades de cada parceiro e ser o mais transparente possível, ao contrário das relações da mesma índole há 36 anos.

Nos primeiros anos da independência nacional as cidades de Benguela e Luanda contaram com a cooperação de estrangeiros. Para além dos técnicos portugueses, que por razões de uma história política comum, a luta contra o fascismo, Angola como país soberano recrutou especialistas russos, cubanos, e foi alargando o leque destes técnicos, aos especialistas espanhóis, brasileiros, vietnamitas, coreanos e outras nacionalidades e ainda, pelas especificidades próprias de alguns sectores económicos; americanos, ingleses, franceses, filipinos etc. No ano de 2011 e 2012 o maior número de força de trabalho expatriada foi constituída por mão-de-obra chinesa com, 161.385 elementos, seguida pelos portugueses com

35.205 trabalhadores e constituindo a 3ª força de trabalho os técnicos brasileiros, com 32.886 elementos. A força em menor número são técnicos de nacionalidade gabonesa que durante estes três anos não ultrapassaram os 917 elementos.

A cooperação entre as cidades angolanas só é feita de forma institucional não existindo um instrumento jurídico da parte do poder político para suporte.

Da atracção e cobiça que provocou aos aventureiros e outros que migraram á procura de novas paragens e por lá assentaram, navegantes de outros continentes que se perderam, países, gente trabalhadora e sacrificada se tivermos em conta o clima agreste e o estado sanitário da região entre os séculos XV e os inícios do século XX onde chegou a ser designada como o «cemitério dos brancos» na verdade, todo o desenvolvimento de Benguela é assegurado com muito sacrifício e entrega.

Os anos áureos da economia de Benguela situaram-se entre os séculos XVIII/XX, baseados na exportação do marfim, da cera, do sal e no tráfico de escravos para as plantações do Brasil. Posteriormente associou-se a estes a produção da cana sacarina na região do Dombe Grande ou Dombe da Quizamba e o negócio da borracha, vinda do interior do sertão. Era comercializado na Catumbela que serviu de porta de entrada e trânsito para o negócio dos escravos embarcados através da praia Bebé para as Américas. O comércio da borracha teve um significado importante para o império colonial e em particular para a província, que em 1891 exportou 953 toneladas, quantidade que se manteve até ao ano de 1900, ultrapassando os registos da capital da colónia – Luanda - que em 1889 atingirá o seu máximo de exportação com 283 toneladas.

A história económica de Benguela pode ser confundida com a narração dos factos económicos da África Central e Austral. No limiar dos séculos XIX/XX a construção do caminho-de-ferro de Benguela, que ligou Angola do oceano Atlântico ao oceano Índico, partindo da cidade do Lobito percorreu o país por dentro, passando pelo Huambo, Bié, Moxico atingiu a Zâmbia e tendo como apoio o porto do Lobito ficou facilitada a penetração do colonialismo português na África Austral e em particular nas regiões mais internas do território angolano.

Quando iniciamos esta tese era nossa intenção defender a importância da província de Benguela como Centralidade Política e Económica, assegurando que esta constitui a 1ª economia regional de Angola. Com o clima de paz que se vive no país desde o ano de 2002 com o fim da guerra civil, o governo central tem vindo a dinamizar e a incentivar um desenvolvimento harmonioso das províncias em todo o espaço nacional político e

economicamente. A província de Benguela, a seguir á província de Luanda, constituiu uma centralidade política e económica, durante os mais de vinte anos de guerra, com especial importância no assegurar das forças militares e do parque industrial que se conseguiu manter na região sul do país. Apesar da revitalização do Caminho de Ferro de Benguela e de todo o investimento que se vem fazendo no porto do Lobito, a construção da nova refinaria de petróleo na cidade do Lobito, a edificação de um aeroporto internacional na cidade da Catumbela, a edificação da nova fábrica de cimento e o surgimento de novas indústrias neste espaço territorial, Benguela não constitui uma 2ª centralidade política do país e esta longe de receber o título de 1ª economia regional de Angola. Tendo em conta que nos dez anos de paz que os cidadãos vivem, todo o país se tem vindo a desenvolver nas mais diversas áreas, o parque industrial da província ainda não tem um funcionamento capaz de abastecer a zona sul de Angola, embora preserve o respeito e a admiração da força das suas gentes.

As áreas urbanas das cidades de Benguela, Cubal, Catumbela, Ganda e do Lobito, são locais onde constatamos a degradação do espaço urbano, a forma rural de viver das populações destas urbes onde o desurbano tenta vingar-se, apesar das autoridades políticas e administrativas trabalharem no sentido de preservar o estado urbano das localidades atrás citadas, não retiraram a importância económica de Benguela. As autoridades tradicionais, como Sobas, sekulos e regedores, surgem como forças que coadjuvam as forças políticas na tentativa de assegurar a unidade entre os cidadãos, mas sobretudo no controlo da unidade política das localidades num convívio são com o partido no poder.

Em Benguela, Catumbela, Cubal, Ganda e na cidade do Lobito, apesar de esta província ser uma referência secular em termos de cidadania, os seus cidadãos procuram cumprir com os deveres que têm, aqueles a que a constituição do país chama, na esperança de um dia virem materializados também todos os seus direitos, como a melhoria da rede sanitária, a assistência social e escolar com mais qualidade.

Enquanto estas condições não existirem, as Autarquias, os cidadãos, sobretudo a elite local composta por empresários influentes, responsáveis de algumas unidades económicas significantes, representantes de organizações não-governamentais ligadas ao governo, entidades religiosas e outras figuras, são chamados para participar e tomarem contacto com as propostas e projectos do governo nas suas localidades, numa reunião magna intitulada "Conselho de Concertação Social". Isto acontece não só em Benguela mas em todo o

território nacional e foi a forma política que o partido no poder encontrou para legitimar a participação dos cidadãos nos assuntos locais.

Quanto ao papel das cidades no futuro da cidadania e face ao exposto ao longo deste trabalho, onde constatámos que a cidade mudou de estrutura social e política e ganhou novos contornos, mais dinâmicos na rede da economia global, concluímos que com a cidade surgiram novos desafios que exigem a mudança dos paradigmas da cidadania. Para as cidades do futuro, no caso particular de Angola e em geral na África, surge uma cidadania mais atuante, com mais liberdade de expressão onde as autorizações para a realização de actos públicos de cidadania não implicam a obediência ao governador provincial, municipal e comunal, mas sim a protecção da polícia local para assegurar a ordem e a tranquilidade pública para todos, independentemente da sua cor política.

A possibilidade de uma cidadania africana vive na escuridão do tempo nos territórios africanos, sobretudo na África subsariana, onde a pobreza impera, sem água potável suficiente para todos os residentes, com o índice elevado de mortalidade infanto materno, onde a riqueza do subsolo contrasta com a falta de mão de obra especializada e o grande número de desempregados. A erradicação da fome e da pobreza poderão um dia ditar a existência ou o caminho para a cidadania africana, como existem as demais firmadas por convenções e protegidas por leis. O continente africano, e em particular a República de Angola, luta para erradicar a pobreza, a fome, o analfabetismo, reduzir a mortalidade materno infantil, resgatar os valores morais e cívicos que constituem traços da identidade africana onde na aldeia todos os membros participam na vida comunitária numa inter ajuda entre todos os membros quer seja nas colheitas agrícolas como noutras actividades procurando melhorar a habitação social e redistribuir melhor o rendimento social e económico.

BIBLIOGRAFIA

Abrahamson, M. (2004). *Global cities*. New York: Oxford University Press.

Acto Constitutivo da União Africana. http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/acto_constitutivo-uniao-africana.htm

Administração Municipal de Benguela. (2005). *Perfil do Município de Benguela*. Benguela: Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração Municipal.

Administração Municipal de Ganda. (2010). *Perfil Municipal da Ganda*. Ganda: Editora ISA.

Administração Municipal do Cubal. (2009). *Perfil Municipal do Cubal*. Cubal: Editora EAL.

África do Sul. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 23 de agosto 2012.

Ajayi, J. (2010). África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, pp. 1-26.

Ajayi, J. (2010). Conclusão: a África às vésperas da conquista europeia. In *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, pp. 905-930.

Albernaz, A. & Gurovitz, E. (2002, 2 julho). A Pobreza como Um Fenómeno Multidimensional. *RAE-Electrónica, Volume I, Número 2*.

Alô, C. M. (2006). *Angola: Lugar de Castigo ou jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes (séc. XIX)*. Brasil: Universidade Brasília.

Amaral, I. (2000). *Em torno dos nacionalismos africanos. Memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990).* Porto: Granito.

Amaral, R. (1992). *Povo de Santo, povo de festa, Estudo Antropológico do estilo de vida dos adeptos do camdomblé paulista*. Tese apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade de S. Paulo para a obtenção do grau de mestre, Brasil.

Andrade, M. (1997). *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Dom Quixote.

Apartheid. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 23 de agosto 2012.

Areia, M. L. R. & Torgal, J. (2008). A diversidade cultural e o estado-nação em Angola. *In Comunidades imaginadas:nação e nacionalismos em Africa, 75 - 85*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Arquivo Histórico Nacional (1994). *Fontes & Estudos – 1994*, n.º 1. Luanda

Asante, S.; Chanaiwa, D. (2010). O Pan□africanismo e a Integração Regional. In *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, pp. 873-896.

Barracho, C. J. B. S. (2007*). Estratégias de Poder e Autoridade em Contextos Sócio-Políticos diferenciados*. Tese apresentada no Departamento de Ciencia Politica e da Administración da Universidade de Santiago de Compostela para a obtenção do grau de doutor, Santiago de Compostela.

Barros, S. R. (2011). *Três Gerações de Direitos*. Disponível em http://www.srbarros.com.br/pt/tres-geracoes-de-direitos.cont.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bathily, A. (2010). As relações entre as diferentes regiões da África. In *História geral da África, III: África do século VII ao XI* / editado por Mohammed El Fasi. Brasília: UNESCO, pp. 861-880.

Beinart, W. (2001). *Twentieth-Century South Africa*. Oxford: Oxford University Press.

Bender, G. (1979). *Angola sob o domínio português: Mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa.

Bettencourt, S. (2010). *Em Paz por Terras de Angola*. Lisboa: Edições Zebra.

Bianco, F. S. (2006). *As Gerações de Direitos Fundamentais*. http://www.direitonet.com.br/artigos/perfil/exibir/112301/Fernanda-Silva-Bianco.

Blaser,T., Bagnoe, B., Matebeni,Z., Simon, A., Manuel, S. (2010). "Raça", ressentimento e racismo:transformações na África do Sul. *In Cadernos Pagu* nº 35, Campinas. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332010000200005&script=sci_arttext. Acedido em 24 de janeiro de 2012.

Boavida, A. (1981). *Angola: Cinco séculos de exploração*. Luanda: União de Escritores Angolanos.

Boahen, A. (2010). A África diante do desafio colonial. In *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, pp. 1-20.

Boahen , A. (2010). O colonialismo na África: impacto e significação. In *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, pp. 919-950.

Borón, A. (2006). *Filosofia Política Contemporânea, Controvérsias Sobre Civilização Império e Cidadania*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales -

CLACSO ; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo

Botelho, F. (2005). *Globalização e cidadania: reflexões soltas*. Disponivel em www.setubalnarede.pt. Acedido em 26 de janeiro de 2010.

Brockey, L. (2008). *Portuguese colonial cities in the early modern world*. Farnham: Ashgate Publishing Limited.

Brumes, K. R. (2007). *O Papel das Migrações e das Cidades intermediárias na desconcentração urbana brasileira e portuguesa: A cidade de Uberlândia e o entorno a cidade do Porto*. Brasil: Universidade da Uberlândia.

Cabral, M.; Silva, F. e Saraiva, T. (2008). *Cidade e Cidadania. Governação urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cairo. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 23 de agosto 2012.

Caley, C. (2006). *Contribuição para o pensamento histórico e sociológico de Angola*. Luanda: Nzila.

Cardoso, A. (2010). *Angola: Anatomia de Uma Tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro.

Cardoso, P. (2008). *Benguela, Tradição e Desenvolvimento*. Luanda: Editora Edicenter.

Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos - http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/carta-africa.html

Carta da Fundação da OUA - http://actrav.itcilo.org/actrav-english/telearn/global/ilo/law/oau.htm

Carta das Nações Unidas - http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf

Carvalhais, I. (2004). *Os Desafios do Cidadania Pós-Nacional*. Porto: Afrontamento.

Carvalho, J. A. & Menezes (1848). *Demonstração Geográfica e Política do Território Português na Guiné Inferior*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia Clássica.

Carens, J. (2000). *Culture, Citizenship, and Community. A Contextual Exploration of Justice as Evenhandedness*. Oxford: Oxford University Press.

Carvalho, P. (2002). *Angola, Quanto Tempo Falta Para Amanhã?*. Oeiras: Editora Celta.

Castells, M. & Borja, J. (1996). As Cidades Como Atores Políticos. *In Novos Estudos CEBRAP, nº. 45*,Barcelona.

Ceso (2010). *Estudo de Mercado sobre a Província de Benguela– Quadro de Referência Estratégico Nacional*, Benguela.

Chabal, P. & Vidal, N. (2008). *Angola: the weight of history*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Chanaiwa, D.; Kodjo, E. (2010). Pan□africanismo e libertação. In *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, pp. 897-924.

Clarence-smith, G. (2008). *O III Império Português (1824-1975)*. Lisboa: Sextante.

COLECÇÃO TAVARES &CIA (1891). *Evolução da Cidade de Benguela no Séc. XIX*. Benguela.

Cohen, J. (1999). "Changing Paradigms of Citizenship and the Exclusiveness of the Demos", *International Sociology*, 14 (3): p. 245-268.

Conde, J. B. (2009). *Cooperação Internacional: A Cooperação Sino-Angolana e as Repercussões Económicas e Sociais Geradas na Zona Envolvente do Caminho – de – Ferro de Benguela*. Lisboa: ISCTE.

Conferência Habitat II. (1996). *Novos Estudos CEBRAP* nº. 45. São Paulo: CEBRAP

Contituição da África do Sul – www.info.gov.za/documents/constitution/index.htm

Constituição da República de Angola - www.governo.gov.ao/Constituicao.aspx

Constituição da República Federal da Nigéria – www.nigeria-law.org/ConstitutionOfTheFederalRepublicOfNigeria.htm

Constituição do Egito – www.egypt.gov.eg/english/laws/constitution/default.aspx

Coquery‐Vidrovitch, C. (2010). A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914‐1935). In *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, pp. 401-436.

Coquery‐Vidrovitch, C. (2010). As mudanças económicas na África em seu contexto mundial (1935‐1980). In *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, pp. 337-376.

Costa, J. S. (2002). *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Colecção APDR.

Costa, M. & Ferreira, M. (2004). Geminações Autárquicas e CPLP: que Articulação no Apoio ao Desenvolvimento Económico Local? In *Actas do VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais*, 16-18 de abril, Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Disponivel em

http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelEnnesFerreira.pdf. Acedido em 29 de janeiro de 2012.

Coutinho, C. N. (2005). Cidadania e Modernidade. In *Revista Ágora*: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3. . Disponível na ww.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc.

Dawisha, A. (2003). *Arab Nationalism in the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press.

Crowder, M. (2010). A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. In *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, pp. 319-352.

Dahrendorf, R. (1994). The Changing Quality of Citizenship. In *The Condition of Citizenship*. London: Sage, p. 10-19.

Declaração Universal dos Direitos do Homem. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 15 de agosto 2012.

Declaração Universal dos Direitos do Homem. http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf

Devisse, J. & Vansina, J. (2010). A África do século VII ao XI: cinco séculos formadores. In *História geral da África, III: África do século VII ao XI* / editado por Mohammed El Fasi. Brasília: UNESCO, pp. 881-930.

Dias, A. (1935). Benguela. *In Cadernos Coloniais nº. 43*. Lisboa: Editora Cosmos.

Dossier Informativo do Caminho de Ferro de Benguela. (2009). Lobito.

Ecco, H. (1982). *Como Se Hace Una Tesis: Técnicas y Normas para la práctica de investigación*. Buenos Aires.

Egito. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 23 de agosto 2012.

Esteves, E. (1999). O caminho de ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952).In *Africana Studia*, n.º3. Porto: Ed. Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Esteves, E. (2003). *As Vias de Comunicação e Meios de Transporte como Factores de Globalização, de Estabilidade Política e de Transformação Económica e Social: Caso do Caminho de Ferro de Bengela (Benguela 1889-1950)*. Simpósio Internacional: Transport Routes, Communication, and History. Berlin.

Eze, E. C. (1998). *African Philosophy: an Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing.

Falk, R. (1994). The Making of Global Citizenship. In *The Condition of Citizenship*. London: Sage, p. 127-140.

Falola, T.; Heaton,M. (2008). *A history of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fanon, F. (1964). *Toward the African Revolution*. New York: Grove Press.

Fernandes, A. J. (2004). *Direitos Humanos e Cidadania Europeia*. Braga: Editora Almedina.

Ferrajoli, L. (2003). *Los Fundamentos de los Derechos Fundamentales*. Madri: Editorial Trotta.

Ferreira, R. (2005). Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfico de Escravos em Benguela, Século XVIII e XIX". *In Tempo vol.10 nº.20*. Niterói.

Fonseca, A. (2011). *Angola, Terra Prometida*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Fontin, M. F. (2003). *O processo de investigação da concepção a Realização*.Loures/Lisboa: Editora Lusociência.

Freitag, B. (2006). *Teorias da cidade*. São Paulo: Edições Papirus.

Galston, W. (1991) *Liberal Purposes: Goods, Virtues, and Duties in the Liberal State*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gama, A. S. (1839). *Memória sobre as Colonias de Portugal*. Belém: Editada por alunos da Casa Pia.

George, E. (2005). *The Cuban Intervention in Angola, 1965 - 1991: From Che Guevara to Cuito Canavale*. Londres: Frank Cass.

Goldin, I. (1987). *Making race: the politics and economics of coloured identity in South Africa*. Longman.

Goldschmidt, A. (1988). *Modern Egypt: The Formation of a Nation-State*. Boulder: Westview Press.

Guo (2000) & Panos (2001). *In Estado do Meio Ambiente e Retrospectivas Políticas: 1972-2002*. UNEP, Hartmut Schwarzbach. Philippines: Still Pictures. Disponível em http://pt.scribd.com/doc/30914353/Cap2-Areas-Urbanas.

Gunsteren, H.R. 1998. *A Theory of Citizenship: Organizing Plurality in Contemporary Democracies*. Oxford: Westview Press.

Guterres, L. (2000). *Gente de Benguela Antiga*. Lisboa: Editora Universitária.

Habermas, J. (1994). Citizenship and National Identity. In *The Condition of Citizenship*. London: Sage, p. 20-35.

Heater, Derek. (2004). *A Brief History of Citizenship*. New York: New York University Press.

Humbaraci, A. & Muchnik, N. (1974). *Portugal's African Wars: Angola, Guinea-Bissau, Mozambique*. Londres & Basingstoke: Macmillan.

Huntington, S. P. (1996). *O Choque das Civilizações*. Lisboa: Edições Gradiva

Ivens, I. (2005). *As de Iaca*. Sintra: Editora Europa-América.

Jankowski, J. (2000). *Egypt, A Short History*. Oxford: Oxford University Press.

Joanesburgo. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 23 de agosto 2012.

Kwaja, C. (2011). *Factores Perniciosos Responsáveis por Conflitos Étnico-Religioso na Nigéria*. Disponivel em www.africacenter.org. Acedido em 10 de janeiro de 2012.

Kymlicka, W. (1995) *Multicultural Citizenship*. Oxford: Oxford University Press.

Kymlicka, W. & Norman, W. (1994). Return of the Citizen: A Survey of Recent Work on Citizenship Theory. In *Ethics* 104 (2): 352-81.

Knight, F. Talib, Y. e Curtin, P. (2010). A diáspora Africana. In *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, pp. 875-904.

Lavalle, A. G. (2003). Cidadania, igualdade e diferença. *In Lua Nova, nº.59, p.75-93*. São Paulo.

Leis, H. R. (2000). *O Dilema da Cidadania na Época da Globalização: Universalismo x"Particularismo*. Disponivel em www.sociologia.ufs.br. Acedido em 26 de dezembro de 2010.

Lima, D. & Pozzobon, J. (2005). Amazónia Socioambiental. Sustentabilidade Ecológica e Diversidade Social. *In Estudos Avançados, vol.19 nº. 54*. São Paulo.

Lima, L. (1846). *Evolução da Cidade de Benguela no Séc. XIX*. Benguela.

Lombard, M. (1947). Les bases monétaires d'une suprématie économique: l'or musulman du VIIe au XIe siècle. In *Annales ESC*, 2, pp. 143–60.

M'bokolo, E. (2007). *África Negra: História e Civilizações: Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.

Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the legacy of late colonialism.* London: James Currey.

Manbay, B. (2009). *Struggles for citizenship in Africa*. Londres: Zed Books.

Marcum, J. (1969). *The Angolan Revolution*. Cambridge: MIT Press.

Marshall, T.H. (1965) *Citizenship and Social Class*. Cambridge: Cambridge University Press.

Marques, S. V. (1996). *A Era da Cidadania*. Sintra: Editora Europa-América.

Mason, A. (2003). *Memórias do Século XX: Vol. 1 - O Surgimento da Era Moderna*. Rio de Janeiro: Reader's Digest.

Mata, I. & Padilha, L. (2000). *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*. Lisboa: Colibri.

Mauny, R. (1970). *Les siècles obscurs de l'Afrique noire: histoire et archéologie* Paris: Fayard.

Mauro, F. (1995). *A Expansão Europeia*. Porto: Editorial Estampa.

Mazrui, A. (2010). O pan-africanismo sujeito a perturbações. In *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, pp. 15-18.

M'Bow, M. (2010). Prefácio. In *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, pp. XXI-XXVI.

Mwakikagile, G. (2008). *South Africa in Contemporary Times*. New Africa Press.

Medeiros, E. R. (2008). *Evolução e Tendências de Integração Regional*. Lisboa: Editora Petrony, pp. 57, 517/530.

Meia, A. (1999). *A Sociologia das cidades*. Lisboa: Editora: Estampa.

Menezes (1848). *Demonstração Geográfica e Política do território português na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguela e suas Dependências.*

Messiant, C. (2008). *L'Angola post-colonial: Guerre et paix sans democratization*. Paris: Karthala.

Meyer, R. M. P. & Grostein, M. D. (2006). Metrópoles brasileiras: seus desafios urbanos e perspetivas. In *Revista do programa de pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, nº 20. Brasil: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Miguel, V. (2010). *A perspectiva realista na teoria das relações internacionais*. Disponivel em http://jus.com.br/artigos/17929/a - perspectiva-na teoria- das-relações-internacionais. Acedido em 8 de Agosto de 2013.

Milando, J. (2005). *Cooperação sem Desenvolvimento*. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais.

Milanez, A. (2007). As Cidades, Evolução, Crise e Tendências. *In Jornal da Universidade, Ano 8, Ed. 93*. Curitiba: Instituto Ciência e Fé.

Moreira, J. M. (2002). *Ética Democracia e Estado*. Cascais: Editora Principia.

Mudimbe, V. (1994). *The idea of Africa*. London: James Currey.

Muraky, W. & Leite, V. (2008). Integração na África: intenções e dificuldades em pauta. In *Revista Meridiano 47* n.º 101. Universidade de Brasília. Disponivel na seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/download/776/489.

Nigéria. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na www.infopedia.pt. Acedido em 23 de agosto 2012.

Nkrumah, K. (2006). *África deve unir*. Londres: Panafleto.

Oppenhermer, J. & Raposo, I. (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.

Osório, D. & Bandeira. *Palácio do Governo, D-3, nº 1111, Cooperação Portuguesa, Embaixada de Portugal*. Luanda: Edicão do Arquivo Histórico Nacional.

Pélissier, R. (1986). *História das campanhas de Angola*. 2 vol. Lisboa: Estampa.

Pieterse, E. (2009). *Notas Exploratórias sobre o Urbanismo em África*. Cape Town: Universidade de Cape Town.

Pillay, S. (2004). The mask of race? Thinking about race after apartheid: A response to Fred Hendricks. In *Codesria Bulletin*, (1-2), p. 4-7. Dakar: Codesria

Pina, R. M. (2007). Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas Sobre Alguns Percursos de Revitalização Rural/ 2007. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais.*Faro: Universidade do Algarve. Disponivel em www.sper.pt/IIICER/comunicacoes/RitaPina_com.pdf. Acedido em 3 de junho de 2012.

Pinto, A. (1999). *A Guerra Colonial e o Fim do Império Português. História da Expansão Portuguesa: Último império e recentramento (1930-1998).* Navarra: Circulo de Leitores.

Ranger, T. (2010). Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, pp. 51-72.

Raposo, I. & Salvador C. (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.

Rawls, J. (1972). *A Theory of Justice*. Oxford: Clarendon Press.

Reis, E. (1997). Cidadania, História, Teoria. *Seminário Internacional da Justiça e Cidades*. Rio de Janeiro.

Ribeiro, I. P. F. (2010). *Prática pedagógica e cidadania : uma interpretação crítica baseada na ideia de competência*. Tese apresentada no Instituto de Educação da Universidade do Minho para a obtenção do grau de doutor, Universidade do Minho.

Ridley, E. (1992). *An African Answer. The key to global productivity*. Trenton: Africa World Press

Rocha, M. (2010). *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola: Os factores da competitividade territorial*. Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Rocha, M. (2009). *Economia e Sociedade em Angola*. 2ª ed. Luanda: Nzila.

Rostow, W.W. (1960). *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rouanet, S. P: (2010). Iluminismo e Direitos Humanos. In *Revista in Tolerância*. Laboratório de Estudos sobre a Intolerância. vol. 1, nº.1. São Paulo: USP.

Sampaio, F. G. (2001). *Crítica à Tese do Choque das Civilizações*. Porto Alegre: Escola Superior de Geopolítica e Estratégia.

Santos, B. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, V. 48, p. 11-32.

Santos, B. (2007). A partilha de África, I. In *Revista Visão* em 21 de Junho de 2007.

Santos, B. (2007). Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais. In *Cronos*, V. 8, (1), p. 23-40.

Santos, B. (2009). Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. In *Revista Direitos Humanos*, V. 2, p. 10-18.

Santos, E. (1968). *Pan-africanismo de ontem e de hoje*. Lisboa : Ed. do Autor.

Santos, M. (2000). *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento único a Consciência Universal*. São Paulo: Editora Record.

Schoonraad, M. *África do Sul pós-apartheid: mudança estrutural ou aparente*. Disponivel em www.correiocidadania.com.br/antigo/ed374/politica3.htm. Acedido em 24 de janeiro de 2012.

Seixas, P. (2005). O Planeta Urbano. Diferenciações Regionais, Paradigmas Globais. *In Políticas Urbanas y Territoriales en la Península Ibérica*, ed. Julían Mora Aliseda e Fernando dos Reis Condesso (coordinadores) p.243 - 258. . Extremadura: Ed. Junta da Extremadura.

Seixas, P. (2006). *Manual de Sociologia Urbana-Urbanização nas Regiões em Desenvolvimento. Capítulo VI*. Lisboa. Editora Universidade Aberta.

Seixas, P. C. (2004). *O planeta Urbano: Diferenciações Regionais, Paradigmas Globais*. Disponivel em http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1776/1/53-70.pdf. Acedido em 29 de janeiro de 2011.

Silva, B. (2004). *Caminho de Ferro de Benguela, Breve Resumo sobre a sua Trajectória*. Lobito: CFB.

Silva, J. P. (2004). *Direitos de cidadania e direito à cidadania*. Lisboa: ACIME - Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Singer, P. (2004). *Um só mundo: a ética da globalização*. São Paulo: Martins Fontes.

Shivji, I. (1989). *The concept of human rights in Africa*. Dakar: Codesria

Steenbergen, B. (1994). *The Condition of Citizenship*. London: Sage.

Suberu, T. (2001). *Federalism and Ethnic Conflict in Nigeria*. US Institute of Peace Press.

Torres, A. (1999). *Algumas questões p/repensar o futuro de Angola*. Comunicação apresentada no colóquio "E depois da guerra que futuro para Angola?". Comemorações do 24º aniversário da independência de Angola, realizado pela Casa de Angola (Lisboa) em 11 e 12 de Novembro de 1999. Publicado posteriormente na revista AFROletras.

Talton, B. (2011). Representing the Past: Popular Historical Memory and the Transformation of Power in Colonial West Africa. In *Africa and the West*, V. 6.

Talton, B. (2012). 1960s Africa in Historical Perspective. In *Journal of Black Studies*, V. 43, (1).

Thompson, L. (2001). *A History of South Africa*. Yale: Yale University Press.

Teixeira, R. (2010). *A Guerra de Angola 1961-1974*. [S.l.]: Quidnovi.

Tomlinson, R. (2003). *Emerging Johannesburg: Perspectives on the Postapartheid City*. New York: Routledge.

Torres, A. (2001). Préfacio. *In Os limites do crescimento económico de Angola, As fronteiras entre o possível e o desejável*. Luanda: Executive Center e Luanda Antena Comercial.

Torres, A. (2011). *Manual de Cooperação para o Desenvolvimento*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Torres, C. A. *Educando o Cidadão Global-Cidadania, democracia e multiculturalismo*. Disponivel em www.eduglobalcitizen.net. Acedido em 3 de janeiro de 2011.

Ungar, S. (1989). *Africa: the people and politics of an emerging continent*. Simon & Schuster.

Turner, B. & Engin, F. (2000). *Handbook of citizenship studies.* London: Sage

Uzoigwe, G. (2010). Partilha europeia e conquista da África. In *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, pp. 21-50.

Vainfas, R. & Souza, M. M. (2011). Catolização e Poder no Tempo do Tráfico: o Reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV – XVIII. *In Tempo, nº 6.* Rio de Janeiro.

Viegas, F. (2008) *Panorama das Religiões em Angola Independente (1975 - 2008).* Luanda: Ministério da Cultura/Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos.

Van-Dúnem, B. (2010). *Globalização e integração regional em África*. Luanda : Universidade Lusíada de Angola.

Vansina, J. (2010). A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados In *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI* / editado por Djibril Tamsir Niane. Brasília: UNESCO, pp. 623-654.

Vera-Cruz, E. (2005). *O Estatuto do Indigenato em Angola: A legalizaçao da discriminação na colonização portuguesa*. Coimbra: Novo Imbondeiro.

Wallerstein, I. (1991). *Geopolitics And Geoculture. Essays On The Changing World-System*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wallerstein, I. (2010). A África e a economia□mundo. In *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, pp. 27-46.

Worden, N. (2012). *Making of Modern South Africa: Conquest, Segregation and Apartheid*. 5ªed. UK: Wiley-Blackwell.

PÁGINAS INTERNET

http//:africa21.achanoticias.com.br/noticia.kmf?cod=10331601indice=100. Acedido em 6 de junho de 2012.

http//:respublica.ulusofona.pt. Acedido em 22 de outubro de 2010.

http//oplop.wordpress.com.com/21/07/2010/boletim-0-2-angola-pnud-2005-e-boas-expectativas-para-o-de-2010.

http://cidadania20.com/temos-oradores/. Acedido em 5 de junho de 2012.

http://ciencia.org.br./ed93/mt01.html. Acedido em 6 de junho de 2012.

http://construirnoticias.com.br.acritica.uol.com.br/greve-nigeria-começa-protestos-fogo_0_6245. Acedido em 10 de janeiro de 2012.

http://dunas-travel.com/information_portu.html. Acedido em 8 de janeiro de 2012.

http://meridiano47.Info/2008/12/01/integracao-na-africa-intencoes-e-dificuldades-em-pauta-por-wilson-tadashi-muraki-junior-victor-de-oliveira-leite/. Acedido em 22 de outubro de 2010.

http://s1.acad-ciencias.pt/files/IEAS%20. Acedido em 9 de janeiro de 2012.

http://vsites.unb.br. Acedido em 10 de janeiro de 2012.

http://www.adraces.pt/ficheiros/contendos/1217943399viver009.pdf. Acedido em 4 de junho de 2012.

http://www.africanidade.com. Acedido em 1 de janeiro de 2011

http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?=g&n. Acedido em 22 de outubro de 2010.

http://www.angelfire.com/sk/holgons/interglobocidadania.html. Acedido em 26 de dezembro de 2010.

http://www.artigonal.com/finanças-artigos/o-valor-da-moeda-negra - 17/03/2009. Acedido em 1 de janeiro de 2010.

http://www.best.pt/sitebes/cms.aspx?plg=5bd381ec-bbeb-4659-b40e-bb2896243 cee.

http://www.cia.gov/library/publications/the - world-factbook/geos/ao.html. Acedido em 1 de janeiro de 2010.

http://www.defesanet.com.br.Acedido em 1 de janeiro de 2012.

http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br./diaadia/arquivo/file/livro/historia/see. Acedido em 10 de janeiro de 2012.

http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/seminario/pdfreflexoes/reflexoes12.pdf. Acedido em 5 de junho de 2012.

http://www.greensavers.pt/2011/12/04/cabo-durban-e-joanesburgo-sao-as-cidades-mais-verdes-de-africa. Acedido em 24 de janeiro de 2012.

http://www.ipad.mne.gov.pt – Acedido em 1 de janeiro de 2011

http://www.ipc-undp.org. Acedido em 9 de março de 2011

http://www.isted.com/villesendevenir/portugais. Acedido em 8 de março de 2011

http://www.lusoafrica.net/V2/index.php?option=content. Acedido em 12 de dezembro de 2011.

http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/egito/costumes-do-egito-4.php. Acedido em 8 de janeiro de 2012.

http://www.scielo.br. Acedido em 10 de janeiro de 2012.

http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/cap2_areasurbanas.pdf. Acedido em 20 de janeiro de 2012.

GLOSSÁRIO

Apartheid - Política sul-africana que orientou as relações entre a minoria branca e a maioria negra. Tinha por base a separação racial e a discriminação política e económica dos negros. A doutrina do apartheid nasceu em 1950, com o Ato de Registo da População, e dividiu a população sul-africana em negros, mestiços e brancos. Para além da separação territorial dos vários grupos étnicos, também foi legitimado o desenvolvimento paralelo e separado das raças.

Embora a segregação racial fosse praticada antes de 1948, a sua ratificação apenas aconteceu em 1950, dois anos depois de o Partido Nacional ter conquistado o poder. Nesse mesmo ano, ficaram estabelecidas zonas residenciais e comerciais para cada raça. Como resultado, a minoria branca ficou com mais de 80% do território sul-africano. Para fazer cumprir a segregação racial e evitar que os negros saíssem das zonas a que se encontravam limitados, o Governo reforçou a existência de autorizações de acesso a áreas restritas. Os contactos sociais entre raças diferentes eram quase inexistentes. O acesso à cultura e à educação era diferente; o acesso a determinados empregos era restrito; os sindicatos eram proibidos; e apenas a minoria branca tinha representação no Governo. No entanto, a economia sul-africana dependia do trabalho dos negros, o que dificultou a política do apartheid. Com a ajuda de alguns brancos, várias etnias levaram a cabo manifestações, protestos violentos e sabotagens.

Em 1991, o presidente do Governo da África do Sul, Frederik de Klerk, aboliu o apartheid. Dois anos mais tarde, uma nova Constituição consagrou aos negros, e a outros grupos étnicos, o direito ao voto. O fim do apartheid foi marcado com as eleições multirraciais de 1994. Foi eleito um Governo de coligação, maioritariamente negro.

Bailundu - (também conhecido como Bailundo) foi o maior e mais poderoso dos reinos tradicionais Ovimbundu em Angola.

Bakongos - Os Bakongos ou bacongos são um grupo étnico banto que vive numa larga faixa ao longo da costa atlântica de África, desde o Sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire e do Uíge, passando pela República do Congo, pelo exclave de Cabinda e pela República Democrática do Congo. Em Angola são o terceiro maior grupo étnico.

Boko Haram - Organização fundamentalista islâmica de métodos terroristas, que busca a imposição da lei Sharia nos estados do Norte da Nigéria.

Bretton Woods - As conferências de *Bretton Woods*, definindo o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes. Preparando-se para reconstruir o capitalismo mundial enquanto a Segunda Guerra Mundial ainda grassava, 730 delegados de todas as 44 nações aliadas encontraram-se no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, New Hampshire, para a Conferência monetária e financeira das Nações Unidas. Os delegados deliberaram e finalmente assinaram o Acordo de *Bretton Woods* (*Bretton Woods Agreement*) durante as primeiras três semanas de julho de 1944.

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos - Após o processo de independência dos Estados africanos, foi adotada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, em 28 de junho de 1981, em Nairobi, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, também conhecida como Carta de Banjul. Entrou em vigor em 1986 e está atualmente ratificada pela maioria dos Estados membros da OUA com exceção da Etiópia e da Eritreia. A Carta Africana constitui naturalmente um contributo importante para o desenvolvimento do direito regional africano e preenche uma lacuna em matéria de proteção dos direitos do homem. Trata-se de um progresso significativo, resultante de um compromisso entre as conceções políticas e jurídicas opostas, que veio trazer ao direito internacional dos direitos do homem a consagração de uma relação dialéctica entre direitos e deveres, por um lado, e a enunciação tanto de direitos do homem como de direitos dos povos, por outro. As tradições históricas e os valores da civilização africana influenciaram os Estados autores da Carta, a qual traduz, pelo menos no plano dos princípios, uma especificidade africana do significado dos direitos do homem. Uma outra inovação que merece relevo, consubstancia-se na ausência de distinção entre direitos civis e políticos, por um lado, e direitos sociais e económicos por

outro, o que constitui aliás a consagração da mais recente doutrina do direito internacional dos direitos do homem

Comboio Mala - Era assim designado por transportar a mala do correio. Era um comboio movido a carvão, mas que tinha algumas comodidades, tais como carruagem-restaurante e carruagem-cama.

Declaração Universal dos Direitos do Homem - Carta de princípios, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, onde se afirma a preocupação internacional com a preservação dos direitos humanos e se define quais são esses mesmos direitos. A Declaração surgiu como um alerta à consciência humana contra as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, inscrevia-se no objetivo fundador da ONU, a luta pela paz e pela boa convivência entre as diferentes nações, credos, raças, ideologias, etc. Declaração Universal dos Direitos do Homem enuncia os direitos fundamentais, civis, políticos e sociais de que devem gozar todos os seres humanos, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade ou de qualquer outro tipo, qualquer que seja o país que habite ou o regime nele instituído.
A noção de direitos humanos tem-se afirmado, na segunda metade do século XX, como um dos conceitos políticos basilares. Contudo, e apesar de todos os estados-membros da ONU serem signatários da Declaração, muitos são os que, alegada ou comprovadamente, continuam a não respeitar os seus princípios.

Demografia de Angola - A população angolana acusa uma composição bastante complexa. Cerca de 95% dos angolanos são africanos bantu, pertencentes a uma diversidade de etnias. Entre estas, a mais importante é a dos Ovimbundu que representam mais de um terço da população, seguidos dos Ambundu com cerca de um quarto, e os Bakongo com mais de 10%. Menor peso demográfico têm os Lunda - Côkwe, os Ovambo, os Nyaneka-Nkhumbi, os Ganguela e os Xindonga. Existem ainda pequenos grupos residuais de Khoisan (ocasionalmente designados como bosquímanos ou hotentotes), habitantes originais do território da Angola de hoje (e portanto pré-bantu).
O habitat destas etnias, tal como existia no fim da era colonial, continua no essencial inalterado. No entanto, durante a segunda metade do século XX houve um fluxo permanente

de habitantes das áreas rurais para as cidades. A seguir à independência, a Guerra Civil Angolana provocou um verdadeiro êxodo rural, de modo que neste momento (2011) um pouco mais de metade da população total de Angola vive em áreas urbanas. Neste contexto, muitos Bakongo e Ovimbundu (e contingentes bem mais limitados de outros grupos) fixaram-se em cidades fora do habitat da sua respectiva etnia. Em consequência deste movimento, existe hoje uma diversidade étnica muito acentuada em Luanda (inclusive região adjacente), mas também no Lubango, enquanto ela é relativamente mais limitada p.ex. em Benguela e no Huambo.

Empowerment - O termo *empowerment* significa a descentralização de poderes pelos vários níveis hierárquicos da organização, o que permite a criação de maior motivação nos trabalhadores proporcionada por uma maior liberdade de iniciativa, com naturais benefícios para a organização como um todo. Passa pela delegação de autoridade a um dado indivíduo ou grupo dentro da organização, sendo no entanto acompanhado e apoiado pelas chefias. Cada indivíduo deverá ter o poder necessário e suficiente para controlar o seu próprio trabalho, reduzir custos e promover a eficiência e a motivação. Este conceito tem vindo a ser cada vez mais seguido no meio empresarial, pois é entendido como um fator crítico de sucesso a longo prazo.

Ethnoscape - Este termo, introduzido ao mundo académico, por Anjun Appadurai, é útil para examinar a relação entre as percepções étnicas e de espaço. No entanto, em contraste com Appadurai, que compreende a *ethnoscape* como a difusão globalizado espacial de comunidades étnicas, outros seguem a abordagem proposta por Anthony Smith, que define *ethnoscape* como a territorialização da memória étnica, ou seja, a crença compartilhada por grupos étnicos numa estrutura espacial de origem comum.

EximBank - O Eximbank funciona como uma agência governamental americana independente, tendo como objectivo facilitar o financiamento de exportações de produtos e serviços americanos, por meio da absorção de riscos de crédito que estão fora do alcance do setor de bancos privados. Todas as obrigações do Eximbank são garantidas por total confiabilidade e crédito do governo dos Estados Unidos. De acordo com os programas do Eximbank, pelo menos 50% dos produtos a serem exportados devem ser produzidos nos

EUA. Para financiamentos a médio prazo, o Eximbank segurará até 100% dos produtos com conteúdo americano, mas nunca mais de 85% do valor do contrato americano. O importador deverá efectuar um pagamento inicial, a título de antecipação, correspondente a 15% do total.

G7 - Grupo dos sete países líderes em termos de desenvolvimento: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Reino Unido e Japão. O G-7, que substituiu o G-5 (Alemanha, EUA, França, Reino Unido e Japão) reúne-se anualmente desde 1957, a nível de chefes de estado.
Actualmente considera-se existirem oito países líderes de desenvolvimento – o G8, que inclui os países do G7 e a Rússia.

Ganguelas - (ou Nganguela) é o nome de uma pequena etnia que vive dispersa a Sul e Sudeste do Planalto Central de Angola. O seu nome é desde os tempos coloniais usado para designar, não apenas esta etnia, mas um conjunto de povos que vivem no Leste de Angola.

Goldman Sachs - É um dos maiores bancos de investimento do mundo. Fundado em 1869 por Marcus Goldman, está sediado actualmente em Nova Iorque e mantém escritórios em muitos outros centros financeiros mundiais. Como banco de investimento, a Goldman Sachs age como conselheiro financeiro para governos, grandes empresas e algumas das famílias mais ricas do mundo.

Kuribeka - A maçonaria era conhecida em Angola pelo nome de kuribeka, sendo especialmente activa em Benguela.

Libata - Aldeia pré-colonial.

Mbanza - Cidade pré-colonial.

Muceque - Bairros de Angola, localizados fora do asfalto.

Mundombes - Povos de raça cafreal, em Angola.

Muxiluandas - A origem do nome Luanda provem de Axiluandas singular Muxiluandas que significa "homem da ilha/mar" nativos da ilha do Cabo.

Ngolas - Titulo dado aos governantes do reino do Ndongo entre os séculos XIV e XVII no atual território de Angola.

Ovimbundu - Os Ovimbundu são uma etnia bantu de Angola. Eles constituem 37% da população do país, Os seus subgrupos mais importantes são os Mbalundu ("Bailundos"), os Wambo (Huambo), os Bieno, os Sele, os Ndulu, os Sambo e os Kakonda (Caconda). Os Ovimbundu ocupam hoje o planalto central de Angola e a faixa costeira adjacente, uma região que compreende as províncias do Huambo, Bié e Benguela.

Revolução Jasmim - A Revolução de Jasmim representa uma sucessão de manifestações insurrecionais ocorrida na Tunísia entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011 que levou à saída do presidente da República, Zine el-Abidine Ben Ali, que ocupava o cargo desde 1987.
Sekulo ou Século - É a designação atribuída ao chefe de um clã familiar sendo o mais velho do grupo, representa o seu clã junto do Soba e se necessário perante as autoridades políticas e administrativas

Soba - Autoridade regional tradicional de Angola

Zungueiras - Designação atribuída as vendedeiras ambulantes do mercado informal.

ÍNDICE REMISSIVO

África, 4, 5, 8, 9, 18, 21, 33, 34, 37, 38, 40, 42, 43, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 127, 132, 137, 141, 144, 146, 147, 154, 162, 164, 165, 170, 173, 174, 183, 198, 200, 201, 204, 206, 208, 213, 242, 243, 259, 266, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 291, 292, 293, 296, 297, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 327, 341
África do Sul, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 100, 118, 119, 132, 200, 204, 281, 284, 286, 296, 307, 309, 312, 322, 327
Alto Kwanza, 199
Alunga, 193
Ambuelas, 192, 194
América Latina, 34, 44, 53, 103, 106, 108, 167
Angola, 3, 4, 6, 8, 9, 18, 19, 21, 34, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 60, 62, 66, 68, 69, 70, 72, 76, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 120, 121, 125, 127, 132, 137, 144, 146, 147, 149, 150, 153, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170,171, 172, 173, 174, 175, 177, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 214, 215, 218, 221, 224, 230, 232, 235, 236, 242, 243, 250, 266, 285, 286, 288, 292, 296, 297, 298, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 327, 329, 330, 331, 332, 338
Apartheid, 87, 112, 308, 324, 327
Argentina, 167
Assembleia de Deus Pentecostal, 234
Associação para o Desenvolvimento Jasawa, 117
Babaera, 230, 231, 232
Baía, 120, 147, 158, 181, 182, 185, 187, 196, 207, 208, 210, 211, 212, 216, 221, 255
Baía das Vacas, 216
Baía de Santo António, 185, 216
Baía do Lobito, 207
Baía Farta, 147, 158, 181, 182, 208, 211, 221, 255
Bailundo, 194, 199, 327
Bakongos, 100, 327
Balombo, 181, 209, 211, 212, 255
Bengo, 120, 127, 144, 172, 208
Benguela, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 18, 19, 20, 21, 34, 52, 98, 100, 107, 122, 124, 125,

126, 132, 137, 147, 150, 154, 158, 160, 161, 162, 169, 170, 172, 173, 174, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201,202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 230, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 254, 255, 256, 258, 259, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 297, 298, 307, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 322, 330, 331, 332, 338, 339
Bocoio, 182, 193, 209, 211, 212, 217, 221, 235
Bogotá, 103
Brasil, 32, 42, 70, 89, 103, 132, 167, 175, 181, 182, 186, 187, 255, 256, 274, 281, 307, 308, 310, 318
Bretton Woods, 34, 288, 328
Buenos Aires, 33, 103, 289, 309, 314
Bundiaoni, 193
Burundi, 55, 110, 280, 285
Cachipoque, 210
Cacuaco, 127, 141, 144, 172
Caimbambo, 211, 212, 221
Cairo, 21, 110, 113, 114, 115, 118, 310
Cape Gauge, 204
Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 75, 117, 328
Casseque, 184, 231
Casucata, 172
Catengue, 210
Catumbela, 20, 126, 147, 160, 161, 180, 182, 186, 189, 191, 192, 195, 197, 198, 202, 203, 204, 208, 211, 220, 221, 224, 225, 226, 230, 235, 298
Catumbela das Ostras, 198
Cazenga, 175
Centro Comercial da Borracha, 195
Chicuma, 211, 230, 231
China, 32, 33, 34, 36, 55, 66, 70, 97, 132, 166, 167, 181, 182, 206, 207, 218, 254, 255, 256, 262, 274, 281
Chongorói, 182, 209, 210, 211
Comboio Mala, 329
Companhia de Milícias, 189
Companhia Mineira do Lobito, 195
Congo Kinshasa, 202, 205
Convenção Luso-Belga, 201
Cuba, 70, 97, 98, 132, 150, 181, 182, 254, 255, 256, 262, 274
Cubal, 20, 21, 122, 126, 147, 154, 158, 182, 184, 206, 209, 210, 211, 212, 218, 220, 222, 226, 227, 228, 229, 230, 244, 246, 254, 255, 256, 259, 262, 267, 268, 270, 274, 298, 307
Declaração Universal dos Direitos do Homem, 73, 117, 313, 329
Djibouti, 110
Dombe da *Quizamba*, 188, 189
Dombe Grande, 185, 188, 189, 190, 195, 196, 208, 213
Ebanga, 230, 231

Empowerment, 330
Espanha, 60, 150, 169, 181, 255
Ethnoscape, 330
Eximbank, 330
Fazenda Real, 186, 190, 193
França, 33, 60, 68, 69, 85, 90, 154, 169, 182, 221, 254, 255, 262, 274, 296, 331
Gabão, 110, 327
Galengue, 194
Ganda, 20, 21, 122, 126, 147, 154, 158, 182, 202, 211, 220, 222, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 244, 246, 254, 255, 256, 259, 262, 267, 268, 270, 274, 298, 307
Ganguelas, 192, 194, 331
Garcia Afonso II, 171
Goldman Sachs, 167, 331
Guiné Bissau, 60, 107
Hiroshima (Japão), 205
Holanda, 60, 169
Ilhas Maurícias, 285, 286
Índia, 32, 65, 68, 70, 85, 166, 167, 169, 274, 281
Indongo, 233
Inglaterra, 27, 33, 78, 90, 132, 200, 203
Ingombota, 127, 144
Japão, 32, 33, 167, 169, 331
Joanesburgo, 21, 118, 119, 316
Kakonda, 150, 187, 199, 200, 332
Kassequel, 208, 209
Katyavala Bwila, 20
Kilengue, 199
Kinshasa, 55, 110, 202
Kixiquila, 215
Kuribeka, 331
Lagos, 21, 33, 55, 110, 115, 116, 117, 118, 284
Léua, 205
Libata, 171, 331
Lobito, 5, 6, 20, 21, 98, 122, 126, 147, 154, 160, 161, 169, 180, 181, 182, 184, 187, 191, 193, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 235, 236, 237, 244, 246, 254, 255, 256, 259, 262, 267, 268, 270, 274, 298, 313, 322
Luacano, 205
Luanda, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 18, 19, 20, 21, 33, 52, 55, 91, 92, 97, 98, 107, 112, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 158, 160, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 188, 192, 196, 201, 208, 214, 220, 221, 229, 281, 297, 299, 308, 309, 310, 319, 320, 321, 323, 324, 330, 332, 341, 342
Luau, 147, 206, 218, 219
Lucazi, 199
Luemba, 210
Luena, 206, 218
Luís Filipe, 208
Lukwakwa, 233
Lumeje, 205

Lungwe-Bungu, 199
Maca Mombolo, 211
Maianga, 127, 144
Mani Congo, 171
Mani Nsoyo, 171
Marçal, 175
Marco de Canaveses, 209
Mariano Machado, 230
Mbanza, 171, 331
Mbata, 171
México, 34, 167
Moçambique, 60, 62, 66, 68, 93, 94, 107, 207, 209, 285, 286
Moldávia, 182
Mota, 19, 175
Movimento Juvenil Afizere, 117
Movimento Juvenil Berom, 117
Muceque, 331
Muhango, 218
Mundombes, 188, 191, 224, 331
Mútua A`Cavera, 194
Muxiluandas, 332
Namibe, 52, 150, 170, 184
Namíbia, 62, 66, 100, 208, 214, 217, 285, 286
NDunde, 230
Nganda Lakawe, 229
Ngandas, 229, 230
Nkusu, 171
Nova Sintra, 210
Ombaka, 195, 196, 240
Ovimbumdu, 230
Pernambuco, 186, 187
Petrangol, 175
Portugal, 53, 60, 68, 69, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 132, 150, 169, 170, 172, 174, 181, 182, 187, 194, 196, 200, 221, 235, 254, 255, 256, 262, 274, 315, 316, 319
Radiodifusão de Angola, 195
Rangel, 127, 144, 175
Regedores, 20, 220, 228, 237, 243, 250
Rio de Janeiro, 33, 186, 187, 311, 317, 320, 324
Rússia, 54, 132, 167, 181, 182, 255, 331
Sá da Bandeira, 100
Salvador Correia, 121, 221
Samacaca, 194
Sambizanga, 19, 127, 144, 175
Sambo, 194, 332
Santa Maria, 209
São Filipe de Benguela, 196
Seychelles, 285, 286
Sobas, 20, 186, 220, 223, 224, 228, 231, 237, 239, 243, 250, 252, 256, 257
Somália, 285
Sousa Lara, 209, 210
Suazilândia, 285, 286
Sudão, 68, 280, 283, 285
Suécia, 169
Tanganyika Concessions Ltd, 204
Tanzânia, 41, 60, 285, 286
Tchilata, 230
Tchindjendje, 230
Testemunhas da Jeová, 234

Togo, 285, 286
Uganda, 39, 110, 285
Umbumdu, 230
Uni habitat, 48
Vahanha, 230
Vanganha, 230
Wandu, 171
Zaire, 70, 89, 96, 98, 171, 217, 327
Zâmbia, 5, 62, 127, 147, 182, 202, 204, 206, 208, 217, 218, 285, 286
Zimbabué, 285, 286
Zungueiras, 140, 332

ANEXO 1

Draft para questões a abordar

Conversa Informal

Com quadros séniores da província de Benguela Entidades da Sociedade Civil

1 . Benguela como Centralidade Política e a 1ª economia regional de Angola tem traços suficientes para sustentar esta minha opinião?

2. Em termos macro económicos a 2ª economia de Angola, vossa opinião sobre isto?

3. A independência trouxe para a cidade de Benguela um grande número de força de trabalho estrangeira que permitiu assegurar a máquina produtiva, social económica herdada do colonialismo!

4. A relação da cooperação estrangeira com a instituição em todos os Orgãos que comportam a vossa unidade orgânica?

5 . Que relação da Instituição que dirige mantêm com as cidades periféricas a Benguela e não só?

6. Entidades que asseguram os fluxos existentes nos programas de cooperação com a força de trabalho expatriada (Instituições, tecnologia e Investimentos)!

7. Número de cooperantes tidos nos últimos cinco (5) anos!

8. Vossa opinião sobre a cooperação.

9. Vosso ponto de vista sobre a cidadania.

10. Influência da cidade sobre a cidadania.

11. A descentralização das políticas públicas, em especial da universidade, facilitam o exercício da cidadania?

12. Queira fazer uma dissertação sobre a existência de uma cidadania africana?

Muito Obrigada

ANEXO 2

Draft para questões a abordar

Conversa Informal

Com quadros séniores da província de Luanda Entidades da Sociedade Civil

1. Luanda como Centro de decisão Político Administrativo e Económico absorve toda a atenção dos dirigentes nacionais?

2. O fim da guerra civil no país repôs a cidade na trajetória das outras capitais da África!

3. A independência trouxe para a capital um grande número de força de trabalho estrangeira que permitiu assegurar a máquina produtiva, social económica herdada do colonialismo!

4. A relação da cooperação estrangeira na instituição que dirige nos últimos cinco (5) anos!

5 . Relação da Instituição que dirige com as cidades periféricas a Luanda e não só?

6. Entidades que asseguram os fluxos existentes nos programas de cooperação com a força de trabalho expatriada (Instituições, tecnologia e Investimentos)!

7. Número de cooperantes tidos nos últimos cinco (5) anos!

8. Vossa opinião sobre a cooperação.

9. Vosso ponto de vista sobre a cidadania.

10. Influência da cidade sobre a cidadania.

11. A descentralização das políticas públicas, em especial da universidade, facilitam o exercício da cidadania?

12. A existência de uma cidadania africana?

Muito Obrigada

ANEXO 3

À
Sua Excelência General
Armando da Cruz Neto
Governador Provincial

Benguela

Rita A. Neto, economista colocada no Gabinete do Governador Provincial de Benguela como Assessora Económica, doutoranda em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais da Universidade Lusófona do Porto – Portugal, tem a honra de apresentar os meus sinceros cumprimentos e solicitar o seguinte:

Em virtude da minha tese de doutoramento incluir um estudo de caso referente a província de Benguela e, necessitar colher a opinião dos dirigentes da região (Governador e Vice-Governadores, Administradores Municipais e seus Adjuntos) sobre o tema em investigação «Da Cidadania Em África À Cidadania Africana», rogo a Vossa Excelência Senhor Governador Provincial que me autorize a distribuir para ser respondido o questionário em anexo para os devidos efeitos.

Certa da Vossa prestigiosa colaboração agradeço antecipadamente.

Benguela, 5 de Outubro de 2011

Rita Neto
(doutoranda)

QUESTIONÁRIO

Rita António Neto, doutoranda de Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais da Universidade Lusófona do Porto, vem por este meio solicitar a vossa colaboração para o preenchimento do presente questionário que servirá como instrumento de recolha de dados na elaboração da tese de doutoramento. Este estudo realiza-se apenas na província de Benguela. A vossa participação é muito importante, com este instrumento pretende-se avaliar a posição e/ou os parâmetros da cidadania em África concentrando-se na cidadania africana.

Profissão:_____ **Idade**: _____**Função**_____

Há quanto tempo está nesta função:

Naturalidade:

Há quanto tempo vive em Benguela:

1. A cidadania é entendida como o conjunto de direitos e obrigações civis e políticos do cidadão. Como analisa o estado da cidadania na província de Benguela?

Mau	Razoável	Bom	Muito bom	Excelente

2. Os 394 anos da cidade de Benguela retratam a consolidação de um percurso para a afirmação da identidade dos antigos povos que habitaram o antigo reino de Ombaka, com o previlégio de hoje o território ser considerado uma centralidade política e económica. Estabeleça a quotação desta afirmação em que 1 será negativo, o intervalo mais ou menos e 10 aceitável.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3. A construção do caminho de ferro de Benguela conferiu à província em tempos remotos um estatuto político que permitiu ligar Angola a outros países da África Central.

Não concordo totalmente	Não concordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

4. As cidades de Benguela, Cubal, Lobito e Ganda, constituem um espaço urbano onde se vislumbra no comportamento dos seus habitantes uma símbiose com o rural (povoação/sanzala).

Não concordo totalmente	Não concordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

5. A falta de uma rede de transportes públicos estruturada coesa e conectada nos pontos de cruzamento intermunicipais, rodoviários, marítimos e nos rios navegáveis retira à cidade de Benguela e outras a si periféricas da rota das cidades africanas e internacionais.

Não concordo totalmente	Não concordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

6. Apesar da província possuir quatro (4) cidades com estrutura arquitetónica urbana, a mesma tem uma predominância rural na maneira de viver dos seus cidadãos o que não contribui para exercício da cidadania.

Não concordo totalmente	Não concordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

7. A protecção dos direitos do homem constituiu uma necessidade conquistada pelos povos para a protecção da condição humana. Na República de Angola, cabe ao Estado assegurar aos cidadãos o cumprimento dos deveres, o gozo dos direitos, das liberdades e das

garantias constitucional consagradas na Constituição e na lei (capítulo I, artigo 22, Constituição angolana). No quadro abaixo atribua uma classificação aos itens tal como se encontram na Província de Benguela.

DOMÍNIOS	Muito bom	Bom	Suficiente	Mau	Péssimo
Democracia (eleições)					
Direito a associação					
Segurança social					
Educação e cultura					
Liberdade de imprensa					
Desenvolvimento tecnológico					

7. Com a conquista da independência em 1975, o país deparou-se com uma escassez de quadros técnicos. Assim, recorreu-se à cooperação de funcionários estrangeiros. O contributo dos técnicos estrangeiros, representa uma vantagem para o país.

Não concordo totalmente	Não concordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

8. No quadro abaixo constam as cidades da província de Benguela. Coloque um x a indicar a cidade com mais cooperantes, áreas em que cooperam com mais incidência e país de origem.

Cidades	Cidade com mais cooperantes	Sector da cooperação com maior incidência	País de origem dos cooperantes
Benguela			
Lobito			

Cubal			
Ganda			

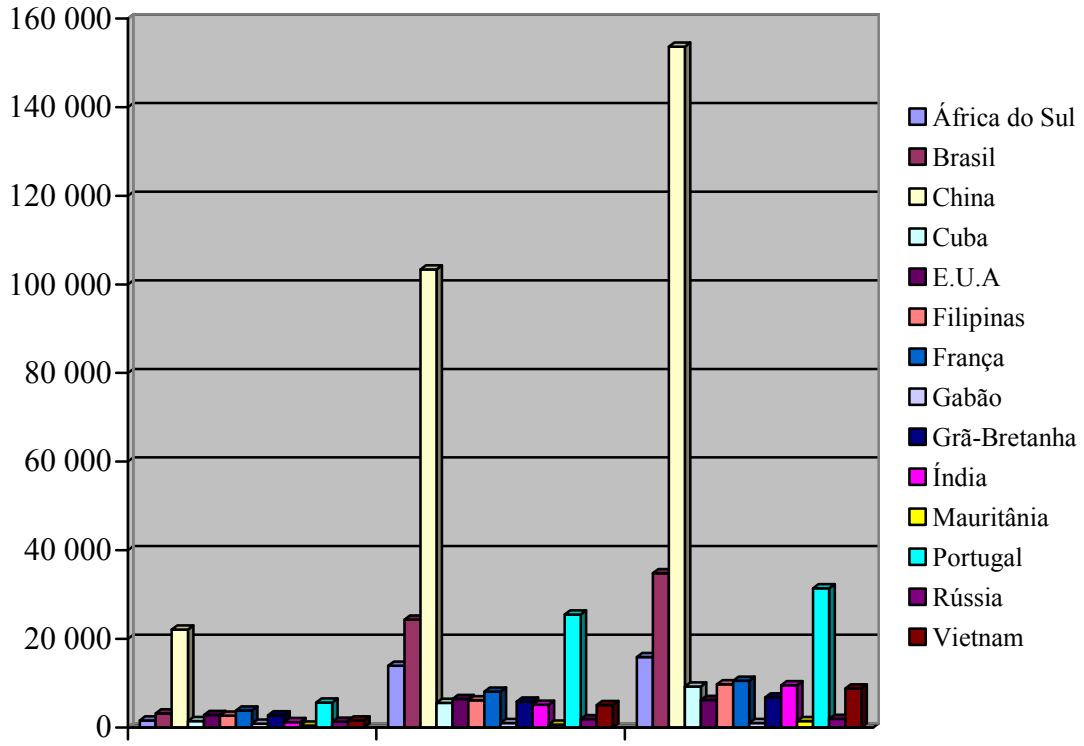
10. A maior parte dos cooperantes têm uma aceitação no seio dos cidadãos.

1 será negativo, o intervalo mais ou menos, e 10 aceitável.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

ANEXO 4

Gráfico com o número de cooperantes por países: anos 2007, 2009, 2010



Fonte:Serviços de Emigração e Fronteira de Angola, Gabinete de Imprensa

ANEXO 5